

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Recomposições e representações sociais das Avenidas Novas numa cidade em transformação

Fernando José Ribeiro Pinto

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Renato Miguel do Carmo,
Professor Associado do Departamento de Sociologia
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

Departamento de Sociologia

Recomposições e representações sociais das Avenidas Novas
numa cidade em transformação

Fernando José Ribeiro Pinto

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutor José Virgílio Borges Pereira, Professor Associado com Agregação, Faculdade
de Letras da Universidade do Porto

Doutor João Carlos Ferreira de Seixas, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Doutora Ana Isabel Drago Lobato, Investigadora, Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra

Doutor José Luís Sanches Casanova, Professor Associado, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Associado, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

*Aos meus pais
e ao Miguel*

Agradecimento

Expresso o mais sincero agradecimento a todos quantos colaboraram diretamente na realização desta tese:

Ao Professor Renato Miguel do Carmo, meu orientador, que assegurou o acompanhamento ao longo deste percurso de investigação, fornecendo as pistas reflexivas e a opinião qualificada para o incentivo em cada etapa;

Aos residentes das Avenidas Novas que entrevistei, pela partilha do seu tempo e dos seus testemunhos, ajudando ainda nos contactos para novas entrevistas;

Aos informantes privilegiados que também entrevistei, pelo seu contributo institucional e pessoal, designadamente: Ana Alves de Sousa, Ana Gaspar, André Azevedo, António Almeida Santos, Francisca Ramalhosa, Inês Castaño, José Toga Soares, Luísa Metelo Seixas, Marco Viveiros, Marta Silva, Mónica Luz Reis, Pedro Dinis, Pedro Mexia, Raquel Henriques da Silva, Rui Barbosa e Teresa Craveiro.

Ao Professor Frédéric-Vidal (ISCTE-IUL), pelos conselhos iniciais na área da história contemporânea;

Ao Professor João Seixas (CICS.NOVA), pelos esclarecimentos relativos a estudos socio-urbanísticos e à reforma administrativa do Município de Lisboa;

À Professora Sónia Pintassilgo (ISCTE-IUL), pela leitura do capítulo sociodemográfico e generosa partilha de informação resultante de trabalho pessoal;

Ao Professor Paulo Sousa (CEG/IGOT), pela identificação de apoio na área da georreferenciação de dados;

Aos meus amigos,

Miguel Farinha, Professor noutras latitudes disciplinares, pelo incansável apoio e incentivo em todas as fases, através de inúmeras conversas, revisão de capítulos e ajuda nos gráficos;

João Delicado, pela capacidade de interpretação e soluções encontradas para a ilustração de algumas mensagens;

Luís Cruz-Filipe, pela partilha de informação original na área dos transportes públicos;

Adelaide Gomes, pela revisão minuciosa do texto final;

Bruno Rebelo, pela camaradagem e motivação.

Resumo

Avenidas Novas é o nome com que se identifica uma área central da cidade de Lisboa, que foi objeto de um plano urbanístico inovador na transição para o século XX. Desenhadas com amplitude, para acolher uma nova área residencial burguesa, estas avenidas vieram a constituir-se num eixo estruturante de comunicação entre o centro histórico e a envolvente norte da cidade. Do desenho amplo e da acessibilidade resultou também uma nova centralidade, consubstanciada na instalação de serviços deslocados da Baixa Pombalina.

Pretende-se com esta tese prosseguir três objetivos: contextualizar as recomposições espaciais das Avenidas Novas, numa linha histórico-urbanística; caracterizar as dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas subjacentes às recomposições sociais da zona, no quadro da sua relação com a cidade-região de Lisboa; e identificar representações sociais sobre esta área da cidade (re)produzidas por moradores.

Para responder a este propósito, recorreremos a métodos mistos e a um modelo analítico que permitisse desenvolver um itinerário desde os macro enquadramentos, temporais e espaciais, até ao nível dos atores e das representações.

O contributo mais original da pesquisa prende-se com a realização de entrevistas a um conjunto de residentes, a partir da qual se concebeu uma tipologia de perfis, combinando tempo-memória com sociabilidade-identidade, e respetiva ilustração através de quatro retratos sociológicos.

Traçado, acessibilidade e centralidade são hoje favoráveis a um reinvestimento habitacional nas Avenidas Novas, que veem reforçado, ao nível das representações sociais do espaço, um estatuto socioeconómico elevado.

Palavras-chave:

Avenidas Novas, processos socioespaciais, representações sociais, memória e identidade.

Abstract

Avenidas Novas is the name that identifies a central area of the city of Lisbon, which was the object of an innovative urban plan in the transition to the 20th century. Widely designed to accommodate a new bourgeois residential area, it became a structuring axis of communication between the historic center and the northern surroundings of the city. The wide design and accessibility lead also to a new centrality, resulting mainly from the installation of services displaced from Baixa Pombalina.

The aim of this thesis is to pursue three objectives: to contextualize the spatial recompositions of Avenidas Novas, in a historic-urbanistic line; to characterize the socio-demographic and socio-economic dynamics underlying the social recompositions of the area, within the framework of its relationship with the city-region of Lisbon; and to identify social representations about this area of the city as they are (re)produced by residents.

To fulfil this aim, we used mixed methods and an analytical model to allow the development of an itinerary from temporal and spatial macro framings to the level of the actors and representations.

The most original contribution of the research were the interviews to a group of residents, from which a typology of profiles was conceived, combining memory-time with sociability-identity, and its illustration using four sociological portraits.

Layout, accessibility and centrality appear now favourable to a reinvestment in housing in Avenidas Novas, an area with a reinforced high socioeconomic status in terms of social representations of the space.

Keywords:

Avenidas Novas, socio-spatial processes, social representations, memory and identity.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice.....	ix
Índice de quadros e figuras	xiii
Glossário de Siglas	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. A cidade na abordagem dos clássicos	4
1.2. Contexto e sentido de uma sociologia urbana	8
1.3. Do fenómeno urbano aos processos socioespaciais	11
1.4. Uma sociologia para a cidade globalizada	16
1.5. Regresso à cidade	20
1.6. Desigualdades sociais e ‘efeito cidade’	22
1.7. Mobilidades e espacialidades	24
1.8. Representações sociais e construção social da realidade	29
1.9. A imagem da cidade	33
1.10. Tempo e espaço da vida quotidiana	38
CAPÍTULO 2	
ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	46
2.1. Objetivos e desenho da pesquisa	46
2.2. Operações e procedimentos	50
2.2.1. Análise documental e de dados estatísticos	50

2.2.2. Levantamento de comércio e serviços	51
2.2.3. Entrevistas	53
2.2.4. Observação direta	58

CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-URBANÍSTICA	60
3.1. Do Passeio Público à Avenida da Liberdade	61
3.2. Da Avenida da Liberdade às Avenidas Novas	64
3.3. A edificação das Avenidas Novas	68
3.4. Expansão urbana	73
3.5. Terciarização e resiliência	77

CAPÍTULO 4

DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS	82
4.1. Coordenadas do território e delimitação física do objeto de estudo	82
4.2. Grandes tendências demográficas	90
4.3. Caracterização populacional recente	99
4.3.1. População residente.....	100
4.3.2. Densidade populacional.....	104
4.3.2. Estrutura populacional.....	106

CAPÍTULO 5

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	120
5.1. Uma cidade em transformação	120
5.2. As Avenidas Novas como zona residencial	126
5.3. Mercado de trabalho e diferenciação territorial	129
5.4. Um entreposto de comércio e serviços	135
5.4.1. Delimitação de zonas	136
5.4.2. Comércio, por grosso e a retalho, e Setor Auto	140
5.4.3. Restaurantes e Hotéis	142
5.4.4. Serviços Pessoais e Saúde	144
5.4.5. Serviços de Apoio e Reparações.....	146
5.4.6. Finanças, Seguros e Imobiliárias	147

CAPÍTULO 6

MOBILIDADES E ESPACIALIDADES NAS AVENIDAS NOVAS.....	153
6.1. Primeiro andamento – Transporte público e pedonalidade	153
6.2. Segundo andamento – Motorização e congestionamento	157
6.3. Terceiro andamento – Reordenamento do espaço público	160
6.4. Seis temas na produção das mobilidades	163
6.4.1. O Ponto de Partida	163
6.4.2. A velocidade	164
6.4.3. O ritmo	165
6.4.4. A direção	165
6.4.5. A experiência.....	167
6.4.6. A fricção	167

CAPÍTULO 7

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DAS AVENIDAS NOVAS.....	169
7.1. Caracterização dos entrevistados	170
7.2. As Avenidas Novas no mapa	173
7.3. Visão de conjunto	174
7.4. O todo e as partes	177
7.5. A importância de um nome	186

CAPÍTULO 8

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS AVENIDAS NOVAS.....	191
8.1. Trajetórias espaciais e tempo de residência	191
8.2. Tempo e memória	193
8.3. Sociabilidades e identidade	206
8.4. Práticas de mobilidade	219
8.5. Tendências presentes e percepções sobre o futuro próximo	224

CAPÍTULO 9

MEMÓRIA E IDENTIDADE: QUATRO PERFIS TIPOLÓGICOS.....	237
9.1. Modelo geral das representações sociais sobre as Avenidas Novas	237
9.2. Quatro retratos sociológicos	240

9.2.1. Enraizamento	240
9.2.2. Enclausuramento	243
9.2.3. Incrustação	247
9.2.4. Desprendimento	250
CONCLUSÕES	256
FONTES	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	269
ANEXOS	281

Índice de quadros e figuras

	Capítulo 2	
Figura 2.1	Modelo de análise	49
	Capítulo 3	
Figura 3.1	Delimitação do concelho de Lisboa e da freguesia de Avenidas Novas	60
Figura 3.2	Malha concetual e traçado urbano das Avenidas em torno do Eixo Central	66
Figura 3.3	Praça Duque de Saldanha (post. 1909)	70
Figura 3.4	Planta de Lisboa em 1874	75
Figura 3.5	Planta de Lisboa em 1940	76
	Capítulo 4	
Figura 4.1	Mapa da freguesia de Avenidas Novas, com área resultante da fusão das freguesias de S. Sebastião e Nossa Senhora de Fátima	86
Figura 4.2	Delimitação das Avenidas Novas nos estudos da CML	87
Figura 4.3	Bairros da freguesia de Avenidas Novas	88
Figura 4.4	Área restrita das Avenidas Novas	89
Figura 4.5	Escalas de análise	90
Figura 4.6	População residente na cidade e nas Avenidas Novas desde 1890	91
Figura 4.7	Percentagem da população de Portugal Continental a residir na Cidade de Lisboa e percentagem da população do concelho de Lisboa a residir nas freguesias de São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima (de 1890 a 2011) e na freguesia de Avenidas Novas (2021)	92
Quadro 4.1	Os dez concelhos mais populosos de Portugal Continental em 1864, 1900, 1930, 1960, 1991 e 2011	94
Quadro 4.2	Ritmo de crescimento demográfico em Portugal Continental e na Metrópole de Lisboa (1940-2011)	96
Quadro 4.3	Dados principais dos Censos de 2011 sobre o concelho de Lisboa, segundo a anterior divisão administrativa (NUTS 2002) e a atual (CAOP 2013)	100
Figura 4.8	População residente (nº) em Lisboa, por freguesias (2011 (CAOP 2013))	101
Figura 4.9	População residente (nº) em Lisboa, por freguesias (2021)	101
Quadro 4.4	Variação da população residente entre recenseamentos gerais da população	102
Quadro 4.5	Grupos de freguesias de Lisboa em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)	103
Figura 4.10	Densidade populacional em Lisboa, em hab/Km ² , por freguesias (2011 (CAOP 2013))	105
Quadro 4.6	População residente por grupos etários nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	107
Quadro 4.7	População residente por grupos etários nas Avenidas Novas	107
Quadro 4.8	Índices populacionais nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	108
Figura 4.11	Pirâmide etária do concelho de Lisboa (%) em 2011	109
Figura 4.12	Pirâmide etária da freguesia de Avenidas Novas (%) em 2011	110
Quadro 4.9	Índices populacionais nas quatro escalas de análise (2011)	110
Quadro 4.10	Número de famílias (2011)	111
Quadro 4.11	Famílias nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	112
Quadro 4.12	População residente segundo as migrações, na AML, no concelho de Lisboa e nas Avenidas Novas (2011)	113
Quadro 4.13	População residente de nacionalidade estrangeira nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	114

Quadro 4.14	Taxa de analfabetismo e níveis de Escolaridade da população residente nas freguesias, no concelho e na AML (2011)	116
Quadro 4.15	Níveis de Escolaridade da população residente nas quatro escalas de análise (2011)	117
Capítulo 5		
Quadro 5.1	Edifícios nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	123
Quadro 5.2	Edifícios nas Avenidas Novas (zona restrita) (2011)	123
Figura 5.1	Ano de construção dos edifícios presentes (2011)	124
Figura 5.2	Número médio de edifícios construídos nos períodos indicados (2011)	125
Figura 5.3	Proporção de edifícios presentes na zona e na freguesia de Avenidas Novas por períodos de construção (2011)	125
Quadro 5.2	Regime de ocupação predominante de alojamentos familiares clássicos (2011)	127
Quadro 5.3	Residência habitual por áreas	128
Quadro 5.4	Alojamentos familiares clássicos nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)	128
Figura 5.4	Zonas do levantamento de Comércio e Serviços	137
Figura 5.5	Categorias de Comércio e Serviços mais representadas nas Avenidas	138
Figura 5.6	Comércio e Setor Auto	140
Figura 5.7	Restaurantes e Hotéis	143
Figura 5.8	Serviços Pessoais e Saúde	145
Figura 5.9	Serviços de Apoio e Reparações	146
Figura 5.10	Finanças, Seguros e Imobiliárias	148
Figura 5.11	Categorias de Comércio e Serviços mais representadas nas Avenidas Novas	149
Capítulo 6		
Figura 6.1	Avenida da República (c.1900)	154
Figura 6.2	Rede de elétricos em 1903 e 1990	155
Figura 6.3	Viaduto ferroviário sobre a Avenida da República (1950)	156
Figura 6.4	A ocupação do espaço público pelo estacionamento automóvel	158
Figura 6.5	Principais canais de mobilidade pesada	166
Capítulo 7		
Quadro 7.1	Caracterização dos entrevistados	172
Figura 7.1	Mapa com resultado da sobreposição das áreas delimitadas pelos entrevistados	175
Figura 7.2	Mapa com o perímetro menor (A) e maior (B) feito pelos entrevistados e locais aproximados de residência destes	176
Capítulo 8		
Quadro 8.1	Distribuição dos entrevistados por tempo de residência (TR) nas Avenidas Novas	191
Figura 8.1	Cineteatro Monumental (1965-7)	195
Figura 8.2	Feira Popular no antigo Parque de Santa Gertrudes (1956)	198
Figura 8.3	Feira Popular de Entrecampos (1973)	200
Capítulo 9		
Figura 9.1	Quatro perfis tipológicos na produção das representações sociais das Avenidas Novas	238

Glossário de Siglas

- AML – Área Metropolitana de Lisboa
- CAE – Classificação das Atividades Económicas
- CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
- CBD – Central Business District
- CCFL – Companhia Carris de Ferro de Lisboa
- CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
- CML – Câmara Municipal de Lisboa
- IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
- IHC – Instituto de História Contemporânea
- IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- JFAV – Junta de Freguesia de Avenidas Novas
- PER – Plano Especial de Realojamento

Introdução

Na história das cidades, identificam-se etapas e momentos marcantes, como no seu espaço se fixam áreas e perímetros distintos, que a vida quotidiana se encarrega de emaranhar. Nalguns estudos urbanos, relacionar estas *construções sociais* que são a própria cidade, o tempo e o espaço, apresenta-se como tarefa incontornável. É neste enquadramento que surge o presente trabalho sobre as Avenidas Novas, uma zona da cidade de Lisboa situada entre o centro histórico e as freguesias limítrofes.

Uma primeira constatação de partida foi a inexistência de estudos anteriores especificamente dedicados às Avenidas Novas, no âmbito da sociologia urbana. É certo que vários contributos para a interpretação dos macroprocessos territoriais, desde a expansão urbana e metropolitana às dinâmicas de nobilitação urbana, esclarecem o lugar dessa zona no contexto de tais processos. Porém, quando consideramos uma escala mais fina, contamos com pesquisas sobre o centro histórico e a reabilitação dos bairros tradicionais ou variadíssimos estudos sobre os grandes empreendimentos ocorridos em áreas distantes desse centro, como os programas de realojamento ou as operações urbanísticas Expo'98 / Parque das Nações, revelando um hiato no que respeita à *cidade intermédia*.

Ora as Avenidas Novas integram essa cidade intermédia, apresentando, todavia, características muito próprias, só comparáveis às da Baixa Pombalina num período anterior. A segunda constatação passou pelo reconhecimento dessa singularidade urbana, que resulta de um centro de serviços que nunca deixou de ser uma área residencial, e onde se foi estabelecendo a marca forte de uma mobilidade espacial intensa, que envolve trabalhadores, moradores e tantos outros utilizadores da zona, mesmo que só na condição de passantes.

Aquele hiato e esta peculiaridade suscitarão o interesse pelo estudo da zona, constituindo a principal motivação para a pesquisa. Outros fatores se lhe juntaram. A observação quotidiana (consequência da atividade profissional do autor) proporcionou uma certa forma de imersão nas *invisibilidades sociais* (Dornelas, Oliveira, Veloso, & Guerreiro, 2010) que esta área da cidade encerra, em contraste com outros territórios urbanos onde as vulnerabilidades sociais são porventura mais evidentes. Também o contacto com o Projeto *Memória das Avenidas* suscitou o interesse pela sua história, num contexto de reflexão sobre o espaço urbano, as transformações da paisagem, as dinâmicas comerciais e o quotidiano de cidadãos comuns (F. Pinto, Fragoeiro, Castaño, & Seixas, 2017: 79). Por fim, a execução das obras do Eixo Central despertou a atenção sobre uma possível revitalização da zona, tanto ao nível da reorganização do espaço público como da reabilitação do edificado. Também neste trabalho se confirma que a experiência e os interesses de cada investigador

frequentemente influenciam as áreas e as questões de pesquisa, e [até] os métodos empreendidos para as investigar (Bryman, 2012: 5).

Com base nestes fatores, definiu-se então como objeto de estudo as Avenidas Novas de Lisboa, com o propósito de investigar as suas recomposições espaciais e sociais ao longo do tempo, as dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas subjacentes a essa transformação e as representações sociais que sobre a zona têm os seus residentes.

Para o desenvolvimento da investigação, e depois de uma releitura do quadro teórico mais relevante (capítulo 1), começou por se atender à história das Avenidas Novas no contexto da expansão da cidade de Lisboa. Baseada em recolha documental e na análise de fontes secundárias, esta etapa reúne alguns elementos de leitura do edificado e identifica tendências determinantes ao nível das recomposições territoriais, como se explana no capítulo 3.

Depois desta contextualização, estão criadas as condições para a delimitação física do objeto de estudo, cujo exercício é explicado no início do capítulo 4. Contrariamente ao que se esperaria, esse objeto não fica circunscrito a uma só área, mas envolve diversos níveis escalares, pela importância da relação da zona com a cidade e os concelhos que a rodeiam. Partindo de análises pré-existentes, identificam-se várias etapas na expansão urbana e na formação metropolitana da grande cidade-região de Lisboa. Recorrendo depois a fontes primárias de natureza estatística, traça-se o retrato populacional das Avenidas Novas, do concelho e da Área Metropolitana de Lisboa, decorrente dos censos de 2011.

Na sequência das dinâmicas sociodemográficas, abordam-se também dinâmicas socioeconómicas, tendo em vista complementar a imagem residencial das Avenidas Novas com o seu papel central ao nível da localização de serviços. No capítulo 5 começa por se procurar entender o equilíbrio dessas duas funções através dos anos de construção dos edifícios e dos usos a que estão afetos, com base em dados primários dos censos de 2011. A interrogação sobre a existência de um bairro das Avenidas Novas é colocada aqui, a pretexto das intervenções camarárias, precisamente perante o confronto com uma presença tão forte de serviços, como decorre da análise dos programas e projetos municipais. Preenchendo uma lacuna relativamente à informação atualizada sobre comércio e serviços, apresentam-se os resultados de um levantamento diretamente levado a cabo no terreno, e aqui mapeado a partir da georeferenciação dos estabelecimentos.

A interdependência entre as Avenidas Novas e a cidade-região está patente, entre outros aspetos, na mobilidade espacial quotidiana, a que é dedicado o capítulo 6. Retomando elementos histórico-urbanísticos e recorrendo a alguns tópicos de problematização, apresenta-se um exercício breve de observação, que introduz a abordagem empírica das práticas de mobilidade feita adiante.

Para a elaboração das componentes já referidas, realizou-se então um conjunto de entrevistas a informantes privilegiados, desde o setor autárquico aos movimentos associativos, e a especialistas em áreas diversas, a que se recorre nos referidos capítulos sobre contextualização e dinâmicas. Para os capítulos seguintes tomou-se como informação original outro conjunto de entrevistas, este realizado a atuais moradores das Avenidas Novas, com diferentes tempos de permanência na zona. O capítulo 7 abre precisamente com a caracterização desse grupo de entrevistados, e ilustra depois a análise dos resultados de um exercício realizado com os mesmos, a propósito das espacialidades associadas ao nome Avenidas Novas.

As entrevistas a estes moradores são seguidamente objeto de uma análise de conteúdo mais aprofundada, cujos resultados constituem o corpo substantivo do capítulo 8, onde se agrupam em torno de alguns tópicos os principais temas abordados – a vinda para a zona, impressões gerais, estatuto social, ideia de bairro, mobilidade espacial quotidiana e perceção da cidade em transformação –, dando voz ao discurso direto dos atores.

A partir desses tópicos, emergem então dois eixos estruturantes que se elegem para um modelo síntese, conjugando tempo-memória com sociabilidade-identidade, no qual se baseia a construção de uma tipologia com quatro perfis. Estes são então detalhados no capítulo 9, que encerra depois com quatro retratos ilustrativos daqueles perfis.

Esta abordagem às Avenidas Novas termina com a sistematização das principais conclusões e a identificação de pistas para ulteriores desenvolvimentos.

Enquadramento teórico

As cidades sempre suscitaram um fascínio sobre vários domínios do conhecimento, e também a sociologia se tem ocupado dos “‘encantamentos’ e dos ‘malefícios’ dessas muito específicas entidades da historicidade urbana, cultural e civilizacional” (V. M. Ferreira, 2004: 11). Mas as cidades não se resumem à superfície física onde decorre a vida social, e observá-las implica um esforço de contextualização, pressupondo que o contexto não é a realidade, mas uma abordagem, entre muitas possíveis, construída a partir de princípios de objetivação. Ademais, as cidades são sempre realidades transitórias, cuja dimensão plural exige que se considerem diversas perspetivas disciplinares, para desenvolver uma “sensibilidade de proximidade”, cientificamente humilde perante tão dinâmica e complexa área de estudo (Baptista, 2016).

A partir destes dois registos, o fascínio da cidade e as exigências colocadas ao trabalho sociológico, resumimos neste primeiro capítulo a revisão bibliográfica a partir do qual se criaram as condições para problematizar e definir o objeto desta investigação.

1.1. A cidade na abordagem dos clássicos

A atualidade dos clássicos continua a ser reafirmada nos estudos sociológicos contemporâneos, porque estes nos deixaram uma visão pioneira dos processos sociais, mas também porque as suas diversas perspetivas influenciaram gerações de sociólogos. Atentos ao seu legado, revisitamos o modo como analisaram as cidades, sabendo que não se interessaram particularmente pelos fenómenos urbanos (Giddens, 1984), o que se revela paradoxal quando a sociologia urbana teve uma importância tão grande nos primeiros tempos da disciplina (Savage & Warde, 2002: 7).

Quanto a Marx e Engels, as referências à cidade e aos problemas urbanos aparecem nas suas obras relacionadas com temas mais vastos como a divisão do trabalho, as forças produtivas ou as relações de produção, de harmonia com o método dialético de análise marxista que enquadra cada aspeto singular da realidade na análise da totalidade das relações sociais e determinações de que esse aspeto é parte necessária. O *lugar* atribuído à cidade nessa totalidade dos processos sociais é, ao mesmo tempo, o de reflexo e condição contingente da sociedade capitalista.

Não temos, assim, uma teoria marxista da cidade, mas antes elementos dispersos que fornecem dados empíricos sobre a realidade das cidades e a possibilidade da sua interpretação no quadro da macro visão marxista da história, da economia e da sociedade. No livro *A Ideologia Alemã* é explicado esse exercício de escala: “Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam (...) para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real” (Marx & Engels, 1980

[1933]). É o que Engels faz com a publicação do livro *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra* (1975[1845]). Nele defende que a revolução industrial ditou a supremacia do trabalho mecânico sobre o trabalho manual, o incremento do comércio, dos capitais e da riqueza nacional, mas também o aumento de um proletariado sem condições de segurança e empregabilidade estável, um autêntico “exército de reserva” que deambula à procura de trabalho, refém da intensidade da produção.

A cidade industrial é descrita por Engels como um território onde reina a indiferença, a insensibilidade e o egoísmo: “as multidões cruzam-se como se nada tivessem em comum (...) enquanto a única convenção entre elas é o tácito acordo de que cada qual segue pelo seu lado do passeio (...) ninguém se lembra de conceder ao outro um olhar que seja” (1975: 44). Esta imagem de desagregação e atomização extremas corresponde à passagem do palco da luta de classes do campo para a cidade capitalista, grande laboratório das forças sociais (Lefebvre, s.d.: 89). A cidade desempenha então, na ótica marxista, um papel histórico determinante, o de lugar de uma nova ordem e meio para a atingir. Por um lado, ao ilustrar, qual microcosmos, os processos da sociedade capitalista ocorridos a diferentes escalas, e, por outro lado, ao fornecer as condições para a luta de classes e a transição para o socialismo (Saunders, 1986: 24).

Também Max Weber viu a cidade como parte de um todo, procurando articular o desenvolvimento do capitalismo moderno com a racionalidade que o atravessa em toda a amplitude e o papel da cidade na emergência desse processo. Mas a sua perspectiva analítica é diferente. Definindo a sociologia como “uma ciência que se propõe compreender interpretativamente a ação social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos” (1995 [1922]: 584), Weber releva as ações e a consciência individual e por isso insiste na necessidade de recorrer à construção de tipos-ideais, que são construções mentais desenvolvidas com base em conhecimento empírico dos fenómenos sociais. No seu estudo *Conceito e Categorias da Cidade* (1987 [1921]), começa por encontrar os pontos comuns nas definições de cidade – um estabelecimento compacto de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, uma localidade – distanciando-se do critério ‘tamanho’ que, só por si, não considera definitivo. Para Weber a organização económica e política é bastante mais relevante, e assim procura definir a cidade como um estabelecimento onde a maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio (1987: 69).

Com base no critério económico, Weber distingue três tipos de cidades (de consumo, de produção e de mercado), esclarecendo que estas “representam, quase sempre, tipos mistos e que, portanto, não podem ser classificadas em cada caso senão tendo-se em conta [os] seus componentes determinantes” (1987: 73). O tipo-ideal weberiano para a constituição de uma comunidade urbana plena contempla o seu carácter predominantemente industrial-mercantil e requisitos evidentes como uma fortaleza, um mercado, um tribunal próprio, alguma autonomia administrativa e um carácter associativo do estabelecimento. É evidente que este tipo-ideal de cidade apenas se aplica em

determinados contextos históricos e geográficos, pois Weber pretendeu delinear o papel das cidades europeias medievais no desenvolvimento do capitalismo ocidental e demonstrar porque é que falhou a criação destas condições noutras cidades da antiguidade e noutras latitudes geográficas. Tal como Marx, a sua intenção não era, pois, desenvolver uma teoria do urbanismo, mas contribuir para uma compreensão histórica dos caminhos do capitalismo moderno.

Já a posição de Durkheim contrasta com as anteriores, desde logo pelo seu compromisso com a análise empírica. Defendendo que o social só pode ser explicado pelo social, e que os factos sociais não resultam do somatório de vontades individuais, mas de outros factos sociais, Durkheim aposta no método comparativo sistemático para a demonstração sociológica. É assim que enquadra as dimensões tempo e espaço, ao afirmar: “Só podemos conceber o tempo na condição de nele distinguirmos momentos diferentes. (...) Um calendário exprime o ritmo da atividade coletiva ao mesmo tempo que tem por função assegurar a sua regularidade. (...) O mesmo se passa com o espaço. Para podermos dispor espacialmente as coisas, precisamos de as poder situar diferentemente (...) do mesmo modo que, para podermos dispor temporalmente os estados de consciência, precisamos de os poder localizar em datas determinadas, o que quer dizer que o espaço não seria o que é se, tal como o tempo, não fosse dividido e diferenciado.” (2002 [1912]: 14-15) .

Em *A Divisão do Trabalho Social* (1977 [1893]), Durkheim estuda as diversas formas de solidariedade social, defendendo que a era industrial trouxe transformações que resultaram na transição de uma solidariedade mecânica para uma solidariedade orgânica. Em contraste com as sociedades tradicionais, onde havia um nível reduzido de divisão do trabalho, a maioria dos seus membros tinha ocupações semelhantes e estava unida por uma experiência comum e por crenças partilhadas, a indústria e a urbanização trouxeram uma divisão do trabalho assente numa maior especialização e diferenciação, conducentes a uma solidariedade baseada na interdependência e na reciprocidade crescente entre as pessoas. É com a explicação deste processo que a análise das cidades ganha relevo. Durkheim destaca duas causas do aumento da divisão do trabalho social, na prática inseparáveis, a densidade material (concentração populacional numa determinada área) e a densidade moral (aumento da interação das relações sociais). Esse aumento está expresso na urbanização: “as cidades resultam sempre da necessidade que leva os indivíduos a manterem-se, de uma maneira constante, em contacto tão íntimo quanto possível uns com os outros” (1977: 38).

Para Durkheim “a divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades e, se ela progride de uma maioria contínua no decurso do desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e muito geralmente mais volumosas” (1977: 42), dando espaço a formas reveladoras de desregulação moral. Por isso conclui que “as grandes cidades são focos incontestáveis do progresso [porque] é nelas que ideias, modas, costumes, novas necessidades se elaboram, para em seguida se divulgarem no resto do país” (1977: 81), mas, ao mesmo

tempo, a liberdade individual que decorre do anonimato da cidade e da impossibilidade de a coletividade impor um único código de conduta moral aponta no sentido do reverso patológico da vida moderna.

A revisão dos fundadores da sociologia permite-nos perceber que convergem ao atribuir à cidade moderna o papel de expressão visível do desenvolvimento da sociedade como um todo, em comparação com a cidade medieval, essa historicamente mais significativa. Nas suas teses ressalta a ideia de que a cidade não funciona autonomamente da sociedade da qual faz parte, o que é relevante para a discussão em torno da pertinência de uma sociologia urbana. Para aí chegar importa ainda convocar dois contributos que influenciam a constituição desse subdomínio especializado. Um deles é o de Tönnies (1979 [1887]), que aborda o enfraquecimento das comunidades tradicionais, assentes em relações de vizinhança pessoais e estáveis, onde era claro o entendimento da posição social de cada um. Na sua ótica, a urbanização impõe uma transformação irreversível da vida social, substituindo os laços tradicionais por laços de curta duração, transitórios e instrumentais. Embora admitindo que em todas as sociedades coexistem laços de ambos os tipos, reconhece como irredutível a tendência no sentido de uma sociedade individualista. As dicotomias cidade-campo, ou urbano-rural que a sociologia vem a explorar depois, manifestam clara influência desta abordagem.

Outro contributo decisivo para a sociologia urbana é o de Simmel. Autor prolixo, interessa-se pelos microuniversos e pelo mundo sensível, adotando um estilo predominantemente ensaístico para abordar os mais variados temas, como a vida nas grandes cidades. O contexto de partida é a agitada cidade metropolitana de Berlim, cerca de 1900, da qual se assume como um observador próximo da dinâmica vida social e um devoto do seu meio sociocultural diversificado, como reconhece num raro apontamento biográfico (Scaff, 2004).

Em *A Metrópole e a vida do Espírito* (2001 [1903]), Simmel desenvolve a ideia de que a base psicológica da individualidade metropolitana assenta na intensificação da vida emocional. Por oposição às pequenas localidades e à vida rural, a grande metrópole oferece uma tão grande variedade de estímulos e uma tal agitação que fazem que os indivíduos desenvolvam uma capacidade protetora contra a profunda perturbação e as discontinuidades que marcam o ambiente externo. O homem metropolitano reage de forma mais racional e menos emotiva. Esta forma de estar relaciona-se com diversos fatores, entre os quais a economia monetária, que tem na metrópole sempre a sua sede por excelência: “O dinheiro põe em destaque aquilo que é comum, ou seja, o valor de troca, e reduz a um nível puramente quantitativo tudo quanto é qualitativo e individual” (2001: 33). A grande cidade e a economia monetária, na sua relação estreita, estão assim na base de tendências mentais típicas como o espírito calculista, a noção de avaliação (ao converter em quantitativo aquilo que é qualitativo) e um grau de precisão como o que está associado, por exemplo, à generalização dos relógios de bolso.

Segundo este autor, o fenómeno psíquico mais associado à vida na metrópole é a atitude *blasé*, um fenómeno de adaptação à vida sensorial imoderada e ao frenesi da grande cidade, que resulta numa certa indiferença que não percebe as coisas como significantes, e cuja leitura permanece num colorido homogéneo, monótono e cinzento. E associa tal atitude ao dinheiro: “Esta disposição psíquica é o puro reflexo subjetivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do ‘quanto custa’” (2001: 35). Na grande cidade os indivíduos adotam frequentemente esta atitude de reserva, ignorando no bairro os vizinhos de longa data. Ao acionar o distanciamento e até a antipatia, o homem metropolitano assegura a sua sobrevivência num contexto marcado pela grande escala e pela complexidade, de onde resulta que aquilo que parece uma dissociação se revela, afinal, como uma forma elementar de socialização. Simmel insiste nesta ideia também na sua obra maior, *A Filosofia do Dinheiro* (Simmel, 2004b [1907]): “Os apertos e a agitação confusa do tráfego da grande cidade seriam insuportáveis... sem distanciação psicológica. O estarmos fisicamente tão próximos de um número tão grande de pessoas, como acontece na atual cultura urbana (...) levaria ao desespero total dos indivíduos se aquela objetivação da natureza das relações não trouxesse consigo um limite e uma reserva interiores. As relações dominadas pelo dinheiro, manifestas ou disfarçadas de mil maneiras, introduzem uma distância funcional entre as pessoas (...), que funciona como defesa interior (...) contra uma proximidade demasiado impositiva” (como citado em Benjamin, 2019: 577).

Para além destas referências, a sua abordagem à cidade surge ainda nos estudos de pendor estético sobre Roma, Florença e Veneza e no ensaio *A Ruína* (Simmel, 2019 [1911]). Esta trilogia revela uma leitura complexa da vida urbana e seus desafios, como afirma Fortuna, reconhecendo que a validade de Simmel enquanto clássico da sociologia “não reside na sua capacidade de oferecer respostas atualizadas às inquietações do presente [mas] no valor heurístico que a releitura destes textos acrescenta à capacidade de interrogar sociologicamente a realidade das cidades e metrópoles de hoje” (2020: 62). É o que faz, por exemplo, Carmo, a propósito do ensaio *O Estrangeiro* (Simmel, 2004a [1908]), viajante em potência que o novo modo de vida urbano incorpora (Carmo: 2014: 149-166).

1.2. Contexto e sentido de uma sociologia urbana

A influência de Simmel ao nível dos estudos urbanos é grande no que se vem a designar por Escola de Chicago, particularmente ativa na primeira metade do século XX, em torno das figuras de Robert Park, que estudou com Simmel em Berlim, Ernest Burgess e Louis Wirth. O Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago assume então um papel preponderante nos Estados Unidos, através da revista *American Journal of Sociology*, na qual são divulgados muitos estudos empíricos sobre a cidade.

A ecologia urbana e o urbanismo como modo de vida constituem os dois principais conceitos desenvolvidos por estes autores.

Foi amplamente disseminada a representação ideal-típica do crescimento da cidade a partir dos padrões de uso do solo de Chicago. Burgess utilizou este modelo para demonstrar a importância dos processos ecológicos na expansão das cidades, feita de sucessivas ocupações em áreas concêntricas (Savage & Warde, 2002: 10). Nesta dinâmica de localização, movimento e realocação, o centro fica entregue às grandes empresas e à habitação degradada, seguindo-se os bairros antigos onde moram os trabalhadores manuais, e, mais longe, os subúrbios onde se instalam os residentes abastados. Entretanto, os grupos étnicos e minoritários ocupam o centro degradado, acelerando a deslocação em massa da população preexistente para as zonas mais exteriores (Giddens, 2013: 224). Há uma ligação clara entre este modelo e a preocupação com as questões da desagregação social, encarada como causa da delinquência e da criminalidade. Ela é refletida num notável conjunto de pesquisas etnográficas sobre gangues, migrantes, vagabundos e acompanhantes femininas, que surgem em resposta às muitas questões colocadas por Park (1987).

A cidade é assim plenamente assumida como o laboratório social da natureza humana, como defende Wirth. O seu texto *O urbanismo como modo de vida* é frequentemente considerado um prolongamento do texto sobre *A Metrópole* de Simmel. Wirth toma a *dimensão*, a *densidade* e a *heterogeneidade* como fatores causais da cultura urbana, i.e., variáveis independentes, responsáveis pelo isolamento social e pela desorganização social da vida na cidade. Desta forma, aproxima-se também de Durkheim. Ao afirmar que a vida urbana se pauta pelo isolamento e pela desorganização social, em virtude de todas as cidades serem grandes, densas e heterogêneas, Wirth representa a vida urbana com as marcas da anomia e do vazio social, da competição e da tolerância, da insegurança e da imprevisibilidade (Fortuna, 2001: 12).

As ideias da Escola de Chicago ganham um acolhimento generalizado, em face do aumento da dimensão das cidades e dos problemas sociais. Mas, nos anos 1950-60 emergem críticas ao paradigma da Escola de Chicago, que Savage e Warde resumem assim: as pessoas sós poderão não estar em maioria nas cidades, tal como nem sempre os marginalizados ocupam o centro, antes vivem em solos públicos periféricos; existem laços de vizinhança nos bairros da cidade, tal como há indiferença nos campos, ocupados por urbanitas em segunda habitação; estudos revelam a condição heterogênea da vida urbana, não necessariamente individualista e anômica, patente num mundo social quotidiano onde coexistem diversos estilos de vida (2002: 28). Um certo determinismo ecológico da Escola de Chicago, de inspiração evolucionista, é também criticado por ocultar o confronto dos diferentes níveis de poder e as lógicas de dominação e de violência, embora admitindo a competição dos seres humanos, ora cooperativa ora conflitual (Lopes, 2002: 34). Para além dos elementos políticos, os estudos sobre a cidade foram parcialmente expurgados dos elementos literários, arquitetónicos,

geoespaciais e outros que haviam configurado a sua complexidade e especificidade, um empobrecimento traduzido na transformação da cidade-sujeito em cidade-objeto da sociologia urbana (Fortuna, 2001: 4).

Depois da II Guerra Mundial, chega ao fim a hegemonia desta escola, que constituía nos anos 1930 “o cerne da capacidade analítica e interpretativa” da sociologia urbana, a ponto de se permitir propor um sentido de territorialidade “que implicava reconhecer a ordem espacial de Chicago e a sua evolução no tempo como modelo incontornável, a reproduzir por qualquer cidade do Globo” (Fortuna, 2020: 28). Entretanto, os interesses da sociologia deslocam-se para macro temáticas, como a ordem social, e o conceito de classe social domina várias subdisciplinas. A sociologia urbana prossegue o seu trabalho, ocupando-se essencialmente do planeamento urbano, até embater na crítica de dois teóricos marxistas que procuram, de maneiras diferentes, remodelar os estudos urbanos, Lefebvre e Castells.

Lefebvre acusa a teoria urbana e a prática do planeamento de negarem o inerente carácter político do espaço, propondo-se desenvolver um conjunto de ideias para estimular a ação radical contra o que considera um novo modo de dominação capitalista da vida quotidiana (Saunders, 1986: 156). Na sua perspetiva, o espaço é e sempre foi político e estratégico: “O espaço (social) é um produto (social)” (Lefebvre, 2000 [1974]: 39) e a produção do espaço pode ser comparada à produção de qualquer tipo de mercadoria. Interessando-se pelo espaço como produto das sociedades capitalistas, dos seus processos e contradições, defende mais uma teoria da produção do espaço do que uma ciência do espaço. Também não pretende igualar o *urbano* com o do objeto físico da cidade, mas baseá-lo em três conceitos relacionados – *espaço, vida quotidiana e reprodução das relações sociais capitalistas* (Saunders, 1986: 159).

Para Lefebvre, o espaço social não pode ser confundido com um espaço vazio, um vácuo preenchido, um contentor de coisas diversas. Porque o espaço adquire uma espécie de realidade própria, muito semelhante àquelas assumidas pelo mercado e pelo dinheiro (Lefebvre, 2000: 35). O espaço não é um cenário, um lugar passivo de relações sociais, mas incorpora os atos sociais, as ações dos sujeitos, tem um papel ativo enquanto conhecimento e ação do modo de produção existente. Porém, adverte, é preciso descartar qualquer correspondência simplista, termo a termo, entre as ações e os lugares sociais, entre as funções e as formas espaciais. Lefebvre encara a crise urbana como a oportunidade que é dada à libertação humana: devem organizar-se movimentos com o propósito de aproveitar as forças produtivas para as necessidades sociais. E isso exige uma estratégia que ligue a periferia, não só no sentido geográfico, mas também no sentido dos grupos subalternizados, ao movimento trabalhador, e organize tanto a produção como a vida quotidiana para a autodeterminação (Saunders, 1986: 161). O seu livro *O Direito à cidade* consubstancia não um direito de visita ou regresso às cidades tradicionais, mas um “direito à vida urbana, transformada e renovada” (Lefebvre, 2012 [1968]: 119).

A outra crítica vem de Castells, cuja obra *A Questão urbana* (1975) tem tanta repercussão que domina o debate nos anos de 1970. Nela, recorre à análise do processo histórico de urbanização para abordar o que chama o mito da cultura urbana, convocando depois as questões da estrutura urbana, das políticas e dos processos que se desenvolvem por detrás da crise urbana. Distanciando-se de Lefebvre, Castells procura contrapor aos estudos urbanos não uma ideologia, mas uma proposta científica, defendendo que toda a disciplina precisa de um objeto teórico específico. Em *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana* (Castells, 1984), parte da dependência da disciplina em relação à Escola de Chicago para explicar os bloqueios inerentes ao tratamento da cidade como variável sociológica. Por um lado, mais do que um laboratório, na visão de Park, a cidade foi tomada como variável independente. O urbanismo como modo de vida, na perspectiva de Wirth, é, de facto, uma variável explicativa (Castells, 1984: 27). Por outro lado, na linha de Burgess, o crescimento urbano em zonamento concêntrico progressivo pressupõe reconhecer a cidade como um produto da história e um reflexo da sociedade, ou seja, como variável dependente. Como delimitar um objeto de estudo e formular hipóteses nesta encruzilhada? O espaço é uma página em branco ou mantém uma relação dialética com os processos sociais? Castells responde “A sociologia existe justamente a partir da compreensão do mundo social como conjunto integrado por elementos naturais e por elementos construídos, que constituem uma estrutura não só indissolúvel no real, mas analiticamente indissociável” (1984: 34)

“À procura do objeto perdido”, Castells reconhece não ser possível continuar a falar de atitudes urbanas, nem “isolar os efeitos da urbanização a nível da cultura global da sociedade” (1984: 48) e procura reconstruir a disciplina em torno do consumo coletivo e dos movimentos sociais urbanos. Reage à emergência de uma nova realidade urbana com uma *nova sociologia urbana*, mas tal renovação dissipa-se seguidamente perante a emergência da sociedade da informação. Esta etapa ficará conhecida sobretudo pelas controvérsias em torno do objeto disciplinar. É neste contexto que a sociologia dos territórios dá, em Portugal, os seus primeiros passos.

1.3. Do fenómeno urbano aos processos socioespaciais

As questões urbanas e territoriais ganham visibilidade na investigação sociológica em Portugal no final do período de institucionalização desta disciplina, e mantêm-se ativas até à institucionalização avançada, nos nossos dias. Podemos falar de cidade e território como um novo domínio clássico, isto é, um domínio consolidado que não remonta aos primórdios da investigação sociológica portuguesa, mas que se torna clássico dada a sua atividade contínua desde o princípio da década de 1980 (Machado, 2020). Esta atividade ininterrupta parte das macro análises dos processos de transformação territorial, passando depois pelo estudo de fenómenos de grande impacto como a construção da ponte

25 de Abril, planos de realojamento, intervenções de reabilitação urbana, acontecimentos mundiais como a Expo'98, e chega à atualidade com atenção a fenómenos novos, tais como a nobilitação urbana, a construção de condomínios fechados e soluções habitacionais inovadoras que configuram novos estilos de vida.

Selecionamos neste ponto a referência a algumas análises de processos socioespaciais, identificando um primeiro marco teórico-conceptual expresso no artigo de Ferreira (1986) sobre a emergência de uma *teoria regional do urbano*, onde propõe um modelo de análise dos processos de metropolização, estruturação territorial e diferenciação urbana. Tal como num texto anterior, dedicado à política urbana do Estado Novo (1983), o autor explora um conjunto de conceitos – *cidade e campo, espaço e território, segregação socioespacial e efeito cidade* – que desenvolve depois noutros trabalhos. Neles é bem patente uma trajetória do niilismo urbano à positividade do território, na construção de um espaço problemático, onde o *urbano* também acaba por perder a sua carga negativa e afirmar-se como um instrumento analítico adequado a determinados contextos (V. M. Ferreira, 1992).

A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole (1987) constitui uma obra fundamental para o entendimento da forma como a cidade de Lisboa se reconfigurou, no plano sócio-urbanístico, ao longo do séc. XX. Nela se estuda como, depois de séculos de crescimento urbano assente num movimento centrípeto em torno do centro histórico, a cidade tomou uma direção contrária, centrífuga, através de um processo de preenchimento que constitui a naturalidade do crescimento urbano da cidade e, simultaneamente, a dinâmica-base de constituição da aglomeração metropolitana. Segundo Ferreira, para o perfil sócio urbanístico de Lisboa concorre tanto o processo urbano como o modo de urbanizar. Depois do plano de Ressano Garcia para as Avenidas Novas, a marca decisiva vem sobretudo com o autoritarismo político e o ordenamento urbano do Estado Novo, num crescente controlo urbanístico e numa progressiva segregação sócio espacial. Como centro da metrópole, Lisboa configura também um efeito de *miragem urbana*, ao funcionar como polo de atração de trabalhadores migrantes de todo o país, que não encontram oferta habitacional e assim se veem expulsos para a periferia (Ferreira, 1987: 108), fenómeno concomitante com o crescimento dos bairros clandestinos (A. F. Ferreira, Guerra, Matias, & Stussi, 1985).

Sobre as transformações do território destacamos um artigo de Baptista (1994), no qual analisa estatísticas oficiais sobre as cidades mais populosas do país, fundamentando aquilo que designa por *dominação demográfica* de Lisboa no séc. XX português. Nele argumenta que a conquista das periferias internas e externas à cidade constitui a ‘marca’ específica de Lisboa, na sua relação com o continente, gravada na história da cidade, a partir da década de 1940, e da área metropolitana, a partir dos anos 1960. Já antes, este investigador dedica a sua tese de mestrado ao estudo do Bairro do Rego, onde são referidas as Avenidas Novas na comparação com aquele bairro (Baptista, 1987). Destacamos

nesta pesquisa a sua contextualização nas dinâmicas sociodemográficas inerentes ao processo de metropolização, tema a que o autor volta na sua tese de doutoramento (Baptista, 1996).

Na mesma linha, Nunes aborda os processos territoriais sob a perspectiva da suburbanização da área de Lisboa e morfogénese da metrópole, fornecendo-nos uma leitura dinâmica da região ao relacionar o peso relativo das diversas partes no todo (Nunes, 2011). Explora o ritmo da formação metropolitana, através de um *índice de povoamento*, assim como o desenvolvimento populacional da área metropolitana a partir de um *indicador de concentração* a nível de freguesia. O resultado é a sucessão de quatro imagens territoriais, referenciadas a quatro marcos intercensitários: 1940 – Grande Lisboa; 1960 – Emergência da Metrópole de Lisboa; 1981 – consolidação metropolitana; 2001 – Lisboa Metrópole. Nunes volta a este processo ao analisar *O programa Habitações de Renda Económica na década de 1960*, confrontando o programa de alojamento social com o universo da habitação clandestina, no que assume ser simultaneamente um contributo para a história social da metrópole e para a sociologia da condição e da experiência suburbanas (2013).

São variadíssimos os estudos específicos sobre a experiência suburbana, como também são muitos aqueles que tratam da condição e experiência dos que ficam na cidade de Lisboa, privilegiando as questões habitacionais e os processos de realojamento. Também o centro histórico de Lisboa é alvo de vários estudos que procuram acompanhar os processos de reabilitação urbana de iniciativa municipal. Investigadores e interventores técnicos passam a usar todo um novo léxico – revitalização, renovação, requalificação, regeneração, reabilitação ... urbana – que ainda hoje suscita leituras pouco consensuais. A esse propósito, damos nota de um contributo que considera o conceito de *revitalização urbana* o mais englobante para traduzir a reanimação de partes da cidade e também aquele com mais apetência estratégica (Moura, Guerra, Seixas, & Freitas, 2006). Dentro desse conceito distinguem-se quatro níveis: a *renovação urbana*, operação que corresponde à demolição de edificado e sua substituição por construção nova; a *reabilitação urbana*, processo de readequação de edifícios; a *requalificação urbana*, instrumento que combina construção e recuperação de equipamentos; e a *promoção urbana*, políticas de retaguarda da gestão e do processo de revitalização. São também distintas as consequências que cada nível prevê: a renovação implica a retirada dos residentes dos centros históricos para as periferias; a reabilitação, pelo contrário, prevê a sua manutenção em paralelo com a valorização do património histórico-arquitetónico; a requalificação remete mais para a introdução de qualidades de acessibilidade e valorização económica, cultural e social; e a promoção relaciona-se com as estratégias de marketing urbano.

Detalhamos esta especificação, pela sua pertinência analítica, apontando as limitações do conceito para integrar outros processos que, entretanto, se acentuam nos últimos anos, designadamente o *regresso à cidade* e a *turistificação*, como veremos adiante. Antes, importa referir uma investigação levada a cabo no Bairro de Alfama durante cerca de 20 anos, a qual se confronta,

entre outros aspetos, com um processo de reabilitação urbana (Costa, 1999). Tomando como fio condutor de problematização teórica a discussão do problema da identidade cultural, o trabalho inicia-se com um estudo sobre o fado amador neste bairro popular da capital, evoluindo depois para uma pesquisa de terreno, enquanto procedimento metodológico principal, traduzido na presença continuada junto das pessoas e das situações, com recurso à utilização de uma pluralidade de métodos.

Constituindo um caso exemplar de *investigação empírica teoricamente orientada*, a pesquisa desenvolve-se “como um encadeamento de problemas de investigação, abordados a partir de uma plataforma de observação construída de maneira continuada, sucessivamente renovada ao longo dos anos, e, de cada vez, ajustada às mudanças e às novas dimensões de análise” (1999: 7). A possibilidade da reabilitação do bairro é uma dessas oportunidades de mudança perante a qual o investigador responde ao imperativo ético de não abandonar a população. Para além da relevância deste trabalho para o conhecimento aprofundado de uma área de Lisboa com elevada *visibilidade* e *visitabilidade*, a partir de um modelo analítico sobre classes sociais, padrões culturais e quadros de interação, esta é uma obra incontornável no plano metodológico, não só pelos instrumentos utilizados, mas também pelas reflexões epistemológicas que suscita. Efetivamente, quando surge a oportunidade da reabilitação física do bairro, já este fora alvo de uma reconstrução das representações simbólicas acerca do bairro, no confronto entre identidade cultural e degradação habitacional, a que não é alheia a presença e a ação do próprio investigador. Assim se colocam renovadas questões cognitivas e deontológicas na relação entre investigador e objeto de investigação.

Numa latitude diferente, mas com semelhante relevância metodológica, se situa a revisitação à coletividade de Fonte Arcada, próxima da Área Metropolitana do Porto, por referência a um estudo aí realizado três décadas atrás. Já a primeira pesquisa concedera à problematização teórica um papel preponderante sobre a formulação de hipóteses e meios operativos para a sua confirmação empírica, subordinando a observação a questões teóricas pré-definidas, como forma de proteger as operações de pesquisa de saberes desfasados do conhecimento sedimentado e empiricamente validado e evitar a atomização dos objetos de pesquisa. Da mesma forma, atribuía às técnicas de análise extensivas um carácter complementar relativamente às intensivas, mas devendo precedê-las, pois só após a identificação de regularidades à escala regional e nacional, “ganham sentido, relevância e pertinência sociológica os traços locais que importa explorar (...) e restituir em profundidade (...) através da observação intensiva (Pinto et al., 2010: 24).

Embora mantendo o rumo epistemológico relativamente à pesquisa inicial, a revisitação confronta-se com novos desafios teóricos e novos problemas sociológicos, relacionados com a transformação da sociedade portuguesa em geral, e do espaço social rural em particular, mesmo nas envolventes das áreas metropolitanas, com a intensificação da mobilidade pendular e as

recomposições das bacias de emprego, cujos efeitos afetam os padrões de relações sociais das coletividades locais. Como notam os autores, o processo de urbanização do país faz-se de diversidades e discontinuidades, podendo coexistir no mesmo território formas de cosmopolitismo e impessoalidade a par de espaços de sociabilidade densos e relativamente herméticos, o que coloca interessantes questões ao nível das escalas de análise. Por um lado, não se podem considerar as localidades como microcosmos delimitados por fronteiras administrativas, pois a abordagem dos processos sociais locais implica a contextualização de uma variedade de campos exógenos, mas, por outro lado, é ao nível daquelas delimitações físicas que há maior disponibilidade de informação estatística padronizada. Além disso, a pertença institucional de uma pequena comunidade a uma referência de grau superior produz efeitos sociais não negligenciáveis (2010: 46).

Esta investigação demonstra as profundas alterações das estruturas económico produtivas locais verificadas em três décadas, assim como a intensificação da mobilidade espacial quotidiana, primeiro polarizada pelo Grande Porto e evoluindo posteriormente para destinos cada vez mais diversos e percursos cada vez mais extensos, de onde resulta uma maior permeabilidade da população local aos estilos de vida urbanos. Porém, e ao contrário do que seria de esperar, o *peso do lugar* não perdeu a sua importância, seja pela ligação que a componente natural do território mantém no quadro de relações simbólico-sociais da população, seja pelo apego renovado à casa e aos espaços de vizinhança. Também os sinais de desintegração que pareciam afetar irremediavelmente as modalidades de entreajuda, interconhecimento e vizinhança nos anos 1970, por força de uma recomposição da estrutura de classes, não mantêm as tendências perspetivadas, pois as questões de classe são secundarizadas pelo fechamento doméstico e pelo individualismo familista. No âmbito das representações coletivas do espaço, releva-se a combinação de processos identitários paradoxais e a hibridiz das referências identitárias, quando os atores se definem essencialmente pela sua mobilidade pendular, que afeta a estrutura dos espaços de pertença e a relação com os espaços de referência, tornando mais complexa a abordagem dos fenómenos sociais.

Questões como articulação da pesquisa sociológica com o cinema documental, e os modos de lidar com o problema da interferência, ou a utilização de cartografia na pesquisa sociológica são outros contributos originais deste projeto coletivo. Apesar de os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto se ocuparem de objetos de estudo mais distanciados do objeto físico da presente investigação, constituem ainda assim referências inspiradoras no campo da sociologia urbana, com oportunos contributos metodológicos e epistemológicos. Referimos ainda, a este propósito, dois estudos sobre a política habitacional no Estado Novo, e sua evolução do modelo unifamiliar do Programa de Casas Económicas (V. B. Pereira & Queirós, 2012) para o modelo de habitação plurifamiliar em altura assumido no *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* de 1956 (Gonçalves, Tavares, Queirós, Fernandes, & Pereira, 2016), e também um outro sobre as

intervenções urbanísticas e habitacionais desenvolvidas pelo Estado no centro histórico do Porto nos últimos 60 anos, enquadrado pelas transformações socioeconómicas que antecedem, viabilizam e acompanham tais intervenções (Queirós, 2015).

1.4. Uma sociologia para a cidade globalizada

Entretanto, prosseguem os esforços de reabilitação de uma sociologia das cidades na era informacional, como ilustra o texto de Sassen, intitulado *Sociologia Urbana no séc. XXI* (2007). Nele recorda as dificuldades inerentes à cidade como objeto de estudo e à própria definição de cidade, apontando desafios que se colocam hoje perante grandes cidades onde se intersejam variadíssimos processos globais e locais. Na sua perspetiva, há um determinado tipo particular de cidade na economia mundial, desenvolvido desde meados da década de 1980, que assenta em mudanças significativas a nível de setores de atividade e forte ascensão de serviços complexos, mantendo ainda semelhanças com outras cidades que não são globais. Sassen chama a atenção para um novo tipo de sistema urbano, no qual as cidades são cruciais no plano da coordenação internacional, apesar de nem todas as cidades, mesmo as grandes, integrarem este sistema (2007: 480).

Foi esta socióloga que cunhou o conceito de *cidade global*, inicialmente desenvolvido num estudo sobre as cidades de Nova Iorque, Londres e Tóquio, onde estão sediadas grandes empresas transnacionais ligadas a serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria (Sassen, 1991). Com histórias diferentes, estas cidades já eram centros de comércio internacional, mas manifestam agora mudanças comuns, ao acolher os postos de comando da economia mundial e ao funcionar como lugares chave de influência empresarial, centros de produção, inovação e transação de serviços e bens financeiros. Sassen descreve pormenorizadamente uma série de processos que não são urbanos, pois o que caracteriza a cidade global não é o espaço físico dos centros financeiros, onde se misturam organizações nacionais e multinacionais. Para lá dessa infraestrutura visível, de estatuto relativamente estandardizado, a cidade global é algo mais complexo, é uma “fronteira” que permite aos atores globais entrar nas economias nacionais, uma plataforma para globalizar o acesso aos recursos. E é também a zona onde as velhas espacialidades e temporalidades nacionais se envolvem com as novas da era digital, a fronteira da desnacionalização do tempo e do espaço (Sassen, 2005).

Sassen demonstra o seu interesse por formações complexas, sejam elas cidades, estados nacionais ou fluxos migratórios. Não está focada na urbanização da sociedade nem nas mudanças sociais, mas em expor o que é menos visível na condição urbana, a injustiça social nos muitos modos em que ela acontece, encarando assim a cidade global como uma perspetiva analítica. Mais do que a competição entre cidades, sempre existente num mundo globalizado, o que releva é o desenvolvimento de uma nova formação social resultante de um número crescente de cidades estar envolvido em dinâmicas

transfronteiriças e redes transnacionais, como é bem patente no livro *Cidades numa Economia Mundial*, já várias vezes reeditado com atualização de dados (Sassen, 2012).

Voltando ao artigo sobre a sociologia urbana, Sassen não encara este novo tipo de cidade como um degrau numa hierarquia regional, mas como uma localização territorial ou escalar onde tem lugar uma complexa grelha de processos cruzados (2007: 477). Esta perspetiva recupera a importância do *lugar* na análise das grandes dinâmicas não urbanas, em contexto de globalização, e reintroduz o lugar no estudo das cidades, encarando-as como lugares estratégicos. Face à dispersão espacial das atividades económicas, que fez prefigurar o fim das cidades, é preciso explicar o que representa o fenómeno simultâneo da concentração de atividades profissionais altamente especializadas num crescente número de cidades. Ora, “o que empiricamente está cada vez mais comprovado é que as empresas e os mercados que operam em múltiplos locais nacionais e configurações globais precisam de locais centrais onde realizar o trabalho altamente especializado que faz andar o sistema global” (2007: 478), locais esses que são ocupados por profissionais de alto nível, mas também por toda uma vasta força de trabalho que lhes dá apoio, tanto no plano profissional como pessoal. Por outro lado, as cidades globais configuram velhas e novas desigualdades: “Se considerarmos que as grandes cidades concentram tanto os setores que lideram o capital global como uma parcela crescente de populações desfavorecidas – imigrantes, muitas das mulheres desfavorecidas, geralmente pessoas de cor, e nas megacidades dos países em vias de desenvolvimento, massas de moradores de favelas – então podemos ver que as cidades se tornaram um terreno estratégico para toda uma série de conflitos e contradições” (2007: 483).

Esta realidade tem uma clara dimensão política, na medida em que as empresas estrangeiras e os agentes de negócios internacionais assumem cada vez mais, como novos utilizadores da cidade, o direito de escolher locais para fazer negócios, reconstituindo espaços estratégicos para a imagem da cidade e alterando a sua forma. O resultado é uma cidade frágil, cuja sobrevivência depende de uma economia de alta produtividade, de tecnologias avançadas e da intensificação de trocas, uma cidade de aeroportos, áreas comerciais de alto nível, hotéis e restaurantes de luxo. No seu extremo estão talvez aqueles a quem resta a violência para fazer ouvir as suas reivindicações sobre a cidade. Por isso, defende Sassen, é preciso voltar à profundidade de envolvimento com as áreas urbanas e ao esforço dos mapeamentos detalhados, à semelhança das pesquisas da Escola de Chicago. E aponta desafios à sociologia urbana, a começar pela necessidade de novas categorias analíticas e de um reforço das pesquisas em torno de novas questões: perceber se estas cidades se estão a desconectar dos seus sistemas urbanos nacionais; se estas tendências aumentam formas de desigualdade entre cidades e dentro das cidades; conhecer o emergente conjunto de redes transfronteiriças envolvendo atores pobres e geralmente desfavorecidos, que contrariam a imagem associada à falta de capital social e conexão dos pobres urbanos.

Num artigo também intitulado *Sociologia Urbana no séc. XXI*, Castells retoma o debate sobre a disciplina para falar agora de uma “novíssima sociologia urbana”, tão emergente quanto hipotética, capaz de responder a um novo mundo urbano, marcado pela revolução tecnológica e da informação, pela reestruturação socioeconómica e por novos movimentos socioculturais (Castells, 2002b). Um mundo crescentemente urbanizado, em que as metrópoles são agora constelações urbanas espalhadas por vastos territórios, por vezes regiões sem nome nem cultura distintiva, obedecendo a uma lógica policêntrica de integração funcional e diferenciação social; onde a Internet e os transportes rápidos permitem simultaneamente a concentração e a descentralização espacial; onde as relações sociais são marcadas por individualismo e comunalismo; onde as mudanças na família são também mudanças no habitar; onde emerge a empresa em rede; onde surgem condomínios privados para os ricos e territórios segregados para os pobres; e onde os movimentos sociais urbanos não desapareceram, mas se debatem pela comunidade local e pelo ambiente... – é este o contexto em que devemos repensar as questões, os temas e as perspetivas da sociologia urbana nos próximos anos (2002b: 13).

Castells convoca o conceito de *cidade global*, considerando que este não se refere a qualquer cidade em particular, mas à articulação global de segmentos de muitas cidades numa rede eletrónica de dominação funcional à escala planetária. A cidade global é mais uma forma socioespacial do que uma distinção entre cidades. Num ambiente construído em que os meios de comunicação eletrónica estão crescentemente incorporados em toda a parte, o tecido urbano torna-se numa em-topia: “materialmente falando, o espaço de fluxos dobra-se no espaço de lugares”, embora a experiência *on line* e a experiência *face a face* se mantenham específicas (2002b: 14). Assim, o tema da integração volta às prioridades da sociologia urbana, embora o que esteja em causa seja agora a partilha da cidade por culturas e identidades irreversivelmente distintas. A semiótica urbana ganha relevo, perante o surgimento de novas formas de centralidade simbólica. O estudo dos espaços públicos, como locais de interação social espontânea, destaca-se, a par da sociologia das comunidades virtuais, num mundo onde a comunicação eletrónica prevalece e o teletrabalho pode vir a reconfigurar a mobilidade espacial. Os movimentos sociais recorrem agora à Internet para a mobilização.

Para estudar estas novas cidades híbridas, são precisos novos conceitos: *redes, espaço de fluxos, espaço de lugares, comunidades (físicas, virtuais, face a face), lugares móveis, locais desligados, links de inclusão, movimentos sociais globais, tempo e espaços compartilhados, regimes de tempo-espaço, individuação, comunalismo, constelações urbanas, monumentalidade urbana, centralidade multi-nodal*, etc. No entanto, Castells alerta para a necessidade de esta novíssima sociologia urbana não esquecer as persistentes questões de pobreza urbana e da exclusão social, pois estudos recentes mostram um aumento da marginalidade urbana e das desigualdades na sociedade em rede, como o “apartheid tecnológico” na era da Internet. Aponta como fronteira final para a disciplina um estudo

de novas relações entre tempo e espaço, afirmando que atualmente é o espaço que estrutura o tempo, ao contrário do que acontecera na sociedade industrial, onde a urbanização afirmava o progresso universal e apagava as tradições e culturas tradicionais. Esta novíssima sociologia urbana deve aproveitar as potencialidades das novas tecnologias de informação, como objeto e como ferramenta, mas também voltar às origens, à pesquisa de terreno. E “os sociólogos urbanos terão de continuar a ter paixão por cidades e empatia pelos seus concidadãos” (2002b: 19).

Este texto está em linha com os trabalhos mais recentes deste autor sobre a sociedade na era da informação. Na obra *A Sociedade em Rede*, Castells dedica um capítulo ao espaço e outro ao tempo, que considera serem “as principais dimensões materiais da vida humana”, defendendo efetivamente que “o espaço organiza o tempo na sociedade em rede” (2002a: 493). Ao analisar a mudança dos modelos de localização das atividades económicas, regista a concentração espacial da camada superior dessas atividades nos centros urbanos nodais de alguns países, particularmente em importantes áreas metropolitanas. Com efeito, o novo espaço industrial situa o processo produtivo em diversas localizações: trabalhadores altamente qualificados, científica e tecnologicamente, nuns espaços, noutros alguns operadores qualificados e, noutros ainda, toda uma massa de trabalhadores não qualificada, encarregue das tarefas rotineiras.

Castells propõe “a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxo” (2002a: 535). Este espaço de fluxos compõe-se em três camadas: uma infraestrutura que suporta o circuito de impulsos eletrónicos, nós e centros de comunicação, e a organização espacial das elites administrativas. A cidade informacional não é assim uma nova Manchester nem uma cópia de Silicon Valley, comprovando a premissa de que “o espaço não é o reflexo da sociedade, é a própria sociedade”, no sentido em que “as formas e os processos espaciais são construídos pela dinâmica de toda a estrutura social” (2002a: 534).

As propostas de Sassen e de Castells podem ler-se no quadro de um debate envolvendo as mais destacadas correntes norte americanas de estudos urbanos, por referência à defesa de uma “Nova escola de Chicago” apresentada por Clark, onde convoca os contextos socioeconómicos, as recomposições sociais das cidades e as lógicas de governança urbana para o entendimento da diversidade de abordagens dos investigadores e das macro perspectivas teóricas com que se identificam. Partindo da concetualização da “cidade explicitamente como sendo plural, diversa e composta de subculturas em competição” (Clark, 2008: 65), reúne elementos empíricos para sustentar o seu argumento e recorre a uma análise ideal-típica como forma de generalizar para além das cidades individuais.

1.5. Regresso à cidade

Estes contributos permitem retomar a análise dos processos territoriais da cidade região de Lisboa, enquadrando pesquisas mais recentes da sociologia urbana, como é o caso dos trabalhos de Walter Rodrigues que culminam na tese *Cidade em Transição Nobilitação urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa* (2008). O ponto de partida é a articulação de dois movimentos aparentemente contraditórios, a perda líquida de população residente do concelho de Lisboa e a crescente procura deste concelho por novos residentes. A tese situa a cidade atual numa fase de transição, multidimensional e complexa, um novo ciclo de reurbanização que não será uma repetição histórica e onde concentração e dispersão podem coexistir. Sustenta que é hoje impossível reduzir a população urbana de uma cidade como Lisboa aos residentes permanentes, ignorando os trabalhadores, os estudantes e os visitantes em constante mobilidade. Até porque, numa cidade onde os custos fundiários e imobiliários são crescentemente valorizados por atividades económicas diversificadas, o acesso à habitação é cada vez mais difícil.

Apesar de terem surgido novas centralidades, constata-se que Lisboa continua a estender a sua influência muito além dos limites administrativos do concelho e até do perímetro formal da Área Metropolitana de Lisboa (AML), funcionando agora como o novo “Central Business District” (CBD) de uma vasta região, encarada como grande rede territorial de aglomerações urbanas conectadas, onde vivem mais de três milhões de habitantes (Rodrigues, 2008: 80). Nesta perspetiva, para Rodrigues, a tese da regressão da capital do país não tem fundamento empírico e o modelo de governança assente exclusivamente na gestão municipal revela-se obsoleto. Mais do que a distribuição demográfica, são as ligações funcionais entre cidades que garantem um desenvolvimento equilibrado.

Rodrigues convoca o conceito de *Edge Cities*, que traduz o afastamento da cidade centro, sequencialmente pela habitação, pelos empregos e pelo comércio, bem como o conceito de *urban sprawl*, relativo a um alastramento da urbanização assente em modelos de baixa densidade populacional e elevada extensão da ocupação edificada do território, para notar que ambas as dinâmicas têm razões coincidentes, na medida em que o distanciamento da cidade centro oferece outras condições, por exemplo ao nível da segurança ou do ambiente. A partir destes conceitos e das análises de Sassen e Castells, Rodrigues refere várias centralidades na cidade região de Lisboa, recorrendo a uma tipologia de Hall (2003): a Baixa, a Avenida da Liberdade e imediações, correspondendo a um centro primário; as Avenidas Novas, a um centro secundário; o Parque das Nações, a um centro terciário ou Edge City interior; e Oeiras, provavelmente a Edge City exterior.

Paralelamente, este autor defende que o reverso da perda de população residente no município de Lisboa se tem sustentado, nas últimas décadas, através da *nobilitação* do seu tecido social e urbanístico (Rodrigues, 2008: 140), recorrendo a este termo mais amplo do que o conceito de

gentrification, primeiramente usado para explicar a procura de antigas zonas centrais das cidades por proprietários rurais (*gentry*), e até que *enobrecimento urbano*, expressão do efeito combinado da renovação de edifícios e sua ocupação por residentes de natureza social distinta (Fortuna, 2001: 20). A nobilitação diz respeito a um processo muito mais profundo e complexo. A sua história terá começado por uma nobilitação esporádica e de pequena escala, associada à atração de jovens adultos pelos bairros históricos, para se ancorar depois em processos de reestruturação económica e urbana mais amplos, com diversificação social dos protagonistas, e, por fim, afirmando-se como estratégia global, assumida pelos poderes públicos como uma oportunidade generalizada de revitalização urbana.

Assim, Rodrigues constrói uma tipologia das modalidades de nobilitação urbana em Lisboa, que inclui: uma de natureza pontual na zona histórica mais antiga; uma outra ainda com características idênticas, mas com vantagens logísticas, nas zonas do Chiado, Príncipe Real e São Bento; depois uma intermédia em zonas como Marquês de Pombal, Parque Eduardo VII, Avenidas Novas e Arroios; uma mais periférica mas ainda integrada na cidade, no Areeiro, Lumiar ou Benfica; e por fim uma nobilitação emergente, económica e residencial, combinando reabilitação e renovação, como em Alcântara, onde se verifica a redução do espaço tradicionalmente ocupado por classes ligadas ao operariado (2008: 249-296). O fenómeno da nobilitação urbana comprova que o regresso à cidade nada tem a ver com um processo inverso ao da suburbanização, pois “a população que protagoniza o retorno às zonas centrais antigas e mais ou menos degradadas é, sobretudo, uma população com origem em outras zonas da cidade interior e não maioritariamente nas periferias. Uma população cujos estilos de vida, identidades e histórias de vida, divergem significativamente dos (...) da população suburbana” (2008: 148).

A adoção da noção de *estilo de vida* decorre, segundo Rodrigues, da dificuldade crescente por parte da sociologia em explicar as práticas, as representações e os processos sociais recorrendo apenas às teorias das classes e da estratificação social, esforço a que ficou associado o conceito de *modo de vida*, oriundo da Escola de Chicago e retomado nos anos 1980 numa perspetiva essencialmente metodológica. A abordagem dos estilos de vida como categoria analítica desvincula-se do determinismo económico e do primado da estrutura para se situar na dependência da agência individual, relevando a implicação ativa dos atores nas opções e decisões relacionadas com a adoção dos seus estilos de vida. Daqui decorre a importância dos estilos de vida tanto nas trajetórias individuais e na vida quotidiana como na conceção e gestão do tempo e do espaço, com suas escalas e significados.

1.6. Desigualdades sociais e ‘efeito cidade’

Os processos territoriais que vimos referindo comprovam como a cidade constitui um campo paradoxal de oportunidades e de desigualdades. Longe dos cenários descritos por Engels, a nobilitação urbana não deixa de ocorrer em paralelo com o abandono de determinadas zonas da cidade por parte de atores que tradicionalmente as habitavam, em bairros antigos e algumas zonas industriais, nem de ter lugar em cidades onde persistem quadros habitacionais marcados por grandes vulnerabilidades socioeconómicas. De resto, as desigualdades sociais são objeto de ampla produção teórica e empírica, onde é bem patente a sua correlação com as complexas dinâmicas territoriais, pois a globalização não aplanou ou neutralizou a importância do território no posicionamento de cada país, cada região e cada pessoa no quadro das desigualdades à escala planetária.

Sobre a atualidade, a multidimensionalidade e a globalidade das desigualdades sociais contemporâneas, remetemos para uma síntese das principais teorias e conceitos, com informação empírica ilustrativa (A. F. da Costa, 2015), onde salientamos a categorização de Therborn, distinguindo *desigualdades vitais* (perante a vida, a morte e a saúde), *existenciais* (desigual reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto pessoas) e *de recursos*, (rendimentos, riqueza, escolaridade, qualificação profissional, etc.). Destacamos também os três conceitos propostos por Milanovic: *desigualdade internacional não ponderada*, *desigualdade internacional ponderada* e *desigualdade global*. Os dois primeiros dizem respeito às desigualdades entre países e tomam por referência o PIB *per capita* fornecido pelas estatísticas nacionais (o segundo considera o volume populacional dos países). Quanto ao terceiro, recorre a inquéritos diretos à população, considera indivíduos ou agregados familiares como unidade de observação e toma como indicador a média *per capita* do rendimento disponível ou das despesas. A sua conjugação fornece uma visão integrada de realidades distintas.

É nesta linha que se situa o contributo de Carmo, *Em busca do ‘conceito 4’*, sobre a relação entre desigualdades e aquilo que denomina o *efeito cidade*. Nesse texto, define as características de um movimento que articula o aumento das desigualdades entre regiões com o aumento das desigualdades internas que afetam em especial os espaços mais urbanizados, notando que “os territórios podem ser altamente discriminatórios, como acontece com o nível de segregação a que estão relegados certos bairros degradados no seio das cidades, assim como podem ser decisivos para a menor ou maior vitalidade das populações” (2014: 135). Carmo ilustra com dados do PIB regional, demonstrando como a diferença entre regiões pode ser mais evidenciada do que entre países e como dentro de cada país podem existir fortes desigualdades intrarregionais. A globalização acentuou as desigualdades entre países e regiões: “de um lado as disparidades inter-regionais cujas dinâmicas tendem a aprofundar o fosso entre as maiores cidades, mais os seus territórios metropolitanos envolventes, e as restantes

regiões nacionais; do outro lado, as disparidades intrarregionais, que em grande medida são de natureza intraurbana, nas quais os centros urbanos se destacam, do ponto de vista das desigualdades, em relação às periferias mais próximas” (2014: 138).

Milanovic confronta a desigualdade entre indivíduos de uma mesma nação, a desigualdade entre nações do mundo e a desigualdade entre cidadãos do mundo, ilustrando com diversos exemplos, como uma invulgar comparação entre a cidade de Paris no século XIII e na atualidade (2012: 67). Seguindo a evolução da geografia económica da cidade a partir de dados fiscais, conclui que atualmente as famílias pobres estão bastante disseminadas, enquanto as famílias ricas se concentram em poucos bairros, em especial no 16º, onde moram 20% de todos os parisienses ricos. Milanovic converge com Sassen e Castells, quando explica como se alterou a desigualdade nos últimos anos, através do crescimento de uma classe média mundial e daqueles que se encontram no 1% de topo da distribuição dos rendimentos mundiais, e alerta para os perigos da plutocracia e do populismo (Milanovic, 2017).

No início dos anos 1970, Rawls publica *Uma Teoria da Justiça*, onde defende que uma sociedade democrática deve ser capaz de atenuar as desigualdades económicas e sociais, através das estruturas e instituições, combinando iguais liberdades básicas com distribuições socioeconómicas equitativas (Costa, 2015: 99). Por sua vez, Sen contrapõe com o foco de atenção nas vidas reais que as pessoas levam, procurando conciliar a perspetiva contratualista de Rawls com “a inelutável relevância dos comportamentos reais” (2012: 115). É nesta linha que alguns autores desenvolvem o conceito de *justiça espacial*, como Harvey, procurando perceber de que forma os princípios da justiça social têm relevância na aplicação dos princípios geográficos e espaciais que norteiam o planeamento urbano e regional (2009). É o que exemplifica num livro dedicado a Paris, onde procura explicar “como o capital e a modernidade chegaram juntos a um particular espaço e tempo, e como as relações sociais e as imaginações políticas foram animadas por esse encontro” (2006: 18).

Demarcando-se das construções discursivas de Benjamin e Lefebvre, Harvey assume o foco na materialidade dos processos sociais e explora uma “espiral de temas que, começando nas relações espaciais, passa pela distribuição (...), produção e mercado de trabalho, reprodução (...) e formação de consciência para definir o espaço em movimento como verdadeira geografia histórica de uma cidade viva” (2006: 105). O ponto de partida são as insurreições urbanas de 1848, que opõem uma conceção de modernidade baseada na propriedade privada e outra na república social. Haussmann preside à Câmara de Paris a partir de 1852, e impõe politicamente uma intervenção urbana sem precedentes, consciente de que o seu poder de moldar o espaço é um poder de influenciar os processos de reprodução. Consigo vencem os especuladores, que adaptam a cidade aos seus interesses, desapossando a população em massa. Para Harvey, o mito da inevitabilidade desta operação corresponde à ideia da modernidade como uma quebra, mostrando como uma cidade fervilhante, com problemas sociais, económicos e políticos, mas também com possibilidades, dá lugar

a uma cidade palco, reduzida a objeto morto, corpo político esmagado e enterrado no mundo comercial de mercantilização e espetáculo. Já Lefebvre afirma, pelo contrário, que o objetivo social deste urbanismo não é atingido, uma vez que, mais tarde, na Comuna de Paris, ocorrida em 1871, o operariado regressa da periferia para reconquistar o centro urbano (2012: 29).

A justiça espacial é um conceito desenvolvido por outros autores como Soja, que disserta sobre a espacialidade da (in)justiça e a (in)justiça da espacialidade (Soja, 2010: 13), ilustrando o seu percurso em direção a uma nova consciência espacial, com situações tão diversas como Los Angeles, as periferias de Paris ou a ocupação da Palestina. Para este autor, “a vida humana é consequentemente e consequencialmente espacial, temporal e social, simultaneamente e interativamente real e imaginada. As nossas geografias, tal como as nossas histórias, materializam-se quando as relações sociais se tornam espaciais, mas são também representadas de forma criativa em imagens, ideias e imaginações” (2010: 18).

As desigualdades estão presentes na cidade, suscitam ainda movimentos sociais em modos renovados de expressar a capacidade transformadora dos grupos subalternos (Nello, 2018: 91) e exigem um esforço de desocultação de invisibilidades, de que constitui exemplo o fenómeno de mobilidade espacial forçada, que não resulta de uma escolha relacionada com a modernidade, mas de condições inerentes à fragilidade de processos territoriais (Baptista & Nunes, 2010). Não tendo exclusivamente a ver com as desigualdades, a problemática da mobilidade espacial ocupa um papel relevante na interpretação dos territórios e constitui um enorme desafio epistemológico.

1.7. Mobilidades e espacialidades

O interesse crescente das mais variadas áreas disciplinares pelo tema das mobilidades ilustra bem a importância atual da circulação a diversos níveis, a ponto de se defender estarmos perante um novo paradigma dentro das ciências sociais. Também para a sociologia o estudo da mobilidade configura hoje um desafio da maior importância, na medida das complexas interdependências que se estabelecem entre mobilidades de populações, objetos, imagens e informações, assim como as consequências sociais dessas diversas mobilidades (Sheller & Urry, 2006).

Sheller considera a *Justiça da mobilidade* uma questão política e ética crucial na atualidade (2018), a partir da relação combinada de uma crise climática, uma crise urbana e uma crise de refugiados. Aparentemente separadas, estas crises têm um denominador comum que gira em torno da mobilidade e da imobilidade, ilustrando as relações de poder injustas da mobilidade desigual. A autora relaciona estas questões com as políticas e as relações de poder das *(im)mobilidades*. Com este termo pretende ultrapassar o binómio que opõe mobilidade e imobilidade, para sugerir uma constelação dinâmica de múltiplas escalas, práticas simultâneas e significados relacionais. Para Sheller, a justiça da mobilidade

não tem só a ver com o transporte entre cidades mas também com as micro mobilidades afetadas por processos raciais e de classe, com os direitos de atravessar fronteiras por refugiados e migrantes, com a mobilidade de turistas, trabalhadores e estudantes, com as mobilidades militares e os sistemas logísticos, enfim, com os vastos sistemas urbanos e espaços infraestruturais onde se operam as mobilidades à escala planetária, assegurando o acesso a água e comida, bem como a circulação de energia, informação e capital financeiro, e tudo isto exige um novo paradigma.

Urry constitui a referência principal desse novo paradigma das mobilidades, cuja abordagem coloca ao nível dum manifesto para uma nova agenda sociológica e a reforma da disciplina na sua fase pós-societal, sendo necessário que esta “examine as diversas mobilidades dos povos, objetos, imagens, informação e desperdícios, bem como as interdependências concretas entre, e as consequências sociais de, essas diferentes mobilidades” (Urry, 2000b: 1). As suas propostas prefiguram uma problematização de largo espetro e uma rutura epistemológica. Na linha das *Novas Regras do Método Sociológico* (Giddens, 1996), alusivas ao normativo metodológico de Durkheim (1984 [1895]), Urry propõe *Mais Novas Regras...*, tais como desenvolver uma sociologia concentrada no movimento, na mobilidade e na ordenação contingente, e não no estatismo, na estrutura e na ordem social; investigar o alcance desigual de diversas redes e fluxos à medida que se movem dentro e através das fronteiras sociais e o modo como se interconectam espacial e temporariamente; compreender o carácter de uma cidadania em mudança, num quadro de direitos e deveres cada vez mais derivado de entidades cujas topologias se cruzam com as da sociedade; etc. (Urry, 2000b: 18).

É este paradigma que Sheller convoca para lidar com as complexas questões que enuncia, um quadro de referência atento não apenas à velocidade, mas também às fricções, resistências, paragens, aos muros e relações de poder com que a mobilidade se depara (Sheller, 2018: 10). Neste ponto, refere o conceito de *motilidade*, já utilizado como ligação entre a mobilidade espacial e a mobilidade social por Kaufmann, Bergan e Joye (2004) mas alarga-o ao que Elliott e Urry chamam o *capital de rede*, no sentido em que todas as pessoas têm capacidades e potenciais para o movimento mas os grupos mais privilegiados controlam melhor os recursos potenciais. De certa forma, trata-se de uma perspetiva atualizada da visão da mobilidade como condicionante de adaptação e participação na vida urbana (Rémy & Voyé, 1994: 74), à escala global. De facto, as capacidades de ser móvel incluem documentos, dinheiro, qualificações, apetências físicas, veículos, infraestruturas, acesso a relações, que têm uma distribuição desigual. Muitas pessoas encontram fricção na mobilidade quotidiana, ou são forçadas a viver longe dos centros das cidades, em bairros periféricos com poucas conexões, ou não têm meios para fazer face a danos de desastres naturais (Sheller, 2018: 13).

A justiça da mobilidade pressupõe, então, políticas capazes de reconhecer as mobilidades como constitutivas das relações políticas, mas também a intervenção de diferentes disciplinas, como é bem ilustrado na coletânea *Mobilidades e Complexidades* (Jensen, Kesselring, & Sheller, 2019). Nela

destacamos o capítulo de Kaufmann, que toma a Europa como estudo de caso para ilustrar o valor heurístico da abordagem de Urry ao futuro das sociedades europeias, bem como o apontamento autobiográfico de Cresswell. Também este geógrafo constitui uma importante referência do novo paradigma das ciências sociais que o estudo da mobilidade configura, destacando-se a abordagem do *lugar* num mundo em movimento (2015: 62-87) e sobretudo a análise da *produção das mobilidades*, onde distingue a mobilidade como movimento, como discurso e como prática (2006), tema a que voltaremos noutra capítulo para um exercício de observação.

No contexto da sociologia portuguesa, o tema da mobilidade espacial tem vindo também a ganhar interesse crescente, na sua relação mais direta com os processos territoriais atrás referidos. Nunes demonstra como Lisboa evoluiu, desde os anos 1950, de uma cidade onde a maioria das deslocações se fazia a pé e de transportes públicos para uma metrópole onde, em 2001, a maioria das deslocações pendulares entre casa e trabalho se fazem já de automóvel (2011: 143-174). Analisando os instrumentos de planeamento urbanístico a nível da região de Lisboa, descreve um processo de *transição urbana*, cujo ponto de partida corresponde à imagem de uma *aglomeração do transporte coletivo*, no sentido do papel estruturante, ao nível do ordenamento do território, tanto da rede de elétricos na urbanização da cidade como do caminho de ferro na suburbanização da região. Porém, nas décadas de 1980-90, ocorrem alterações nos padrões de concentração populacional e nas atividades produtivas da área metropolitana, em face das quais o automóvel assume um valor estratégico, o que vem a influenciar e a ser influenciado por um *urbanismo rodoviário*, traduzido em grandes investimentos na construção de autoestradas, ligando os vários concelhos à capital e entre si.

O que esta conjugação de fatores vem implicar ao nível da motilidade ou do capital de rede dos indivíduos, é depois desenvolvido num conjunto de pesquisas sobre desigualdades e mobilidades levado a cabo no CIES. Num artigo sobre a heterogeneidade socioterritorial da AML e sua relação com a produção das mobilidades, Santos recorre aos dados estatísticos dos censos de 2011 e constrói uma tipologia de freguesias para cada uma das dimensões, cruzando-as para sustentar a sua análise sobre a interação do espaço e da sociedade na produção das mobilidades. Do exercício ressalta um centro bem definido em Lisboa, que acumula vantagens socioterritoriais, apesar da qualificação e consolidação urbana de outros territórios, a que se opõe uma condição suburbana, que representa desvantagens, constatando que “a estrutura urbana fornece possibilidades e constrangimentos (...), constituindo um fator determinante na acessibilidade aos lugares” (Santos, 2014: 26).

Na mesma linha, outro artigo dá conta da influência de um conjunto de variáveis de desigualdade – género, escolaridade, classe social, idade – nos usos e custos da mobilidade (Carmo, Santos, & Ferreira, 2017). Tomando este como informação os resultados de um questionário aplicado a 1.500 indivíduos, conclui que a utilização regular do automóvel, que implica maiores custos, menor dispêndio de tempo e mais conforto, continua relativamente circunscrita a determinados grupos

sociais mais favorecidos. Paralelamente, regista a desvantagem das populações que usam os transportes públicos nas suas deslocações regulares, com gastos superiores de tempo. Refere ainda como as estatísticas oficiais, limitadas à mobilidade da população trabalhadora e estudante, mantêm na invisibilidade as necessidades de mobilidade de largos contingentes de pessoas com baixos níveis de capacidade física e financeira para aceder a transporte.

No âmbito do mesmo projeto, mas a partir de metodologias intensivas, um terceiro artigo descreve os principais usos e formas de deslocação de um conjunto de entrevistados de três concelhos da AML, tendo em vista identificar fatores de diferenciação e motivos inerentes às opções de mobilidade. O artigo destaca as experiências acumuladas ao longo da vida e o impacto da crise económico-financeira como os principais fatores de ponderação de custos inerentes às alternativas de deslocação. Nota também deficiências de transportes públicos apontadas na interconexão entre municípios contíguos, dado que as redes de transportes privilegiam a ligação prioritária com a cidade de Lisboa (Cachado, Carmo, Ferreira, & Santos, 2017).

Esta sequência de artigos converge no recente livro de Santos (2019), que integra uma abordagem quantitativa ao território e às mobilidades geográficas, e uma abordagem qualitativa ao discurso de um conjunto de adultos sobre as suas mobilidades espaciais, passadas e presentes. Partindo da hipótese que as mobilidades traduzem dinâmicas de desigualdade, patentes em condições diversas de acessibilidade aos lugares, e que as narrativas sobre esses lugares (re)produzem lógicas de pertença identitária e de distinção social, Santos toma a AML como um laboratório privilegiado para a análise de fenómenos como o aumento das infraestruturas rodoviárias, o alargamento das bacias de emprego, ou a dispersão residencial, notando que o concelho de “Lisboa continua a ser o grande centro das dinâmicas da AML, não só porque polariza movimentos de todos os outros concelhos, concentrando durante o dia um número inigualável de população empregada ou estudante, mas também considerando a sua dimensão interna de população residente que aqui trabalha ou estuda” (2019: 81).

Santos constata que as mobilidades metropolitanas são bem mais diversas do que habitualmente falam os estudos, e não se esgotam na descrição dos movimentos pendulares. Elas reproduzem desigualdades relacionadas com outros domínios, como a estruturação do território, as desigualdades de género, ou a conciliação trabalho-família, ou seja, reproduzem e são produzidas por desigualdades estruturais. As pessoas não moram num determinado lugar por acaso, e o mesmo se passa com os lugares onde trabalham, consomem ou passeiam. As escolhas de mobilidade são influenciadas por experiências passadas e representações presentes. Para além dos seus perímetros administrativos a AML configura-se, então, também a partir das geo(bio)grafias dos indivíduos e famílias, qual “sociologia das pequenas coisas tecendo a macroestrutura que, por sua vez, emoldura e condiciona os quotidianos vários” (2019: 189).

Também Carmo reflete sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades (2009), retomando a crítica à metanarrativa sobre a morte dos lugares, designadamente a partir da generalização de conceitos como *não-lugares* (Augé, 2016), para propor uma leitura do “espaço social não como uma mera composição linear a diferentes escalas mas como um campo de tensões no qual os vários segmentos que o constituem tanto colidem, como se associam. Uma destas tensões é precisamente a que resulta do confronto entre os diferentes tipos de mobilidade e a incessante construção de novas espacialidades” (2009: 43). Carmo defende uma visão complexa do espaço social, apontando os limites analíticos das leituras abstratas do espaço, assentes em dualidades do tipo local/global, centro/periferia, que não explicam a multidimensionalidade do espaço vivido, e baseadas também num pensamento escalar hierarquizado, que não explica a globalização, apesar da ilusória perspectiva de um espaço tendencialmente plano e sem fronteiras. Daí a sua proposta de conceber os lugares como sítios de “enrugamento” e estudar o espaço social como um campo de forças onde as escalas não se encaixam, mas colidem, “de modo a catapultarem diferentes significados a partir de dinâmicas contraditórias ou até antagónicas” – eis o *espaço compósito* (2009: 49). É aqui que situa a relação com a mobilidade, cuja intensificação obriga à reconfiguração do espaço social, não como um espaço indiferente à passagem dos fluxos, mas como um espaço acidentado que oferece atritos e interfere com a própria mobilidade, podendo então afirmar-se que tanto as mobilidades geram novas espacialidades quanto estas canalizam e direcionam aquelas.

Esta proposta analítica está presente numa pesquisa sobre mobilidade espacial em dois concelhos do Algarve (Carmo & Santos, 2011). Contrariando o estereótipo da mobilidade como fenómeno eminentemente metropolitano ou dos migrantes, os autores relevam a particular relação existente entre práticas de mobilidade e práticas de fixação, pois, tanto os movimentos pendulares como a deslocação de migrantes e turistas pressupõem sempre um retorno ao ponto de partida, o que faz dos espaços habitados espaços não neutrais. A partir de dados do INE e da aplicação de um inquérito por questionário, constata-se que, efetivamente, a mobilidade não é uma realidade exclusivamente urbana, e pode mesmo constituir um modo de vida rural. Tal vê-se, surpreendentemente, quando se verifica um aumento exponencial da mobilidade espacial em quadros de despovoamento e de regressão demográfica: “Isto é, em espaços que continuamente perdem pessoas e que simultaneamente conhecem um certo desmantelamento funcional da sua economia local (...), a capacidade de mobilidade passa a representar um recurso imprescindível para aqueles que ficaram e que neles pretendem continuar a residir” (2011: 67). Também verificam que a mobilidade não desestrutura o interconhecimento e a entreatajuda que caracteriza os espaços rurais, o que confirma que a relação estreita entre a produção das mobilidades e a produção do espaço é marcada por tensões profundas e situações previstas.

1.8. Representações sociais e construção social da realidade

Para infletirmos agora no sentido das representações sociais da cidade, importa situar o próprio conceito de *representação social*, que tem vindo a integrar um amplo leque de pesquisas, em áreas disciplinares que vão da psicologia à antropologia, da história à sociologia, em torno dos mais diversos objetos, como profissão, género, religião, idade, conjunturas histórico-políticas, e também cidades, espaços rurais, etc. Cunhado por Moscovici, a partir do conceito de *representação coletiva* de Durkheim, para fazer uma ponte entre a sociologia e a psicologia, torna-se uma conceção chave da psicologia social. Constitui, aliás, uma das grandes perspetivas metateóricas dessa disciplina, centrada na interação entre processos sociais e processos cognitivos, no pressuposto “de que as pessoas constroem visões do mundo significantes e que o fazem através da interação social e da comunicação quotidiana, as quais ocorrem em contextos sociais diferenciados” (Vala & Castro, 2017: 570).

Durkheim apresentara o seu conceito num artigo intitulado *Representações individuais e representações coletivas*, com base numa comparação entre ambas. Partindo da premissa que “a vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações” (1898: 3), considera que não há outra forma adequada de estudar os fenómenos que se produzem no todo senão pelas propriedades características desse todo, o complexo pelo complexo, os factos sociais pela sociedade, pois que “os factos sociais são, em certo sentido, independentes dos indivíduos e exteriores à consciência individual”, na medida em que “a sociedade tem por substrato o conjunto dos indivíduos associados. O sistema que eles formam (...) constitui a base sobre a qual se desenvolve a vida social” (1898: 17). Durkheim concebe, assim, as representações coletivas como algo produzido pela vida social e imposto aos indivíduos, sem que disso tenham de ter particular consciência. Curiosamente, é pouco notado como este fundador da sociologia, para quem a primeira regra de observação dos factos sociais consiste em considerá-los como coisas (Durkheim, 1984 [1895]: 41), acaba por procurar a essência da realidade sociológica em entidades factuais, como a solidariedade social, a consciência coletiva ou as representações, fenómenos observáveis apenas nos efeitos que aquelas produzem e através dos quais se descortina a realidade (Pais, 1996).

Moscovici evoca o conceito de Durkheim, porque o considera útil para compreender as regularidades do pensamento social, e ao mesmo tempo insuficiente para explicar a diversidade e a criatividade que estão presentes nas sociedades atuais, onde o estado do conhecimento é mais plural e fragmentado (Alex, 2008), sendo necessário encontrar modelos analíticos tão capazes de explicar a estabilidade como a mudança. Ao usar pela primeira vez o conceito de representações sociais na sua tese sobre *A psicanálise, sua imagem e seu público*, em 1961, Moscovici esclarece que não se trata de representações coletivas impostas pela sociedade aos indivíduos, mas de representações do universo interior. Sociais, na medida em que são expressas por grupos sociais, produzidas coletivamente e

funcionam de forma a contribuir para os processos de formação dos comportamentos e orientação das comunicações (Castro, 2002: 951). São uma forma de conhecimento, como outra qualquer, e um meio de familiarização com aquilo que inicialmente não é familiar como, no caso da sua pesquisa, era a psicanálise. Moscovici começa, então, por transformar uma noção prévia, ilustrando que o pensamento social é um tecido contínuo de significados, onde a permanência e a mudança se articulam, para esclarecer que não é possível explicar o individual sem o social, nem o contrário. A sua abordagem releva os modos de transformação do conhecimento social e das culturas pelas fontes de inovação, bem como o papel da comunicação e do discurso quotidiano, enquanto meios privilegiados através dos quais as representações se (re)produzem (Vala & Castro, 2017: 584).

Relativamente aos processos psicológicos implicados na construção das representações sociais, Moscovici considera essencialmente dois, intrinsecamente ligados: a objetivação e a ancoragem. O primeiro permite dar uma forma material a um esquema concetual, sequencialmente através da construção seletiva, da esquematização e da naturalização, podendo desdobrar-se em processos como a personificação de uma ideia numa figura pública ou grupo, a figuração, utilizando metáforas para substituir ideias complexas, ou a ontologização, i.e., a atribuição de uma existência concreta a ideias e conceitos. Quanto à ancoragem, está presente na classificação de ideias e pessoas, às quais são atribuídas categorias de natureza social (Vala & Castro, 2017: 588). Na segunda parte da sua tese, Moscovici ocupa-se de outra vertente do estudo das representações sociais, que diz respeito aos quadros de comunicação, interpessoal ou mediada, onde as representações sociais são elaboradas e difundidas. O autor propõe três formas de comunicação: a difusão, que visa fazer circular informação sobre várias ideias e comportamentos possíveis, num registo aberto, não imperativo; a propagação, que tem por fim exercer pressão no sentido da uniformidade e estabelecer uma norma; e a propaganda, que visa a ação de um grupo, perante o surgimento de uma ameaça à sua identidade, usando a dicotomia opcional bom/mau e a repetição para atingir a homogeneidade.

O conceito e a teoria das representações sociais desenvolvem-se, integrando contributos de outros nomes, entre os quais Jodelet e Marková. Quanto à primeira, caracteriza a representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989: 53). Situa a representação simultaneamente como produto e processo de uma “atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade”. Na relação do sujeito com o objeto, “a representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente” (1989: 54). Por outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação remete para o carácter construtivo e autónomo da representação. Jodelet destaca a vitalidade, a transversalidade e a complexidade do conceito de representações sociais, cujo potencial de interface entre as ciências sociais é grande. Nota, aliás, as afinidades entre o trabalho inicial de

Moscovici e a sociologia do conhecimento, no quadro do interacionismo simbólico, a etnometodologia e a fenomenologia, que se referem à realidade social como uma construção consensual, estabelecida na interação e na comunicação. Enfatiza também o papel da comunicação, nos seus aspetos interpessoais, institucionais e mediáticos, como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais.

Já Marková centra a sua investigação na análise do discurso e é através da abordagem dialógica, suportada no conceito de *themata*, que explora as representações sociais, novas e antigas (2003). Esse conceito é também usado por Moscovici pela primeira vez, em 1992, colocando-o no coração das representações sociais e ligando-o às imagens conceituais e noções primitivas, embora sem o desenvolver particularmente. Marková prossegue o aprofundamento destes elementos básicos do pensamento, transmitidos de geração em geração sob a forma de oposições do tipo moral/imoral, razão/emoção, direita/esquerda: “Themata são formas de crenças irresistíveis. São convicções que o indivíduo sustenta com obstinação e o comprometem com um determinado tipo de explicação para um fenómeno, ao mesmo tempo que desconsideram outra explicação. (...) São baseadas em formas de pensamento quotidiano e senso comum, em que os themata desempenham papéis vitais” (2015: 27), daí que aborde o conceito não apenas na vertente de conteúdo, mas também numa vertente epistemológica.

Muitos outros contributos poderiam ser referidos, como, por exemplo, o de Gillespie sobre as representações alternativas, que são representações das representações de outras pessoas, subpontes dialógicas importantes para determinadas representações sociais (2008). Por referência ao contributo destacado de Moscovici, com uma produção extensa e auto-reexaminada (Moscovici, 2000), pode-se dizer, como Castro, que, relativamente às representações sociais, há uma dinâmica de permanência e aprofundamento. Permanece o posicionamento disciplinar da psicologia social entre as ciências sociais, bem como o objetivo de analisar as transformações que os conceitos científicos sofrem quando apropriados pelo senso comum. Entretanto, o conceito de representação social aproxima-se da ideia de uma construção social do sentido e de uma construção social da realidade, e é dada uma importância crescente à linguagem e à comunicação, abandonando a estratégia inicial da disseminação apontada para a cognição social (Castro, 2002: 972-976).

Pela sua parte, a sociologia também procura estabelecer pontes com a psicologia social, de que é exemplo o livro *A Construção Social da Realidade* (Berger & Luckmann, 2010 [1966]), uma referência do que veio a ser identificado como construtivismo. Publicado em 1966, antes, portanto, da tese de Moscovici, é apresentado pelos autores como um tratado teórico e sistemático de sociologia do conhecimento, o qual, aplicando também a compreensão desse quadro problemático ao nível da consciência subjetiva, estabelece uma ligação para os problemas daquela disciplina. Partindo da premissa que a realidade é construída em termos sociais, defendem que a sociologia do conhecimento

se deve ocupar de tudo o que respeita ao conhecimento numa sociedade, independentemente dos critérios e da validade ou não validade desse conhecimento, situando-se nas relações entre o pensamento humano e seu contexto social. Sublinham que não cabe à sociologia do conhecimento desmascarar as distorções produzidas ao nível social, mas focar-se nas condições sociais do conhecimento em si, sugerindo uma redefinição de fundo: “a sociologia do conhecimento deve antes de mais ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’, na vida quotidiana, vida não teórica ou pré teórica. Por outras palavras, o ‘conhecimento’ com bom senso, mais do que as ‘ideias’, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É este conhecimento que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (2010: 27).

Para Berger e Luckmann, a matéria prima da sociologia do conhecimento é o mundo da vida quotidiana, e a análise fenomenológica o método mais adequado para esclarecer os fundamentos dessa realidade, “uma realidade interpretada pelos homens e, de modo subjetivo, dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (2010: 33). A vida quotidiana é experimentada em diferentes níveis de proximidade e distância. É também estruturada em termos temporais, de forma complexa e até coerciva perante a biografia dos indivíduos. Apresenta-se ainda como um mundo intersubjetivo, partilhado na interação e comunicação com os outros, em particular na situação face-a-face, que constitui o protótipo da interação social, onde a alteridade é completamente real. Mesmo nas relações face-a-face, o ‘outro’ é apreendido por meio de esquemas tipificadores, que se vão desvanecendo, numa lógica recíproca, de onde resulta que a estrutura social é o somatório dessas tipificações e dos recorrentes padrões de interação estabelecidos pelo seu intermédio. Daí a importância também da compreensão da linguagem para a compreensão da realidade quotidiana (2010: 49), pois ela tem capacidade de estabelecer pontes entre diversas zonas da realidade da vida quotidiana, transcendendo-a da condição situacional. Tal relaciona-se com o capital social de cada um, na perspetiva de um acervo de soluções de conveniência para os problemas do dia a dia, que constitui um autêntico património cultural do conhecimento.

Estes autores encaram a relação entre o homem e o mundo social como uma relação dialética entre um produtor e um produto, da qual resulta uma leitura da construção social da realidade como um processo que compreende três momentos: a externalização, a objetivação e a internalização. Ou, de uma forma sintética “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O Homem é um produto social” (2010: 72).

1.9. A imagem da cidade

Convocámos o conceito e a teoria das representações sociais, numa breve incursão à psicologia social, bem como a tese da construção social da realidade, no âmbito da sociologia do conhecimento, para enquadrar outra aproximação à cidade, relativa à sua imagem e representação.

Começamos por referir o livro *A Imagem da Cidade* (Lynch, 1982 [1960]), o qual, embora da área do urbanismo, suscita alguns questionamentos por parte da sociologia. O livro trata da legibilidade da paisagem citadina americana, a partir do estudo de três cidades – Boston, Jersey City e Los Angeles –, o qual, colocando o meio ambiente na posição da variável independente, procura as qualidades físicas relacionadas com os atributos da identidade e estrutura da imagem mental. Desse objetivo decorre a definição de imaginabilidade: “qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador” (1982: 20). A componente empírica é estruturada em dois momentos, correspondendo o primeiro a uma entrevista, na qual é pedido a cada entrevistado para desenhar um esboço da cidade e apresentar uma descrição de percursos e lugares relevantes, pretendendo aferir as hipóteses de imaginabilidade, tentar uma aproximação às imagens públicas das três cidades e desenvolver um método prático disseminável para deduzir a imagem pública de qualquer cidade. O segundo momento consiste em concretizar, no exterior, um dos percursos referidos na entrevista.

Apesar do tom um tanto especulativo, como nota o próprio autor, o livro tem o mérito de chamar a atenção para a relevância das representações espaciais na vida quotidiana, de uma forma geral, e para as imagens públicas, comuns a um grande número de habitantes da cidade, em particular. Como referem Baptista e Nunes “para se compreender a cidade que se vê e que não se vê, deve começar-se por analisar o lugar em que se coloca o observador e a interpretação que daí resulta” (2010: 70), o que remete não só para o ângulo físico do seu posicionamento mas sobretudo para o quadro de representações de cada um. O estudo de Lynch lembra-nos ainda os dilemas da velha sociologia urbana, da qual, como refere Fortuna, já só resta uma cultura urbana, “ações, memórias, representações e narrativas sociais que se fundem e articulam entre si sob o pano de fundo de um espaço urbano e de um poder social determinado” porque a cidade “reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos” (2001: 4).

Uma das abordagens a essa cultura urbana ficou conhecida como *abordagem arquitetural*, e tem como base o pressuposto de que o significado urbano é um produto direto das formas e estilos da arquitetura, de onde resulta que interpretar as formas dos diversos edifícios e arquiteturas da cidade é interpretar os significados urbanos (Savage & Warde, 2002: 127). *A Cidade na História*, de Mumford [1938], representa bem essa linha, que privilegia a forma construída como monumento e como registo

dos valores associados ao tempo em que foi produzida, mais do que à sua apropriação nos tempos subsequentes: “a cidade, tal como encontramos na história, é o ponto de concentração máxima do poder e da cultura da comunidade... A cidade é uma forma e um símbolo de uma relação social integrada... A cidade é também uma obra de arte... A mente toma forma na arte e, por seu lado, a forma urbana condiciona a mente” (cit. Savage & Warde, 2002: 127).

Esta abordagem fez história na história da arquitetura, procurando estabelecer uma correspondência entre o meio edificado e os valores e a ordem social de cada tempo. Encontramos os seus traços num certo tipo de história identificado na já referida pesquisa sobre Alfama, que deteta precisamente como esses trabalhos organizam a história da cidade em períodos vinculados à arquitetura e ao urbanismo predominantes em cada etapa, do tipo ‘a cidade medieval’, ‘...manuelina’, ‘...joanina’, ‘...pombalina’ etc. : “basicamente, a história apresentada é uma história de expansão urbanística para novas zonas, permanecendo cada uma delas emblemática de uma época (...). Deste modo, cada uma destas zonas urbanas é investida de uma identidade específica, simbolicamente definida em termos, precisamente, da época que surge como característica da sua produção enquanto espaço urbano de algum modo acrescentado à cidade” (Costa, 1999: 40). Entretanto, a abordagem arquitetural também evoluiu, passando a considerar aspetos como os processos políticos, que vão deixando as suas marcas no espaço construído, ele próprio objeto de reformulação. A este propósito, constitui singular registo o ensaio sobre a construção da basílica do Sacré Coeur em Paris (Harvey, 1985), revelador de como o ambiente construído se relaciona com conflitos sociais, constituindo a forma urbana o produto dos grupos sociais dominantes (Savage & Warde, 2002: 129).

Carmo dá nota do contributo pioneiro de Simmel ao usar a noção de forma relativamente ao espaço social, na linha, aliás, da explicação de uma série de fenómenos assentes na ação recíproca entre os indivíduos, recorrendo ao conceito de *formas de sociação* (2006: 10). Para Simmel o espaço não existe por si só, mas no quadro da ação recíproca entre os indivíduos, quadro esse que é definido pelos seguintes parâmetros: a exclusividade, que caracteriza o parcelamento do espaço, garantindo que cada parte é única; a divisão, ou os limites que tornam autónoma cada parte e cuja unicidade decorre das próprias ações recíprocas; a fixação, que assinala a convergência de ações recíprocas em torno de um ponto comum; e a proximidade e a distância, que indicam a maior probabilidade no sentido da reunião ou da separação. Nesta perspetiva, resume Carmo: “o espaço não ‘fala’ por si, este ‘fala’ através das diversas dinâmicas sociais que se apropriam e produzem formas de espaço” (2006: 13).

A imagem e a representação da cidade não correspondem, então, a qualquer comunicação unívoca emanada da cidade, mas pressupõem uma relação dialética entre a cidade vista, vivida e produzida. Como vimos anteriormente, Lefebvre considera o espaço uma realidade socialmente produzida. Sublinha que o espaço social tem dimensões abstratas, mas será sempre real; que é

concreto, mas nunca será como um objeto ou produto qualquer; que é instrumental, mas transborda toda a instrumentalidade (Lefebvre, 2000: 36). Enquanto produto social, o espaço surge dissimulado pela ilusão da transparência do espaço inteligível, mas também pela ilusão realista da simplicidade natural do espaço. Porém, o espaço é complexo, constitui um meio de produção, um meio de controle e também de dominação e poder, contém relações sociais, a ponto de se poder afirmar que cada sociedade, cada modo de produção, produz o seu próprio espaço. Ora, para lidar com esta complexidade, Lefebvre propõe uma tríade conceptual que inclui: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação, ou, noutras palavras, o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido (2000: 41).

A *prática espacial* de uma sociedade é revelada através da decifração do seu espaço, para o que cada membro dessa sociedade dispõe de competências próprias. Contempla produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios de cada formação social, através dos quais é assegurada a continuidade numa relativa coesão. No neocapitalismo está associada à realidade quotidiana, ao emprego do tempo, e à realidade urbana, aos percursos e redes que se ligam aos lugares de trabalho, de vida privada, de ócio etc. (2000: 48). Por outro lado, as *representações do espaço* remetem para o espaço ligado às relações de produção e à ordem, através de conhecimentos e códigos que modificam as texturas espaciais. É o campo dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas e até dos artistas, através dos quais conceber o espaço implica representá-lo por meio de um sistema de signos. Diríamos explicitamente que é o espaço resultante dos traçados de Pombal, Ressano Garcia ou Duarte Pacheco em Lisboa. Por fim, os *espaços de representação*, feitos de imagens e símbolos, dizem respeito ao espaço vivido antes mesmo de ser percecionado. É o espaço dos residentes e de todos os utilizadores de uma forma geral, o que inclui também os artistas e talvez aqueles que o descrevem pensando somente descrever, como os escritores ou os filósofos.

Lefebvre adverte, no entanto, que: “a tríade percebido – concebido – vivido¹ (que em termos espaciais pode expressar-se como prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação) perde o seu alcance se lhe atribuirmos um estatuto de modelo abstrato” (2000: 50), pois é possível que estas dimensões intervenham de forma diferente na produção do espaço, devendo assim evitar-se, como esclarece logo à partida, encarar esta proposta como definitiva ou utilizá-la como um esquema simplista, procurando correspondência termo a termo entre as ações e lugares sociais, entre funções e formas espaciais. Mas o que se destaca na sua proposta, através destes três aspetos diretamente relacionados, é que pretende ultrapassar as dicotomias entre estrutura e agência, mostrando que a construção social do espaço implica tanto um processo discursivo através do qual os

¹ Experienciado – percebido – imaginado, na tradução de Savage & Warde.

espaços são avaliados de formas diferentes, como alterações concretas na experiência que as pessoas fazem dos lugares.

Sobre a construção do significado urbano, no quadro de relações dialéticas entre espaço edificado, memórias e experiências pessoais, importa fazer referência a um dos contributos mais singulares sobre a cidade, *As Passagens de Paris*, de Walter Benjamin (2019), uma obra incompleta, mais propriamente uma coleção de anotações, a que este sociólogo da Escola de Frankfurt se dedicou intensivamente nos anos que antecederam a sua morte. A pretexto das galerias comerciais construídas em meados do séc. XIX, que se assemelham a um microcosmos da cidade, o autor reúne um conjunto amplo e variado de textos. Organizados em secções, cada uma delas relacionando uma figura histórica com um acontecimento ou uma situação, formam uma espécie de roteiro temático da cidade, a partir da forma urbana, tal como é observada e vivida pelos cidadãos. Benjamin procurou demonstrar que a cidade é um repositório de memórias e de tradições culturais, e que a sua leitura tem mais a ver com os processos do inconsciente e do sonho associados ao ambiente urbano do que com uma verificação intelectual da paisagem, o que explica que haja diferentes apropriações das formas construídas, desde os significados pensados pelos seus construtores até ao presente.

A incorporação dos conflitos e das ruturas também faz parte integrante desta abordagem, como é bem patente nos excertos sobre Haussmann, que Benjamin situa entre o ideal urbanístico oitocentista de “enobrecer as necessidades técnicas por meio de fins pretensamente artísticos (...) [e] o espírito do imperialismo napoleónico, que favorece o capital financeiro”. Haussmann coloca “Paris numa situação de estado de exceção”. Entretanto, “a subida das rendas empurra o proletariado para os subúrbios, e os bairros de Paris perdem assim a sua fisionomia. Nasce uma cintura vermelha” (2019: 120). Haussmann “aliena os parisienses da sua própria cidade. Já não se sentem aí em casa; começam a tomar consciência do carácter desumano da grande cidade”. Mas o embelezamento tinha um objetivo estratégico para além dessa segregação: prevenir conflitos civis. Haussmann concretiza esse propósito com ruas largas, impossibilitando a construção de barricadas, ligadas em linha reta aos quartéis (2019: 121).

Benjamin recorre à figura do *flâneur* como forma de personificar o observador e experimentador por excelência da paisagem urbana. Contrastando com a atitude *blasé* com que o urbanita descrito por Simmel se defende da agitação da grande cidade, o *flâneur* de Benjamin é um passante despreocupado pelas ruas da cidade, cuja deambulação distraída lhe proporciona uma espécie de memória involuntária de experiências vividas, aproximando o passado e o presente: “aquela embriaguez anamnésica que acompanha o *flâneur* através da cidade não se limita a tirar o seu alimento da esfera do sensível, que lhe passa diante dos olhos, mas apropria-se também muitas vezes do mero saber, de factos mortos, como o que foi experienciado e vivido” (2019: 545). Há então uma

“dialética da *flânerie*: de um lado, o homem que se sente olhado por tudo e por todos, o autêntico suspeito; do outro, aquele que ninguém consegue encontrar, o escondido” (2019: 548).

As *Passagens* inspiraram outras deambulações sociológicas mais recentes, de que é exemplo *A Cidade como Narrativa* (Barreira, 2013), um estudo sobre as cidades de Lisboa, Berlim, Lyon e Fortaleza a partir de discursos, imagens, e representações, que vão de guias e roteiros turísticos, a bilhetes postais e deambulações à descoberta do espaço público. De resto, as narrativas sobre a cidade nos tempos mais recentes da sua internacionalização e turistificação têm merecido a atenção de vários investigadores em Portugal. O livro *A Cidade e o Turismo* (Fortuna, Gomes, Ferreira, Abreu, & Peixoto, 2012) fornece uma reflexão sobre os motivos que levam os turistas a visitar cidades com recursos históricos e patrimoniais, atenta às imagens e narrativas que os operadores turísticos põem a circular na esfera do mercado do turismo internacional. O confronto entre as imagens promovidas, as imagens percecionadas e a *realidade real* revelada e ocultada, está presente em diversos trabalhos de Gomes, e resumido na reflexão *Imagens e narrativas da Coimbra turística: entre a cidade real e a (re)imaginada* (Gomes, 2008). Surge também num estudo comparativo entre Coimbra e Salamanca (Gomes, 2012), onde explora temas como as formas de (re)produção de imaginários turísticos das cidades, as invisibilidades criadas pelo setor do turismo, o carácter seletivo das cidades turísticas, a forma como as cidades usam e atualizam as suas imagens, transformando-as em instrumentos ativos de estratégias de desenvolvimento urbano, e a retórica da criatividade do espaço urbano. A lógica da promoção dos lugares através de discursos representacionais é também objeto de um artigo sobre a análise das mensagens promocionais e de estratégias de *marketing* urbano (Peixoto, 2000) e outro sobre *A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas* (Fortuna & Peixoto, 2002), onde não falta a oportuna lembrança das tradicionais imagens urbanas condensadas em estereótipos – Aveiro, Veneza portuguesa; Braga, cidade dos arcebispos; Coimbra, cidade dos estudantes; Guimarães, cidade berço; Porto, cidade invicta...

O marketing urbano, baseado em imagens e representações sobre lugares, mas também sobre estilos de vida, é um elemento fortemente associado à gestão estratégica de cidades, que acentua a diversidade cultural como mais valia de uma relação simbiótica entre esse marketing, o sector económico da cultura e o turismo. É o que se verifica num artigo sobre a análise do planeamento regional e urbano de Lisboa, contemplando planos municipais e a preparação de grandes eventos como foi a EXPO'98 (S. Santos, 2008). Também essa exposição tomou a cultura como o motor de uma reconstrução urbana de tipo haussmaniano, justificando a transição entre um 'vazio urbano' e uma 'cidade imaginada', de que resultou a deslocação espacial de populações de baixos rendimentos e atividades industriais, para acondicionar novas classes médias locais e globais (P. Pereira & Nofre, 2011).

Fazemos uma última referência à cidade enquanto objeto do olhar e palco da visibilidade, que constitui uma das vertentes do livro coletivo *Uma Cidade de Imagens* (Brighenti et al., 2011). Ver e ser visto, como explicam os seus organizadores, são modalidades que incluem hoje também tópicos tão diversos como videovigilância e captação particular de imagens em turismo ou registos do quotidiano, por vezes na mira de formas e fenómenos urbanos menos evidentes. Para além da *visualidade urbana* que caracteriza a cidade como lugar de e para as imagens, pois o espaço público é habitado por uma profusão mais ou menos efémera de imagens que participam ativamente no cenário visual, defendem que a imagem da cidade pressupõe uma conexão entre a visibilidade da cidade e a construção social do imaginário urbano. Apontam ainda o escasso recurso à imagem como ferramenta metodológica, por parte da sociologia. Com efeito, o papel das metodologias visuais na construção de dados analíticos e na representação de objetos urbanos de pesquisa, é algo que tem sido pouco explorado, como tem sido negligenciado o próprio valor heurístico da imagem.

1.10. Tempo e espaço da vida quotidiana

Para Luckmann e Berger, como vimos, o mundo da vida quotidiana é a matéria-prima da construção social da realidade. É, pois, na vida quotidiana que devemos procurar as práticas e representações dos atores sociais que, à imagem das cidades, extravasam o presente e o local. Assim, e na linha dos contributos para uma sociologia do espaço-tempo (Carmo, 2006), terminamos com a abordagem destas duas dimensões na vida quotidiana, a partir do conceito de região em Goffman e Giddens.

O conceito de região é aplicado pela primeira vez à análise do quotidiano por Goffman na *Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias* (1993 [1956]), onde elabora uma “espécie de manual” sobre o modo como cada indivíduo se apresenta a si próprio perante os outros e o modo como controla a impressão que os outros formam de si, a partir de uma analogia com a representação teatral. Para Goffman, os indivíduos interagem num “formato de cena” (1999 [1983]: 208), comunicando através daquilo que transmitem verbalmente, mas também do que emitem corporalmente. Isto pressupõe a existência de uma *fachada*, “equipamento expressivo de tipo padronizado empregue, intencionalmente ou inconscientemente, pelo indivíduo durante o seu desempenho” (1993: 34). É a partir desta ideia que Goffman introduz o conceito de região, associando-o aos limites do que é público/privado, pois os desempenhos implicam uma *região de fachada*, onde o papel é representado, e uma *região de traseiras*, onde o ator se descontrai e põe de lado o personagem (1993: 136).

Resumidamente, os atores sociais representam papéis consoante as situações (1999: 195), e constroem fachadas para obter maior eficácia ao lidar com essas situações. A noção de região tem a ver com a fronteira que demarca a perceção do que constitui o lado frontal da representação e o lado da intimidade do ator, uma “linha divisória que separa a região da fachada e os bastidores” (1993:

148). Ela é definida pelo alcance da percepção, sendo certo que muitos “são os factos decisivos que se encontram para lá do tempo e do lugar da interação” ou que se encontram ocultados no próprio quadro (1993: 12). No seu último texto, Goffman relembra a hipótese de tudo o que pode ser característico da interação face a face ser circunscrito no espaço e no tempo (1999: 196) e colidir com os limites dos territórios pessoais, que são ao mesmo tempo riscos e oportunidades da copresença.

Na obra *A Constituição da Sociedade* (2003), Giddens vem aprofundar este conceito de região. A sua teoria assenta em três elementos: a *estrutura*, conjunto de regras e recursos ou relações de transformação; os *sistemas sociais*, que compreendem as relações reproduzidas entre os atores ou coletividades organizadas como práticas sociais; e a *estruturação*, que diz respeito às condições que governam a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, à reprodução dos sistemas sociais. Com o teorema da *dualidade da estrutura*, defende que a constituição de agentes e de estruturas não são dois fenómenos independentes, um dualismo, mas representam uma dualidade, que é a “base principal das continuidades na reprodução social através do tempo e do espaço” (2003: 31). Giddens sustenta esta teoria numa conceção do tempo que elabora a partir de várias influências disciplinares, distinguindo: a *durée* da vida quotidiana, tempo reversível da experiência repetitiva e rotineira de cada dia; o *tempo de vida do indivíduo*, que é um tempo finito e irreversível; e, por fim, a *longue durée* do tempo das instituições, a seu nível também um tempo reversível, condição e resultado de práticas organizadas na continuidade da vida diária.

Giddens faz também uma distinção entre consciência (conhecimento sensorial), memória (constituição temporal da consciência) e recordação (meio de recapitular experiências passadas de modo a focalizá-las na continuidade da ação), num capítulo onde retoma e reformula as ideias de Goffman: “‘Manter a frente’ (as aparências) na vida social significa evitar as ansiedades provocadas pela vergonha, e a perda da ‘frente’ (do amor-próprio) leva precisamente à vergonha ou constrangimento” (2003: 65). Giddens vê o *agente* como um sujeito humano total, sempre posicionado nos três tempos atrás referidos e atingindo as contextualidades da interação. Considera que a maioria dos analistas sociais trata o espaço e o tempo como meros ambientes da ação e têm do tempo a visão cronométrica típica da modernidade, questão que é relevante para o problema da ordem. Para o demonstrar, recorre ao conceito de tempo-geografia de Hägerstrand, cujos mapas espaciotemporais ilustram as interações dos indivíduos, movendo-se no tempo-espaço, com os seus encontros em localizações espaciotemporais definidas. Para Hägerstrand os indivíduos são seres dotados de *projetos*, mas os seus projetos enfrentam restrições relacionadas com necessidades de dormir e comer, que afetam a organização das atividades quotidianas, e restrições que dizem respeito aos limites às atividades desenvolvidas com outros. O que Giddens destaca neste contributo é a regionalização do tempo-espaço, embora considerando que o *lugar* não pode ser usado em teoria

social simplesmente para designar um ponto no espaço, como também não podemos falar de pontos no tempo como uma sucessão de “agoras”.

Na teoria da estruturação, Giddens recorre aos conceitos de *local* e de *acessibilidade da presença*, implicados nas relações entre integração social e integração sistémica, afirmando que os *locais* dizem respeito ao uso de espaço para providenciar os *cenários da interação*, os quais, por sua vez, são essenciais para especificar a sua *contextualidade* (2003: 138). Os locais podem ir de uma casa ao espaço ocupado por um estado-Nação, mas são também regionalizados no seu interior, em termos de zonamento do tempo-espaço, em relação às práticas rotinizadas. Para se entender a importância da regionalização assim vista, afirma, basta pensar no que seria o período noturno antes da generalização da iluminação elétrica, uma autêntica *fronteira* de atividade social tão demarcada como alguma fronteira espacial alguma vez o foi. Tomando por referência os trabalhos da Escola de Chicago a propósito da regionalização nas áreas urbanas, reconhece que “as diferenciações entre fechamento e abertura, regiões da frente e de trás, aplicam-se a grandes períodos de tempo-espaço, não só nos contextos de co-presença” (2003: 153), de que é exemplo a dicotomia centro-periferia, também associada à continuidade no tempo: os que estão no centro estabelecem-se no núcleo de estruturação das classes dominantes e promovem o fechamento social.

Em síntese, Giddens afirma que “toda a vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no “escoamento” do tempo e na “transformação gradual” do espaço”, ligadas às propriedades físicas do corpo e aos meios nos quais ele se movimenta” (2003: 155). Considera o tempo-geografia uma importante notação, mas insere-a numa teorização mais adequada do agente e da organização dos cenários de interação. As relações entre integração social e integração de sistema são o ponto de chegada de uma extensa teorização, que contempla uma nota sobre o papel do urbanismo, referindo que a industrialização modificou o tempo e eliminou a diferenciação cidade-campo. Os seus conceitos têm vindo a ser materializados em instrumentos analíticos, de que é exemplo a proposta de operacionalização apresentada por Carmo, na qual conjuga os conceitos de fechamento/abertura e interioridade (retaguarda)/ exterioridade (região frontal), de cujo cruzamento decorrem as modalidades de restrição, retração, preservação e exposição (2006: 67).

Estes contributos confirmam a relevância do tempo e do espaço na produção da vida quotidiana, como, aliás, também reconhece Lefebvre em *Análise Rítmica* (2017 [1992]), uma obra na qual completa a exposição d’A *Produção do Espaço*. Para este autor, o ritmo é algo inseparável da compreensão do tempo, e a sua análise proporciona uma abordagem privilegiada à vida quotidiana. Na sua repetição, encontra-se presente no funcionamento das cidades, na vida urbana e no movimento através do espaço. Inspirado na música, Lefebvre usa o ritmo como um modo de análise e o corpo humano como o ponto de partida dessa análise, para “escutar uma casa, uma rua, uma cidade tal como um ouvinte escuta uma sinfonia, uma ópera” (2017: 94). Mais do que a duração, este

autor privilegia a importância do instante, considerando que os momentos são tempos significativos. Defende que há ritmo em qualquer lugar onde haja interação entre um espaço, um tempo e um dispêndio de energia, traduzido em termos de repetição de movimentos, gestos, ações e situações; de interferências dos processos lineares e cíclicos; de nascimento, crescimento, auge, declínio e fim.

Lefebvre abre um dos capítulos com a imagem obtida a partir da sua janela sobre uma rua de Paris, para explicar como, a partir da indistinção do barulho da cidade, onde a vida de cada um não se distingue, começa, pouco a pouco, a discernir as fontes, reconhecendo que não podemos alcançar o ritmo sem que primeiro nos deixemos alcançar por ele. Uma imagem parecida, mas distinta, é aquela com que Certeau inicia a sua reflexão sobre as práticas do espaço n' *A Invenção do Quotidiano* (1990): 110º andar do World Trade Center, a agitação da cidade é parada, por um momento, pela visão de Manhattan, um mar de edifícios verticais rodeado de mar. Para Certeau, a imagem da cidade-panorama é, ela própria, uma representação, um simulacro teórico, que tem por condição a possibilidade do desconhecimento das práticas, pois em baixo, onde a visibilidade cessa, vivem os praticantes comuns da cidade, os caminhantes, cujo corpo obedece plenamente ao *texto* urbano que eles escrevem sem o poder ler (1990: 141). E é aí que explora as retóricas dos caminhantes por entre a organização espacial, pois uma coisa é a cidade concebida pelo discurso dos urbanistas e outra esse *lugar praticado* que é o espaço. Certeau dedica também um capítulo dessa obra de referência ao tempo das histórias, elaborando sobre a arte da memória, por meio de tipologias onde relaciona dimensões como tempo e espaço, ser e estar, visibilidade e invisibilidade.

Na linha de Certeau, Machado Pais considera que tempo e espaço não devem ser vistos como meros recetáculos estruturantes da vida quotidiana, pois “o tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado” (2002: 138). Para explicitar este enunciado, recorre a uma distinção entre espaço e lugar, encarando o primeiro no sentido de *espaço antropológico*, fornecido sob a forma de lugares de práticas, e o segundo como uma configuração instantânea de posições, de natureza física. Nestes termos, a espacialização surge como uma forma analítica de contextualização, e o espaço como uma variável acessória dos contextos sociais, variável explicativa, mas não autónoma (2002: 136). Isto porque, “se um contexto social nos permite observar de que modo se regulam distintos estilos de ação, distintas condutas comportamentais, é porque esse contexto nos permite descobrir um espaço de práticas sociais com significados simbólicos relativamente precisos” (2002: 136). Do mesmo modo, defende que se pode considerar o tempo uma variável acessória na definição de um contexto, na medida da sua ligação às práticas sociais que o transformam de tempo físico, quantitativo, em tempo social, qualitativo. Daí que este autor também distinga o tempo das cadências e regularidades expressas na repetibilidade quotidiana, do tempo “catalisador da espontaneidade social”, da arritmia e da alteridade. Só analiticamente estes tempos são dissociáveis.

Ainda relacionado com o tempo e o espaço, mas sobretudo com os paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana, Pais considera que a conceitualização do objeto *vida quotidiana* colide com a sua associação comum ao que é banal e insignificante, por oposição ao que é histórico, original e significativo, quando, pelo contrário, o quotidiano é o cruzamento de muitas dialéticas entre o rotineiro e o acontecimento, não respeita apenas à repetição mas também à inovação, e à perturbação da regularidade. Relativizando o esforço de análise da ritualização da vida quotidiana, como o empreendido por Goffman, Pais defende que a constituição de uma sociologia da vida quotidiana impõe que se demarque de uma sociologia dos “pequenos nada da vida” para “estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social” (2002: 87). Tal implica que o quotidiano integre também a história, e que a sociologia da vida quotidiana não fique presa ao correr dos dias: “uma análise crítica do quotidiano implica uma perspectiva histórica [pois] o presente é um produto histórico”. Esta “reivindicação da historicidade do quotidiano” tem também implicações a nível metodológico, designadamente a nível das fontes documentais (2002: 158).

A obra deste autor situa-se no campo da sociologia da vida quotidiana, tem a cidade como pano de fundo e Lisboa como inconfundível palco, como ilustram diversas publicações entre as quais *Lufa-Lufa Quotidiana* (Pais, 2010), uma coletânea de ensaios que exploram diversos “fios temáticos”, como o tempo e o espaço em “relação cronóptica” de mútua dependência, as diversas cidades que cada cidade contém e a interpretação do social a partir de imagens da sua veiação e revelação. Apelando a uma antropologia visual, Pais põe em jogo analítico a socialização e a individualização, as identidades numa cultura da evasão, e o alcance de uma reflexividade transformadora, contribuindo com uma visão largo espectro da cidade complexa, híbrida, multicultural e diversa. Num desses textos, fala da passagem de um “paradigma da lentidão” a um “paradigma do encontro”, reportando-se a Simmel, Engels e Benjamin, cujas leituras da cidade convergem no acentuar das marcas de indolência das deambulações urbanas, e também ao ensaio de Balzac sobre os movimentos dos cidadãos pela cidade, para citar Certeau, que sugere uma sociologia do quotidiano atenta às caminhadas e aos caminhantes: “A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade” (2010: 30).

Defensor de uma leitura das cidades através dos (pre)supostos que as banalidades do quotidiano mostram e ocultam, Pais vê a mobilidade como um atributo da vida urbana, cujo correlato é o fechamento, patente na segregação dos subúrbios, mas também na segregação residencial voluntária de “vidros duplos e outros sistemas de insonorização [que] criam cidades silenciadas dentro de cidade”

(2010: 54). A necessidade de proteção face à diversidade polifónica de que é feita a cidade aumenta com a dinâmica de revitalização urbana assente na valorização do património, que trouxe às cidades mais espetáculo e mais especulação. Em todas estas facetas, afirma, se espelham estruturas sociais atravessadas por clivagens de classe.

Embora muitas atividades quotidianas pertençam à esfera privada, e seja comum associar a vida quotidiana à vida privada, a verdade é que muita atividade pública também é quotidiana (Pais, 2002: 85), e uma boa parte da atividade quotidiana se desenrola no espaço público. Nos últimos anos, fenómenos como o marketing urbano e a turistificação das cidades, em torno da aposta na diversidade cultural e na valorização do património, como vimos, vieram contrariar a ideia da morte do espaço público nas grandes cidades. Com efeito, as políticas públicas têm vindo a socorrer-se da interdependência entre consumo, lazer, cultura e turismo, para catalisar a reorganização económica e a reconfiguração urbanística das cidades, que são palco da modelação de novos estilos de vida. Nestes processos, os espaços públicos de consumo e lazer têm uma importância crucial, na medida em que, “apesar de serem lugares de passagem, de distração e de sociabilidades efémeras e fugazes, são territórios onde se materializa uma parcela substancial dos encontros e das interações entre os sujeitos, assim como da sua relação simbólica com a cidade (Fortuna, Ferreira, & Abreu, 1999).

Em vez da morte do espaço público, o que se pode verificar é uma multiplicidade crescente de usos dos espaços públicos e dos protagonistas que deles se apropriam, englobando nestes espaços não apenas os espaços urbanos programados para uso público (as ruas, as praças e os jardins), mas também os novos espaços de consumo de acesso público (os centros comerciais) e os espaços de origem privada que vão sendo progressivamente integrados no circuito urbano (cafés, cinemas, lojas, sedes associativas, etc.), como nota um artigo sobre *Espaços Públicos: interações, apropriações e conflitos* (Andrade & Baptista, 2015). Estes espaços são o palco privilegiado das interações leves, baseadas em encontros repetidos, dos quais resulta uma familiaridade oposta ao anonimato, bem como um sentido de identidade social e de segurança. Fazendo referência a um estudo de caso sobre a demolição do Cine-Teatro Monumental, e ao movimento social que esse acontecimento desencadeou, o artigo ilustra como alguns espaços privados desempenham uma importante função pública. Aqui, em concreto, o que estava em causa era muito mais do que um cinema, era um ponto de encontro central na cidade de Lisboa.

Este exemplo aproxima-nos do objeto físico da presente investigação. No artigo *A rua, lugar físico construído* (Nunes & Baptista, 2008) é destacada a importância dos traçados urbanos como suportes da expansão urbana e responsáveis por boa parte da funcionalidade atribuída aos espaços urbanizados, contribuindo para organizar as atividades e as populações. Daí que ilustrem tanto o modo de fazer cidade como o desenrolar dos próprios processos territoriais, ou seja, no seu carácter dual “exercem efeitos modeladores e são objeto de modelação” (2008: 106). Os autores dão precisamente

como exemplo o surgimento das Avenidas Novas numa Lisboa que, no início do séc. XX, praticamente só conhecia ruas. Desenhadas sobre um arrabalde rural pelo planeamento técnico do município, apresentam-se largas, longas e infraestruturadas, correspondendo aos ideais higienistas da época. Na sua ocupação original, os novos *boulevards* constituem a base de um bairro de luxo, onde se constroem moradias de autor e prédios de rendimento de pendor burguês. Constituem ainda a base de redes de transporte através das quais se garante a comunicação com o centro histórico e a cidade expandida para fora de portas.

Oportunamente, os autores notam ainda que “à margem das Avenidas, mas na sua dependência direta, a urbanização da zona aquém e além-linha de cintura desenvolve-se de um modo diferente”. Trata-se do Bairro do Rego, construído também nos inícios do séc. XX, mas cujo traçado resulta da iniciativa de particulares que foram negociando a construção de bairros e a abertura de ruas, como via para o investimento, e não do planeamento municipal. Um conjunto de acessibilidades rodoviárias circundantes, vêm mais tarde a ser construídas, acentuando o relativo isolamento do bairro. As diferenças entre as Avenidas Novas e o Rego, tanto ao nível dos traçados como do edificado, dos usos do solo e da população residente, constituem uma questão sensível quando se trata de alargar a designação de Avenidas Novas a uma freguesia que integra ambas as áreas.

Percorremos ao longo deste capítulo várias frentes de problematização da cidade, num trajeto que se iniciou nos clássicos, constatando que os precursores e fundadores da sociologia reconheceram na cidade uma expressão e também uma condição do desenvolvimento capitalista. Sem reconhecer a necessidade de delimitar um campo teórico especificamente dedicado à cidade, viram nela o reflexo da concentração de recursos necessários ao modo de produção capitalista e o palco privilegiado para a ação coletiva transformadora. Viram também o lugar associado ao incremento da racionalidade e a uma divisão social do trabalho mais complexa, favorável à desorganização patológica que exprime o estado de anomia da sociedade moderna. Depois, constatámos como, a partir dos escritos de Simmel e das pesquisas da Escola de Chicago, se desenvolve o campo disciplinar especializado da sociologia urbana, cujo sentido é posto em causa e reformulado na década de 1970. A questão urbana, todavia, é superada pelo advento da cidade informacional e é já no séc. XXI que se procura definir uma sociologia para a cidade global. Entretanto, a cidade permanece um campo de oportunidades e desigualdades, e um contexto de questionamento da justiça social expressa ao nível das espacialidades e das mobilidades.

No que respeita à investigação sociológica em Portugal, convocámos os contributos mais diretamente relacionados com os processos territoriais da cidade região de Lisboa, desde a expansão urbana à morfogénese metropolitana e às dinâmicas de reinvestimento e nobilitação, com breves incursões no marketing urbano em tempos de massificação do turismo. Uma outra cidade ilustra este

texto, Paris, e em particular o tempo da renovação urbana empreendida por Haussmann, inspiradora, mas distinta da estratégia adotada nas Avenidas Novas.

A imagem da cidade observada e narrada é parte integrante da construção do significado social urbano. Como refere Carmo “as cidades constituem-se por fenómenos complexos, são sem dúvida um dos fenómenos mais extraordinários inventados pelo homem e, talvez por isso mesmo, não cessamos de nos surpreender com os seus encantos e também com os seus lados mais perturbantes e brutais. As cidades têm a particularidade de condensar todas as contradições inerentes à condição humana comprimindo-as em perímetros de um espaço geográfico delimitado” (Carmo, 2011). A partir dos temas e debates enunciados neste capítulo, apresentamos no próximo capítulo o conjunto de questões em que assenta o presente estudo, assim como as opções metodológicas adotadas no seu desenvolvimento.

Estratégia metodológica

Na sequência do enquadramento teórico conceptual desenvolvido no capítulo anterior, apresentamos agora neste capítulo a estratégia metodológica adotada, nela considerando o modelo analítico desenhado em função dos objetivos que nos propomos prosseguir, assim como a descrição sumária das operações e dos procedimentos instrumentais realizados.

2.1. Objetivos e desenho da pesquisa

A presente investigação adota duas perguntas de partida, assim formuladas:

1. As condições que as Avenidas Novas oferecem à expansão da cidade a partir do seu traçado inicial (urbanização, mobilidade espacial e localização de serviços), são ainda hoje favoráveis à revitalização urbana e ao reinvestimento residencial na zona?
2. Apesar da forte terciarização das últimas décadas do séc. XX, e em parte através dela, as Avenidas Novas mantêm, ao nível das representações sociais do espaço residencial, um estatuto socioeconómico elevado?

A partir destas questões, definem-se três objetivos centrais da pesquisa, que sustentam o desenvolvimento da tese em três etapas – contexto, dinâmicas e representações:

- Contextualizar as recomposições espaciais das Avenidas Novas, numa linha histórico-urbanística;
- Caracterizar as dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas subjacentes às recomposições sociais da zona, no quadro da sua relação com a cidade-região de Lisboa;
- Identificar representações sociais sobre esta área da cidade (re)produzidas por moradores e outros atores em presença.

Esta esquematização fundamenta a pertinência de conjugar diversas escalas temporais e espaciais, com o que se pretende responder tanto à *historicidade do quotidiano* como ao *enrugamento de escalas* em que a vida social se desenrola, na linha de alguns tópicos de problematização ilustrados do capítulo anterior.

Assim, consideram-se três perspetivas espaciotemporais:

- Uma perspetiva diacrónica, num arco temporal que se inicia antes de 1900 e vem até à atualidade;

- Uma perspectiva simultaneamente diacrónica e sincrónica, que sobrepõe à zona várias unidades de análise, considerando níveis administrativos como a freguesia, o concelho e a área metropolitana;

- E uma perspectiva também diacrónica e sincrónica, mas individualizada ao nível dos atores e das suas representações.

A partir daqui, enunciamos várias questões de investigação, cada uma das quais apontando as coordenadas dos próximos capítulos. As primeiras quatro remetem para as *recomposições*, numa ótica de contextualização e identificação de tendências, e as três últimas para as *representações*, já no plano individual dos atores.

1. Que transformações se verificaram nas Avenidas Novas, desde o plano urbanístico de Ressano Garcia até aos nossos dias, e qual a sua relação com os processos socioespaciais responsáveis pela configuração urbana e metropolitana de Lisboa?
2. Que tendências demográficas estiveram associadas a esses processos e como conduziram a zona, a cidade e a região ao retrato populacional atual?
3. De que forma se refletem na zona as dinâmicas socioeconómicas à escala da cidade-região de Lisboa, em domínios como a habitação e a concentração de serviços e de emprego?
4. Como evoluiu a mobilidade espacial e de que forma ilustra presentemente as relações entre a zona, a cidade e a região?
5. A que limites corresponde a representação espacial que os moradores das Avenidas Novas têm da zona assim designada?
6. Que memória fazem das suas vivências passadas nas Avenidas Novas? A que estatuto social associam a área em que residem? Identificam nela vida de bairro? Como encaram as mudanças no contexto da transformação da cidade?
7. De que modo o tempo de residência e a disposição para a vida de bairro define diferentes perfis de moradores e, assim, diferentes representações sociais da zona?

Algumas considerações sumárias apoiam a formulação destas questões específicas. Ao nível das *recomposições*, a atual área das Avenidas Novas era ainda rural nos últimos anos do séc. XIX, mas a paisagem transforma-se por completo com a execução do plano urbanístico liderado por Ressano Garcia, que consiste na construção de uma malha ortogonal de avenidas, dotada das mais modernas infraestruturas para a época. Esse plano não contempla a vertente de arquitetura, e a ocupação dos lotes é deixada à livre iniciativa dos proprietários. Aí se constitui então uma nova área residencial de cariz burguês, cujo ecletismo fica patente numa diversidade de soluções arquitetónicas e residenciais. Aí se vêm a instalar também serviços, a partir da segunda metade do século XX, revelando as Avenidas Novas um grande potencial para acolher a dilatação das funções centrais até então concentradas na Baixa Pombalina.

Progressivamente, os escritórios vão tomando o lugar das habitações, numa lógica de renovação urbana pontual, que faz aumentar as cérceas e traz soluções de edificado cada vez mais diversas. Entretanto, a generalização do uso do automóvel encontra nesta área da cidade um campo de expansão acessível e evidencia a sua vocação de canal de passagem quotidiana entre o centro histórico e as áreas residenciais mais afastadas. E assim, a marca de urbanidade que assinalou o início das Avenidas Novas, pelas suas acessibilidades e infraestruturas, dá lugar, em menos de 100 anos, à imagem de uma zona congestionada de dia e desertificada à noite, com todos os problemas associados a essa dicotomia. Porém, parecem identificar-se sinais recentes de uma nova tendência, a revitalização urbana das Avenidas Novas, dos quais se destacam as intervenções municipais no espaço público, a reabilitação do edificado e o fenómeno particular da transformação de edifícios de escritórios para uso residencial. Ao mesmo tempo, a cidade, no seu todo, conhece um acentuado processo de transformação, em boa parte devido ao incremento do turismo, detendo as Avenidas Novas uma posição de destaque no mercado imobiliário, que se pode enquadrar numa dinâmica de nobilitação generalizada.

Dois tópicos se evidenciam na recomposição espacial das Avenidas Novas, a acessibilidade e as infraestruturas. A rede original de elétricos tem hoje paralelo na rede de metropolitano (com três linhas que passam e se cruzam nas Avenidas Novas), na rede de autocarros, na ligação ferroviária regional e nacional. A zona mantém características favoráveis à mobilidade pedonal e à experimentação de novas modalidades de transporte, sendo a rede viária complementada por um conjunto de ciclovias. Por sua vez, a malha urbana das Avenidas Novas tem revelado uma capacidade renovada de se adaptar à substituição e à reabilitação de edifícios, com generalizado aumento do número de pisos, bem como à transformação de usos. A zona parece reunir requisitos adequados à localização de segmentos empresariais altamente qualificados.

Ao nível das representações do espaço habitacional, o facto de se terem instalado serviços onde inicialmente havia habitação, começando por consultórios médicos e de advogados, e seguindo depois com a construção de modernos prédios de escritórios, alterou as proporções da função residencial e laboral, mas não terá diminuído o estatuto socioeconómico das Avenidas, como poderia ter acontecido, por exemplo, se aí se tivesse vindo a construir habitação para segmentos socioeconómicos mais baixos. A instalação de equipamentos culturais, como o Cine Teatro Monumental (entretanto demolido), vários centros comerciais de pequena/média dimensão – Apolo 70, IMAVIZ, Monumental, Atrium Saldanha, Saldanha Residence, Campo Pequeno – e ainda o El Corte Inglês, somando cinemas, supermercados, lojas variadas e amplos espaços de restauração, configura um *entrepasto* que envolve os diversos utentes das Avenidas, num contínuo (também com ruturas) entre antigos locais de charme e a funcionalidade cosmopolita. Estes locais não são apenas pontos de acesso a bens e serviços, são

também espaços de sociabilidade e de comunicação, propícios, portanto, à (re)produção de representações sociais.

As recentes intervenções no espaço público tiram partido das características morfológicas da zona, plana e acessível, relevando o seu grande potencial para a revalorização das mobilidades leves, apesar da forte presença do automóvel. Aqui interagem quotidianamente moradores, trabalhadores e passantes, com estilos de vida diversos, frequentando lojas centenárias, ginásios, novos espaços de estética e nutrição. Associada a condições socioeconómicas elevadas e a uma certa urbanidade, a zona recupera parte da sua memória quando é escolhida a velha designação de *Avenidas Novas* para a freguesia em que agora se inscreve a malha do plano urbanístico original e toda uma vasta área circundante.

	CONTEXTO	DINÂMICAS	ATORES E REPRESENTAÇÕES
Foco	- Nova área residencial 1900-1960 - Nova área de serviços 1960-2000 - 'Regresso à cidade' 2000-2020	- Expansão urbana - Suburbanização - Metropolização - Terciarização - Revitalização	Atuais moradores das Avenidas Novas e suas representações sociais sobre a zona
Perspetiva espaço-temporal	Diacrónica (Histórico-urbanística)	Diacrónica e Sincrónica (Sociodemográfica e socioeconómica)	Diacrónica e sincrónica (memória e vida quotidiana)
Níveis de análise	Recomposições		Representações
Questões de investigação	1. Que transformações se verificaram nas Avenidas Novas, desde o plano urbanístico de Ressano Garcia até aos nossos dias, e qual a sua relação com os processos socioespaciais responsáveis pela configuração urbana e metropolitana de Lisboa? 2. Que tendências demográficas estiveram associadas a esses processos e como conduziram a zona, a cidade e a região ao retrato populacional atual? 3. De que forma se refletem na zona as dinâmicas socioeconómicas à escala da cidade-região de Lisboa, em domínios como a habitação e a concentração de serviços e de emprego? 4. Como evoluiu a mobilidade espacial e de que forma ilustra presentemente as relações entre a zona, a cidade e a região?		5. A que limites corresponde a representação espacial que os moradores das Avenidas Novas têm da zona assim designada? 6. Que memória fazem das suas vivências passadas nas Avenidas Novas? A que estatuto social associam a área em que residem? Identificam nela vida de bairro? Como encaram as mudanças no contexto da transformação da cidade? 7. De que modo o tempo de residência e a disposição para a vida de bairro define diferentes perfis de moradores e, assim, diferentes representações sociais da zona?
Operações e instrumentos metodológicos	- Análise documental - Observação direta - Entrevistas a informantes privilegiados	- Análise de estatísticas - Levantamento de comércio - Entrevistas a informantes privilegiados	- Entrevistas a residentes - Entrevistas a informantes privilegiados

Figura 2.1 Modelo de análise

O modelo de análise (Figura 2.1) ilustra como, com base nas questões de partida, nos objetivos e nas questões específicas de investigação acima apresentadas, se assumiu a estratégia metodológica de orientar as operações de pesquisa para uma utilização de métodos mistos, ajustados às exigências de cada ângulo de análise. Trata-se de uma perspectiva de complementaridade que procura aprofundar e ilustrar fenómenos e tendências macrossociais que explicam as recomposições do espaço social, assim como compreender de que forma os atores sociais interpretam as situações e os processos em que a sua vida quotidiana se inscreve, dando voz às suas representações sociais.

2.2. Operações e procedimentos

Apesar das diferenças que distinguem as pesquisas quantitativas das qualitativas, em termos das estratégias da investigação, o recurso a métodos mistos é cada vez mais comum na investigação social. Com efeito, a divisão entre esses dois hemisférios vai sendo posta em causa por várias razões, tais como aspetos das pesquisas quantitativas que contêm elementos compreensivos, ou o uso da quantificação em pesquisas qualitativas ou até por estudos onde estes campos são deliberadamente posicionados de uma forma colaborativa, ou seja, a pesquisa quantitativa é usada para analisar a pesquisa qualitativa e vice-versa (Bryman, 2012: 620). No presente estudo recorreremos a uma abordagem predominantemente quantitativa para as dimensões relacionadas com as recomposições espaciais e sociais, e usamos uma abordagem qualitativa para as relacionadas com as representações sociais. Os resultados de uma e de outra são apresentados por forma a traduzir que a complementaridade dos métodos decorre da própria complementaridade das dimensões de análise.

2.2.1. Análise documental e de dados estatísticos

A maioria dos dados que sustentam os capítulos 4 a 7 desta tese provêm da análise documental e de dados estatísticos, tanto a partir de fontes primárias, como, e principalmente, a partir de fontes secundárias. No caso concreto da contextualização histórico urbanística, recorreremos à consulta do site institucional da Câmara Municipal de Lisboa (CML) para aceder ao Arquivo Fotográfico Municipal e à Hemeroteca Municipal, bem como às áreas funcionais onde estão disponíveis documentos de suporte ao planeamento e à gestão camarária. Aqui se obtiveram fotografias, mapas, plantas, atas da câmara, documentos estratégicos, referenciais técnicos e revistas sobre a cidade, que foram objeto de seleção e análise. Ainda assim, uma parte muito substantiva da informação para este capítulo foi identificada em bibliografia vária sobre a cidade de Lisboa, por exemplo relativa à reconfiguração dos limites do concelho e das freguesias, e em artigos e teses académicas que contêm dados relevantes e análises consolidadas sobre a história da cidade.

Desses documentos e dessa bibliografia resultou uma cronologia das Avenidas Novas, a qual, não constituindo propriamente um produto final da pesquisa, forneceu as coordenadas à perspetiva

diacrónica sobre o objeto de estudo. Num intervalo temporal de 1850 até à atualidade, este instrumento permitiu situar informação relativa a acontecimentos, planos, projetos e realizações, pondo lado a lado a escala da zona com a da cidade.

No caso dos capítulos 5 e 6, recorreremos ao tratamento e à análise de dados primários do Instituto Nacional de Estatística (INE), à escala da freguesia, do concelho e da área metropolitana, retirados do *X Recenseamento Geral da População*, de 1960 (INE, 1964), e do *XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação*, de 2011 (INE, 2012). Depois de identificadas as tendências demográficas e territoriais a nível macro, solicitou-se diretamente ao INE o acesso a dados específicos sobre um conjunto de 85 quarteirões, correspondentes à área definida como Avenidas Novas em sentido restrito. A análise destes dados, em particular, permitiu obter informação mais precisa sobre o edificado e a população residente (estrutura etária e escolaridade) no perímetro onde foram selecionados moradores para as entrevistas.

Também no campo dos dados estatísticos se recorreu a fontes secundárias, com destaque para o *II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016* e, especialmente, para o *Atlas Social de Lisboa*², onde os dados sociodemográficos do concelho estão georreferenciados em repositório *on line* de acesso livre. Seguiram-se ainda relatórios produzidos sobre a área metropolitana e análises desenvolvidas no campo da sociologia e da geografia sobre os processos socioespaciais da cidade-região de Lisboa. Nalguns casos, tomaram-se exercícios feitos até aos censos de 2001 e completaram-se com dados mais recentes.

Já na fase de entrega da tese, foram publicados os resultados preliminares do *XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação*, pelo que ainda se incorporaram os dados genéricos disponibilizados por freguesia e concelho, mantendo-se toda restante informação mais específica datada a 2011.

2.2.2. Levantamento de comércio e serviços

No último trimestre de 2019, procedeu-se a um levantamento exaustivo de comércio e serviços na área das Avenidas Novas. Em complemento aos dados estatísticos disponíveis sobre a utilização dos edifícios, constantes no *XV Recenseamento Geral da População*, bem como à informação dos recenseamentos comerciais do concelho de Lisboa, com última atualização a 2010, no site *Lisboa Aberta*³, pretendeu-se, por esta via, aprofundar o conhecimento sobre um território que é vivido por uma pluralidade de atores, com os seus espaços próprios e as suas áreas de interseção.

² <https://www.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=e63936cfadce405b805d7beded9543f0> (última consulta a 11/06/2021).

³ <http://lisboaaberta.cm-lisboa.pt/index.php/pt/economia-e-inovacao> (última consulta a 30/04/2021).

Este trabalho de campo abrangeu cerca de 100 quarteirões e centrou-se nos espaços comerciais e de serviços que são reconhecíveis a partir da via pública, tais como lojas com acesso exterior independente da porta para os andares, e também frações dos pisos térreos (rés-do-chão e cave) afetas a funções não habitacionais, de alguma forma identificadas na rua. Não se consideraram outros serviços com atendimento ao público localizados em andares superiores, como consultórios médicos e toda uma gama de serviços que vai da saúde ao bem-estar e à estética, por não se configurar viável a sua inventariação completa. Pela mesma razão, não foi possível abordar o universo dos escritórios, cuja diversidade de condições e tipologias inviabiliza um levantamento exaustivo no terreno. Nalguns casos uma única empresa ocupa todo um edifício, enquanto noutros ocupa um ou vários pisos. Noutros, há edifícios que foram construídos de raiz ou adaptados para albergarem vários escritórios e têm uma marca associada ao número de polícia e/ou à rua ou lugar em que se inserem, num quadro de grande disparidade.

O ponto de partida foi a malha urbana ancorada no eixo Avenida Fontes Pereira de Melo – Praça Duque de Saldanha – Avenida República, constituída por avenidas paralelas e perpendiculares, tendo-se anexado posteriormente duas pequenas zonas contíguas, pertencentes a freguesias vizinhas, por constituírem zonas comerciais de continuidade ao nível do espaço público, e ainda o Bairro Azul, atendendo à sua localização específica⁴. Toda esta área foi objeto de observação no terreno, suportada numa ficha para registo do número de lote, nome do estabelecimento e área de atividade. A informação obtida no local a partir da publicidade em toldos, montras, reclamos luminosos e documentos de afixação obrigatória, foi frequentemente confirmada na Internet, em páginas eletrónicas das empresas, roteiros comerciais *on line* e no motor de busca *Google Maps*. Realizaram-se várias revisitações para aferir informação, alternando, por exemplo, dias úteis com fins de semana⁵.

Entretanto, colocou-se a questão de considerar os centros comerciais, uma vez que nos perímetros definidos existem vários, com uma gama diversificada de comércio e restauração. Procedeu-se então ao levantamento desta oferta através das páginas eletrónicas dos centros, equiparando cada estabelecimento interno às lojas de rua. Por fim, restava considerar o El Corte Inglés, que não se insere na tipologia dos centros comerciais⁶, mas apresenta uma oferta ampla de comércio e serviços. Recorrendo à informação constante na página eletrónica da empresa, incluiu-se também

⁴ Situado junto à Avenida António Augusto Aguiar, apresenta uma certa autonomia ao nível do edificado e algum isolamento decorrente da pressão de grandes equipamentos que se instalaram à sua volta, dificultando o estacionamento, mas a circulação pedonal de e para a sua envolvente é fácil e o bairro está dotado de transportes que o ligam a várias zonas da cidade.

⁵ Verificaram-se vários espaços devolutos e em obras. O regresso ao local permitiu distinguir essas situações dos espaços fechados por motivo de férias ou horário específico de trabalho.

⁶ Em rigor corresponde ao que no mundo anglo-saxónico se designa por *Department Store*, e no mundo francófono *Grands Magasins*. Aqui usaremos *grandes armazéns*.

no levantamento, procurando que os registos fossem comparáveis com os do comércio de rua. Em paralelo com a concentração de serviços de um centro comercial, considerou-se também a categoria de centro cultural, por se entender que é a que melhor corresponde à situação dos quarteirões da Fundação Calouste Gulbenkian e da Culturgest.

Toda a informação recolhida foi registada numa base de dados, onde se começou por usar uma tipologia intuitiva, construída a partir da recolha direta no terreno, evoluindo-se depois para uma categorização baseada na estrutura da Classificação das Atividades Económicas (CAE) do INE (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2007), simplificada para esta situação concreta⁷. Somando os estabelecimentos comerciais e de serviços de rua com a oferta dos centros comerciais, dos centros culturais e dos grandes armazéns El Corte Inglés, obteve-se um total de 1.879 pontos de comércio e serviços. Por forma a permitir leituras globais e parciais, esta informação manteve-se agrupada por categorias e também em três zonas territoriais, assim denominadas: República, Picoas e Bairro Azul. Todos os quarteirões foram numerados desde o início, permitindo a sua agregação sempre que se pretendesse analisar conjuntos. Entretanto, observaram-se já várias alterações nos espaços comerciais, mas a informação recolhida não foi alterada e mantém-se como um retrato datado a 31 de dezembro de 2019.

A partir da base de dados criada, avançou-se para a georreferenciação dos pontos de comércio e serviços, por forma a ilustrar a sua distribuição espacial, realizada em colaboração com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), mais concretamente através da aquisição de serviços especializados à Eng^a. Cartógrafa e investigadora Juliana Mio de Souza. Tal tarefa obrigou a uma releitura da informação, que sofreu cortes e agrupamentos tendo em vista ilustrar as dez tipologias de comércio e serviços com mais expressão na área estudada. Os produtos obtidos consubstanciam-se em informação estática, incluída no capítulo 5 da tese, e em informação dinâmica para uso nas plataformas *Google Maps* e *Google Earth*, com possibilidade de filtrar ou agregar dados.

2.2.3. Entrevistas

No âmbito desta investigação, foram realizadas 37 entrevistas semi-diretivas, que representam a principal fonte de informação qualitativa sobre as representações sociais da zona. A sua referência na tese segue o número sequencial atribuído a partir da ordem em que tiveram lugar. Uma parte substancial destas entrevistas foi feita a atuais moradores nas Avenidas Novas, tendo sido duas para

⁷ Relativamente a este sistema de classificação e agrupamento das atividades económicas em unidades estatísticas de bens e serviços, não se consideraram seções relacionadas com a agricultura e as indústrias, por exemplo, pois a sua representatividade no território em questão está ao nível dos escritórios e não do comércio de rua. Também não pareceu necessário usar em detalhe todos os níveis de especificação implícitos às divisões, grupos, classes e subclasses, no âmbito desta pesquisa.

efeitos de teste do guião (E1 e E2) e 20 entrevistas efetivas (E3 a E17, E27 e E29, E31 a E33). A identidade destas pessoas foi anonimizada, atribuindo-se nomes fictícios no quadro geral de caracterização e nos retratos sociológicos. As restantes 15 entrevistas foram realizadas a informantes privilegiados (E18 a E26, E28, E30 e E34 a E37), cujos nomes e funções são identificados na tese, respeitando o consentimento informado que foi recolhido.

– Entrevistas a residentes

A preparação das entrevistas aos residentes envolveu a elaboração do guião da entrevista (Anexo A), a escolha de um mapa da cidade com legibilidade adequada a um exercício de representação espacial, a redação de uma apresentação-tipo e de uma minuta de declaração de consentimento informado, a seleção de dispositivos de registo áudio, a exploração de uma rede de contactos e a realização de entrevistas de teste, tarefas estas realizadas no final de 2019.

Definiram-se, então, as coordenadas de proporcionalidade para constituição do grupo a entrevistar, com base no último retrato censitário da freguesia, que foram posteriormente ajustadas quando se optou por entrevistar residentes apenas numa zona restrita das Avenidas Novas e não na totalidade da área da freguesia. Seguiu-se a estratégia de *amostragem em bola de neve*, partindo de um pequeno número restrito de informantes, que recomendaram os primeiros entrevistados de entre os seus amigos e familiares, aos quais, por sua vez, foi pedido que identificassem os entrevistados seguintes, e assim sucessivamente. Este critério de amostragem, que envolve indivíduos e relações entre indivíduos num padrão das relações sociais de um contexto dado (Burgess, 1997: 59), ter-se-á refletido aqui na proporção maioritária de entrevistados com o ensino superior completo, apesar da percentagem de indivíduos com esse grau de instrução já ser consideravelmente mais elevada na freguesia, e em particular na zona restrita, do que no concelho de Lisboa. O quadro síntese e a caracterização sumária do grupo de entrevistados encontra-se no início do capítulo 7.

O guião foi estruturado de acordo com uma organização temática consentânea com os objetivos da pesquisa e contemplou as seguintes dimensões de análise: a vinda para a zona; impressões gerais; o estatuto social associado às representações sociais do espaço residencial; a ideia de bairro; a mobilidade espacial quotidiana; e a perceção da cidade em transformação. Um conjunto de questões breves de caracterização relacionadas com a idade, a escolaridade, a profissão, a situação na profissão e a condição de ocupação da casa (arrendamento, casa própria ou outra) foi reservado para o final da entrevista, com o objetivo de não comprometer a abertura e a disponibilidade para os temas abordados.

Começando por explorar a trajetória espacial e as impressões gerais sobre a zona, procurámos captar a identificação dos atores com a zona, através do que consideram pontos fortes e pontos fracos, com uma palavra mais particular sobre a casa ou o quarteirão em que residem e o modo como se

referem ao local onde vivem, no diálogo com outras pessoas. Depois desta parte inicial, foi proposto a cada entrevistado delimitar num mapa o perímetro das Avenidas Novas, por forma a registar quais as componentes territoriais que integra e exclui nesse conceito. Foi fornecido um mapa turístico com indicação de arruamentos e espaços verdes, que abrangia a quase totalidade do concelho de Lisboa, sem identificação das freguesias, apenas com referência a alguns lugares e sem qualquer menção às Avenidas Novas, e foi sobre esse suporte que os entrevistados desenharam o perímetro solicitado.

Pela sua relevância na pesquisa, as questões relacionadas com a percepção que os atores têm da transformação da cidade foram organizadas em dois blocos, não contíguos. Num primeiro, agregaram-se perguntas sobre os edifícios da zona, recordações da vida social e espaços modificados ou desaparecidos, sobre a reforma administrativa e a designação atribuída à nova freguesia, constituindo um bloco mais retrospectivo. Num segundo bloco, colocado no final na entrevista, perguntou-se a opinião sobre as recentes intervenções no espaço público, o incremento das bicicletas, a renovação dos edifícios, e ainda sobre o conhecimento de alguns projetos recentes ou em curso para esta zona, orientando a conversação para as perspetivas futuras sobre a zona.

Entre estes dois blocos referidos foram posicionados três conjuntos temáticos: um primeiro sobre o estatuto social associado às Avenidas Novas e os problemas sociais aí existentes, em comparação com outras zonas da cidade; um outro conjunto sobre a existência ou não de vida de bairro nas Avenidas Novas, a relação entre residentes e trabalhadores, as diferenças entre o dia e a noite, e entre a semana e o fim de semana; e ainda um terceiro bloco sobre a mobilidade espacial quotidiana, para falar do trânsito, da oferta de transportes e das práticas de cada entrevistado em matéria de deslocações.

Em fevereiro e março de 2020 realizaram-se 15 entrevistas a residentes, algumas das quais tiveram lugar no domicílio dos entrevistados, outras no ISCTE e em locais acordados na zona. Esta frente da pesquisa foi interrompida quando, em meados de março desse ano, foi decretado o Estado de Emergência devido à pandemia COVID'19, o que inviabilizou o agendamento de entrevistas presenciais. Avançou-se então para as entrevistas a informantes privilegiados na modalidade de videochamada e foi ainda nessa modalidade que se retomaram as entrevistas aos moradores em junho e julho de 2020, para completar o grupo de 20. Nas cinco entrevistas finais, feitas por videochamada, o exercício do mapa foi adaptado, consoante as circunstâncias, visando obter resultados comparáveis tanto ao nível do suporte físico como da lógica seguida. Já após a realização das entrevistas houve necessidade de precisar algumas informações complementares, como saber se os entrevistados trabalham ou tiveram o seu último trabalho na freguesia de Avenidas Novas, e a sua condição perante o trabalho, o que foi feito por correio eletrónico.

Perante a diversidade de opções que a técnica da análise de conteúdo oferece – análise categorial, avaliação, enunciação e expressão, conforme sistematizado num manual de referência para o contexto

dos métodos hipotético-dedutivos (Bardin, 1979) –, o tratamento do material das entrevistas aos residentes seguiu genericamente os passos daquilo que Guerra denomina um “processo simplificado de análise de conteúdo” (2014: 68-86). Assim, as 20 entrevistas começaram por ser integralmente transcritas em processador de texto, na expressão correspondente à oralidade, sendo depois relidas e harmonizadas em novos ficheiros, de forma a suprimir elementos inúteis e obter uma pontuação consistente. Numa segunda etapa, cada entrevista foi lida, sublinhada de acordo com um critério pré-definido e anotada, tanto para assinalar temáticas como para articular a correspondência com as dimensões de análise. Apesar de o guião da entrevista estar organizado de acordo com essas dimensões, sempre acontece numa conversa que os temas são antecipados ou retomados noutros momentos que não os previstos na sequência do guião.

Numa terceira etapa procedeu-se à construção das sinopses das entrevistas em quadros, contendo o essencial das narrativas. Apesar de preenchidas com o próprio discurso de cada entrevistado, que é contrastante de pessoa para pessoa, estas sinopses fornecem uma visão de conjunto, facilitam a comparabilidade questão a questão e permitem mais facilmente avaliar a saturação das respostas, face à necessidade de prosseguir ou não com novas entrevistas. Depois, procedeu-se à análise descritiva, através de tarefas como a seleção de citações a incorporar na tese, a descrição resumida do que disseram os entrevistados, a interpretação e a redação do texto final integrando os conteúdos mais relevantes. Aqui combinou-se uma análise tipológica, nas dimensões da memória e da ideia de bairro, com uma análise categorial, em temas como a mobilidade espacial e os projetos e obras. Por fim, a análise tipológica evoluiu para a construção de ideais-tipo, materializada em quatro retratos sociológicos.

Quanto à análise dos mapas, procedeu-se à reprodução de cada exercício em suporte digital, e, posteriormente, à sobreposição de todos os mapas individuais num mapa de conjunto, para se identificar as áreas em comum e as áreas em que os entrevistados divergiram. A partir desse mapa síntese, produziu-se um mapa final, onde se assinalou a localização aproximada da residência de cada entrevistado, garantindo o anonimato, e se delimitaram perímetros correspondentes ao mínimo denominador comum e à extensão máxima representada neste exercício. Além destes, todos os mapas constantes na tese foram produzidos por aquisição de serviços especializados à empresa *Empire Creative*. Os gráficos apresentados foram preparados com recurso ao software *GraphPad Prism 9*.

– **Entrevistas a informantes privilegiados**

As entrevistas a um grupo de informantes privilegiados constituíram um meio essencial de contextualização do território, de conhecimento das políticas autárquicas que o afetam, bem como de alguns protagonistas com visibilidade pública envolvidos em ações coletivas, de cariz associativo ou similar. O denominador comum deste grupo de entrevistados é serem pessoas suscetíveis de

influenciar as representações sociais sobre as Avenidas Novas, por força das funções que desempenham ou iniciativas que dinamizam a partir de contextos e meios particularmente propícios à (re)produção de representações sociais. Estas entrevistas decorreram de abril a dezembro de 2020 e realizaram-se maioritariamente por videochamada, atendendo ao contexto pandémico. Ao contrário da situação dos residentes, aqui foi preparado um guião diferente para cada entrevista, com partes comuns e com questões específicas, adequadas à atividade concreta de cada um (exemplo em Anexo B). A seleção foi feita a partir de contactos diretos, através dos meios institucionais disponíveis, recorrendo-se pontualmente à rede de conhecimentos própria ou de terceiros.

Na esfera municipal, foram entrevistadas as seguintes pessoas: a Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas (JFAN), na sua qualidade de responsável autárquica ao nível mais local; o Diretor do Departamento de Espaço Público da Câmara Municipal de Lisboa (CML), responsável pelo Programa *Uma Praça em cada Bairro* e pelas obras do Eixo Central; a Diretora Municipal da Mobilidade da CML; uma deputada municipal, geógrafa urbanista, que dirigiu o Departamento de Planeamento Estratégico da CML; e ainda o Coordenador do Departamento de Comunicação da JFAN.

Na área associativa entrevistou-se: o Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas; a Coordenadora da Comissão de Moradores do Bairro Azul; e o coordenador do Núcleo Avenidas Novas da Associação Vizinhos de Lisboa, responsável pela administração das páginas *Facebook* intituladas *Vizinhos das Avenidas Novas* e *Amigos do Comércio das Avenidas Novas*.

Quanto a especialistas, foram entrevistadas duas investigadoras do Instituto de História Contemporânea (ICH), coordenadoras do Projeto *Memória das Avenidas*, e uma docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com importantes contributos para o capítulo de contextualização histórico-urbanística.

Na área dos serviços foram entrevistados dois consultores imobiliários, uma coordenadora de um gabinete da Administração Pública sediado na Avenida da República e uma gestora de uma empresa de consultoria sediada na Avenida Fontes Pereira de Melo. Relativamente a estas duas últimas pessoas, pretendia-se a abordagem a alguém com uma visão global das Avenidas Novas a partir da ótica dos serviços aí localizados, e chegou a equacionar-se a constituição de um terceiro grupo de entrevistados, para obter informação sobre a vida quotidiana nas Avenidas Novas ligada às rotinas dos trabalhadores dos serviços. Porém, não chegou a avançar-se com este terceiro grupo, já que, como se viu por estas duas entrevistas, a realidade generalizada do teletrabalho alterou por completo as rotinas dos trabalhadores, e as referências à vida quotidiana nas Avenidas Novas passaram a ser retrospectivas, o que não teria o mesmo interesse.

Foi ainda entrevistado um escritor e jornalista, a pretexto de um artigo de opinião que publicou sobre as Avenidas Novas, onde referia ter vivido grande parte do tempo na zona. Para além destas entrevistas houve lugar a outros contactos menos padronizados, através de encontros ou trocas de

correio eletrónico, em domínios como a geografia, a demografia, a histórica contemporânea e a literatura.

Nas entrevistas aos informantes privilegiados, foi obtido o consentimento informado para divulgar o nome, a função e a narrativa de cada pessoa. Estas entrevistas foram integralmente transcritas, embora não tenham, no corpo da tese, a visibilidade e o estatuto correspondente às entrevistas aos moradores, uma vez que visavam sobretudo obter e confirmar informações sobre a zona e o posicionamento de atores destacados. A análise de conteúdo foi, neste caso, um trabalho mais individualizado, sem lugar a cruzamentos ou comparações entre as diversas entrevistas.

2.2.4. Observação direta

A observação direta no terreno revelou-se um instrumento fundamental de recolha de informação e de questionamento. Para além das incursões exploratórias aquando da definição do objeto de estudo, e, mais tarde, do escrutínio pormenorizado no âmbito do levantamento de comércio e serviços, percorrer as Avenidas Novas tornou-se um exercício continuado no tempo, do princípio ao fim da pesquisa, só interrompido nalguns meses da pandemia. Feito a pé, mas também de bicicleta, de carro e de transportes públicos, este exercício permitiu observar os fluxos e as rotinas que animam esta área da cidade. Durante alguns anos, tal observação foi facilitada pelo ritmo quotidiano da própria atividade profissional, sediada num andar elevado de um prédio da Avenida da República, mas, tanto nessa altura como depois, frequentar as Avenidas Novas ao fim de semana constituiu também uma prática relevante.

Assim se acompanharam as alterações introduzidas no espaço público, em particular durante as obras do Eixo Central. Foi também desta forma que se deu conta, semana após semana, de alterações ao nível do edificado, tais como demolições, derrocadas, reconstruções, reabilitações e mudanças de uso, de que se fizeram registos fotográficos espontâneos. E, não menos importante, esta deambulação permanente permitiu-nos observar muitos atores em presença, sem mobilizar a sua cooperação ativa. Referimo-nos genericamente a uma observação não sistematizada e sem interação entre o observador e o informante. Na inspiração de Benjamin e Certeau, consideramos ter aderido, de alguma forma, àquilo que já foi designado como *metodologia andante*, reconhecendo que “se a cidade é linguagem, andar é o ato de falar, explorando as possibilidades imensas dessa linguagem”, numa simbiose entre movimento e pensamento, seja esse pensamento apenas prático ou já reflexivo (Lopes, 2007).

É nesta linha que enquadramos a nossa ligação ao projeto Memória das Avenidas⁸, dinamizado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, acompanhando o seu

⁸ <https://memoriaparatodos.pt/project-type/memoria-das-avenidas> (Última consulta a 14/01/2021).

desenvolvimento e participando nalgumas atividades. Desde logo, o contacto com imagens e testemunhos de cidadãos comuns, que foi objeto de exposições e está disponível em acesso livre num repositório *online*, permitiu deambular pelas Avenidas Novas não só no espaço, mas também no tempo. Depois, e no âmbito desse projeto colaborativo, que envolveu utentes de um centro de dia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, participou-se num conjunto de visitas guiadas e partilha de memórias que proporcionaram uma oportunidade breve de observação participante em quatro momentos. Referimo-nos a itinerários temáticos concebidos com base em memórias daqueles utentes, e por eles comentados *in loco*, entre 2018 e 2019: *Avenidas Centrais*, percurso pedestre até à Rua Dona Filipa de Vilhena; *A Norte das Avenidas Novas*, percurso pedestre até ao bairro de Santos ao Rego; *A Oeste das Avenidas Novas*, percurso pedestre até ao Bairro Azul; *O Comércio local nas Avenidas Novas*, percurso pedestre até à Pastelaria Versailles.

Procurámos igualmente acompanhar de perto apresentações relacionadas com projetos urbanísticos, como os da Praça de Espanha e do Largo de São Sebastião da Pedreira, e seguir através da imprensa diversas iniciativas políticas com incidência no território das Avenidas Novas, com destaque para os empreendimentos ligados à Operação Integrada de Entrecampos. A visita a algumas exposições sobre a cidade contribuiu oportunamente para esta pesquisa, também através dos materiais constantes nos catálogos e em debates organizados nesse contexto, de que são exemplo, entre outros: a conferência *Do Parque da Liberdade ao Parque Eduardo VII*, no âmbito da Exposição *A Lisboa que teria sido*, no Museu Lisboa; a Exposição *9 Ideias – Parque Praça de Espanha*, na Sede Fundação Calouste Gulbenkian; a Exposição *Ventura Terra, Arquitecto. Do util e do bello*, no Torreão Poente da Praça do Comércio; a Exposição *Modelo de Cidade. Paris Haussman*, no CCB; a Mesa Redonda no Lançamento do Catálogo da Exposição *Futuros de Lisboa*, no Torreão Poente da Praça do Comércio; e a exposição *Novo Jardim Gulbenkian – 12 Projetos de Arquitetura*, na Sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ainda numa perspetiva de observação, seguimos no decurso da pesquisa alguns endereços eletrónicos como o site da Junta de Freguesia e respetivas *newsletters*, e algumas páginas de organizações na rede Facebook, como a dos *Vizinhos das Avenidas Novas*. Esta última, constitui um fórum de informação sobre a freguesia e as políticas municipais que a influenciam, onde se publicam memórias locais, esclarecimentos e tomadas de posição relativas às políticas autárquicas. Porém, a lógica de funcionamento das redes sociais, e o tipo de comentários, não sugere uma participação representativa da população e, como tal, não se justificou uma avaliação sistemática desta informação.

Contextualização histórico-urbanística

A cidade de Lisboa conta atualmente com 24 freguesias, cujas áreas e designações decorrem da última reorganização administrativa do concelho de Lisboa, aprovada em 2012⁹. Nessa altura, é atribuída a designação de Avenidas Novas a uma área resultante da agregação das anteriores freguesias de São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima, ocupando uma posição central relativamente aos limites do concelho, conforme assinalado na Figura 3.1¹⁰.



Figura 3.1 Delimitação do concelho de Lisboa e da freguesia de Avenidas Novas

Retoma-se, assim, o nome associado ao plano urbanístico do Eng.º Frederico Ressano Garcia, do qual resultam, na viragem para o século XX, novas áreas urbanas a partir da Rotunda do Marquês de Pombal, seguindo pelo eixo Avenida Fontes Pereira de Melo – Praça Duque de Saldanha – Avenida da

⁹ Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro.

¹⁰ O seu perímetro confronta: a sul — Rua de Joaquim António de Aguiar, Avenida de Fontes Pereira de Melo, Avenida da República, Avenida do Duque d'Ávila; a nascente — Rua de D. Filipa de Vilhena, Rua de Costa Goodolfim, Rua do Arco do Cego, Campo Pequeno, Rua de Entrecampos, Avenida da República; a norte — Avenida das Forças Armadas; a poente — Estrada das Laranjeiras, Avenida dos Combatentes, Praça de Espanha, Rua do Dr. Júlio Dantas, limite nascente do Parque Ventura Terra, Rua do Marquês de Fronteira, Rua de Artilharia Um.

República¹¹, com o seu ponto máximo de realização na malha ortogonal entre o Saldanha e o Campo Pequeno, mas agora para uma delimitação administrativa que se estende consideravelmente para além das áreas desse plano.

Clarifique-se, todavia, que o nome Avenidas Novas não corresponde à designação oficial do plano de Ressano Garcia, mas à expressão que começa a generalizar-se, muito provavelmente a partir dos finais da década de 1920, para referir um novo espaço urbano, inicialmente chamado das Picoas, e também os novos estilos de vida que nele se pretendem projetar. Com efeito, há aqui uma marca de inspiração higienista que contrasta com o anterior fechamento da cidade em torno do seu centro histórico, pois esta nova área é apetrechada, desde o princípio, com um conjunto inovador de infraestruturas de higiene e conforto, tais como redes de abastecimento de água, gás, eletricidade e esgotos. As suas amplas artérias são cuidadosamente arborizadas e servidas de transportes públicos, sendo de registar a presença de elétricos logo em 1902, acentuando a fluidez e a modernidade do lugar. Toda esta novidade, porém, tem início na decisão histórica de abrir a Avenida da Liberdade.

3.1. Do Passeio Público à Avenida da Liberdade

Satisfeitas as necessidades concretas de uma população relativamente estagnada e dominando o modelo urbano da reconstrução pombalina pós-terramoto, que virá a esgotar-se não tanto nas suas potencialidades modernistas, mas mais concretamente na capacidade de se desenvolver (V. M. Ferreira, 1987: 83), a cidade experimentara um longo período de quase 100 anos sem se expandir. A meio do século XIX o saldo natural da população é negativo e a planta de Lisboa ilustra uma cidade pouco marcada pela expansão (Pinheiro, 2015: 234). A própria Regeneração, vencedora em 1851, não traz inicialmente ao espaço urbano qualquer equivalente ao dinamismo empreendido na construção de caminhos-de-ferro, estradas e pontes, encurtando as distâncias dentro do país e na ligação à vizinha Espanha. Apenas uma transformação relevante da imagem da cidade se opera a partir de 1834, com a extinção das ordens religiosas, que tem como consequência prática a instalação de hospitais, escolas, tribunais e das próprias Cortes nos conventos deixados vagos, protelando assim a necessidade de construção de novos edifícios (R. H. Silva, 1994b).

Até 1880 a morfologia da cidade pouco se altera. O investimento público circunscreve-se a intervenções simbólicas pontuais, como a construção do Teatro D. Maria I, da Praça Luís de Camões e dos jardins de S. Pedro de Alcântara, Estrela e Príncipe Real. Esta tendência naturalista para dotar a cidade de manchas verdes, de inspiração internacional, tem o seu destaque na qualificação do Passeio Público, um vasto bosque resultante da intervenção pombalina, com obras iniciadas ainda em 1764,

¹¹ Para uma maior comodidade de leitura optamos pela designação atual das avenidas, que conheceram designações diferentes ao longo do tempo.

mas pouco utilizado até 1830. Melhoramentos então empreendidos pela Câmara Municipal a partir desse ano, com recurso a uma subscrição pública, contemplam a substituição dos antigos muros por gradeamentos e portões, a plantação de novas árvores em simetria, a instalação de um lago e uma cascata, tornando esta ampla alameda num logradouro e oferecendo à cidade um espaço de convivialidade social, no prolongamento da praça do Rossio. Este palco de representação social, favorece ainda a construção de palácios nas suas imediações, como o de Castelo-Melhor, atual Palácio Foz.

Mas o Passeio Público constitui também uma espécie de tampão ao crescimento da cidade, que inevitavelmente será necessário sacrificar quando e se se optar pela expansão a norte, em alternativa a uma expansão ribeirinha. Ainda assim, o que virá a acontecer não será tanto uma destruição mas uma transmutação desse que foi o primeiro jardim público de Lisboa em avenida de modelo oitocentista (J. M. Fernandes, 1989: 46). A proposta de criar um *boulevard* até às portas da cidade surge pela primeira vez em 1859 na câmara, retomando-se uma ideia deixada pelos arquitetos pombalinos, que perceberam a funcionalidade futura de uma via perpendicular ao rio, partindo do Terreiro do Paço em direção a S. Sebastião. Não é ainda, porém, uma necessidade de ordem populacional que então justifica tal proposta, uma vez que a estabilidade demográfica fixada nos 200 mil habitantes se mantém até finais da década de 1870.

Quando o presidente da CML, Oliveira Pimentel, apresenta a ideia, ainda vaga, de se construir uma avenida “do Passeio Público, pela parte inferior do Salitre e pelas terras do Vale de Pereiro até São Sebastião da Pedreira e Campo Pequeno”¹², nesse ano de 1859, fala de uma obra indispensável à grandeza da cidade, enquadrando-a assim numa política de melhoramento e embelezamento. Desta altura datam os primeiros esboços da avenida feitos pelo engenheiro camarário Pezerat, que, entretanto, se perdem no incêndio dos Paços do Concelho, em 1863.

A premência de um plano de melhoramentos vai sendo identificada por sucessivas vereações, traduzindo, a partir da segunda década regeneradora, uma vontade de intervir de forma mais programada e sistemática na cidade. Tendo por base a legislação publicada em 1864, que aumentou as competências dos municípios na gestão urbana e especificamente as da CML nas áreas do urbanismo e da edificação, (R. H. Silva, 1994a: 430), é empossada no Ministério das Obras Públicas, em 1865, uma comissão encarregada de elaborar um *Plano geral de melhoramentos da capital*, com representação camarária.

Nesse mesmo ano, Pezerat empreende uma intencional viagem a Paris e apresenta o relatório intitulado *Mémoire sur les études d'améliorations et embelissement de Lisbonne*, onde refere a

¹² Sessão de 3 de julho de 1858, Anais do Município de Lisboa de 1856 a 1859, p. 322 citado por Silva (R. H. Silva, 1994a: 430)

“necessidade de fundar novos bairros residenciais e prever o crescimento e renovação da rede viária urbana” (R. H. Silva, 1994b: 411). Com efeito, a massiva operação de renovação urbana parisiense conduzida por Haussmann constitui, desde os anos 1850, uma fonte de inspiração para os que estão envolvidos no governo da cidade, e talvez só as insuficiências financeiras do Governo e da Câmara justifiquem a não demolição dos bairros medievais para rasgar avenidas e edificar bairros operários (R. H. Silva, 1989: 18).

Data de 1870 o primeiro projeto da futura Avenida da Liberdade, elaborado pelo engenheiro camarário Bartolomeu Déjante para o Ministério das Obras Públicas. Outro se lhe segue, em 1873, assinado pelo arquiteto camarário Parente da Silva, este já suportado por uma proposta do Ministro das Obras Públicas à Câmara Municipal. Em 1874 o tema da construção da avenida é levado ao Parlamento como “negócio urgentíssimo” (França, 2000: 63), em 1877 é apresentado o anteprojeto, e a construção da avenida arranca definitivamente em 1879, desconhecendo-se se as obras se iniciam com base no anteprojeto de 1877 ou com um projeto de 1879 (J. M. Fernandes, 1989: 47).

Um último momento importante a registar na execução do plano é, em 1881, a apresentação da carta com o projeto final para a avenida, o qual, no entanto, ainda não estará aprovado em 1885. Desconhece-se também o real envolvimento nestes momentos de Frederico Ressano Garcia, o jovem engenheiro formado na Escola Politécnica de Lisboa e na École Impériale des Ponts et Chaussées de Paris, que, em 1874, substitui Pezerat na CML.

As condições em que a obra arranca revelam, desde logo, uma contradição entre as perspetivas técnica e política face ao empreendimento. Do lado político, a visão é mais circunstancial que estratégica, com o presidente Rosa Araújo a ter um papel determinante na realização da obra, inclusive suportando pessoalmente avultadas despesas com expropriações, mas com o foco no embelezamento da cidade. Por outro lado, a Repartição Técnica da Câmara, chefiada por Ressano Garcia, que se impõe pela sua racionalidade, pelo pragmatismo e pela aptidão conciliadora (Tavares, 2014), assume a operacionalização da obra, mas enquadra-a numa visão estratégica, onde a avenida deverá possibilitar as comunicações entre a cidade e a sua envolvente norte, mas também contribuir para a valorização dos terrenos adjacentes e o nascimento de novos bairros. De facto, o presidente da Câmara dá início aos trabalhos sem esperar pela aprovação da lei de zonas, que constitui, para a Repartição Técnica, precisamente a alavanca fundamental do projeto. Demarcando-se dessa posição, Ressano Garcia corrige as propostas iniciais, assumindo o Passeio Público como parte integrante da Avenida da Liberdade e introduz o empreendimento numa reflexão mais ampla sobre a necessidade de a cidade se expandir para norte, onde aquela avenida não passa de uma primeira etapa (R. H. Silva, 1989: 22).

A Avenida da Liberdade constrói-se assim no Valverde e dá lugar a dois novos bairros, ladeando o seu termo: a poente, no caminho do Rato e S. Mamede, e a nascente, em terras dos condes de Redondo. O plano de 1879 contempla então este grupo formado pela avenida propriamente dita e

pelos bairros Barata Salgueiro e Camões, bem como um segundo grupo correspondente ao Parque da Liberdade e aos dois conjuntos de arruamentos de cada lado do mesmo. Ressano Garcia especifica então na Memória Descritiva que essa primeira parte terminará numa “praça circular de 200 m de diâmetro d’onde irradiam quatro ruas de 30 m – uma em direção ao Rato, outra ao local do novo edifício da Penitenciária e Entre-Muros, outra para Santa-Marta e finalmente outra para os sítios do Campo Grande e Benfica” (R. H. Silva, 1989: 22). Desta forma a Repartição Técnica da Câmara assume que a Avenida da Liberdade será, mais do que um palco de convivalidade social e implantação de palacetes, um *eixo operativo* articulando “o tecido sobrecarregado da cidade Baixa com uma zona de extensão a inventar radicalmente, através do traçado de um outro conjunto de avenidas, comunicando com velhos lugares lisboetas (o Rato, St.^a Marta) ou com sítios suburbanos (Entremuros, Campo Grande, Benfica)” (R. H. Silva, 1989: 23).

A Avenida da Liberdade termina, efetivamente, numa rotunda que será dedicada ao Marquês de Pombal, de cuja morte se celebra em 1882 o centenário e que virá a ter uma estátua só inaugurada 50 anos mais tarde (França, 2000: 65). A associação a Pombal é sugestiva no plano simbólico, já que, depois da reconstrução pombalina é a primeira vez que se criam novas ruas em Lisboa. Enquanto a proposta de Eugénio dos Santos para a Baixa foi essencialmente uma proposta de reconstrução de uma parte da cidade, não prevendo eixos de expansão ou cenários de prolongamentos futuros (J. M. Fernandes, 1989: 44), com o processo da Avenida temos ruas “inteiramente inventadas, fora de qualquer sujeição a sítios tradicionais que elas atravessam numa indiferença moderna, cortando a direito em nome do progresso que se gerara no Fontismo e continuava pelos anos 80 fora” (França, 2000: 67).

3.2. Da Avenida da Liberdade às Avenidas Novas

Em 1887, o Presidente da Câmara Fernando Palha propõe a abertura de uma nova avenida, para ligar o Campo Grande à Praça Marquês de Pombal, suportado na Carta de Lei aprovada no ano anterior que duplicara a área da cidade de Lisboa, integrando nela os ex-concelhos de Belém e dos Olivais, e conferira competências à CML para “a abertura de ruas, praças e avenidas” (R. H. Silva, 1989: 27). A planta geral que apresenta à vereação formula pela primeira vez o projeto das zonas, que será concluído um ano mais tarde.

Tendo em conta que os trabalhos de construção da Avenida da Liberdade e bairros adjacentes já vão adiantados mas o estudo em que se baseiam ainda não está aprovado, o plano de 1888 parte para um alargamento da área a urbanizar, reformulando o de 1879 naquilo que ainda é possível integrar nesta proposta mais abrangente (J. M. Fernandes, 1989: 52). O plano contempla duas zonas, a primeira correspondendo ao topo da Avenida da Liberdade, Marquês de Pombal e Parque da Liberdade com as

ruas adjacentes, e a segunda zona à Avenida das Picoas ao Campo Grande. As duas zonas tinham como elo de ligação a Avenida Fontes Pereira de Melo.

J. M. Fernandes destaca algumas características do plano de 1888 (1989: 53), tais como: a influência parisiense ao nível dos eixos e das rotundas, pese embora as rotundas do Marquês, Saldanha e Entrecampos não funcionarem ainda, à época, como sistema distributivo de uma rede viária complexa; a lógica de plano de expansão, que se desenvolve sobre terrenos rurais, contrariamente à lógica de renovação urbana seguida em Paris; a escala e a modelação muito desenvolvidas, em comparação com a Avenida da Liberdade; a estruturação do plano como rede viária desenvolvida linearmente através de um eixo gerador (com inflexões na Rotunda e no Saldanha) que suporta uma malha ortogonal de ocupação em superfície, aproveitando sempre que possível as vias pré-existentes, rurais e proto urbanas.

Ainda segundo este autor, o plano de 1888 não apresenta um desenho urbano homogéneo, mas subdivide-se claramente em três partes: 1) o conjunto Avenida-Parque, com os seus quarteirões periféricos; 2) o conjunto das Picoas, que tem como eixo a Avenida Fontes Pereira de Melo e quarteirões de menor dimensão com forma quadrangular; e 3) o conjunto da Avenida da República e quarteirões envolventes, com forma retangular. Numa visão global, afirma, há uma descontinuidade que tem o seu estreitamento na Avenida Fontes Pereira de Melo: “a partir do Saldanha pode dizer-se que *recomeça* uma outra cidade, de novo concebida com largueza, mas, e isso é fundamental, com carácter *autónomo* em relação à que fica para trás; e esse recomeço é nitidamente inspirado no tipo de desenho da velha Avenida (...) embora o seu dimensionamento seja menos generoso (...) e isso tenha entre outras razões feito soçobrar mais tarde essas mesmas faixas, sacrificadas, porque de reduzida dimensão, ao estacionamento e ao trânsito” (J. M. Fernandes, 1989: 55)

A Figura 3.2 ilustra claramente a imagem do plano, com a mesma matriz de composição distribuída em três partes, numa lógica adaptativa às características do terreno, que faz infletir o eixo estruturante a que essas malhas estão agregadas, como reforça outro arquiteto (S. P. Fernandes, 2013).

A lei de expropriações, aprovada em 1889, vem dar fôlego e suporte à concretização do empreendimento, na linha da sua sustentabilidade. A CML pode, com base nela, expropriar por interesse público não apenas os terrenos para instalar as ruas, mas também faixas laterais até cinquenta metros para loteamento e venda destinada a suportar financeiramente as obras (R. H. Silva, 1989: 29). Ao contrário dos que achavam que a cidade moderna se devia fazer junto ao rio e substituindo a cidade antiga, como fizera Pombal na Baixa ou Haussmann em Paris, as Avenidas Novas desenvolvem um modelo urbano, entretanto já experimentado através de intervenções dispersas, mas alinhadas pelo mesmo paradigma urbanístico, como é o caso do Bairro de Campo de Ourique e o da Estefânia na década de 1880 (prolongando-se a construção do primeiro até 1906).



Figura 3.2 Malha conceitual e traçado urbano das Avenidas Novas em torno do Eixo Central

Fonte: Sérgio Padrão Fernandes (2013). O Traçado. O sítio e a forma da cidade.

Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa, p. 43.

A própria edificação dos Bairros Barata Salgueiro e Camões constitui um arranque empírico do plano, pois o interesse dos empresários particulares, a venda e a construção de palacetes e prédios de rendimento, apesar de se desenrolar em ritmo lento, são factos que sustentam a lógica do projeto e a aposta no plano mais vasto (R. H. Silva, 1989: 27). Também a Avenida dos Anjos, atual Avenida Almirante Reis, abre um eixo fundamental de comunicação entre o centro histórico e a envolvente norte, embora retardada por poderosas pré-existências e pela pressão dos investidores privados, o que só permite a sua abertura em 1903. Mas, nesse caso, e ao contrário das Avenidas Novas, rasgadas em áreas rurais, a avenida é “traçada ao longo do vale que, desde sempre, constituía a mais dinâmica porta de saída da capital, habitado e urbanizado segundo modos empíricos e seculares” (R. H. Silva, 1989: 31).

Se o processo da Avenida da Liberdade constitui, desde as ideias iniciais ao começo da obra, uma experiência eminentemente empírica, é notório que o trabalho de Ressano Garcia e da Repartição Técnica da Câmara para as Avenidas Novas traduz uma grande capacidade de planeamento e execução, e uma elevada competência técnica (Tavares, 2014: 135). Na prática, Garcia organiza a expansão urbana através de vários planos articulados entre si, cada um deles ajustado a uma topografia, fazendo uso de técnicas e processos adquiridos em Paris, que desenvolvem a forma urbana

a partir de quatro elementos-chave: o traçado, a praça convergente, o quarteirão e a malha reticulada (Lamas, 2017: 224).

No quadro do projeto da 1ª zona, destaca-se a iniciativa de abrir um concurso internacional (1886) para o Parque da Liberdade, desvalorizando a opinião dos que discutem o prolongamento da Avenida da Liberdade. Tal é o caso do tenente-coronel Eng.º Miguel Paes, que, nesse mesmo ano, propõe, no opúsculo *Melhoramentos de Lisboa*, a supressão da rotunda, o prolongamento da Avenida até à estrada da circunvalação, próximo da Penitenciária, que começara a ser construída em 1885, e a criação no topo de uma praça semelhante à dos Restauradores, para aí instalar o monumento ao Marquês de Pombal.

Esta proposta enquadra-se numa tendência, típica da viragem do século XIX para o século XX, marcada pela apresentação de inúmeros projetos não materializados, de que são exemplo um sistema de metropolitano, uma ponte sobre o Tejo ligando Xabregas ao Montijo, túneis atravessando a baixa, um enorme viaduto ligando S. Pedro de Alcântara à Graça, um Palácio da Justiça e um Palácio dos Correios, uma cobertura do Chiado em galeria de “céu de vidro”, um arranha-céus no Aterro, a construção de arcadas na rua do Arsenal, de um grande casino em S. Pedro de Alcântara, de um hotel e um teatro no Castelo de S. Jorge...

Esta Lisboa imaginada e não concretizada, que tem expressão em artigos de época¹³, mantém no Parque da Liberdade, essa vasta área de terrenos vazios a norte da Avenida da Liberdade que a Câmara quer ajardinar, um campo fértil de imaginação e discussão durante mais de 100 anos. Objeto de um concurso internacional proposto pela Repartição Técnica, com participação de 29 projetos concorrentes de diversos países, não chega a ver materializada a proposta vencedora do francês H. Lusseau, que, entretanto, é adaptada para uma solução mais económica (1889).

Dificuldades com as expropriações fazem arrastar o projeto, com início de execução e nova remodelação em 1902. Rebatizado de Eduardo VII, após a visita do monarca inglês em 1903, o Parque é alvo da intervenção do arquiteto e vereador Ventura Terra, em 1909, que dele fez desanexar mais uma avenida, “pensando assim obter meios financeiros para a sua realização” (R. H. Silva, 1989: 26), mas a estratégia colide com a exiguidade financeira da Câmara. Será preciso esperar pelo Estado Novo para que o parque fique com o aspeto que ainda hoje tem, na fórmula encontrada pelo arquiteto Keil do Amaral para desenhar um jardim que visualmente sugerisse o prolongamento da Avenida. Ficam pelo caminho destacadas propostas de Cristino da Silva e outras, já devidamente sistematizadas (J. M. Fernandes, 1989) e amplamente documentadas (Morais & Roseta, 2005), as quais, para além das soluções estéticas de afirmação do poder, são já bem reveladoras da presença crescente do automóvel na cidade.

¹³ *Lisboa no Ano 2000*, de Mello de Matos (1999[1904]), e *Lisboa Monumental* de Fialho de Almeida (1957[1906]).

A par da monumentalidade urbana subjacente à maioria destes projetos, culminando na imagem de uma gloriosa acrópole a coroar o Parque, conhecem-se ainda vários projetos para edifícios públicos a instalar no alto do Parque, de que sobram vestígios e restos incompletos do que não se chega a fazer, como os pináculos para o Palácio da Cidade, de Keil do Amaral, o plinto de uma estátua, a meia praça do conjunto do Supremo Tribunal e Palácio da Justiça, também incompleto, acentuando a vocação utópica e mítica da área referida (J. M. Fernandes, 1989).

3.3. A edificação das Avenidas Novas

Utopias à parte, as Avenidas Novas vão-se tornando uma realidade, graças ao empenho que Ressano Garcia e a Repartição Técnica aplicam, sobretudo no projeto da 2ª zona, estudando e planeando a operação ao detalhe. O acervo documental de plantas gerais e por ruas ilustra a exaustividade das indicações sobre a operacionalização de expropriações, terraplanagens, largura das estradas e dos passeios, sistema de esgotos etc. (R. H. Silva, 1989: 27).

Todos estes estudos convergem num *Plano geral de melhoramentos da cidade*, o segundo depois de 1864-81 que a Câmara ficou incumbida de apresentar pelo decreto ditatorial de 2 de setembro de 1901, e que é o culminar do pensamento urbanístico de Ressano Garcia à frente da Repartição Técnica. No essencial, o plano prevê um grande parque florestal com uma extensão total de 30.677,57m² na área onde hoje fica situada a Cidade Universitária, estendendo-se a norte e dotado de longas vias de comunicação com Benfica, Luz, Carnide, Lumiar, Telheiras, Charneca e ainda com Alcântara (França, 2009: 628).

A dimensão do plano e a urgência que, segundo a memória descritiva, constitui a necessidade de rematar convenientemente os trabalhos a Norte da cidade para evitar que se anteponham outros de carácter pontual (sic), ilustra a preocupação de Ressano Garcia em proteger e ampliar o projeto de uma vida (R. H. Silva, 1989: 35). Em 1904, a CML valida esta proposta no quadro do “desenvolvimento progressivo da cidade”, não sem deixar de reconhecer que será preciso aguardar pela melhoria das finanças camarárias para prosseguir com a sua execução. No entanto, a situação política transforma-se, e, na primeira vereação republicana, Ventura Terra reorienta o programa de melhoramentos para a frente ribeirinha, em contraste com o afastamento da cidade em relação ao rio, que representa, tanto perpendicular como paralelamente ao mesmo, a construção das avenidas da Liberdade e 24 de

Julho¹⁴. Assim se prefigura o afastamento de Ressano Garcia e a simbólica alteração da toponímia das recentes avenidas, que ocorrerão poucos anos depois ¹⁵.

O plano jamais é implementado, mas as Avenidas Novas ganham forma e a vastidão das novas ruas e de lotes atrai rapidamente especuladores e construtores. Raquel Henriques da Silva dedica uma minuciosa pesquisa documental à realização do projeto das Avenidas Novas, no período de 1900 a 1930, e produz o relato mais exaustivo até hoje disponível do que foi a ocupação do planalto que se abre do Saldanha ao Campo Pequeno, rua a rua, lote a lote, nessas três décadas primordiais (R. H. Silva, 1985). Consulta as atas camarárias de 1880 a 1930, onde se encontram referenciados os momentos fundamentais da elaboração e execução do plano urbanístico, recorre aos processos de obras do arquivo municipal e analisa todas as primeiras construções das doze avenidas delineadas, num total de 570 edifícios.

Uma das conclusões a que chega remete para a brevidade do tempo de realização do projeto. Apesar dos atrasos decorrentes da crise de 1890 e tendo em conta que só em 1903 se criam efetivamente condições para a abertura da Avenida da República e da Avenida Cinco de Outubro, só nesse ano se dá início às expropriações e em 1904 à venda de lotes e ao arranque das primeiras construções. Em 1906 é inaugurado o serviço de tração elétrica através da Avenida da República, que está praticamente edificada em mais de 50% em 1910. A construção vai-se dando quase em simultâneo em todos os quarteirões (R. H. Silva, 1985: 52).

Mais do que o tempo, é o modo muito próprio de edificação das Avenidas Novas que esta pesquisa evidencia, mostrando um grande contraste, desde os primeiros anos, entre o projeto urbanístico e a realização arquitetónica. Facto é que não encontramos na primeira década do século mais de uma dezena de arquitetos nas Avenidas Novas, enquanto a lista dos construtores civis é vasta. Os destacados Raul Lino, Ventura Terra e Álvaro Machado realizam poucos projetos nas Avenidas Novas,

¹⁴ Como explica Jorge Gaspar (1976: 51), Lisboa e o seu centro vivem voltados para o rio até meados do séc. XIX, sendo o transporte aquático o mais utilizado para as distâncias maiores. Essa orientação é ainda mantida pelas primeiras linhas férreas (Santa Apolónia, Barreiro-terreiro do Paço, Cais do Sodré) e só é contrariada pela linha que sai da nova estação do Rossio e depois pelo processo da(s) avenida(s).

¹⁵ Um mês após a proclamação da República, ocorrida a cinco de outubro de 1910, a CML substituiu na toponímia alguns nomes associados à Monarquia e designações religiosas. A Avenida Ressano Garcia tomou o nome da própria República e a Avenida António Maria Avelar o da data da implantação da República. Também a Avenida Hintze Ribeiro se passou a chamar Avenida Miguel Bombarda, médico republicano assassinado, e a Avenida José Luciano passou a Avenida Elias Garcia, propagandista e jornalista republicano. É ainda nesse espírito que surge o topónimo Avenida de Berna, em 1911 e Avenida dos Defensores de Chaves, em 1912. Nas Avenidas Novas, mantiveram-se alguns topónimos atribuídos em 1902, como Praça do Duque de Saldanha, Avenida Fontes Pereira de Melo, Avenida Duque d'Ávila, Avenida António Augusto de Aguiar, Avenida António de Serpa, Avenida Conde de Valbom, Avenida Marquês de Tomar, Rua Filipe Folque, Rua Latino Coelho, R. Pinheiro Chagas e Rua Pedro Nunes.

e nelas Bigaglia faz apenas obras menores. Só Norte Junior tem nesta área uma intensa atividade a partir de 1905, até aos anos 1940.



Figura 3.3 Praça Duque de Saldanha (post. 1909)

Fonte: José Chaves Cruz. Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/CRU/000636

Ao contrário da Baixa Pombalina ou do Bairro de Alvalade, construídos respetivamente antes e depois das Avenidas Novas, não há aqui um plano arquitetónico que dê corpo vertical à sólida base horizontal que constitui o projeto urbanístico, refletindo o contexto e as circunstâncias em que a edificação se inicia e progride. O projeto de 1888 enfrenta logo a crise de 1890, a redefinição de prioridades no novo quadro republicano e ainda os efeitos da I Grande Guerra, mas mantém-se em execução, aproximando interesses muito variados. Apesar da qualidade técnica do projeto urbanístico das Avenidas Novas, ele representa para a Câmara fundamentalmente a perspectiva de uma oportunidade de negócio, e o afastamento de Ressano Garcia não deixará de ficar associado à sua oposição a esta dinâmica especulativa¹⁶.

No catálogo da exposição *Do Saldanha ao Campo Grande*, Mangorrinha contrapõe a esta tese a ideia de que a liberdade arquitetónica está subjacente à própria filosofia do plano urbanístico, e que Ressano Garcia tem consciência de que a ausência de um plano arquitetónico é o que mais convém aos interesses da nova clientela e, portanto, à viabilidade do plano. E vai mais longe no pressuposto de que a falta de normalização arquitetónica pode, afinal, ser favorável à expressão do conjunto

¹⁶ Embora tenha sido depois readmitido por decisão judicial, o engenheiro da Câmara foi efetivamente demitido de todas as suas funções camarárias em 1907.

edificado, já que, ao contrário da Avenida da Liberdade, a Avenida da República ganha com a leitura da diversidade dos recortes, por se situar num planalto (1999: 68).

Em todo o caso, as Avenidas Novas edificam-se sob o signo da necessidade de liquidez nas finanças camarárias. O contexto político e económico já durante a I República não virá a ser mais favorável, incluindo protestos contra a carestia, efeitos da Grande Guerra e da gripe pneumónica (M. H. Pereira, 2016). Por isso, e ao contrário da Baixa ou de Paris, não há um quadro normativo de partida para a “estética das edificações” como virá a ser pedido depois de 1906, ano em que é apresentada a proposta de criação de uma comissão artística junto da CML, com competências para aprovar ou rejeitar projetos sob o ponto de vista estético. Falhada essa tentativa, será depois constituída uma Comissão de Estética Municipal criada por proposta de Ventura Terra, mas que virá a funcionar sem que os seus pareceres venham a ter qualquer carácter vinculativo (R. H. Silva, 1985: 66).

A imagem presente desta área da cidade ainda está associada a uma certa dissonância ao nível das tipologias de construção, das cérceas e dos próprios usos do edificado, que contrastam com o traçado harmonioso das ruas. Porém, e ao contrário do que se poderia supor, não é apenas a especulação imobiliária da década de 1960 em diante o único fator desta desarmonia. Tal dinâmica está presente, afinal, desde muito cedo. Se tivermos em conta que as primeiras construções estão praticamente concluídas na década de 1930, apesar de haver ainda lotes por preencher até na Avenida da República, numa altura a que se assiste à mudança dos processos tecnológicos com a divulgação do betão, e nessa mesma década se iniciam já as primeiras demolições, reconhecemos ser a especulação imobiliária então, mais do que uma contingência, um elemento constitutivo e estruturante das Avenidas Novas.

Uma certa marca de efemeridade é, pois, originária dos primeiros anos de edificação das Avenidas Novas, onde a ocupação dos lotes não segue uma lógica de tipologias pré-definida, mas fica ao critério de cada proprietário. Prédios de rendimento – uma novidade da cidade capitalista –, coexistem desde logo com as moradias unifamiliares dos seus senhorios, e ainda com edifícios pertencentes a uma tipologia híbrida entre o prédio e a moradia, de dois a quatro fogos independentes. Estes últimos, marcados por soluções de fachada inspiradas ora no palacete tradicional ora na residência eclética, acabam por ilustrar, mais do que uma certa hesitação na escolha, um *continuum* social entre os moradores destas várias tipologias (R. H. Silva, 1985: 80).

A marca de efemeridade das Avenidas Novas é ainda acentuada pelo ecletismo de muitas edificações, onde se ensaiam modas estilísticas variadas, num compromisso entre os modelos internacionais então em voga e as tradições arquitetónicas lisboetas. Raquel Henriques da Silva estuda esta realidade em detalhe e procura ainda relacioná-la com a imagem das Avenidas Novas em textos de revista e romances que ilustram a vivência ideal reconfigurada pelo imaginário da cidade, concluindo que a realização arquitetónica constituiu a principal desconstrução da imagem de cidade

sugerida pelas crónicas dos anos 20, com as Avenidas Novas a ser ocupadas apenas por uma burguesia abastada, vivendo em moradias de luxo. Em entrevista realizada para esta investigação, refere o caso isolado de quatro prédios da Avenida Duque d'Ávila, quarteirão nascente junto à Avenida da República, com as suas fachadas sumptuosas, exemplo do que se esperaria viessem a ser as Avenidas Novas se a opção por edifícios em altura fosse generalizada.

A historiadora regista os ritmos e a diferenciação no preenchimento progressivo da Avenida da República e das avenidas laterais e incidentes. Sobre esta principal artéria refere que ela se distingue, na primeira década, “como a grande fachada de que todos os quarteirões envolventes são quase só as traseiras” (Silva, 1985: 107). Nas restantes avenidas a construção é mais lenta, a qualidade arquitetónica menor e a intervenção de arquitetos quase inexistente, à exceção de um troço da Avenida Duque de Ávila, que, depois da Avenida da República e da Avenida Cinco de Outubro foi sempre o mais destacado do conjunto. Por outro lado, regista que as avenidas centrais perpendiculares se mantêm como as mais pobres em termos de arquitetura, e sugere até uma estratificação social associada ao gosto das encomendas, quando nota que as moradias da Avenida Cinco de Outubro, por exemplo, seguem uma linha clássica, numa resistência aos ecletismos, à arte nova e ao neo-românico, afirmando que “as classes médias assumem os valores da permanência e da discrição em oposição à vontade de luxo ostensivo e exótico de alguma burguesia mais abastada” (R. H. Silva, 1985: 97).

Na década de 1920 as Avenidas Novas entram na fase final de realização e mesmo superação dos projetos iniciais de Ressano Garcia. Em 1924 é expropriada parte da Quinta das Galveias para dar continuação às avenidas dos Defensores de Chaves, Elias Garcia e Barbosa du Bocage e em 1926 estuda-se o alcatroamento entre a Praça dos Restauradores e o Campo Grande. As avenidas paralelas verão um incremento da construção de prédios de rendimento, especialmente nos períodos 1913-14 e 1917-20. O “negócio dos prédios” torna-se dominante nas Avenidas, entregue a pequenas sociedades cujos padrões estéticos ficam muito aquém do luxo e da modernidade idealizados para estes novos bairros da cidade (Silva, 1985: 131). Até aos anos 1920 predomina o primado da fachada sobre a qualidade construtiva, a espessura das paredes e a organização dos espaços internos. A partir daí declina por completo a atividade dos “patos bravos”¹⁷ e surgem grandes empresas de promoção imobiliária. A cidade vai crescer a outro ritmo e com outras referências (Idem, ibidem: 151). Nos anos 1930 as Avenidas Novas começam, finalmente, a ser vistas como um bairro “chique” (R. H. Silva, 1985:

¹⁷ Em entrevista, Raquel Henriques da Silva refere a importância das pequenas empresas de construção, oriundas de Tomar, a que ficou associada essa designação. Fundadas em saberes eminentemente práticos, construíram edifícios um pouco por toda a cidade de Lisboa, debatendo-se no período da I Guerra Mundial com escassez de materiais. Estando as Avenidas Novas então em pleno período construtivo, tiveram mais visibilidade algumas derrocadas ocorridas nesse contexto, e daí talvez a ideia da fraca qualidade dos edifícios que se generalizou, em parte para servir os interesses imobiliários, justificando demolições e novas edificações.

54). Já são animadas pelas touradas, ao Campo Pequeno, antes da vinda dos cafés, dos clubes e dos automóveis, mas os escritórios chegarão também depois, continuando a transformação da zona.

Uma nota breve para dar conta da construção do Bairro do Arco do Cego, a nascente das Avenidas Novas, entre as praças do Campo Pequeno, Londres e Saldanha, originalmente planeado para acolher população operária em condições de conforto, independência e higiene. Este projeto da I República, cuja construção se inicia em 1919, só virá a ser concluído em 1935, depois de ser integrado pelo Estado Novo no Programa de Casas Económicas, com conseqüente desvirtuamento programático no que se refere aos destinatários e ao modelo de concessão e gestão (M. J. Ferreira, 1994). Também o seu desenho obedece às mesmas preocupações higienistas do plano de urbanização das Avenidas Novas (M. H. Pereira, 2016: 155), permanecendo um espaço de continuidade urbana, embora numa escala distinta, e acolhendo um importante polo da oferta escolar pública.

3.4. Expansão urbana

Antes de continuar a seguir as transformações das Avenidas Novas a partir das décadas de 1930 e 1940, importa recuar um pouco e aumentar o ângulo de observação. Voltando à Rotunda do Marquês de Pombal e à última década do séc. XIX, podemos constatar, como Vítor Matias Ferreira, que estamos efetivamente diante de um ponto de viragem ao nível “dos princípios e da lógica, até então dominante, do processo histórico de urbanização da cidade de Lisboa”, pois que a partir daqui a dinâmica de crescimento urbano deixa de ser centrípeta para passar a ser centrífuga (1987: 82). O sentido dessa expansão não significa, no entanto, um abandono da Baixa. Pelo contrário, traduziu um aumento da dependência da área envolvente em relação a esse centro histórico. Mas, paradoxalmente, a Baixa vai perdendo a exclusividade centralizadora de todo o processo de urbanização, em detrimento de novos elementos que surgem no seguimento da abertura das avenidas. Por isso Ferreira fala da Lisboa *intramuros* e da Lisboa *fora-de-portas* como duas faces do mesmo processo de urbanização, ancorado simultaneamente na centralização urbana e na exteriorização metropolitana (1987: 89).

Tomando como base um escalonamento de valores de máxima repulsão e máxima atração demográfica e urbanística, este autor identifica cinco manchas territoriais que vão sendo progressivamente integradas no conjunto urbano da cidade, no período de 1890 a 1940 (V. M. Ferreira, 1987: 109):

1. O centro histórico, referenciado à Baixa Pombalina, que regista uma diminuição de população e acentuada mudança urbanística quanto ao uso do solo.
2. A coroa semicircular envolvendo esse centro, constituída por bairros medievais e outros contemporâneos do terramoto, onde o crescimento demográfico não ultrapassa os 50%.

3. A mancha oitocentista de transição territorial descontínua, mas demograficamente homogénea (S. Mamede, Alcântara, Belém e Carnide), que duplica a população em 50 anos.

4. Outras duas manchas territoriais oitocentistas, a ocidente (Sta. Isabel, Ajuda e Benfica) e a oriente (Anjos, Monte Pedral¹⁸, Penha de França, Beato, Olivais, Charneca e Ameixoeira), com crescimento urbano homogéneo e crescimento demográfico elevado (entre 150 a 300%).

5. As expansões novecentistas correspondentes aos dois eixos de forte expansão da cidade, as Avenidas Novas e a Avenida Almirante Reis, registando um crescimento superior a 300% (em S. Sebastião superior a 600%).

Importa referir que as análises demográficas sobre o arco temporal que vai de meados do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX não podem deixar de ter em conta que o próprio perímetro da cidade é objeto de várias alterações¹⁹, preocupação presente logo nos trabalhos pioneiros sobre a evolução populacional (Barros, 1957; A. V. da Silva, 1985). Em todo o caso, o que a sistematização atrás demonstra é, desde logo, que o processo de realização das Avenidas Novas constitui um forte catalisador da expansão da própria cidade e que o quadro demográfico, paralisado durante várias décadas, se altera profundamente nessa altura.

Como refere França, durante os anos em que a Lisboa moderna se formula a partir da Avenida (da Liberdade) e da Rotunda (do Marquês de Pombal), a população passa dos 200.000 habitantes, que tem até fim do decénio de 1870, para 450.000 em 1910 (CML, 1989: 14). Só nas duas décadas da transição do século (1890-1910) a cidade regista um aumento populacional de 45% e “a explicação demográfica do desenvolvimento urbano de Lisboa neste período torna-se assim óbvia, a par da económica que engloba também uma industrialização mais afoita” (França, 2000: 72).

Este autêntico “pulo” demográfico, refere Ferreira, é contemporâneo da intervenção urbanística que abre a cidade a norte e da inauguração das primeiras carreiras de transportes, os americanos. Tal correlação é reforçada pelo facto de a dinâmica demográfica não resultar tanto de fatores endógenos, já que os saldos fisiológicos da estrutura populacional são quase insignificantes, mas de fatores exógenos: “o crescimento demográfico de Lisboa, sobretudo a partir de 1890, é em grande parte um crescimento dos não-naturais da cidade” (V. M. Ferreira, 1987: 92). Estamos diante de um “surto urbano, acompanhado de emigração maciça dos rurais e do aparecimento de inovações que vão alterar profundamente o hábito de vida na cidade” (Gaspar, 1976: 51).

¹⁸ Depois Santa Engrácia.

¹⁹ O perímetro urbano da cidade fora definido em 1850, a partir da abertura da Estrada de Circunvalação, a qual se manteve em obras de 1852 até 1862. Nessa altura o concelho de Lisboa foi dividido em três municípios (Lisboa, Belém e Olivais) e os seis bairros administrativos da capital reduzidos a quatro. Em 1885 o perímetro foi novamente alterado, o que resultou na duplicação da área do concelho, com a incorporação dos concelhos de Belém e Olivais. Construiu-se uma nova circunvalação, que se mantém em obras até 1903-4. Uma nova alteração deu-se logo em 1886, anexando Camarate e Sacavém, mas foi anulada em 1895. Esta questão é claramente sistematizada no trabalho de António Lopes Vieira (1982: 38-42).

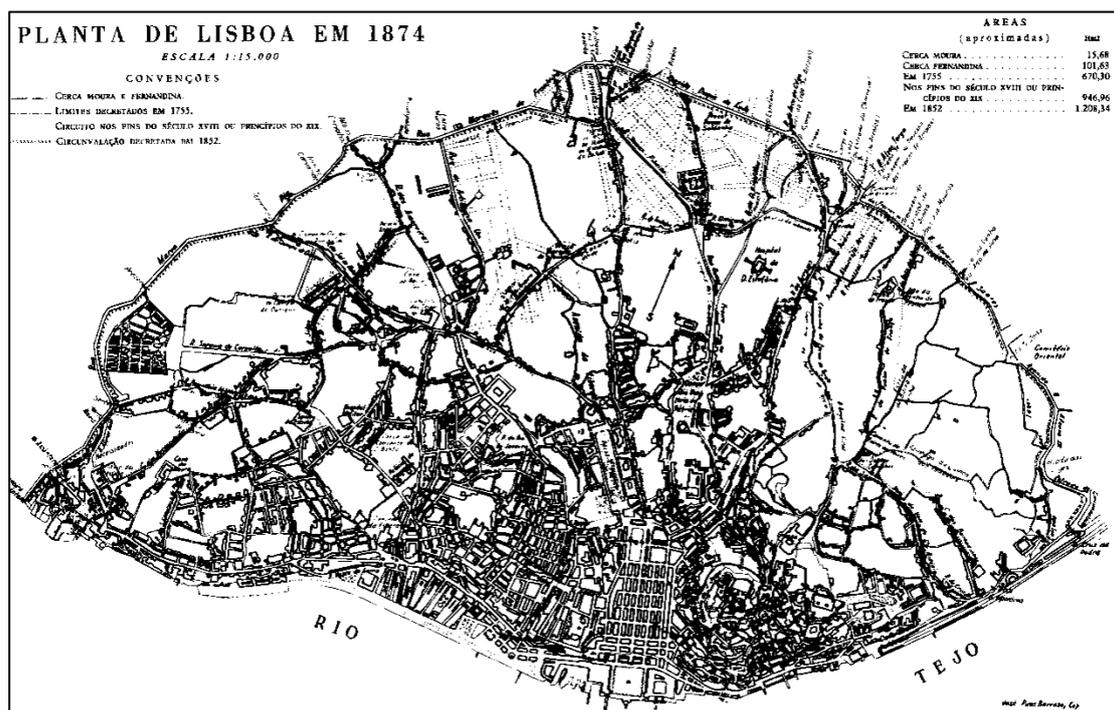


Figura 3.4 Planta de Lisboa em 1874
 Fonte: Vieira da Silva (1968), Dispersos

A viragem que marca a abertura das Avenidas Novas é, pois, uma viragem em amplos sentidos. Exibindo claramente a dilatação da cidade pelos eixos que provêm do seu centro histórico, ela corresponde também a um período em que a cidade exerce fortemente um efeito de “miragem” sobre o país, atraindo milhares de não naturais do concelho e do distrito, que se fixarão, afinal, também nos concelhos limítrofes da cidade, contribuindo para a formação da área metropolitana (V. M. Ferreira, 1987: 93). Esta perspectiva é reforçada pela leitura das plantas da cidade, constantes na Figura 3.3 e na Figura 3.4, ambas retiradas de um artigo sobre os limites da cidade (A. V. da Silva, 1968). A comparação da planta de 1874 com a de 1940 deixa bem evidentes os novos componentes urbanos da cidade resultantes do processo da Avenida da Liberdade e do plano de zonas.

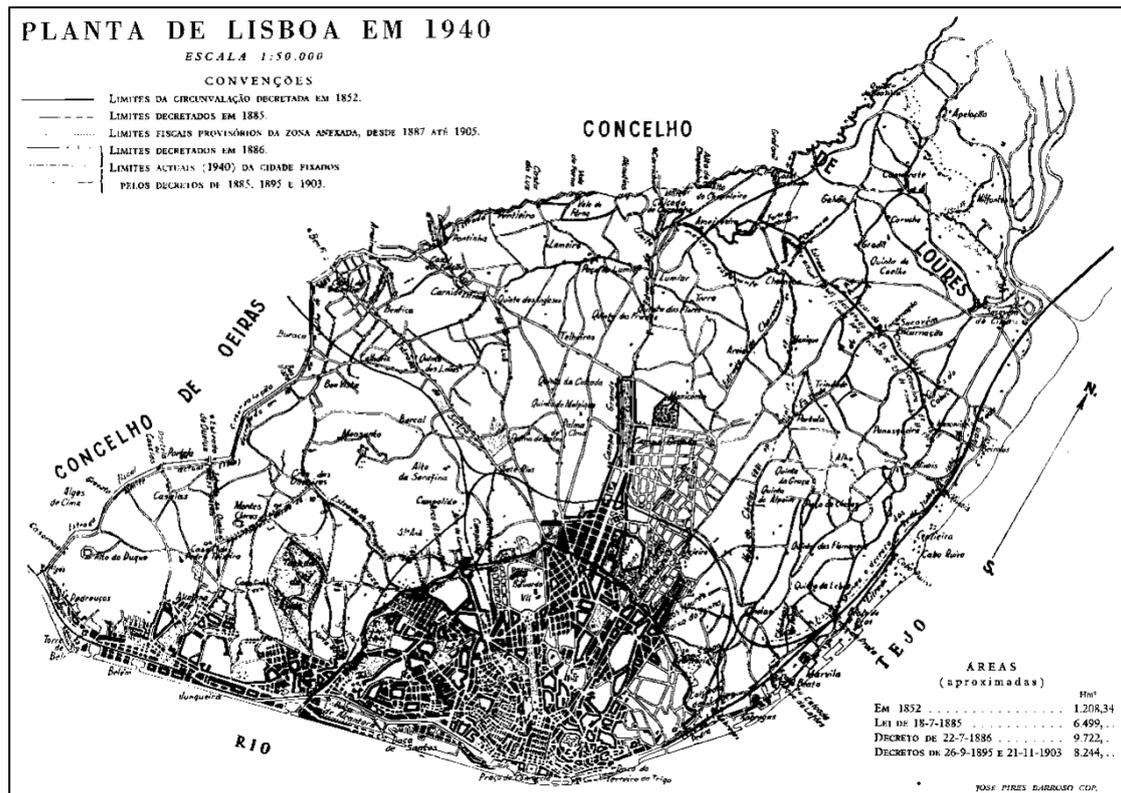


Figura 3.5 Planta de Lisboa em 1940
 Fonte: Vieira da Silva (1968), Dispersos

Ao analisar uma planta de Vieira da Silva equivalente a esta segunda, organizada em 1899 mas incluindo as intervenções urbanas realizadas até 1948, Matias Ferreira usa a imagem de um crescimento urbano em termos de “mancha de óleo” sobre os eixos de continuidade urbana e suburbana, paralelamente com “soluções de continuidade urbano-rural” (V. M. Ferreira, 1987: 85). Todavia, esta metáfora induz a leitura de um sentido unívoco do crescimento urbano, inclusive quanto à integração das manchas territoriais atrás referidas e à própria emergência de novas centralidades urbanas e metropolitanas, quando o mesmo autor reforça a ideia de uma relação de efeitos, simultaneamente contraditórios e complementares, sobre o “espaço construído” e o “espaço a urbanizar”. *Centralização urbana / exteriorização metropolitana* é a dupla lógica que, no seu ponto de vista, estrutura todo o território polarizado pela cidade de Lisboa, ilustrando a “relação/tensão entre o ‘centro histórico’ (...) e o ‘novo centro’ da cidade (...) cujo ‘cordão umbilical’ (Avenida da Liberdade) vem reforçar aquela relação (de tensão), ao mesmo tempo que acentua a sua dependência urbanística face àquele ‘centro histórico’” (V. M. Ferreira, 1987: 85). Paralelamente, afirma, o efeito de “fuga” e “expulsão” da cidade define os modos de articulação urbana e suburbana.

Na verdade, a expansão da cidade para norte não dita um abandono do centro, nem tão pouco a sua dilatação automática em paralelo com o impulso demográfico e urbano de 1880. No virar do século, o centro mantém-se ainda dentro dos limites Baixa-Chiado-Cais do Sodré, havendo, quando

muito, uma maior especialização, com o decréscimo de habitação em detrimento de atividades terciárias. Só nos anos 1920 é que o vetor Avenida-Marquês faz expandir o centro para norte, e só depois da II Guerra Mundial esta área ganha verdadeiramente centralidade, como ilustra um texto fundamental de Jorge Gaspar, que analisa esta dinâmica em detalhe, mapeando a localização de serviços a partir de almanaques, anuários comerciais e listas telefónicas (Gaspar, 1976).

3.5. Terciarização e resiliência

Nos anos 1930 e 1940 Lisboa entra numa nova fase, na qual o crescimento urbano se mantém, mas é agora acompanhado de um forte controlo político-urbanístico, tanto ao nível do planeamento como da execução. Novas frentes de expropriações irão sustentar a ação de Duarte Pacheco à frente da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério das Obras Públicas, para rasgar novos eixos, novos bairros e novos equipamentos. É a fase em que Lisboa se afirma como Capital do Império (V. M. Ferreira, 1987: 121-218), imagem promovida através da Exposição do Mundo Português em Belém, e da arquitetura de regime, efémera ou duradoura. É também neste período que o Parque Eduardo VII toma o desenho paisagístico que hoje lhe conhecemos e o grande bosque urbano que Ressano Garcia tinha previsto no plano de 1904 encontra, finalmente, concretização no Parque de Monsanto.

Às Avenidas Novas contrapõem-se agora as “avenidas novíssimas”, cujo paradigma é a Avenida de Roma (R. H. Silva, 2006: 133) e a vanguarda do urbanismo, inspirada na Carta de Atenas, que encontra realização plena em Alvalade, no grande *Plano de urbanização da zona a sul da Avenida Alferes Malheiro*²⁰ (J. P. Costa, 2010). Alvalade representa um exemplo de metodologia de intervenção urbanística em que o plano e a gestão do plano se completam, e/mas também de diferenciação socioespacial na intencionalidade do plano e na sua realização (V. M. Ferreira, 1987: 196).

Mas, se, de certa forma, deixam de estar na moda no que à função residencial diz respeito, as Avenidas Novas conhecem agora novos usos – serviços, comércio especializado e repartições públicas – e também novas formas e tipologias arquitetónicas. À falta de harmonia volumétrica procurou responder-se com projetos mais tardios para a zona do Campo Pequeno e na proximidade do viaduto ferroviário, onde o nivelamento das cérceas constitui uma preocupação. Registe-se que a Avenida da República não é objeto de edificações ao estilo da arquitetura de regime, baseada na ordem, na disciplina, na autoridade e também no culto nacionalista, tradicional e rural, de que restam vistosos exemplares nas avenidas Sidónio Pais, António Augusto de Aguiar e numa pequena parte da Praça do Duque de Saldanha. A Avenida da República será antes completada com edifícios de estilo neutro, adotado por arquitetos que, seguindo a linha sugerida pelo regime, se defendem dos modelos impostos através de programas marcados pelo pragmatismo (Mangorrinha, 1999: 81).

²⁰ Atual Avenida do Brasil.

Enquanto os bancos e as companhias de seguros se mantêm até muito tarde na Baixa, tal como a administração pública central, certas atividades novas já não procuram a Baixa para se instalar, como os concessionários de automóveis, por manifesta falta de espaço, e as empresas ligadas à área emergente da eletrónica e dos computadores. Quanto aos hotéis, começam por ter novas localizações nos Restauradores, no início do século XX e, depois dos anos 1940, no Marquês de Pombal, onde atingem a maior concentração nos anos 1970 (Gaspar, 1976). Aliás, a conceção arquitetónica da Rotunda, concretizada nos anos 1960, tem origem no projeto de um hotel.

A partir de meados do século XX podemos finalmente falar de um novo centro, formado pelo Marquês de Pombal, extensões e Avenidas Novas, vocacionado sobretudo à administração privada com comércio especial, enquanto que o centro tradicional mantém o comércio de maior nível, a banca e manifestações culturais (Gaspar, 1976: 124). É neste novo centro que se vão instalar, a partir da década de 1950, os consultórios médicos dos mais afamados especialistas, as companhias de aviação, os operadores turísticos e as sedes de empresas petrolíferas (Salgueiro, 2001: 155).

Por essa mesma altura, chega a pensar-se que o eixo Avenida Guerra Junqueiro / Praça de Londres / Avenida Roma vai constituir a nova Baixa, já que as Avenidas Novas não são tão rapidamente ocupadas por atividades centrais. Na verdade este centro secundário, à semelhança de outros centros secundários como Campo de Ourique, Benfica ou Alvalade, tem um grande impulso nas décadas de 1950 e 1960, porque na Avenida Almirante Reis a Baixa extravasa mais cedo do que na Avenida da República (Gaspar, 1976: 128) e pelo incremento que até aí tem uma área residencial de nível médio-alto.

Mas o Marquês de Pombal e a linha Praça Duque de Saldanha / Avenida Duque de Ávila / Avenida Cinco de Outubro afirmam-se como nucleações importantes do grande centro (Gaspar, 1976: 126) e são preferidas a partir da década de 1960 em detrimento da Almirante Reis, em parte pela chegada do metropolitano mais cedo às Avenidas Novas e pelas maiores comodidades que estas oferecem ao uso do automóvel individual. Por outro lado, o eixo Guerra Junqueiro vive uma estagnação e deterioração a partir de meados da década de 1960, ficando apenas como o primeiro trecho da cidade a receber as inovações referentes a novos estilos de vida pós II Guerra. Outras áreas, como as Avenidas Novas, recebem depois essas inovações, dispondo de melhores condições para desenvolver uma forte centralidade (Gaspar, 1976: 129).

A expansão do centro para norte vai ser muito influenciada pela expansão das áreas metropolitanas a norte e a oeste, assim como a generalização do uso do automóvel. E esta espécie de concorrência vem a acontecer também com os cafés e snack-bares, que têm melhor implantação inicial na Guerra Junqueiro, mas melhores desenvolvimentos nas Avenidas Novas. A partir dos anos 1960, as Avenidas Novas entram num período de reforço da renovação urbana iniciada logo nos anos 1930. Essa transformação intensa traduz cada vez mais uma “alteração do valor da sua posição”, que já não

corresponde à marginalidade de zona residencial periférica que é no princípio do século, e torna-se “favorecida pelo prestígio social” que representam (Salgueiro, 1989: 115). Instalam-se desta vez novos edifícios de escritórios, muitos deles com comércio nos pisos térreos, com mais andares e fachadas pouco elaboradas. Acentua-se a ruína de edifícios primitivos e a mudança de áreas residenciais para serviços, como mostra o mapeamento da localização de bancos e companhias de seguros (Salgueiro, 1989).

Esta terciarização fica associada a uma dinâmica especulativa que procura, de novo, tirar o máximo partido dos terrenos, aumentando o número de pisos. As soluções arquitetónicas são mais diversificadas, mas também mais pobres. A dissonância visual extrema-se, e os palacetes e antigos prédios de rendimento ladeiam agora edifícios incaracterísticos de vidro e caixilharias de alumínio. O perfil das ruas é alterado. Nas décadas de 1960 em diante “domina a chamada renovação pontual ou difusa, isto é, a substituição dos edifícios existentes por construções novas, hoje aqui um, amanhã outro acolá, sem qualquer plano de conjunto” (Salgueiro, 1989: 116). Esta renovação afeta todo o planalto das Avenidas Novas, sendo de relevar um núcleo de maior renovação junto ao Campo Pequeno, e às avenidas da República, Cinco de Outubro e Miguel Bombarda (Idem, ibidem: 117).

Neste contexto, até a atividade reguladora do município ilustra alguma incongruência. Após um primeiro período de renovação em que a bitola das cérceas se orienta pelos dez pisos, um estudo volumétrico proposto pela CML nos anos 1970 abre margem para o crescimento em altura, reforçado pelo pretexto do apelo à uniformidade (Mangorrinha, 1999: 88). É sintomático que seja também da década de 1970 o Plano Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade, artéria igualmente afetada pela terciarização e pela especulação (Morais & Roseta, 2005: 80).

Será preciso esperar pelos finais dos anos 1980 para que as Avenidas Novas mereçam alguma atenção dos poderes públicos na perspetiva da preservação possível do seu património ameaçado. Depois do estudo que José-Augusto França conclui em 1967, sobre unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa, e do *Guia Urbanístico e Arquitetónico de Lisboa*, produzido em 1987 pela Associação dos Arquitetos Portugueses, a CML conclui o *Inventário Patrimonial das Avenidas Novas*, realizado por um grupo de trabalho criado no rescaldo da polémica demolição do Cineteatro Monumental, ocorrida em 1984 (Mangorrinha, 1999: 88).

Só em 1977 haviam sido classificados alguns imóveis como de interesse público. Outros só o são em 1992, no âmbito do inventário de património realizado no âmbito dos estudos do Plano Estratégico e do Plano Diretor Municipal. Em 1995 é apresentada a *Estratégia e Prática do Planeamento urbanístico de Lisboa (1990-1995)*, contemplando um *Eixo das Avenidas*, onde se prevê prioridade de intervenção na zona norte da Avenida da República, ao integrar uma unidade operativa da Avenida da Liberdade ao Campo Grande (Mangorrinha, 1999: 95).

Embora não conseguindo conter a renovação urbana e a especulação imobiliária, estas medidas de salvaguarda contribuem para preservar um acervo de edifícios com valor patrimonial, no quadro de uma disparidade de cêrceas e diversidade arquitetónica que constituem traços marcantes das Avenidas Novas, desde o princípio da sua edificação. A capacidade de o plano urbanístico inicial suportar toda a mudança de um século, reside na “‘malha’ neutra e aberta à transformação, que é a essência afinal da ideia de ‘avenidas’”, numa expressão de J.M. Fernandes, que Ribeiro cita para sublinhar que essa malha, “apesar das transformações sofridas, conserva uma identidade de percurso, que se reconcilia frequentemente com a história através de uma dinâmica em constante transformação” (M. de L. Ribeiro, 1999: 32).

A propósito da resiliência do plano das Avenidas Novas, J.M. Fernandes fala mesmo de um teste à capacidade da sua modernização, com a integração de elementos novos como o prolongamento pela zona da Casa da Moeda e do Técnico até à Alameda²¹ ou a ligação à Autoestrada de Cascais, defendendo que: “se o carácter eminentemente empírico e circunstancial destes modos de ‘produção’ da cidade parece, nestes dois séculos de experiências, uma ‘fatalidade’ determinada pelas próprias características da sociedade portuguesa contemporânea, também os planos souberam adaptar-se a essas condições e, tirando partido delas, souberam conter em potencial as capacidades de receberem, melhor ou pior, as sucessivas vitalizações e ‘mortes’ que o futuro lhes preparou” (1989: 56).

Numa leitura menos otimista, sobre uma renovação urbana sem integração de conjunto nem contrapartida pública, afirma Lamas: “Das avenidas traçadas por Ressano Garcia ficou essencialmente o perímetro dos quarteirões, os traçados e a arborização... Os elementos mais fortes da estrutura urbana foram permanecendo, mas do equilibrado desenho inicial já pouco resta” (Lamas, 2017: 224).

Entretanto, a cidade experimenta novas dinâmicas, como a realização da Expo’98, as operações de realojamento para a erradicação das barracas, e a reabilitação urbana nos núcleos históricos, num contexto de políticas públicas, assim como, em anos mais recentes, um incremento do turismo e da internacionalização, que generaliza a reabilitação urbana de iniciativa privada. Também as Avenidas Novas integram esta tendência. Na transição para o séc. XXI parece notar-se um abrandamento da degradação urbana e ambiental que as caracterizava nas décadas anteriores. Atualmente, é visível a procura e ocupação da zona novamente para a função residencial, de elevado estatuto, tanto em construções novas como em edifícios reabilitados em que se mantêm as fachadas pré-existentes. Obedecendo a critérios semelhantes, também os novos escritórios ocupam prédios sofisticados, alguns com a marca prestigiante da reabilitação patrimonial. Por sua vez, realizam-se obras de reorganização do espaço público que vêm evidenciar um confronto de usos e modos de viver na/a

²¹ A que poderíamos juntar a sede da Caixa Geral de Depósitos na fronteira das Avenidas Novas com o Bairro do Arco do Cego, ou edifícios como os arranha-céus do Hotel Sheraton e o do antigo Centro Comercial Imaviz ou ainda o pós-moderno edifício Guitarra Portuguesa (que foi sede do Banco Nacional Ultramarino).

cidade, com a introdução de ciclovias, passeios largos, nova arborização e zonas de estada. Simbolicamente, a inauguração destas obras, em 2017, é assinalada com uma exposição na Avenida Duque d'Ávila sobre o Projeto *Memória das Avenidas*, organização conjunta do IHC e da CML, numa alusão ao passado da zona que suscita a nostalgia de uma certa urbanidade perdida.

Dinâmicas sociodemográficas

Vimos no capítulo anterior como o plano e a execução das Avenidas Novas são contemporâneos de uma viragem decisiva no processo de urbanização de Lisboa. Ao rasgar uma cidade nova, desenhada em malha ortogonal a partir de grandes eixos viários, esse empreendimento abre não apenas uma nova área residencial, mas também vias estruturantes de ligação da cidade antiga à sua envolvente norte. Se tivermos em conta o papel crucial que a rede de transportes então desempenha, facilitando a deslocação entre locais de residência e de trabalho, e viabilizando precisamente maiores distâncias entre esses locais, podemos reconhecer que na viragem para o século XX se verifica um movimento de aceleração sócio-urbanística, que tem depois sequência num conjunto de processos socioespaciais em cadeia.

Transformadas hoje numa área de serviços central de Lisboa, as Avenidas Novas constituem quotidianamente um quadro de interação a nível metropolitano, no contexto de dinâmicas socioeconómicas que são particularmente visíveis nas práticas de mobilidade espacial. Para além das camadas deixadas pelo curso do tempo, aqui se sobrepõem espacialidades diversas, que enformam o espaço social como espaço vivido. Por isso, consideramos necessário articular diferentes escalas temporais e espaciais, precisando desde já o foco territorial desta investigação, i.e., a delimitação física do objeto de estudo. Identificam-se depois as grandes tendências demográficas que marcaram o ritmo da expansão urbana e metropolitana de Lisboa, antes de apresentar a caracterização populacional recente, de acordo com a informação censitária disponível. As questões do edificado, dos diferentes usos em presença, das dinâmicas socioeconómicas e das mobilidades espaciais serão abordadas nos capítulos seguintes.

4.1. Coordenadas do território e delimitação física do objeto de estudo

Lisboa manteve durante séculos um desenvolvimento natural ajustado às condições históricas e geográficas da sua localização, aberta sobre a frente atlântica do extremo ocidental da Europa (CML, 1993a; Seixas, 2021). É a partir do início do século XX, e em particular com o plano das Avenidas Novas, que a cidade deixa de se desenvolver em função do rio e se expande para norte. A formação metropolitana dá-se depois quase como que por um processo de ressonância desta localização estratégica primordial, à escala de uma vasta área marcada por sistemas e recursos naturais estruturantes. Também os sistemas de comunicação e transporte, na sua dimensão e complexidade, são hoje uma marca deste território, sustentando movimentos pendulares diários que ilustram a relação entre os concelhos da área metropolitana, com centralidade privilegiada na cidade de Lisboa.

Essa marca remonta à rede infraestrutural de transportes, iniciada, por um lado, com a oferta de elétricos na cidade e, por outro, com as ligações de comboios e barcos aos arredores, responsáveis pela formação dos corredores residenciais que estão na génese da área metropolitana. Da década de 1960 em diante, são igualmente determinantes a construção da Ponte 25 de Abril (1966), da Ponte Vasco da Gama (1998), e de grandes acessibilidades rodoviárias construídas a partir da década de 1990, cujos impactos estão amplamente estudados (A. F. Ferreira, Guerra, & Ferreira, 1988; Miguel, Cachado, & Ferreira, 2012; Nunes, 2011; S. Santos, 2014b). Para além destas acessibilidades, há a considerar a localização de importantes infraestruturas de conectividade internacional ao nível do transporte de passageiros e mercadorias, como os portos marítimos de Lisboa, Setúbal e Sines, e o aeroporto da Portela, que relevam a posição vantajosa da área de Lisboa ao nível do Atlântico, da Península Ibérica e da Europa (FCG, 2015: 67). A localização do maior e mais movimentado aeroporto do país apenas a sete quilómetros do centro histórico da capital (e a pouco mais de três quilómetros das Avenidas Novas...) é um elemento de enorme relevância no reforço dos níveis escalares que a cidade congrega.

Estes recursos potenciam hoje uma das vocações primordiais das Avenidas Novas, a conectividade ao nível do sistema urbano e metropolitano. Numa cidade de colinas, estas desenvolvem-se em zona de planuras, e a ideia geral de fluidez e acessibilidade que as caracteriza decorre tanto das características da orografia como do próprio traçado do plano urbanístico, em malha ortogonal simples, como ainda de infraestruturas e redes de transportes e abastecimentos presentes logo desde o início do século XX. Hoje, evidencia-se de novo o papel dos transportes públicos no reforço da conectividade, já não apenas intra e inter-concelhia, mas também nacional e internacional, uma vez que a zona é servida por linhas de metropolitano (ligando à Baixa, à Amadora, a Odivelas e ao Aeroporto), de comboios (linhas de Sintra, Azambuja, Setúbal e Intercidades), e de autocarros, tanto urbanos como suburbanos.

Mas é preciso lembrar, na linha de Rodrigues, que “Lisboa, como município e como cidade-região apresenta uma singularidade no contexto nacional que faz dela a única cidade-região do país com uma posição de destaque na atual hierarquia urbana ibérica, europeia e global” (2008: 12), e questionar se a conceção de cidade circunscrita ao perímetro administrativo não terá sido ultrapassada pelas dinâmicas económicas e urbanas recentes. Efetivamente, a explicação do conjunto de processos socioespaciais verificados na região, sobretudo desde os anos 1960, tem causas e consequências que não se relacionam apenas com a recomposição e reestruturação da cidade histórica. Por outro lado, a complexidade destes processos não dispensa, do ponto de vista analítico, a distinção de níveis, como aqui faremos, tomando por base essencialmente três escalas, que correspondem a perímetros administrativos e a unidades estatísticas oficiais.

A primeira dessas escalas é a região, sobre a qual coexistem designações diversas, ligadas ao estudo de vários processos territoriais. Os diferentes matizes disciplinares referem-se à *aglomeração* (V. M. Ferreira, 1987), à *área metropolitana* (Salgueiro, 2001), à *conurbação metropolitana* (Portas, Domingues, & Cabral, 2007), e, mais recentemente, ao *arco metropolitano* que vai de Leiria a Évora (FCG, 2015), definindo um vasto quadro territorial policêntrico e interativo nas suas múltiplas funcionalidades. Numa leitura sintética, “a cidade metamorfoseou-se numa enorme metrópole que, por sua vez, se vai impondo numa conurbação megarregional cada vez mais influente e complexa” (Seixas, 2021: 39).

Quanto aos distritos, que agregam vários concelhos, revelam pouca utilidade operativa no quadro desta pesquisa²². A nível da região tomamos aqui como referência principal a Área Metropolitana de Lisboa (AML), designação que foi atribuída à área administrativa aprovada em 1991²³, definindo um território atualmente constituído por 18 concelhos²⁴, subdivididos em Grande Lisboa (margem norte) e Península de Setúbal (margem sul). Alguns estudos sobre a formação da área metropolitana que aqui convocamos não consideram ainda este conjunto tão amplo de concelhos nos dados que reúnem (Baptista, 1994; V. M. Ferreira, 1987), dada a definição recente deste perímetro.

Quanto à cidade de Lisboa, cuja área é coincidente com a do concelho, tem uma delimitação clara e desde há muito estabilizada, havendo a registar apenas a transferência de uma área do concelho de Loures para o concelho de Lisboa, ocorrida em 2013, para integrar sob a mesma administração autárquica toda a área do Parque das Nações, urbanização que ocupa atualmente os terrenos onde teve lugar a Exposição Mundial de 1998. De resto, os limites administrativos da cidade são, sensivelmente, os mesmos que são definidos na transição para o século XX (em 1886, 1895 e, por fim, 1903), depois da expansão em larga escala verificada na segunda metade do século XIX (Barros, 1957; A. V. da Silva, 1968). O alastramento citadino materializado nas estradas de circunvalação de 1852 e 1885/6, excede muito as necessidades então ditadas pela expansão demográfica e pelo desenvolvimento urbano propriamente dito (Salgueiro, 2001: 31-49), criando um certo vazio entre o centro da cidade e as suas novas fronteiras (Vieira, 1982: 35). Tal facto remete para uma afirmação do exercício do poder urbano da capital do país (V. M. Ferreira, 1987: 81), e fica a dever-se sobretudo a razões de ordem fiscal, num processo que permite ao município absorver contribuintes (Vieira, 1982: 42) e aumentar a cobrança dos direitos de consumo.

²² O distrito de Lisboa junta os nove concelhos da Grande Lisboa a seis da região do Oeste e a um da Lezíria do Tejo. Quanto ao de Setúbal, é constituído por treze concelhos, dos quais apenas quatro não pertencem à Península de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines).

²³ Lei nº 44 de 2 de agosto.

²⁴ Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, Cascais, Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira, na margem norte, e Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Sesimbra, Setúbal e Palmela na margem sul.

Relativamente a Lisboa-cidade, segunda escala, reportamo-nos então nesta pesquisa às coordenadas definidas pelos limites do concelho de Lisboa, tal como constam nas estatísticas oficiais ao longo do século XX, com a ressalva decorrente da inclusão do Parque das Nações no concelho de Lisboa em 2013. Com efeito, a área transferida de Loures para Lisboa representa um conjunto de residentes e alojamentos que nos censos de 2011 ainda estão contabilizados no concelho de Loures (freguesias de Sacavém e Moscavide). Assim, e porque são posteriormente disponibilizados pelo INE alguns indicadores dos Censos de 2011 reorganizados de acordo com a Carta Administrativa Oficial de 2013 (CAO'3013), usamos o seguinte critério: na análise comparativa dos valores da cidade e da região numa perspetiva evolutiva, considerando anos censitários anteriores, utilizam-se os valores do concelho de Lisboa diretamente obtidos nos censos de 2011; quando se trate de fazer comparações de indicadores dentro do concelho de Lisboa, por referência aos censos de 2011, recorre-se à distribuição da CAO'2013. Facilita esta opção o facto de algumas fontes secundárias já disponibilizarem a informação estatística de 2011 de acordo com a reforma administrativa de 2012 e a carta administrativa subsequente. Entretanto, como já se referiu, foram publicados os resultados preliminares dos Censos 2021, ainda a tempo de serem tomados em conta nas comparações entre concelhos da AML e entre freguesias do concelho de Lisboa.

Quanto ao território das Avenidas Novas, terceiro nível escalar, começa por se fazer uma primeira abordagem à área da atual freguesia de Avenidas Novas, criada em 2012, no contexto da última reforma administrativa da cidade, a partir da junção das anteriores freguesias de S. Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima, conforme ilustra a Figura 4.1. Uma vez que a área atual da nova freguesia corresponde exatamente à soma das áreas das duas freguesias preexistentes fica garantida a comparabilidade com os resultados de anos anteriores, pelo menos desde 1959, ano em que a freguesia de Nossa Senhora de Fátima é criada, precisamente de um desmembramento da antiga freguesia de S. Sebastião da Pedreira e de algumas parcelas do Campo Grande. Na primeira metade do século XX, a freguesia de S. Sebastião da Pedreira já está estabilizada nos perímetros com que chega a 1959, constituindo a referência administrativa das Avenidas Novas.

As Avenidas Novas não correspondem, até há poucos anos, a um bairro fiscal, a uma paróquia ou a uma freguesia, e a escolha desta designação no contexto da última reforma administrativa não pode deixar de ser apontada como um facto simbolicamente significativo, a explorar ao nível das representações sociais. A imprecisão geográfica dos contornos associados a esta designação toponímica remete-nos para outras pesquisas sobre representações sociais de territórios, nas quais a difícil tarefa de delimitar um objeto empírico colide com a grande visibilidade do objeto de estudo, sem contudo ter correspondência direta numa clara definição de perímetros ou limites administrativos pré-determinados (Costa, 1999: 67).



Figura 4.1 Mapa da freguesia de Avenidas Novas, com área resultante da fusão das freguesias de S. Sebastião e Nossa Senhora de Fátima

Antes da reforma administrativa, a designação Avenidas Novas surge num conjunto de estudos promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa na primeira década deste século, onde destacamos o *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspetiva censitária* (CML, 2004). Baseados em unidades territoriais desenhadas para traduzir melhor a diferenciação urbanística da cidade do que a tradicional divisão em freguesias, na altura ainda em número de 53 e de dimensão claramente assimétrica, estes trabalhos resultam da intenção de dotar a cidade de uma nova cartografia de análise e monitorização orientada para uma releitura da proximidade, num contexto territorial dinâmico, marcado pela fragmentação socio-espacial à escala metropolitana, pelo relançamento da regeneração urbana e pela reanimação do investimento público e privado (Seixas, 2018: 7).

Dividindo a cidade em grandes áreas agregadas, estes estudos organizam a área central da cidade em cinco unidades de análise, entre as quais Avenidas Novas e António Augusto de Aguiar, numa aparente correspondência às anteriores freguesias de São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima, como se pode ver na Figura 4.2. Porém, uma leitura mais atenta revela fronteiras não

coincidentes, tanto a oeste como a este, para áreas que não têm correspondência às antigas freguesias de São Sebastião e Nossa Senhora de Fátima, e portanto, nem à atual freguesia de Avenidas Novas.

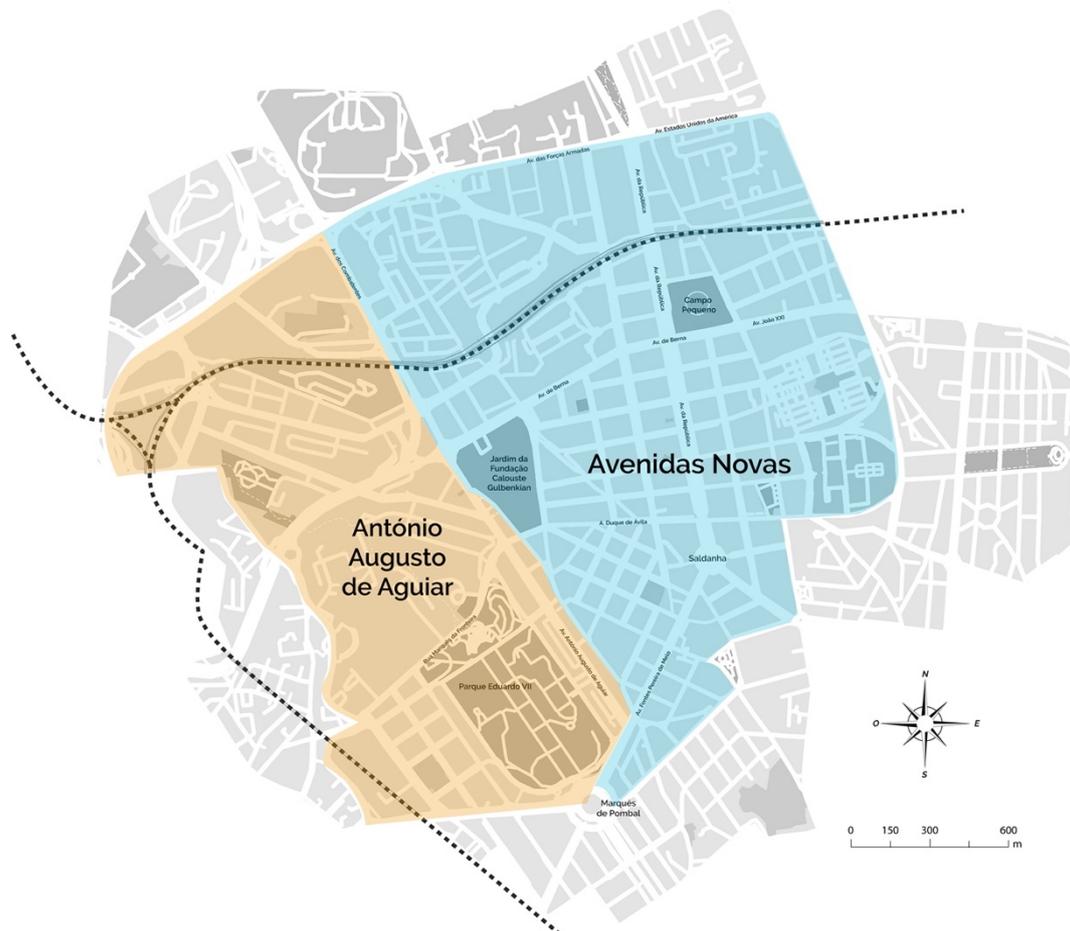


Figura 4.2 Delimitação das Avenidas Novas nos estudos da CML

Fonte: *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspetiva censitária* (CML, 2004)

Antecedendo a reforma administrativa de 2012, estes contributos traduzem um esforço de interpretação do território atento às afinidades sócio-urbanísticas da cidade, tendo em vista sustentar, ou pelo menos influenciar, o empoderamento administrativo pretendido com essa reforma. Mas o novo mapa de freguesias não resulta numa correspondência direta entre estas unidades de análise e a delimitação das freguesias, como acontece, aliás, na criação da freguesia de Avenidas Novas, que se cinge à soma direta de duas freguesias anteriores. A distância entre o processo administrativo, incluindo as designações toponímicas, e a real apropriação dos perímetros e dos nomes pelos atores é confirmada na componente empírica desta pesquisa.

No quadro da aproximação ao objeto de estudo, outro fator pesa ainda na sua delimitação física, a saber, as referências a três bairros da freguesia de Avenidas Novas – o Bairro Santos ao Rego, o Bairro

espaço público por práticas de mobilidade espacial quotidiana representativas da interação entre o concelho e a área metropolitana.



Figura 4.4 Área restrita das Avenidas Novas

Estas características, associadas a um certo vazio contraposto aos bairros e a uma ideia de fluidez desde sempre associada às Avenidas Novas, justificam uma quarta escala, ilustrada na Figura 4.4. Trata-se de uma escala que, ao contrário das três anteriores, não tem correspondência direta a uma unidade estatística. Nela se poderia até incluir toda a Praça Duque de Saldanha e ambos os lados da Avenida Fontes Pereira de Melo, mas tal levantaria precisamente dificuldades acrescidas na análise de dados censitários. Apenas se adotou essa configuração no levantamento de comércio e serviços, incluído no próximo capítulo.

Para a informação quantitativa de suporte a este capítulo, baseamo-nos fundamentalmente no *X Recenseamento Geral da População*, de 1960 (INE, 1964), com retrospectiva desde início do século, e no *XV Recenseamento Geral da População* e *V Recenseamento Geral da Habitação*, de 2011 (INE, 2012). Na análise dos Censos 2011 ajustada ao quadro atual de freguesias, segue-se de perto o //

Diagnóstico Social de Lisboa (Craveiro, Belo, & Cardoso, 2016), bem como, para as leituras por freguesias e subsecções, o *Atlas Social de Lisboa*, disponibilizado *online*. Os resultados preliminares do *XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação*, foram publicados já após a redação da tese, mas ainda foi possível atualizar os valores principais relativos à população residente, agregados, alojamentos e edifícios, por freguesia e concelho. Toda a informação mais específica, como a relativa à densidade populacional, à estrutura etária, ou ao grau de instrução, permanece datada a 2011.

Consideramos genericamente a informação estatística a três escalas – a AML, a cidade de Lisboa e a freguesia de Avenidas Novas, esta retrospectivamente vista como a soma das freguesias que a antecederam no mapa. Para o ano de 2011 são também contemplados alguns indicadores específicos com informação obtida propositadamente junto do INE, relativa ao conjunto de quarteirões que integram a quarta escala, doravante designada como área restrita das Avenidas Novas.

A delimitação física do objeto de estudo contempla então um foco nesta área restrita, mas abrange também as três escalas anteriores sobrepostas, com as quais aquela se articula em diversas dimensões. A Figura 4.5 representa a sobreposição analítica das escalas e clarifica os termos em que as referimos na tese.

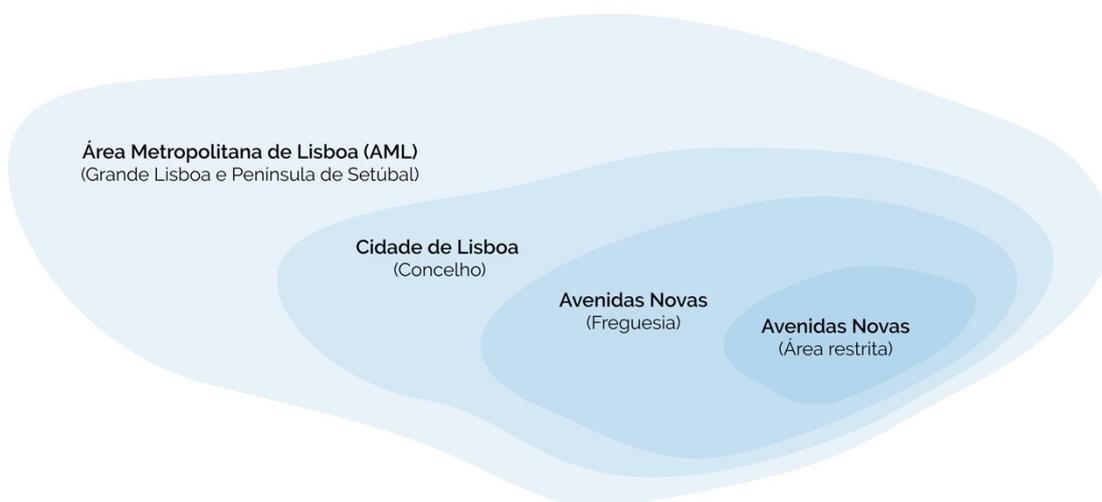


Figura 4.5 Escalas de análise

4.2. Grandes tendências demográficas

A partir dos finais do século XIX, a população de Lisboa atinge valores sem precedentes. Foi já referido o “pulo demográfico” que está na origem dessa dinâmica, no período entre 1878 e 1890, onde o crescimento de Lisboa corresponde a três vezes o aumento médio populacional do país (V. M. Ferreira, 1987: 90). Em 1864, a cidade tem 190.311 residentes, representando 66,8% do total da área da cidade com a sua envolvente, que soma 284.837 residentes. Em 1900, cerca de 72,9% da população do que

virá a ser a AML vive na capital, que já tem 351.210 residentes. Essa proporção mantém-se na década de 1930, com a cidade aumentando os seus residentes para 591.939 e a AML para 814.581. Mas nos anos 1960, a cidade, que atinge em valores absolutos quase o que a metrópole tem nesse ano de 1930, detém já apenas 58,8% da população metropolitana, valor que baixará para 30,6% em 1991, depois 23,6% em 2001, 19,6% em 2011 e 18,9% em 2021.

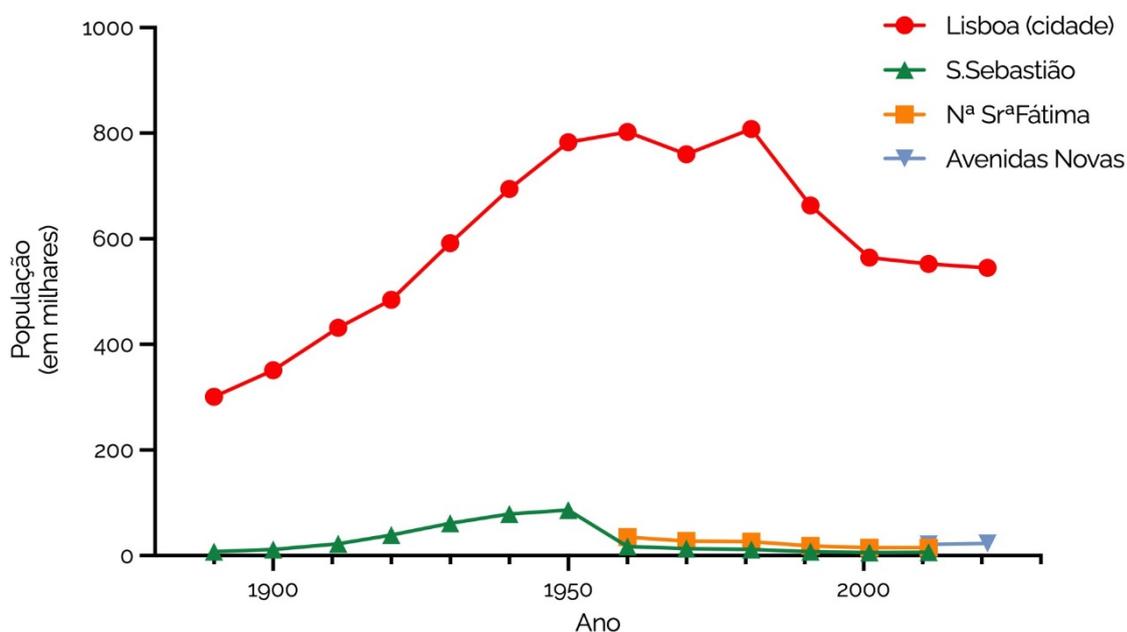


Figura 4.6 População residente na cidade e nas Avenidas Novas desde 1890
 Fonte: Cálculos próprios a partir de INE, X a XVI Recenseamento Geral da População

A Figura 4.6 ilustra, em valores absolutos, a dimensão da população residente no concelho e no perímetro que corresponde à atual freguesia de Avenidas Novas, ainda repartido pelas freguesias preexistentes. Para 2021, os valores da freguesia, criada em 2012, já aparecem destacados, registando-se um crescimento significativo. Quanto ao crescimento da população residente na cidade, ao longo da primeira metade do Séc. XX, releva-se a importância das migrações para Lisboa, justificando o seu crescimento sobretudo devido a fatores exógenos, e também o refluxo ao nível residencial para as áreas menos centrais da cidade e concelhos limítrofes, no período entre 1890 e 1940, entre o aumento dos não-naturais do concelho (65%) e o dos não naturais do distrito de Lisboa (194%) (V. M. Ferreira, 1987: 93).

A partir daqui, o crescimento da cidade, que traduz uma inversão no modelo de urbanização desencadeada com a rutura a norte do *centro histórico*, é algo que só ao nível metropolitano poderá ter uma compreensão demográfica e urbanística adequada (V. M. Ferreira, 1987: 93). Tal equivale a dizer que a viragem urbanística provocada pelo plano das Avenidas Novas é um marco fundamental para a região de Lisboa, perspetivando a formação da área metropolitana, e a partir desse marco a

cidade não pode mais ser interpretada sem se atender à sua relação dinâmica com a área envolvente. As décadas seguintes prosseguirão um duplo movimento de crescimento: à escala nacional, com concentração urbana e despovoamento de grande parte do país; e “à escala interna às metrópoles, um povoamento suburbano ou periurbano (periférico às principais malhas urbanas)” (Seixas, 2021: 56).

Nos anos 1950, identificam-se já claramente as linhas de crescimento S. Sebastião-Benfica, Campo Pequeno-Lumiar, Almirante Reis-Areeiro, e seus prolongamentos, para Amadora, Odivelas e Sacavém, numa dinâmica em que vão sendo envolvidos velhos e novos núcleos já existentes, como Telheiras, Luz, Bairro da Encarnação (Barros, 1957: 50). A conquista das periferias internas e externas à cidade constitui a “marca” específica de Lisboa gravada na história da região a partir da década de 1940 (Baptista, 1994: 60). Essa marca ficará associada à hegemonia demográfica da capital em relação ao continente, que se converte, a partir dos anos 1960, numa dominação alargada e mesmo transferida para a área metropolitana.

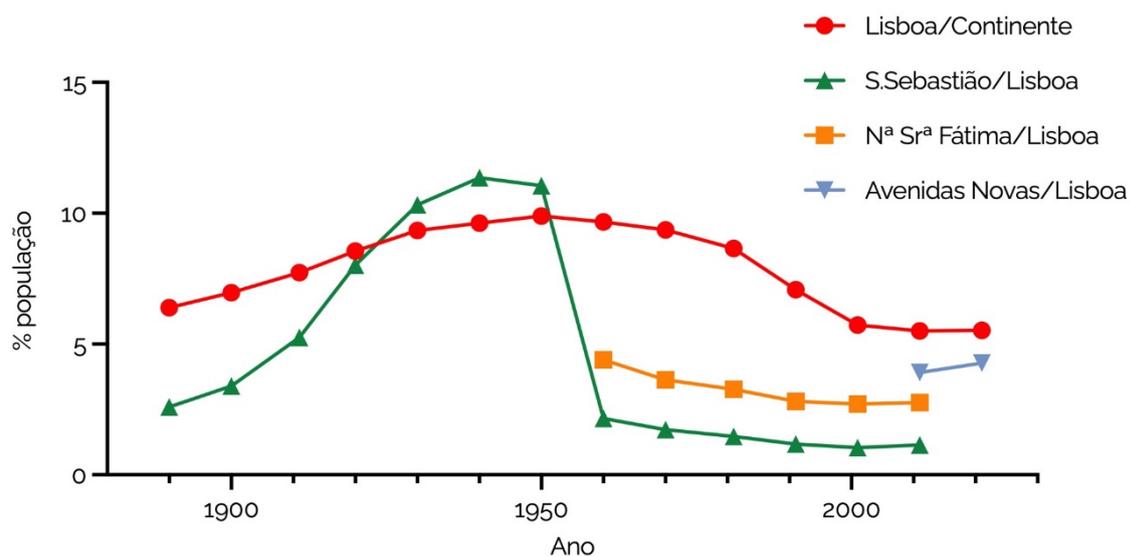


Figura 4.7 Percentagem da população de Portugal Continental a residir na Cidade de Lisboa e percentagem da população do concelho de Lisboa a residir nas freguesias de São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima (de 1890 a 2011), e na freguesia de Avenidas Novas (2021)

Fonte: Cálculos próprios a partir de Baptista (1994) complementado com valores relativos às Avenidas Novas por INE, X a XV Recenseamento Geral da População

No recenseamento de 1950 a população do concelho de Lisboa representa um décimo da população do continente, registando o valor mais elevado da sua hegemonia demográfica a nível nacional, como ilustra a Figura 4.7. Ora, é precisamente nesse recenseamento de 1950 que a freguesia de São Sebastião da Pedreira regista o maior número de residentes de sempre (86.584). Na década seguinte já está criada a freguesia de Nossa Senhora de Fátima, basicamente a partir do

desmembramento de São Sebastião, e ambas juntas registam um decréscimo significativo (52.521). Dez anos antes, nos censos de 1940, São Sebastião atinge o ponto máximo do seu peso relativo na população da cidade, nada mais nada menos que uma década após a conclusão da maioria dos edifícios das Avenidas Novas. Temos, portanto, uma convergência temporal entre duas dominações demográficas: a da capital em relação ao país e a das Avenidas Novas em relação à cidade, atingindo a primeira quase 10% na década de 1950 e a segunda valores de 11,4%. A dominação das Avenidas Novas acontece ligeiramente mais cedo e desvanece-se na década de 1960, como resultado da urbanização de novas áreas na cidade. O gráfico ilustra ainda a recuperação recente das Avenidas Novas, já agregadas numa única freguesia (apresentam-se os valores referentes a 2011 separados pelas duas freguesias anteriores, e agregados na nova).

Um estudo sobre o recenseamento de 1981 observa o ritmo de crescimento das diferentes áreas da cidade, propondo um agrupamento de freguesias em três zonas concêntricas, de forma a desvelar uma dinâmica interna que só ao nível das freguesias se pode captar. As Avenidas Novas figuram na zona intermédia, correspondente a uma primeira fase de expansão urbana dos finais do séc. XIX aos anos 1940/50, que tem os valores mais altos da repartição da população da cidade entre 1911 e 1950, precisamente depois da zona central (centro histórico) com ponto máximo em 1874, e antes da zona periférica, dominante a partir de 1981 (A. F. Santos & Cruz, 1990).

Como foi já demonstrado, o aumento de população nas cidades faz-se, no século XX português, com base nos dois maiores centros populacionais do país, Lisboa e Porto, e numa incapacidade de atrair população por parte de outras cidades, quer as cidades históricas quer as mais recentes situadas nas áreas envolventes desses dois concelhos (Baptista, 1994: 54). Lisboa lidera este processo, assumindo-se como a capital demográfica do país ao longo desse século. Nem a cidade do Porto atinge, no seu máximo, metade da população de Lisboa, nunca chegando a dominar demograficamente a área envolvente. Para além da dominação populacional de Lisboa, o Quadro 4.1 ilustra também o processo de secundarização demográfica das cidades históricas pelas novas cidades que se desenvolvem a partir de freguesias e concelhos na periferia de Lisboa e Porto²⁵. Também é interessante verificar o reposicionamento gradual destas últimas no *ranking* dos dez concelhos mais populosos, embora por vezes apresentando valores muito próximos, como é o caso de Almada, Matosinhos, Oeiras, ou Amadora, que deixa esse grupo em 2021 por uma diferença de 83 residentes, dando lugar a Oeiras, embora esse concelho apresente um crescimento negativo pela primeira vez.

²⁵ Na sua leitura, deve ter-se em conta a criação do concelho de Odivelas em 1998, a partir de freguesias do concelho de Loures, que assim desceu no ranking, bem como a transferência de parte do Parque das Nações do concelho de Loures para o concelho de Lisboa em 2012.

Quadro 4.1 Os dez concelhos mais populosos de Portugal Continental em 1864, 1900, 1930, 1960, 1991 e 2011

1864		1900		1930		1960		1991		2011		2021	
Lisboa	190 311	Lisboa	351 210	Lisboa	591 939	Lisboa	802 230	Lisboa	663 394	Lisboa	547 733	Lisboa	544 851
Porto	89 349	Porto	165 729	Porto	229 794	Porto	303 424	Loures	322 158	Sintra	377 835	Sintra	385 954
Braga	48 420	V.N.Gaia	74 482	V.N.Gaia	102 950	V.N.Gaia	157 357	Porto	302 535	V.N.Gaia	302 295	V.N.Gaia	304 149
V.N.Gaia	47 631	Braga	58 339	Coimbra	76 494	Guimarães	116 272	Sintra	260 951	Porto	237 591	Porto	231 962
Viseu	47 319	Guimarães	54 910	Guimarães	65 417	Coimbra	106 404	V.N.Gaia	248 567	Cascais	206 479	Cascais	214 134
Guimarães	44 188	Coimbra	54 105	Viseu	61 140	Loures	102 124	Amadora	177 167	Loures	205 054	Loures	201 646
Barcelos	44 021	Viseu	54 047	Braga	58 761	Oeiras	94 255	Guimarães	157 589	Braga	181 494	Braga	193 333
V.Castelo	42 526	V.Castelo	47 311	Barcelos	58 360	Braga	92 938	Cascais	153 294	Matosinhos	175 478	Almada	177 400
Coimbra	40 681	Barcelos	46 953	Leiria	55 234	Matosinhos	91 017	Almada	151 783	Amadora	175 136	Matosinhos	172 669
Guarda	33 006	Leiria	44 811	Santarém	54 701	Gondomar	84 599	Matosinhos	151 781	Almada	174 030	Oeiras	171 802

Fonte: Baptista (1994) atualizado para 2011 e 2021 a partir de INE, XV e XVI Recenseamento Geral da População

A capacidade de atração da cidade historicamente urbanizada e sua repercussão ao nível dos concelhos envolventes foi um elemento estruturante na dinâmica demográfica portuguesa ao longo do século XX, marcada por profundas assimetrias regionais que se tornaram estatisticamente relevantes a partir de 1940, como refere Nazareth (1978: 762). Este autor destaca o papel das migrações internas responsáveis por um progressivo esvaziamento das regiões do interior em direção ao litoral, iniciado no período de 1940-50 e acentuado até 1970 (Nazareth, 1988: 75). Sistematizando os ritmos combinados da emigração com as migrações internas, nota que não são os distritos com emigração mais intensa aqueles que apresentam os saldos migratórios mais negativos, mas antes os do interior, que têm movimentos migratórios para Lisboa e Setúbal tão intensos como as migrações para o exterior do País (Nazareth, 1978: 786).

É este contexto de fortes migrações e acentuada mobilidade geográfica da população nacional que explica a capacidade centralizadora da capital do País. V. M. Ferreira analisa a estrutura e a dinâmica dos movimentos polarizados pelo centro urbano-metropolitano de Lisboa, com enfoque no período entre 1973 e 1981, quando perto de 500.000 pessoas entram na área metropolitana, 40% das quais em retorno das ex-colónias de África e cerca de 32% resultantes das migrações internas dos distritos em que se localiza a AML para os concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal (1987: 254). A Grande Lisboa é a área preferida desta fixação, assumida praticamente pelos concelhos de Lisboa, Loures, Sintra e Oeiras, ao passo que na Margem Sul são Almada e Seixal os concelhos que mais migrantes recebem. A situação conjuntural do regresso das ex-colónias é responsável por uma

recuperação populacional que já se vem verificando e continua a verificar depois no concelho de Lisboa. Mas, se excetuarmos essa situação, percebemos a peculiaridade da atração de Lisboa sobre outros concelhos neste período – os concelhos limítrofes atraem então população dos distritos de Lisboa e Setúbal, ou seja, dos concelhos mais próximos, enquanto em Lisboa a predominância atrativa deixa de se fazer sobre esses e passa a ser mais direcionada para o resto do país.

Por outro lado, a cidade que hoje temos seria completamente diferente se resultasse apenas da sua capacidade atrativa, que partilha com a área envolvente. Com efeito, os saldos migratórios são uma componente da equação. A outra são os saldos naturais. Nesta, uma grande tendência sociodemográfica se evidencia nas últimas décadas, o envelhecimento, fenómeno de natureza global que atinge os países desenvolvidos, simultaneamente como causa e fator de grandes transformações económicas, sociais e culturais, com expressão diferenciada no plano territorial. Este fenómeno resulta da *transição demográfica*, isto é, da passagem de um modelo demográfico de fecundidade e mortalidade elevadas para um modelo em que ambas diminuem muito consideravelmente, provocando uma reconfiguração da pirâmide etária, com estreitamento na base e alargamento no topo.

Em retrospectiva, se o início do século XX é marcado por uma dinâmica de urbanização de Lisboa, podemos falar, para o período a partir da década de 1920, do arranque de um outro processo paralelo e complementar, o da suburbanização da área de Lisboa, que se traduz na segunda metade do século numa inversão espacial. Nunes identifica a geografia desse arranque através das taxas de crescimento intercensitárias em Lisboa e nos seus concelhos limítrofes, sinalizando valores superiores aos verificados na cidade, entre 1920 e 1930, nos concelhos que apresentam historicamente as relações mais fortes com Lisboa – Amadora, Oeiras, Cascais e Barreiro (2011: 73).

Segundo este autor, entre 1950 e 1960, todos os concelhos limítrofes e envolventes de Lisboa experimentam já esse processo de suburbanização, alguns dos quais, como Loures, Odivelas, Oeiras e Almada, com taxas de crescimento muito elevadas. Entre 1970 e 1980 os concelhos limítrofes apresentam sempre taxas de crescimento mais elevadas que as da capital, que tem a sua primeira quebra demográfica do séc. XX quando uma boa parte desses concelhos apresenta taxas superiores a 50%. Nessa altura, já o padrão de suburbanização está alterado, e os subúrbios concentram mais de metade da população da área metropolitana em desenvolvimento. Em 1991, os concelhos em redor de Lisboa, em ambas as margens, concentram mais de 2/3 da população metropolitana e em 2001 mais de 3/4, evidenciando a consistência da suburbanização de Lisboa. Esta tendência mantém-se e reforça-se nos censos de 2011, quando o conjunto dos concelhos metropolitanos sem Lisboa atinge os 80,6%, representando então mais de 4/5 da população metropolitana. A morfogénese de Lisboa metrópole está associada ao início da década de 1960, quando a capital e os seus concelhos limítrofes ultrapassam pela primeira vez um milhão de habitantes (Nunes, 2011: 74-77). Vinte anos depois, em

1981, é atingido o segundo milhão, mas este forte crescimento atenua-se na década seguinte, com o acréscimo de habitantes a ficar-se pelos 120 mil.

Nunes explora o ritmo da formação metropolitana através da construção de um *índice de povoamento*, conjugando uma unidade-tempo com valores demográficos, por forma a captar a maior ou menor rapidez do crescimento populacional dos concelhos (Nunes, 2011: 78). Transcrevemos esse exercício no Quadro 4.2, onde se constata que a metrópole cresce à razão de 2,5 entre 1940 e 2001, traduzindo um rápido crescimento dos concelhos envolventes à capital, mais forte na margem norte, onde em 2001 reside uma população sete vezes superior à que residia em 1940. Nos censos de 2011 o ritmo de perda populacional do concelho de Lisboa abranda, comparativamente com os dois censos anteriores e o crescimento da metrópole também mantém o ritmo moderado que traz de 1980, continuando a margem norte a crescer a um maior ritmo, comparativamente à margem sul.

Importa referir que este exercício não considera a totalidade dos concelhos que atualmente constituem a AML, deixando de fora Mafra, Sesimbra, Palmela e Setúbal, o que mantemos relativamente a 2011, para assegurar a coerência analítica. Porém, já não prolongamos os cálculos relativamente a 2021, pois os valores censitários vêm confirmar o crescimento destacado desses concelhos mais distantes de Lisboa, nas duas últimas décadas. Em 2011, Mafra cresce 41,1%, Sesimbra 31,8% e Palmela 17,8%. E em 2021 Mafra cresce 12,8%, Sesimbra 6% e Palmela 9,6%. Novas acessibilidades e novas polaridades estão na base do crescimento populacional desta segunda coroa metropolitana.

Quadro 4.2 Ritmo de crescimento demográfico em Portugal Continental e na Metrópole de Lisboa (1940-2011)

Ano	Portugal Continental	Lisboa	Margem Norte*	Margem Sul**	Metrópole de Lisboa***
1940	100	100	100	100	100
1950	110	113	136	135	120
1960	115	115	214	185	141
1970	112	109	351	281	172
1981	130	116	594	404	234
1991	130	96	667	442	236
2001	137	81	755	483	247
2011	139	79	806	518	257

Fonte: (Nunes, 2011: 79) INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970, 1991 e 2001. Base 100=1940 para Portugal Continental=7.218.882; Lisboa=694.389; Margem Norte=175.958; Margem Sul=105.312 e AML=975.659 habitantes. *Margem Norte: Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira. **Margem Sul: Alcochete, Montijo, Barreiro, Moita, Seixal e Almada. *** Metrópole de Lisboa: Margem Norte + Margem Sul + Lisboa. Valores atualizados para 2011 a partir de INE, XV Recenseamento Geral da População

Quanto a Lisboa-cidade, apresenta um ritmo de crescimento positivo entre 1940 e 1960. Depois, verificam-se duas inflexões: uma a partir de 1960, quando se regista um crescimento negativo, a seguir compensado com o regresso populacional resultante da descolonização, refletido nos Censos de 1981, e a segunda a partir daí, com um decréscimo constante (Nunes, 2011: 80).

Nunes explora também um *indicador de concentração ao nível de freguesia*²⁶, na análise do desenvolvimento populacional da área metropolitana. Em torno de quatro anos censitários – 1940, 1960, 1981 e 2001 – identifica quatro imagens com expressão nítida dos lugares de concentração populacional, sua multiplicação e peso na estrutura urbana. A primeira dessas imagens é a da *Grande Lisboa*. Nos anos 1940, São Sebastião da Pedreira é a freguesia mais populosa (78.000 habitantes) e nela se concentra 8% da população metropolitana. Seguem-se as freguesias de Santa Isabel, São Jorge de Arroios e Penha de França. Só nestas quatro freguesias reside ¼ da população de Lisboa e concelhos limítrofes! Quanto às freguesias fora do concelho de Lisboa, elas só surgem no conjunto das primeiras 14 com o Barreiro (2%) e no terceiro quartil²⁷ com as freguesias sede de concelho, e com Amadora, Cova da Piedade e Carnaxide (que incluía Algés).

Quando ¼ dos 969 mil habitantes de Lisboa e concelhos limítrofes reside apenas em 35 de um conjunto de 89 freguesias, a imagem que se obtém é a de uma forte compactação, para a qual concorrem, na perspetiva deste autor, três configurações do processo de urbanização. Em primeiro lugar, “a operatividade de uma ocupação do solo de longo termo estruturada a partir (...) das vias e das quadrículas resultantes da expansão das Avenidas Novas e do eixo da Avenida Almirante Reis iniciada no começo de Novecentos [que] permanecerá operacional até à urbanização [de] Alvalade e até ao final da década de cinquenta” (Nunes, 2011: 82). Em segundo lugar, a urbanização de antigas vias de entrada e saída da cidade, de que o Bairro do Rego, hoje integrado na freguesia das Avenidas Novas, é um exemplo representativo, numa referência à pesquisa de Baptista (1987). Finalmente, em terceiro lugar, os desenvolvimentos suburbanos entre as duas guerras, articulados com os transportes coletivos que facilitam o acesso a núcleos residenciais “de porta”, como Venda Nova, Cova da Piedade, Almada ou Moscavide, citando Salgueiro (2001: 44).

²⁶ O autor explica como constrói o indicador: 1º) cálculo do valor em percentagem da população residente em cada freguesia, face ao total da população registada, em cada ano censitário, em Lisboa e seus concelhos limítrofes; 2º) ordenação decrescente dos valores de frequência simples e cálculo da frequência acumulada repartida em quartis. Como área metropolitana, considera neste estudo apenas 14 concelhos: Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca, Montijo, Alcochete, Barreiro, Moita, Seixal e Almada (Nunes, 2011: 80).

²⁷ Ordenadas as freguesias por ordem decrescente de volumes populacionais, e obtido o peso relativo de cada freguesia no universo metropolitano, em percentagem, somam-se essas percentagens freguesia a freguesia. As freguesias ficam assim ordenadas por ordem crescente do peso acumulado, em percentagem, e organizadas em quatro grupos: 1º quartil até aos 25%, 2º quartil dos 25 aos 50%, 3º quartil dos 50 aos 75% e 4º quartil dos 75 aos 100%.

A segunda imagem corresponde à *emergência da Metrópole de Lisboa*, quando a grande cidade polariza subúrbios citadinos já com dimensão razoável à sua volta. O crescimento de Lisboa e seus núcleos urbanos prossegue reforçado, e o tecido urbano extravasa as fronteiras do concelho, mas surgem também lugares de concentração que traduzem novas formas de crescimento urbano, ilustrando uma “embrionária continuidade construída” (Nunes, 2011: 85).

Neste retrato, a freguesia mais populosa do conjunto metropolitano é já a Amadora, com 47.355 habitantes. Nossa Senhora de Fátima, com 35.262 habitantes, ainda tem um peso de 2,6% na área metropolitana, ocupando o quarto lugar no *ranking* das freguesias metropolitanas que são já 122. São Sebastião da Pedreira apresenta um peso menor (1,3%) (Nunes, 2011: 85). Mas se somarmos os valores de São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima obtemos 52.521 habitantes, o que equivale a dizer que as Avenidas Novas ocupam, ainda em 1960, o primeiro lugar em volume absoluto populacional de todas as freguesias metropolitanas, e o mais elevado peso relativo (3,8%) nesse universo. A forte concentração, quer em Lisboa quer em núcleos suburbanos, está presente nesta imagem da metrópole emergente, onde um milhão de habitantes reside em apenas 50 de um universo de 122 freguesias²⁸ (Nunes, 2011: 85).

A *consolidação metropolitana* é a terceira imagem. Nos censos de 1981 Lisboa atinge o seu máximo de 807 mil habitantes, a margem norte um milhão e quarenta e cinco mil e a margem sul 426 mil habitantes, ultrapassando no conjunto os dois milhões de habitantes²⁹. A metrópole conta aqui já com 133 freguesias, nas quais apenas dez concentram $\frac{1}{4}$ da população residente. Dessas, apenas três pertencem ainda ao concelho de Lisboa (Olivais, Benfica e Marvila). Periférico em relação ao centro histórico, este grupo de três freguesias concentra quase 20% da população da cidade, na sequência de grandes empreendimentos públicos na área habitacional que se concretizam na segunda metade do Séc. XX.

Nesta etapa, o segundo quartil da concentração demográfica é já dominado por freguesias de concelhos à volta de Lisboa. Nele só estão presentes seis freguesias do concelho de Lisboa, que perdem população relativamente a 1960, nas quais se inclui Nossa Senhora de Fátima. Quanto a S. Sebastião da Pedreira desce para valores do quarto quartil, o que equivale a dizer que, mesmo em conjunto com Nossa Senhora de Fátima, apenas altera ascendentemente em poucas décimas a posição das Avenidas Novas no 2º quartil. Começam a fazer-se sentir os efeitos da terciarização das Avenidas Novas, que, de 1960 para 1981, perdem 14.180 residentes, representando um decréscimo de 27%. Ao nível metropolitano a concentração evidencia-se nos corredores de expansão urbana, onde é notório o

²⁸ De notar que o número de freguesias vai aumentando, em resultado de reconfigurações administrativas, pelo que este exercício vai considerando um universo sempre diferente de imagem para imagem.

²⁹ Fora do concelho de Lisboa é criado o concelho da Amadora, com oito freguesias, o que altera a leitura que se tem vindo a seguir, atenuando a ideia de concentração metropolitana às portas da cidade.

contributo da construção de grandes conjuntos residenciais, mas também de bairros de barracas e construção clandestina (Nunes, 2011: 93).

A quarta e última imagem de concentração populacional corresponde à da *Lisboa Metrópole*, mais polarizada por territórios suburbanos, com clara concentração em torno das vias de comunicação e transporte ferroviárias e rodoviárias. A área metropolitana conta então com 170 freguesias e $\frac{1}{4}$ da população reside em 13 dessas freguesias, lideradas por Aqualva-Cacém. Neste pequeno grupo de freguesias já só estão presentes Benfica, Marvila, Lumiar e S. Domingos de Benfica, no que à Cidade de Lisboa respeita. Nossa Senhora de Fátima, com 15.291 residentes, e São Sebastião de Pedreira com 5.871, perdem peso no conjunto, de forma muito significativa. As Avenidas Novas atingem os valores mais baixos em termos absolutos e também em termos relativos. De 1981 para 2001 perdem 17.179 residentes, representando o maior decréscimo populacional de sempre, na ordem dos 44,8% a nível metropolitano.

As quatro imagens obtidas a partir do indicador de concentração populacional à escala metropolitana, que referimos detalhadamente, permitem-nos uma leitura dinâmica desta vasta área, relacionando o peso relativo das diversas partes no todo em quatro marcos temporais. No presente, estará muito provavelmente a configurar-se uma quinta imagem, resultante de novas polaridades, de um incremento dos concelhos da AML já não contíguos ao de Lisboa, e do arco metropolitano que extravasa os limites administrativos da AML. Se circunscrevermos apenas à cidade e ao perímetro da atual freguesia de Avenidas Novas, o percurso percorrido permite ver como o forte crescimento verificado na primeira metade do século XX se inverte na segunda metade, em proporções muito mais elevadas ao nível da freguesia do que ao nível da cidade.

4.3. Caracterização populacional recente

Contextualizadas as dinâmicas sociodemográficas a longo prazo, situemo-nos agora na análise dos volumes, da densidade e da estrutura populacional recente, mantendo os níveis escalares de referência. No que respeita aos censos de 2011 há que ter presente a situação da reforma administrativa ocorrida já depois da operação estatística, cujos efeitos confrontamos no Quadro 4.2, onde os valores dos principais indicadores apurados nesses censos são apresentados de acordo com os cálculos obtidos antes e depois da sua conversão para a Carta Administrativa Oficial de 2013 (CAO'2013). No caso específico da freguesia de Avenidas Novas não se verificam alterações de perímetros para além da soma de duas freguesias precedentes, pelo que os valores se mantêm iguais apesar da mudança da carta administrativa.

Quadro 4.3 Dados principais dos Censos de 2011 sobre o concelho de Lisboa, segundo a anterior divisão administrativa (NUTS 2002) e a atual (CAOP 2013)

Ano 2011	Área Km2	População residente	Densidade populacional (hab/Km2)	Famílias clássicas	Edifícios clássicos	Alojamentos	Densidade alojamentos (alo/Km2)
NUTS 2002	84,38	547 733	6 491,3	243 892	52 496	323 981	3 872,7
CAOP 2013	85,87	552 700	6 436,4	245 894	52 696	326 792	3 805,6

Fonte: II Diagnóstico Social de Lisboa - 2015-2016

4.3.1. População residente

Como vimos, o concelho de Lisboa vem perdendo peso relativo no que respeita aos volumes populacionais da área metropolitana, mantendo-se esta em crescimento. Em 2001, o concelho de Lisboa perde quase 30% da população que nele residia em 1960. Em quatro décadas, apenas as freguesias mais periféricas do concelho registam saldos positivos, enquanto outras, sobretudo nas zonas históricas, têm perdas na ordem dos 30%, só na década de 1990 (CML, 2004: 23). Em 2011, a área metropolitana cresce 6%, especialmente através dos concelhos de uma segunda coroa metropolitana, mas Lisboa perde 3% da sua população. Mais três concelhos perdem população, Amadora (-0,4%), Moita (-2,1%) e Barreiro (-0,3%). Lisboa continua a ser o concelho mais populoso, seguido de Sintra e só depois, em valores próximos ou inferiores a 200.000 habitantes, Cascais, Loures, Amadora, Almada, Oeiras, Seixal, Odivelas e Vila Franca de Xira, por ordem decrescente.

Em 2021, a AML apresenta ainda crescimento, mas já na ordem de 1,7%, e o concelho de Lisboa ainda perde 1,4% da sua população, mas, pela primeira vez, não é o concelho que perde mais. Esse lugar cabe agora à Amadora, com -2%. Barreiro e Oeiras apresentam tendência negativa, com decréscimos populacionais respetivamente de -0,5 e -0,2%. É de notar agora o crescimento de Mafra, bem como de alguns concelhos contíguos a norte dos limites da AML, como Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos. Na margem sul, destaca-se o crescimento de Palmela. Quanto a Sesimbra, Alcochete e Montijo, crescem agora de forma mais moderada do que na década anterior. A sul dos limites da AML a tendência de crescimento populacional é negativa. A reconfiguração metropolitana apresenta-se assim como um processo desigual, a nível dos concelhos que compõem a AML e outros contíguos, com tempos, ritmos e sentidos diversos.

No concelho de Lisboa, apesar das grandes perdas populacionais, em especial nas freguesias do centro histórico e sua envolvente, verifica-se no recenseamento de 2011 uma mudança, em parte resultante da fixação de população em freguesias centrais, ocorrida em paralelo com a expansão urbana das freguesias a norte.

A Figura 4.8 traduz a distribuição da população residente pelas atuais 24 freguesias de Lisboa, em 2011, hierarquizadas por ordem decrescente dos seus volumes populacionais, e a Figura 4.9 atualiza

essa distribuição de acordo com os dados preliminares de 2021. A comparação das duas permite identificar o posicionamento das freguesias com menores volumes populacionais na área do centro histórico e, por oposição, as freguesias com maiores volumes populacionais, na sua maioria situadas próximas dos limites do concelho. Mas permite também reconhecer algumas alterações na hierarquização, tanto nos extremos como no conjunto total de freguesias.

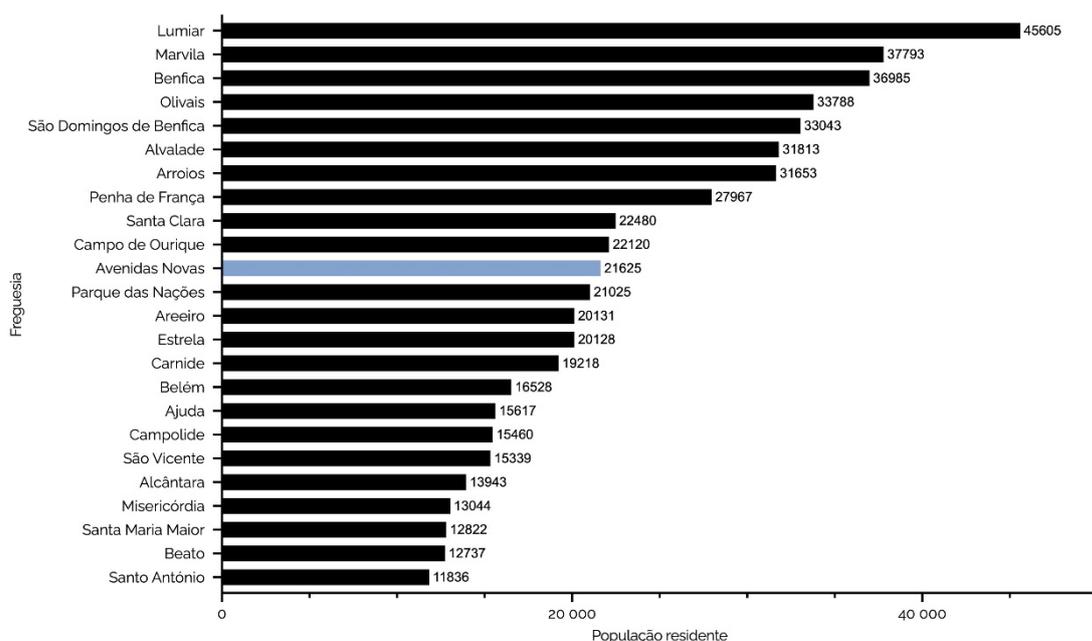


Figura 4.8 População residente (nº) em Lisboa, por freguesias (2011 (CAOP 2013))
 Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

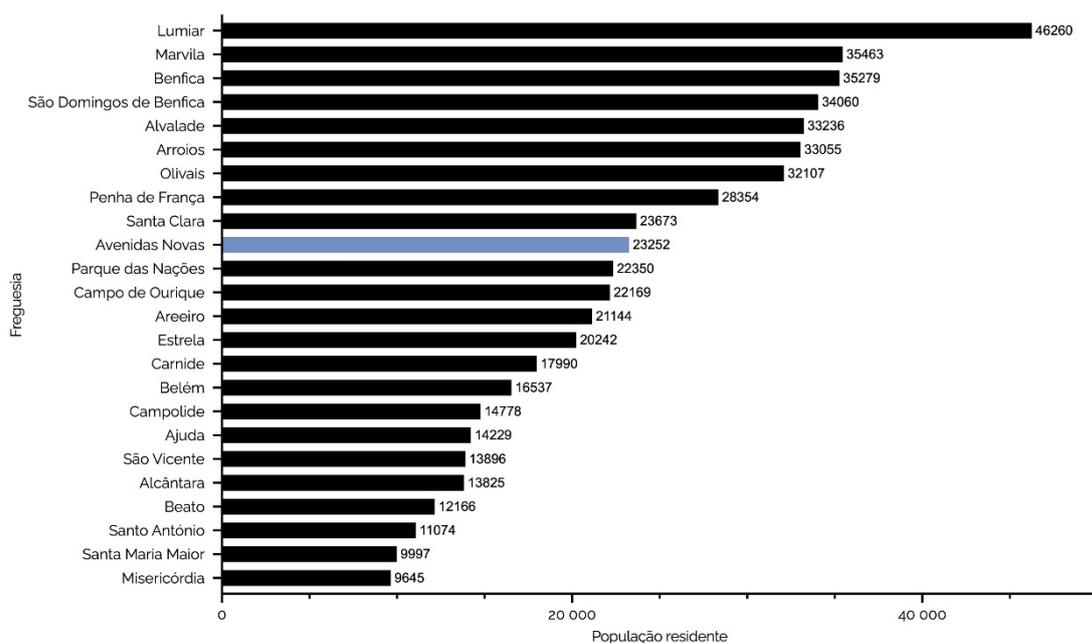


Figura 4.9 População residente (nº) em Lisboa, por freguesias (2021)
 Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, Dados Preliminares

Se em 2011, os valores registados traduzem ainda um sentido próximo do que foi o movimento de expansão da cidade – em termos relativos e absolutos o grupo de freguesias mais populosas vai-se deslocando do centro histórico para os limites concelhios, o mesmo acontecendo, mais tarde, com a distribuição das freguesias mais envelhecidas –, em 2021 parecem surgir sinais em sentidos diferentes, ilustrando uma recomposição mais diversificada dos volumes populacionais. É o que reforça a leitura do Quadro 4.4 onde consta a variação da população residente entre os três últimos censos, destacando-se, desde logo, que em 1991 quase todas as freguesias perdem população, em 2011 ainda há 17 em 24 freguesias com variação negativa e em 2021 já só metade das freguesias perde população.

Quadro 4.4 Variação da população residente entre recenseamentos gerais da população

	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Ajuda	-19,8	-13,2	-8,4
Alcântara	-22,0	-3,5	-0,8
Alvalade	-15,1	-9,1	4,5
Areeiro	-19,0	-4,3	5,0
Arroios	-22,0	-2,9	4,4
Avenidas Novas	-20,0	2,2	7,5
Beato	-18,6	-12,7	-4,5
Belém	-14,0	-7,3	0,1
Benfica	-12,2	-11,0	-4,6
Campo de Ourique	-21,0	-10,8	0,2
Campolide	-24,1	-2,9	-4,4
Carnide	28,6	22,8	-6,4
Estrela	-19,4	-5,0	0,6
Lumiar	6,5	9,2	1,4
Marvila	-18,9	-1,7	-6,2
Misericórdia	-16,2	-17,9	-26,1
Olivais	-9,7	10,0	-5,0
Parque das Nações	-	-	6,3
Penha de França	-22,7	-9,2	1,4
Santa Clara	-0,1	8,2	5,3
Santa Maria Maior	-33,0	-8,7	-22,0
Santo António	-19,4	-12,8	-6,4
São Domingos de Benfica	-4,1	0,2	3,1
São Vicente	-21,2	-14,7	-9,4

Fonte: *II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016* e XVI Recenseamento Geral da População

As freguesias com maiores quebras no seu volume populacional são Misericórdia (-26,1%) e Santa Maria Maior (-22%), passando a ser as menos populosas em termos absolutos. Se o decréscimo destas freguesias entre 1991 e 2001 parece estar ligado ao envelhecimento demográfico e a fenómenos de nobilitação urbana, a variação negativa registada nos últimos censos pode, muito provavelmente, dever-se ao efeito combinado dessa nobilitação urbana com a turistificação massiva, responsável pela reafectação de espaços para alojamento temporário. Apesar de ter em comum com Santa Maria Maior

uma forte presença multicultural, Arroios apresenta crescimento da população residente, podendo as características do seu edificado ser favoráveis a uma deslocação populacional para norte, em consequência da pressão do turismo no centro histórico. O mesmo se poderá passar de São Vicente em direção à Penha de França. Noutro extremo, destacam-se as tendências negativas de freguesias como Olivais, que se apresenta fortemente envelhecida em 2011, ou Carnide, que, nas décadas passadas cresceu significativamente, em parte devido a realojamentos continuados de população oriunda de outras zonas da cidade.

Mas se há dado relevante para esta pesquisa é o crescimento de 7,5% da população residente da freguesia de Avenidas Novas, onde em 2011 residem 21.625 indivíduos e em 2021 mais 1.627 indivíduos, sendo a freguesia do concelho de Lisboa que regista maior aumento populacional no período. A dinâmica positiva que a freguesia timidamente demonstra em 2011, contrariando uma tendência negativa que remonta a 1960, apresenta-se agora em 2021 como uma tendência clara no sentido de um crescimento consolidado. Para além do crescimento populacional do Parque das Nações (6,3%) e de Santa Clara (5,3%), as outras freguesias que apresentam crescimento são Areeiro (5%), Alvalade (4,5%) e Arroios (4,4%), freguesias contíguas à de Avenidas Novas, o que poderá representar uma nova etapa habitacional da cidade intermédia.

Quadro 4.5 Grupos de freguesias de Lisboa em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991--2001, 2001-2011 e 2011-2021)

Grupo	Freguesias	
	(1991-2001 para 2001-2011)	(2001-2011 para 2011-2021)
Decréscimo reforçado	Misericórdia	Misericórdia e Santa Maria Maior
Decréscimo permanente	Ajuda, Alvalade, Beato, Belém, Benfica, Campo de Ourique, Penha de França, Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente	Ajuda, Beato, Benfica, Campolide, Marvila, Santo António e São Vicente
Decréscimo esbatido	Alcântara, Areeiro, Arroios, Campolide, Estrela e Marvila	Alcântara
Inversão para tendência negativa		Carnide e Olivais
Inversão para tendência positiva	Avenidas Novas, Olivais, Santa Clara e S. Domingos de Benfica	Alvalade, Areeiro, Arroios, Campo de Ourique, Estrela e Penha de França
Crescimento consolidado	Carnide, Lumiar e Santa Clara	Avenidas Novas, Lumiar, Santa Clara e São Domingos de Benfica

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, Cálculos de Sónia Pintassilgo, atualizados para o período 2011-2021

Nota: A freguesia do Parque das Nações não é considerada, em função da sua criação apenas em 2012.

De acordo com Pintassilgo³⁰, que analisa as dinâmicas de crescimento das freguesias de Lisboa entre 1991 e 2011, assegurando a devida correspondência entre o comportamento demográfico das anteriores 53 para as 24 atuais freguesias, nos dois últimos períodos intercensitários (1991-2001 e 2001-2011) a antiga freguesia de Nossa Senhora de Fátima regista um decréscimo populacional esbatido, passando de uma variação de -17,8 no primeiro período para -0,1 no segundo, e a de São Sebastião da Pedreira demonstra já uma inversão para tendência positiva, de -25,1 para 8, respetivamente nos dois períodos. Os mesmos dados agregados na nova freguesia de Avenidas Novas alteram o seu posicionamento: a variação passa de -20% no período 1991-2001 para 2,2% no período 2001-2011, situando-se no grupo de quatro freguesias com inversão para tendência positiva, conforme Quadro 4.5. Recorrendo à mesma tipologia³¹ e prolongando o exercício com base nas últimas variações verificadas em 2021, concluímos que as Avenidas Novas experimentam agora um crescimento consolidado, comum a um grupo de freguesias da zona norte da cidade.

Entretanto, a zona restrita das Avenidas Novas conta em 2011 com 11.521 residentes, representando 53,3% da população residente na freguesia de Avenidas Novas, não estando ainda disponíveis os dados de 2021 que permitam aferir em que medida o crescimento da freguesia afeta esta zona mais específica. Nos pontos seguintes, mantemos a análise reportada aos dados dos Censos de 2011.

4.3.2. Densidade populacional

Na evolução demográfica do século XX, a primazia de Lisboa evidencia-se não só ao nível da população residente, mas também ao nível da densidade populacional. Em 1991, há em Lisboa quase 8.000 residentes por quilómetro quadrado, enquanto ao nível da área metropolitana esse valor ronda os 800 e no continente pouco mais de 100. No concelho de Lisboa, o que mais se destaca, então, são as diferenças entre as zonas que vão perdendo a sua função residencial e as zonas que resistem a essa tendência, as primeiras mais centrais e as segundas mais periféricas. Rosa analisa este fenómeno a partir dos censos de 1991, mostrando a polarização entre freguesias com mais de 20.000 habitantes e freguesias com menos de 5.000 habitantes/km² (Rosa, 2000). Com valores na ordem dos 8.850

³⁰ Trabalho não publicado, que a autora gentilmente disponibilizou.

³¹ Decréscimo permanente = com crescimento negativo em ambos os períodos; Decréscimo esbatido = com crescimento negativo em ambos os períodos, embora no segundo período intercensitário os valores do crescimento se aproximem de zero; Decréscimo reforçado = em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado, e um reforço desse decréscimo no segundo período intercensitário, isto é, há um aumento de perdas populacionais; Inversão para tendência negativa = de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo; Inversão para tendência positiva = de um crescimento negativo passou-se para um crescimento positivo; Crescimento consolidado = verifica-se um crescimento positivo em ambos os períodos intercensitários.

(acumulado das duas freguesias preexistentes), as Avenidas Novas não figuram, respetivamente por excesso e por defeito, nessas categorias.

Nos tempos mais recentes há mudanças significativas ao nível da região. Em 2001 a Amadora já é o concelho mais densamente povoado do país, ultrapassando Lisboa. A Grande Lisboa mantém-se mais densamente povoada que a Península de Setúbal. Em 2011 a densidade populacional da área metropolitana é de 940 habitantes/km². Os concelhos mais próximos de Lisboa atingem densidades residenciais acima dos 1000 habitantes/km², o “que faz deles lugares de malha densa com problemas em tudo semelhantes aos das maiores cidades europeias e mundiais” (Baptista & Silva Nunes, 2004: 91). Lisboa mantém-se o segundo concelho mais densamente povoado da região, dentro do qual a distribuição da densidade populacional por freguesia, conforme ilustrado na Figura 4.10, mostra que, apesar dos aumentos populacionais significativos como os que decorrem de empreendimentos urbanísticos na Alta de Lisboa e no Parque das Nações, é ainda em torno do centro histórico que se localizam as freguesias mais densamente povoadas.

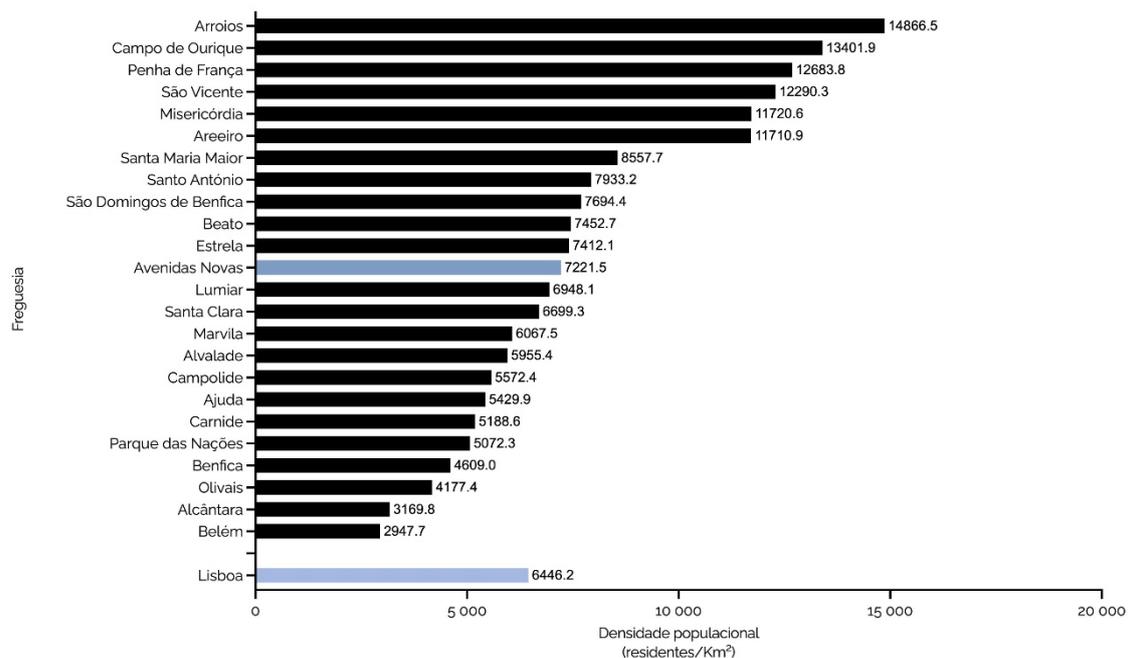


Figura 4.10 Densidade populacional em Lisboa, em hab/Km², por freguesias (2011 (CAOP 2013))
 Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

A freguesia de Avenidas Novas regista um valor imediatamente superior ao valor mediano do conjunto das freguesias da cidade (7.084,8), contrastando com o dobro da densidade registada em Arroios e Campo de Ourique, que têm urbanizações contemporâneas das Avenidas Novas, e também com os baixos valores de Belém, Alcântara e Olivais. Dentro da freguesia, porém, uma leitura aproximada às subsecções estatísticas, através do *Atlas Social de Lisboa*, revela que há áreas tão

baixamente povoadas como Belém, especialmente no eixo central da Avenida Fontes Pereira de Melo – Praça Duque de Saldanha – Avenida da República e no eixo da Avenida António Augusto de Aguiar, que são os eixos de maior preponderância do setor terciário. No plano oposto, evidencia-se a densidade populacional bastante elevada do Bairro Azul, do Bairro Santos ao Rego, e de alguns quarteirões junto à Rua Marquês Sá da Bandeira, ao Largo de São Sebastião da Pedreira e à Rua Artilharia 1.

A diversidade verificada ao nível da densidade populacional por subsecções corresponde genericamente à diversidade da distribuição da população residente pelas mesmas subsecções, ambas destacando as áreas onde a habitação predomina e as áreas onde ela escasseia ou não existe. As *nuances* que a densidade expressa relacionam-se seguramente com as diferentes tipologias habitacionais, com as proporções da coexistência de habitação, comércio e serviços, e também com maior ou menor dimensão dos espaços públicos.

4.3.2. Estrutura populacional

– Idade

Portugal é ainda nos finais da década de 1970 o mais jovem país no contexto europeu (Nazareth, 1978: 760). Porém, a realidade altera-se profundamente e em pouco tempo. O fenómeno começa a manifestar-se de forma inequívoca nos anos 1980 na área de Lisboa, decorrente do efeito combinado daquele movimento natural com saldos migratórios igualmente negativos, viragem cuja expressão estatística Rosa regista ao nível da cidade e da AML (2000).

Mais recentemente, na AML, os idosos atingem 15,4% em 2001 e 18,2% em 2011, ao passo que os jovens descem para 14,9% em 2001, mas registam uma pequena inflexão positiva para 15,5% em 2011. Ou seja, a região mantém-se a envelhecer, embora com um sinal de abrandamento na base da pirâmide etária, notado no recenseamento desse ano. Os concelhos com maior percentagem de jovens são, em 2011, Alcochete, Mafra e Sintra. Quanto aos idosos, Lisboa lidera com 23,9%, seguindo-se por ordem decrescente o Barreiro e Almada. No concelho de Lisboa o grupo dos idosos atinge 23,6% em 2001, mas mantém-se em 2011 (apenas com um aumento residual de 0,1%).

A análise por freguesia, a partir do Quadro 4.6, revela que, em termos absolutos, os maiores contingentes de população jovem se situam, em 2011, no Parque das Nações e em Santa Clara, seguindo-se, por ordem decrescente, Lumiar, Carnide, Belém, Estrela e Marvila. A freguesia com menos jovens é Santa Maria Maior seguida das vizinhas Misericórdia, Arroios, São Vicente e Penha de França, mas as freguesias com mais residentes idosos são Olivais, Ajuda, Benfica, Alvalade, Alcântara, S. Vicente e Campo de Ourique. Repete-se assim o efeito de expansão semelhante ao da urbanização de Lisboa: há vinte anos ainda eram as freguesias do centro histórico que tinham o maior peso

proporcional de idosos, mas em 2011 o “centro do envelhecimento” deslocara-se e polarizara-se num arco espacial mais amplo e afastado do centro histórico.

Quadro 4.6 População residente por grupos etários nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

	População residente	População residente 0-14		População residente 15-64		População residente 65 e +	
		nº	%	nº	%	nº	%
Ajuda	15 620	1 840	11,8	9 170	58,7	4 610	29,5
Alcântara	13 943	1 630	11,7	8 313	59,6	4 000	28,7
Alvalade	31 812	3 823	12,0	18 839	59,2	9 150	28,8
Areeiro	20 131	2 451	12,2	12 579	62,5	5 101	25,3
Arroios	31 634	3 374	10,7	20 296	64,2	7 964	25,2
Avenidas Novas	21 625	2 628	12,2	13 484	62,4	5 513	25,5
Beato	12 737	1 549	12,2	7 833	61,5	3 355	26,3
Belém	16 525	2 399	14,5	9 734	58,9	4 392	26,6
Benfica	36 985	4 074	11,0	22 188	60,0	10 723	29,0
Campo de Ourique	22 132	2 762	12,5	13 251	59,9	6 119	27,6
Campolide	15 460	1 808	11,7	9 929	64,2	3 723	24,1
Carnide	19 140	2 906	15,2	13 004	67,9	3 230	16,9
Estrela	20 116	2 817	14,0	12 500	62,1	4 799	23,9
Lumiar	45 683	7 311	16,0	31 345	68,6	7 027	15,4
Marvila	37 794	5 215	13,8	25 538	67,6	7 041	18,6
Misericórdia	13 041	1 372	10,5	8 528	65,4	3 141	24,1
Olivais	33 788	4 061	12,0	19 675	58,2	10 052	29,8
Parque das Nações	21 025	4 257	20,2	14 662	69,7	2 106	10,0
Penha de França	27 967	3 007	10,8	17 542	62,7	7 418	26,5
Santa Clara	22 480	4 142	18,4	15 114	67,2	3 224	14,3
Santa Maria Maior	12 765	1 174	9,2	8 554	67,0	3 037	23,8
Santo António	11 855	1 374	11,6	7 544	63,6	2 937	24,8
S. Domingos Benfica	33 043	4 101	12,4	20 761	62,8	8 181	24,8
São Vicente	15 399	1 649	10,7	9 446	61,3	4 304	27,9
Lisboa	552 700	71 724	13,0	349 829	63,3	131 147	23,7
AML	2 821 876	437 881	15,5	1 870 153	66,3	513 842	18,2

Fonte: Censos'2011 (CAOP 2013) / II Diagnostico Social de Lisboa - 2015-2016

Quanto à área restrita das Avenidas Novas, a distribuição por grandes grupos etários não difere praticamente dos valores apurados ao nível da freguesia, conforme Quadro 4.7.

Quadro 4.7 População residente por grupos etários nas Avenidas Novas

	Total	2011					
		0-14		15-64		65 e +	
		n	%	N	%	n	%
Freguesia de Avenidas Novas	21 625	2 628	12,2	13 484	62,4	5 513	25,5
Zona restrita das Avenidas Novas	11 521	1 446	12,5	7 092	61,6	2 983	25,9

Fonte: Cálculos próprios a partir de XV Recenseamento Geral da População, e subseções estatísticas selecionadas

Quadro 4.8 Índices populacionais nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

	Envelhecimento	Juventude	Dependência de idosos	Dependência de jovens	Dependência total	Longevidade
Ajuda	250,5	39,9	50,3	20,1	70,3	50,3
Alcântara	245,4	40,8	48,1	19,6	67,7	55,0
Alvalade	239,3	41,8	48,6	20,3	68,9	62,8
Areeiro	208,1	48,0	40,6	19,5	60,0	58,9
Arroios	236,0	42,4	39,2	19,5	55,9	57,4
Avenidas Novas	209,8	47,7	40,9	19,5	60,4	56,4
Beato	216,6	46,2	42,8	19,8	62,6	47,4
Belém	183,1	54,6	45,1	24,6	69,8	52,3
Benfica	263,2	38,0	48,3	18,4	66,7	47,2
Campo de Ourique	221,5	45,1	46,2	20,8	67,0	58,2
Campolide	205,9	48,6	37,5	18,2	55,7	54,4
Carnide	111,1	90,0	24,8	22,3	47,2	48,2
Estrela	170,4	58,7	38,4	22,5	60,9	54,6
Lumiar	96,1	104,0	22,4	23,3	45,7	45,3
Marvila	135,0	74,1	27,6	20,4	48,0	43,4
Misericórdia	228,9	43,7	36,8	16,1	52,9	54,6
Olivais	247,5	40,4	51,1	20,6	71,7	56,9
Parque das Nações	49,5	202,1	14,4	29,0	43,4	39,2
Penha de França	246,7	40,5	42,3	17,1	59,4	55,4
Santa Clara	77,8	128,5	21,3	27,4	48,7	41,3
Santa Maria Maior	258,7	38,7	35,5	13,7	49,2	55,9
Santo António	213,8	46,8	38,9	18,2	57,1	57,5
S. Domingos Benfica	199,5	50,1	39,4	19,8	59,2	48,6
São Vicente	261,0	38,3	45,6	17,5	63,0	55,4
Lisboa	182,8	54,7	37,5	20,5	58,0	52,9
AML	117,3	85,2	27,5	23,4	50,9	45,7

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

Quando se relacionam os valores dos três principais grupos populacionais (jovens, ativos e idosos), verificam-se diferenças substanciais entre a AML, o concelho de Lisboa e a freguesia de Avenidas Novas. O *índice de envelhecimento*³² na AML, que é em 1981 de 41 indivíduos com 65 e mais anos por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos, atinge em 2011 os 117,3. No concelho de Lisboa, passa de 76, em 1981, para 182,8 em 2011. Como ilustra o Quadro 4.8, o índice de envelhecimento nas freguesias atinge em 2011 os valores máximos em Benfica, e logo a seguir em S. Vicente e Santa Maria Maior, enquanto no outro extremo, o Parque das Nações apresenta o índice de envelhecimento mais baixo. Nas Avenidas Novas este índice é de 209,8 idosos para cada 100 jovens. O ordenamento das freguesias não sofre grandes alterações quando passamos para a relação dos idosos e dos jovens com a população ativa: o *índice de dependência de idosos*³³ atinge em 2011 os valores máximos nos Olivais

³² Traduz a relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

³³ Traduz a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

e os mais baixos no Parque das Nações. O *índice de dependência de jovens*³⁴ atinge os valores máximos no Parque das Nações, e os mais baixos em Santa Maria Maior. Quase em simetria com o índice de envelhecimento, o *índice de juventude*³⁵ atinge os valores máximos no Parque das Nações (202,1), enquanto os valores mais baixos são registados em Benfica.

Na freguesia de Avenidas Novas, o índice de envelhecimento diminui de 275 idosos para cada 100 jovens em 2001 até aos 210 idosos para cada 100 jovens em 2011, enquanto este índice diminui de forma menos expressiva ao nível da cidade. Na AML aumenta, em sintonia com o que se verifica a nível nacional.

Quanto ao *índice de longevidade*³⁶, que relaciona a população com mais de 75 anos com o total da população idosa, aumenta em todos os concelhos da AML, sendo os concelhos de Lisboa e de Almada os que apresentam índices mais elevados (52,9 e 44,7 respetivamente). O acréscimo de população com mais de 75 anos é um dado marcante da evolução demográfica recente, com uma expressão predominantemente feminina. Ainda assim, o índice de longevidade da AML é inferior ao verificado a nível nacional, que em 2011 é de 47,9.

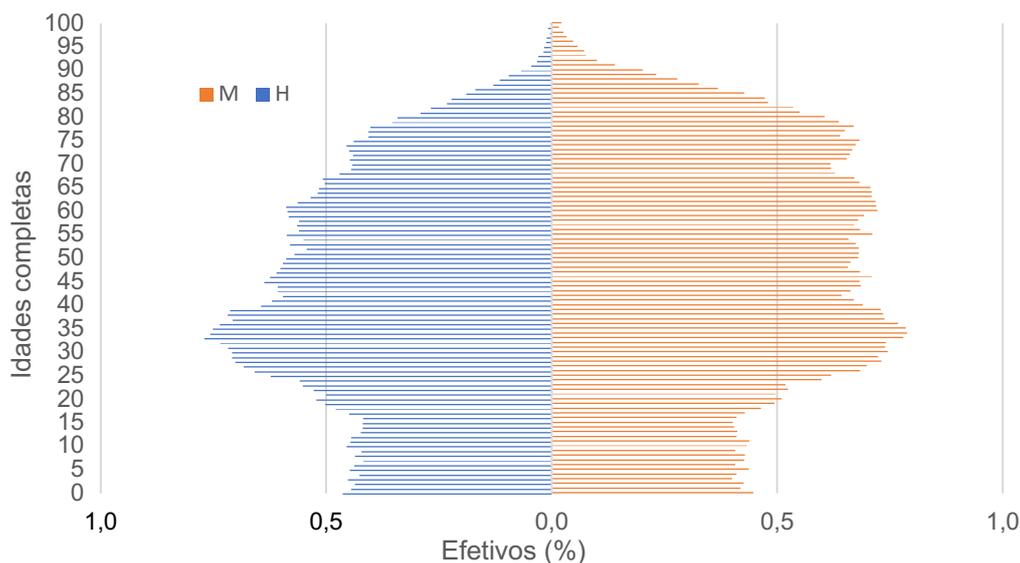


Figura 4.11 Pirâmide etária do concelho de Lisboa (%) em 2011
 Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Elaboração de Sónia Pintassilgo

³⁴ Traduz a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

³⁵ Traduz a relação entre a população jovem e a população idosa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

³⁶ Traduz a relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

No concelho de Lisboa, o índice de longevidade atinge em 2011 os valores mais elevados na freguesia de Alvalade e os valores mais baixos no Parque das Nações. As Avenidas Novas apresentam em 2011 um dos mais elevados índices de longevidade da cidade, 56,4 (nesta freguesia o grupo 65-74 representa, em 2011, 11,1% e o grupo 75 e mais anos 14,4% da população residente).

Nas figuras 4.10 e 4.11 representam-se as pirâmides etárias do concelho de Lisboa e da freguesia de Avenidas Novas. Registam-se, tanto no topo como na base, as diferenças entre ambas, no sentido de um envelhecimento mais acentuado na freguesia do que na cidade e o inverso em relação aos mais jovens. A tendência para inversão da pirâmide no sentido do envelhecimento, remonta a 1960.

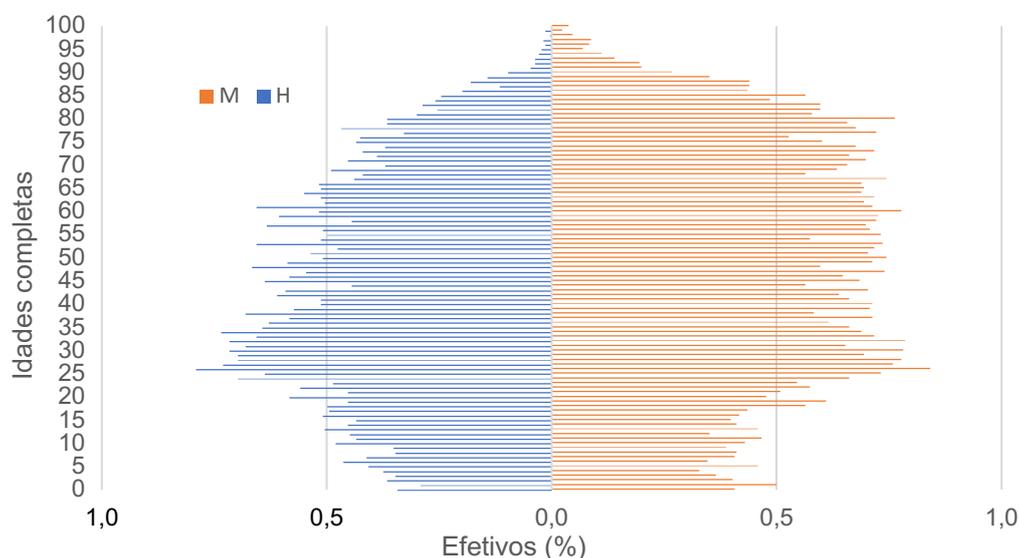


Figura 4.12 Pirâmide etária da freguesia de Avenidas Novas (%) em 2011
 Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Elaboração de Sónia Pintassilgo

Quadro 4.9 Índices populacionais nas quatro escalas de análise (2011)

	Envelhecimento	Juventude	Dependência de idosos	Dependência de jovens	Dependência total
Área restrita Avenidas Novas	206,3	48,5	42,1	20,4	62,5
Freguesia Avenidas Novas	209,8	47,7	40,9	19,5	60,4
Concelho de Lisboa	182,8	54,7	37,5	20,5	58,0
AML	117,3	85,2	27,5	23,4	50,9

Fonte: Cálculos próprios a partir de XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa e subsecções estatísticas selecionadas

Relativamente à área restrita das Avenidas Novas, apresenta um índice de envelhecimento inferior ao da freguesia e um índice de juventude superior, como ilustra o Quadro 4.9. No mesmo quadro se pode ver que a relação do grupo de jovens e do grupo de idosos com a população em idade ativa reflete uma diferença mais expressiva ao nível da dependência de idosos.

– Famílias

Quanto à evolução do número de famílias, verifica-se, no recenseamento de 2011, um crescimento em todos os concelhos da AML, que regista um aumento de 14,1% no número de famílias clássicas³⁷, superior ao aumento verificado no país (10,8%). À semelhança do que acontece com a população residente e com a densidade populacional, também neste indicador se constata um aumento maior em concelhos mais afastados da capital, como Sesimbra, Mafra, Alcochete e Montijo. O crescimento do número de famílias no concelho de Lisboa é de 4%, o mais baixo da AML.

Todavia, como nota Seixas, este indicador apresenta na AML e em Lisboa uma evolução distinta da do indicador população residente. A nível da metrópole, o número de famílias aumenta bastante de 1960 a 2011, mas o número médio de indivíduos por família vai baixando consideravelmente. Por outro lado, a diminuição da população residente do concelho de Lisboa não tem paralelo ao nível do número de famílias, que praticamente se mantém em igual período (2021: 58).

Quadro 4.10 Número de famílias (2011)

Escala	2011
Zona restrita das Avenidas Novas	5 179
Freguesia de Avenidas Novas	9 899
Concelho de Lisboa	243 892
Área Metropolitana de Lisboa	1 147 775

Fonte: Cálculos próprios a partir de XV Recenseamento Geral da População e subsecções estatísticas selecionadas

Na freguesia de Avenidas Novas, em 2011, o número de famílias aumenta 7%, atingindo as 9.899, variação superior à da cidade, mas representando metade da variação a nível metropolitano, conforme quadro 4.10.

A zona restrita conta em 2011 com 5.179 famílias clássicas, representando 52,3% das famílias clássicas da freguesia de Avenidas Novas.

³⁷ Segundo o INE uma família clássica é o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si (de direito ou de facto), podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Inclui as empregadas domésticas residentes no alojamento em que prestam serviço. Constitui também família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Quanto à dimensão média das famílias, conforme Quadro 4.11, situa-se nos censos de 2011 em 2,6 no país, 2,4 na AML e 2,2 no concelho de Lisboa, aquele onde as famílias são, em média, mais pequenas. Tal contraste verifica-se também relativamente à proporção de famílias clássicas unipessoais: na AML a percentagem de famílias com uma pessoa corresponde a 1/4 das famílias quando a nível nacional o valor é 21,4%. Lisboa é o concelho da AML onde a proporção dessas famílias é maior (35%), seguido da Amadora e de Oeiras. Os concelhos com menos proporção de famílias unipessoais estão entre os mais afastados da capital. As famílias unipessoais constituídas por idosos passam de 8,6% em 2001 para 10,3% em 2011, na AML. O concelho de Lisboa é em 2011 o concelho da AML com mais famílias unipessoais de idosos (15%).

Quadro 4.11 Famílias nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

%	Dimensão média das famílias	Famílias clássicas unipessoais	Núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos	Famílias clássicas de 1 indivíduo com 65 e + anos a viver só
Ajuda	2,2	34,4	13,4	17,8
Alcântara	2,1	36,8	14,7	17,8
Alvalade	2,1	35,7	13,7	18,1
Areiro	2,2	36,2	13,7	16,4
Arroios	2,0	44,0	14,0	15,8
Avenidas Novas	2,1	38,4	13,6	15,3
Beato	2,2	35,6	14,8	16,2
Belém	2,3	33,3	15,2	15,2
Benfica	2,2	32,5	12,1	15,6
Campo de Ourique	2,2	39,6	14,1	18,8
Campolide	2,1	36,9	14,4	14,8
Carnide	2,5	28,2	16,7	9,3
Estrela	2,1	39,3	16,1	16,4
Lumiar	2,4	29,3	18,4	8,0
Marvila	2,7	21,8	14,9	9,1
Misericórdia	2,0	45,4	14,0	15,7
Olivais	2,3	28,5	12,2	15,5
Parque das Nações	2,5	26,2	24,7	5,2
Penha de França	2,1	37,8	13,4	16,8
Santa Clara	2,6	25,5	21,4	8,0
Santa Maria Maior	2,0	46,4	13,3	16,9
Santo António	2,0	42,8	14,5	14,7
S. Domingos Benfica	2,2	33,0	13,5	14,3
São Vicente	2,0	41,2	13,8	17,4
Lisboa	2,2	35,0	15,0	14,4
AML	2,4	25,6	20,2	10,3

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

Dentro da cidade, a dimensão média das famílias apresenta nos censos de 2011 poucos contrastes, como comprovam os dados constantes no mesmo Quadro 4.11. Quanto às famílias clássicas unipessoais, apresentam uma maior diversidade ao nível das freguesias, sendo os valores máximos atingidos no centro histórico e em Arroios, e os valores mínimos em Marvila, Santa Clara e

Parque das Nações. Em linha com a estrutura etária e o índice de juventude por freguesia, também quanto à proporção de famílias com filhos menores de seis anos é a freguesia do Parque das Nações que regista o valor mais elevado, enquanto as que registam valores mais baixos são freguesias atualmente mais envelhecidas, como Benfica e Olivais. Ainda assim, quando analisamos a população com 65 e mais anos que vive só, i.e., as famílias clássicas de um só indivíduo nesse segmento etário, verificamos que não são essas freguesias mais envelhecidas que estão na linha da frente, mas Campo de Ourique, Alvalade, que lidera o índice de longevidade, Alcântara, Ajuda, S. Vicente, Santa Maria Maior e Penha de França. No extremo oposto, a freguesia do Parque das Nações apresenta os valores mais baixos, seguida das de Santa Clara, Lumiar, Marvila e Carnide.

A freguesia de Avenidas Novas apresenta nos censos de 2011 uma proporção de famílias clássicas com uma dimensão média de 2,1. Quanto a famílias clássicas unipessoais, regista um valor proporcional elevado, 8ª posição no conjunto de 24 freguesias, mas não tão elevado relativamente a famílias de idosos a viver só, em termos absolutos e relativos nas freguesias. Os núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos de idade ficam-se nesta freguesia pelos 13,6% dos núcleos familiares.

– Fluxos migratórios e população estrangeira

Um dos dados mais relevantes para a compreensão das dinâmicas sociodemográficas diz respeito à população que muda de residência dentro dos intervalos censitários. Nos censos de 2011, conforme refletido no Quadro 4.12, 27,6% da população residente na AML declara ter mudado de residência nos últimos 5 anos, valor considerável, e 14,1% indica ter mudado de residência no último ano, o que nos dá uma dimensão temporal destas alterações.

Quadro 4.12 População residente segundo as migrações, na AML, no concelho de Lisboa e nas Avenidas Novas (2011)

Zona geográfica de residência habitual em 21/03/2011	Na mesma freguesia		Noutra freguesia do mesmo concelho		Noutro concelho		No estrangeiro	
	n	%	n	%	n	%	n	%
	População que mudou de residência nos últimos 5 anos							
AML	258667	9,17	184090	6,52	257224	9,12	77665	2,75
Concelho Lisboa	35913	6,56	49300	9,00	44745	8,17	16704	3,05
Freguesia de Av. Novas	1239	5,73	2756	12,74	2182	10,09	650	3,01
	População que mudou de residência no último ano							
AML	183348	6,50	85218	3,02	102827	3,64	26275	0,93
Concelho de Lisboa	28757	5,25	23862	4,36	17668	3,23	6524	1,19
Freguesia de Av. Novas	1054	4,87	1285	5,94	859	3,97	300	1,39

Fonte: Cálculos próprios a partir de XV Recenseamento Geral da População

As mudanças mais significativas ocorrem dentro da mesma freguesia (9,2%) e para outro concelho (9,1%), tanto relativamente aos residentes que mudaram há cinco anos como aos que o fizeram no último ano.

Também no concelho de Lisboa, 26,8% da população residente declara ter mudado de residência nos últimos 5 anos, pouco menos que na AML, e 14% no último ano, mas aqui têm maior peso as alterações para outra freguesia do mesmo concelho (9%), seguidas das alterações para outro concelho (8,17%) e só depois as mudanças dentro da mesma freguesia. Quanto aos residentes recentes das Avenidas Novas, verifica-se em 2011 que 31,6% declaram ter mudado de residência nos últimos 5 anos, quase 5 pontos percentuais mais em relação ao concelho, e 16,2% no último ano, facto que pode explicar, em parte, o ligeiro aumento do volume populacional entre 2001 e 2011. Também dos que mudaram no último ano, é maior a proporção de quem mudou de freguesia dentro do mesmo concelho.

Quadro 4.13 População residente de nacionalidade estrangeira nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

	População residente	População residente de nacionalidade estrangeira	
		n	%
Ajuda	15 620	652	4,2
Alcântara	13 943	1009	7,2
Alvalade	31 812	1195	3,8
Areeiro	20 131	1071	5,3
Arroios	31 634	4470	14,1
Avenidas Novas	21 625	1174	5,4
Beato	12 737	936	7,3
Belém	16 525	757	4,6
Benfica	36 985	1644	4,4
Campo de Ourique	22 132	1282	5,8
Campolide	15 460	1508	9,8
Carnide	19 140	639	3,3
Estrela	20 116	1305	6,5
Lumiar	45 683	1617	3,5
Marvila	37 794	1311	3,5
Misericórdia	13 041	1470	11,3
Olivais	33 788	920	2,7
Parque das Nações	21 025	1025	4,9
Penha de França	27 967	2522	9,0
Santa Clara	22 480	1845	8,2
Santa Maria Maior	12 765	2285	17,8
Santo António	11 855	1223	10,3
S. Domingos Benfica	33 043	1350	4,1
São Vicente	15 399	1476	9,6
Lisboa	552 700	34683	6,3
AML	2 821 876	203565	7,2

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

Os valores relativos aos imigrantes na zona geográfica de residência em 2011 que se mudaram nos últimos 5 anos do estrangeiro são baixos, e os relativos aos que se mudaram no último ano ainda

mais baixos. A análise da informação sobre os estrangeiros residentes no concelho de Lisboa à data do último censo permite reconhecer a posição destacada de Arroios, em valores absolutos, e de Santa Maria Maior, em valores relativos, como as freguesias com uma presença mais expressiva de estrangeiros residentes. No que respeita à proporção de indivíduos estrangeiros residentes, evidencia-se em 2011 o centro histórico e em particular o eixo Baixa-Almirante Reis como espaço de fixação. Como ilustra o Quadro 4.13, depois das freguesias de Santa Maria Maior e Arroios, identificam-se logo de seguida a Misericórdia, Santo António, S. Vicente Penha de França, Beato, e, geograficamente mais afastadas, Alcântara, Campolide e Santa Clara. Em termos absolutos, porém, logo a seguir às freguesias de Arroios, Penha de França e Santa Maria Maior, destacam-se Santa Clara, Benfica, Lumiar e Campolide, e só depois, de novo mais ao centro, São Vicente e Misericórdia.

As Avenidas Novas apresentam baixa proporção de população residente estrangeira, ainda assim mais expressiva em termos relativos, com uma posição junto aos valores medianos, do que em termos absolutos, com valores baixos mais afastados dos valores medianos.

– Nível de instrução

Introduz-se um último ponto relativo à estrutura populacional, sobre a escolaridade, começando por registar que a *taxa de analfabetismo*³⁸ é em 2001 de 5,7% na AML e 9% a nível nacional. Em 2011 desce em ambos os planos, respetivamente para 3,2% e 5,2%, mantendo uma expressão maioritariamente feminina. É na Margem Sul que se situam os concelhos com mais elevada taxa de analfabetismo: Palmela, Montijo e Moita. Na Grande Lisboa, Oeiras regista a mais baixa taxa de analfabetismo da AML. No concelho de Lisboa a taxa de analfabetismo é em 2011 de 3,2%. Ao nível das freguesias destacam-se as elevadas taxas de analfabetismo de Marvila, Santa Clara, Santa Maria Maior e Ajuda e as baixas taxas de São Domingos de Benfica, Belém, Areeiro e Alvalade. As Avenidas Novas, com 1,8%, situam-se entre as freguesias que registam valores mais baixos na taxa de analfabetismo, conforme Quadro 4.14.

No mesmo quadro, temos em destaque a relação entre alguns grupos etários e uma seleção de níveis de escolaridade. Quanto à frequência do ensino pré-escolar verifica-se na AML um aumento nos últimos censos de 19,5 pontos percentuais, havendo em 2011 cerca de 69,2% de crianças dos 3 aos 5 anos de idade a frequentar o ensino pré-escolar. A Grande Lisboa apresenta taxas de frequência do pré-escolar superiores às da Margem Sul, embora sejam os concelhos da Margem Sul que registam maiores aumentos em 2011. No concelho de Lisboa mais de 80% das crianças dos 3 aos 5 anos de

³⁸ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se como referência os 10 anos de idade, equivalente à idade de conclusão do ensino básico primário.

idade frequentam em 2011 o ensino pré-escolar, e a freguesia de Avenidas Novas regista o valor mais elevado da cidade neste indicador (89,9%).

Relativamente à população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo é, em 2011, de 7% na AML e 10,4% a nível nacional. Também neste indicador, a Grande Lisboa apresenta valores mais favoráveis, registando Cascais e Oeiras as percentagens mais baixas. Na Margem Sul destaca-se a posição mais elevada de Palmela, com 10,1%. Ainda assim, é na Margem Sul que se regista uma diminuição mais acentuada na ordem dos dez pontos percentuais. O concelho de Lisboa regista em 2011 um valor de 6,8% de residentes com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo, ligeiramente inferior ao da AML. Dentro da cidade evidencia-se a freguesia de Marvila com o valor máximo de residentes nessa situação, logo seguida por Santa Clara, Santa Maria Maior e Ajuda. A freguesia de Avenidas Novas, com 3,9% neste indicador, conta-se entre as freguesias com valores mais baixos na cidade.

Quadro 4.14 Taxa de analfabetismo e níveis de Escolaridade da população residente nas freguesias, no concelho e na AML (2011)

	Taxa de analfabetismo	Pop. Resid. 3-5 anos a frequentar Pré-escolar	Pop. Resid. 6-15 anos a frequentar o sist. ensino	Pop. Resid. 15 e + anos Sem nenhum Nível escol. completo	Pop. Resid. 30-34 anos Com ensino superior completo	Pop. Resid. Com ensino superior completo
%						
Ajuda	4,8	73,0	97,2	10,1	29,4	13,7
Alcântara	3,2	80,7	98,8	7,3	41,7	22,6
Alvalade	1,7	88,2	98,6	4,1	54,0	35,6
Areeiro	1,7	84,2	98,5	4,0	51,8	36,3
Arroios	2,8	77,6	98,5	6,3	42,4	27,0
Avenidas Novas	1,8	89,9	98,9	3,9	59,3	40,4
Beato	4,3	73,4	98,0	8,7	24,7	14,5
Belém	1,5	88,8	99,1	3,7	56,2	37,9
Benfica	2,7	78,8	98,4	6,1	41,4	25,5
Campo de Ourique	2,5	86,9	98,7	5,9	47,1	28,1
Campolide	3,8	81,2	98,6	7,5	33,3	21,3
Carnide	4,1	79,0	98,5	7,4	45,3	28,5
Estrela	2,5	83,4	99,0	5,3	48,2	32,2
Lumiar	2,1	87,7	99,0	3,9	57,8	42,0
Marvila	6,9	67,3	97,9	12,3	19,5	7,7
Misericórdia	3,7	81,0	97,8	7,8	45,1	25,4
Olivais	4,4	79,9	98,0	8,7	31,9	18,5
Parque das Nações	2,3	87,7	98,8	4,6	56,4	39,2
Penha de França	3,2	78,4	98,3	7,6	36,1	19,5
Santa Clara	5,5	72,6	97,2	11,4	29,8	15,4
Santa Maria Maior	5,2	61,4	96,9	10,7	33,3	18,1
Santo António	2,3	86,7	98,9	5,3	50,6	34,6
S. Domingos Benfica	1,3	87,2	98,9	3,2	54,3	39,2
São Vicente	3,7	73,2	98,4	8,3	36,9	18,7
Lisboa	3,2	81,2	98,4	6,8	54,6	27,3
AML	3,2	69,2	98,3	7,0	35,9	16,5

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa

Num plano oposto, também a proporção da população residente com o ensino superior completo revela grandes contrastes. Na AML, a proporção de indivíduos com ensino superior completo (considerando, no mínimo, a licenciatura como grau académico que atesta a habilitação académica de nível superior), é, em 2011, de 16,5%, mas no concelho de Lisboa atinge os 27,3% e nas Avenidas Novas um dos valores mais altos da cidade, 40,4%. Considerando ainda, mais especificamente, a proporção da população residente com idade entre os 30 e os 34 anos que completou o ensino superior vemos que, em 2011, a AML atinge um valor de 35,9% nesse indicador, superior ao valor nacional (28,6%). Com 54,6%, Lisboa é o concelho metropolitano com a percentagem mais elevada, seguido de Oeiras e Cascais. Em termos percentuais, as Avenidas Novas registam o valor mais elevado da cidade neste indicador. Os valores mais baixos são registados em Marvila e Beato. Já em valores absolutos verifica-se que a freguesia com mais residentes com o ensino superior completo é o Lumiar, seguida a alguma distância por São Domingos de Benfica e Alvalade, e as freguesias do Beato, Ajuda e Santa Maria Maior são as que têm menos residentes nessa condição.

Quadro 4.15 Níveis de Escolaridade da população residente nas quatro escalas de análise (2011)

Escalas \ %	Pop. Resid.	Pop. Resid.	Pop. Resid.	Pop. Resid.	Pop. Resid.
	Com ensino Básico 1 ^o C completo	Com ensino Básico 2 ^o C completo	Com ensino Básico 3 ^o C completo	Com ensino Secundário completo	Com ensino superior completo
Zona restrita das Avenidas Novas	10,8	6,1	10,9	16,7	43,6
Freguesia de Avenidas Novas	12,9	6,7	11,3	15,9	40,4
Concelho de Lisboa	22,6	6,9	12,9	15,5	32,4
AML	17,3	4,9	9,6	11,8	12,4

Fonte: Cálculos próprios a partir de XV Recenseamento Geral da População, Atlas Social de Lisboa e subsecções estatísticas selecionadas

A freguesia de Avenidas Novas conta-se entre as que têm as taxas de analfabetismo mais baixas, é a que tem a integração mais satisfatória no ensino pré-escolar, apresentando depois resultados mais baixos no ensino básico e no ensino secundário para se situar, finalmente, no topo das freguesias com maior proporção de residentes com o ensino superior completo. Se atendermos agora à área restrita das Avenidas Novas, seguindo o Quadro 4.15, observamos que a população com os níveis de escolaridade mais baixos tem um peso inferior no total da população, relativamente aos valores da freguesia e o inverso se passa nos níveis mais altos, com uma proporção mais elevada de indivíduos com o ensino secundário completo e uma diferença de 3,2% a mais de residentes com o ensino superior completo, em comparação com o mesmo grupo na freguesia. Se tivermos ainda em conta que estes valores traduzem percentagens do total da população e não podemos ter indivíduos com o ensino superior completo antes dos 21 anos, então temos que a percentagem da população residente, nesta zona, com idade superior a 20 anos é de 59,3%, valor bastante elevado que se reflete na seleção

dos residentes entrevistados nesta pesquisa. Na AML a mesma proporção fica-se pelos 22,9%, no concelho pelos 33,6% e nesta freguesia atinge os 46,8%.

Com este capítulo, procurámos definir um retrato recente da população das Avenidas Novas, a partir da informação estatística disponível, contextualizando-o no quadro das dinâmicas sociodemográficas que influenciaram e foram influenciadas por diversos processos territoriais, à escala local e regional. Daí que tenhamos convocado uma perspetiva temporal que permitisse acompanhar o desenrolar desses processos – urbanização, suburbanização, metropolização ... – e uma perspetiva espacial em três planos fundamentais, ao mesmo tempo distintos e interdependentes – as Avenidas Novas, a cidade e a metrópole, – na sua correspondência direta a unidades de análise oficiais. Sempre que possível, acrescentou-se informação mais específica sobre a área restrita das Avenidas Novas, destacando-a da própria freguesia.

Demos conta de algum paralelismo temporal entre a dominação demográfica de Lisboa em relação ao país e a posição populacional destacada das Avenidas Novas, no final da primeira metade do século XX. A subsequente perda proporcional desta área, tanto a nível do concelho como da região, foi comprovada pelo recurso a um indicador de concentração populacional ao nível de freguesia, permitindo uma compreensão mais ajustada do desenvolvimento da área metropolitana do que a habitual comparação entre concelhos.

Durante décadas, o aumento da população residente e da densidade populacional segue uma expansão do centro histórico para as freguesias intermédias da cidade e depois para as mais periféricas, tanto aquém dos limites administrativos da cidade, como fora destes, seguindo as principais vias de comunicação. As redes de transportes constituem motores e guias da expansão urbana e metropolitana. Reforçadas hoje com novas infraestruturas, estas redes traduzem a conectividade contemporânea ao nível da região, que vê agora os concelhos mais distantes a crescer, e uma interação regional assente em novas polaridades.

Nas grandes tendências demográficas identificadas, evidenciam-se dois vetores, a urbanização da sociedade portuguesa, que tem em Lisboa um ponto de atração e fixação sem paralelo, e o fenómeno da transição demográfica, que sintoniza o país e a região rápida e acentuadamente ao envelhecimento demográfico dos países desenvolvidos. Também aqui, a expansão segue um sentido do centro histórico para as freguesias intermédias e destas para as que estão junto aos limites do concelho. É também nesse sentido que a cidade perde milhares de residentes desde a década de 1980, num esvaziamento populacional, a partir do centro, que só nos censos de 2011 se atenua.

Apesar de ocuparem uma área geograficamente central do concelho de Lisboa, as Avenidas Novas estão numa zona intermédia entre o centro histórico e o arco de freguesias mais periféricas, e têm muitas características dessa posição intermédia, como por exemplo ao nível da densidade

populacional. A freguesia é uma das mais envelhecidas da cidade, com uma proporção de idosos e um índice de envelhecimento superiores aos do concelho, e um índice de longevidade dos mais elevados. Ainda assim, apresenta sinais de mudança nos censos de 2011, vendo diminuir a proporção dos idosos e aumentar a dos jovens, e registando uma percentagem elevada de pessoas que nela vêm morar nos últimos cinco anos, provenientes em boa parte de outras freguesias de Lisboa e de outros concelhos, sendo de aguardar por informação mais detalhada sobre o aumento da população residente em 2021 e alterações nos indicadores específicos como os relacionados com a estrutura etária. A proporção de famílias unipessoais é muito significativa, embora não seja das freguesias com mais idosos a viver sós. Por sua vez, a população residente nas Avenidas Novas evidencia-se por ter das mais baixas taxas de analfabetismo, a mais elevada frequência do ensino pré-escolar e uma das percentagens mais elevadas de pessoas que completaram o ensino superior.

Porém, e como já foi sublinhado, as dinâmicas territoriais não se esgotam na relação com cidade histórica, pois a região regista polaridades e interatividades novas que alteram inclusivamente a relação com a cidade-concelho de Lisboa. As dinâmicas socioeconómicas espelham a amplitude e a complexidade desses fenómenos, e têm na mobilidade espacial uma expressão concreta, como veremos nos próximos capítulos.

Dinâmicas socioeconómicas

Prosseguimos neste capítulo uma abordagem às dinâmicas que implicam as escalas anteriormente referenciadas – área metropolitana, concelho, freguesia e zona das Avenidas Novas –, agora numa vertente socioeconómica. Sendo o nosso ponto focal a área restrita das Avenidas Novas, pretendemos interpretar como nela se conjugam atualmente diversas funcionalidades, designadamente a habitação, o comércio, os serviços e a mobilidade, no contexto da transformação contínua dos territórios. Tomamos como ponto de partida, nesta etapa, os pressupostos e os objetivos das intervenções recentemente realizadas no espaço público, os quais nos fornecem uma leitura sobre as características da zona e a articulação daquelas funcionalidades.

5.1. Uma cidade em transformação

Entre 2016 e 2017 a Câmara Municipal de Lisboa (CML) leva a cabo uma empreitada de requalificação do espaço público na Avenida da República, na Praça Duque de Saldanha, na Praça de Picoas e na Avenida Fontes Pereira de Melo. Sob a denominação *Eixo Central*, as obras enquadram-se no Programa *Uma Praça em cada Bairro*, que, segundo os seus responsáveis, visa “organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre atividade e emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar”, a partir de uma praça, uma rua, uma zona comercial, um equipamento existente ou a construir, aproveitando para privilegiar os modos suaves de locomoção e os transportes públicos³⁹. A mesma fonte revelava a intenção de replicar a experiência de requalificação da Avenida Duque d’Ávila, que introduzira uma transformação marcante na zona.

No quadro do ensaio de diferentes tipologias de compreensão da cidade, patente em estudos referidos no capítulo anterior (CML, 2004), a metodologia deste programa considera quatro escalas – a cidade, a freguesia, o bairro e a rua – e toma como ponto de partida, ao nível das unidades de vizinhança, a identificação de 230 bairros na cidade de Lisboa. Explica uma nota metodológica, num dos documentos de suporte ao programa, que o conceito de *bairro* “não possui uma definição precisa e sofre influências de diversas variáveis, sejam elas a morfologia urbana, o conteúdo funcional, a composição social ou o poder simbólico”. Daí decorre que a sua delimitação é imprecisa, na medida em que “o bairro é uma unidade teórica que na maioria dos casos não possui uma expressão

³⁹ <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro> (última consulta a 30-04-2019).

administrativa física, sendo que o seu reconhecimento é um consenso entre os residentes nessa unidade e aqueles que residem fora dela” (CML, 2015: 16).

A montante destas intervenções, a aposta na “cidade de bairros” é assumida como um eixo da gestão camarária⁴⁰, assim contextualizada pelo então vereador do Urbanismo, Arq. Manuel Salgado: “Historicamente nos bairros, a residência estava perto do emprego e dos abastecimentos, da igreja e da escola e as deslocações faziam-se a pé. A loja da esquina, a taberna e a leitaria, a farmácia, a coletividade de cultura e recreio eram centros de convívio e a rua das lojas, o largo e por vezes os jardins constituíam os espaços aglutinadores e de socialização, gerando as microcentralidades que identificavam o bairro e contribuía para a sua coesão” (CML, 2015: 7). Entretanto, a cidade expande-se com base na rede de elétricos, que atinge o seu auge nos anos 50, e cujo desmantelamento não é acompanhado por uma densificação da rede de metropolitano. A partir daí, explicava o autarca, a cidade começa a ser projetada para o automóvel, meio de transporte privilegiado para encurtar tempo e distância com as zonas periféricas, e o paradigma da cidade de bairros dilui-se, restando os bairros populares, com os seus laços de vizinhança fortes e a sua morfologia mais impenetrável.

Comprova-se assim a estratégia de referenciar a intervenção no espaço público à realidade dos bairros, pese embora o relativismo espacial e temporal que lhe está associado. O mesmo documento refere-se à centralidade dos lugares desta forma: “quanto mais aberta se encontra a todos os tipos de populações, funções e apropriações simbólicas, melhor”, podendo “apresentar características que a qualifiquem como uma zona de abastecimento diário ou de encontro, um ponto de atração polarizado por usos de equipamento, mas também pode possuir características simbólicas que a qualifiquem como centralidade inequívoca” (CML, 2015: 16). No Eixo Central são destacadas duas centralidades, as praças Duque de Saldanha e de Picoas. A análise programática assim caracteriza a primeira: “Sendo uma praça localizada no principal eixo terciário da cidade, no extremo sul da Avenida da República, é o centro de uma área que concentra muita atividade comercial e terciária onde pontuam dois centros comerciais: o Atrium Saldanha e o Monumental. Em termos populacionais residem na sua vizinhança 13.484 indivíduos, correspondendo a uma densidade de 99,1 habitantes/ha, que pode considerar-se relativamente baixa comparando com outras zonas da cidade” (CML, 2015: 57). Quanto a Picoas: “Localizada no eixo central terciário de Lisboa, esta centralidade é marcada pelo edifício sede da Portugal Telecom e pelo Centro Comercial Imaviz e Hotel Sheraton. Caracterizada pela forte presença do terciário, (...) tem na sua área de influência 11.249 residentes, correspondendo a uma densidade populacional de 71,1 habitantes/ha” (CML, 2015: 52).

⁴⁰ Programa para o Governo da Cidade 2013/2017, apresentado em Reunião de Câmara de 28 de maio de 2014.

Vários conteúdos se articulam no programa, em geral, e na sua concretização, em particular nesta zona da cidade, desde a ideia de bairro e de comunidade local à ideia de eixo central, com alusões à circulação, ao comércio e à concentração de emprego. A própria descrição das centralidades, polarizadas por grandes estabelecimentos, recorre a dados sobre a população residente nas áreas envolventes dessas praças. A leitura deste trecho socio-espacial surge balizada por várias referências, de entre as quais destacamos três: a população residente, o entreposto de comércio e serviços⁴¹ e a mobilidade. Relativamente à componente residencial, não encontramos qualquer referência à zona como Bairro das Avenidas Novas, tanto no passado como no presente. Por sua vez, quanto aos serviços, eles não anulam ou tornam residual a habitação, que se mantém com expressão significativa, e a transformação de edifícios de escritórios em habitação, que atualmente se observa, poderá não traduzir um grande repovoamento. Quanto à mobilidade espacial, que implica não só as vertentes residencial, comércio e serviços, mas também as deslocamentos de/para/na cidade, é algo que está presente ao longo do tempo, primeiro na oportunidade fornecida pelas infraestruturas e depois na inevitabilidade da sua utilização maximizada. Estas três referências parecem, então, ao invés de realidades antagónicas, componentes característicos da zona, que se têm vindo a ajustar e a reequilibrar.

Um indicador que acompanha esse reajustamento diz respeito ao edificado. Os censos de 2011 dão conta da existência de 1.853 edifícios na freguesia de Avenidas Novas, dos quais 1.002 correspondem à zona restrita das Avenidas Novas. Como se pode ver no Quadro 5.1, ao nível da freguesia, a idade média dos edifícios situa-se nos 54 anos, uma idade inferior à registada nas freguesias do centro histórico e de alguns núcleos antigos dispersos na cidade, e superior à verificada em zonas de expansão mais recente. Apesar da forte presença dos serviços, há cerca de 51% de edifícios exclusivamente residenciais e 40,8% de edifícios principalmente residenciais. Mesmo admitindo que os edifícios de escritórios tenham grandes dimensões, a proporção de apenas 8,2% de edifícios principalmente não residenciais é um dado a destacar. No concelho, os edifícios exclusivamente residenciais atingem os 78,6% e na AML os 90,7%. Se considerarmos a zona restrita das Avenidas Novas, os edifícios principalmente não residenciais atingem os 11,9%, mas, em pleno centro de negócios, ainda há 47,6% de edifícios exclusivamente residenciais, e 40,5% de edifícios principalmente residenciais (Quadro 5.2).

⁴¹ Tomamos esta designação da pesquisa sobre Alfama, que refere um entreposto a propósito das dinâmicas de mobilidade da população residente (Costa, 1999), aqui aplicado ao contexto do comércio e dos serviços, com o ritmo quotidiano que envolve os seus trabalhadores e clientes.

Quadro 5.1 Edifícios nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

	Edifícios clássicos (n)	Idade média dos edifícios clássicos (n)	Edifícios principalmente residenciais (%)	Edifícios exclusivamente residenciais (%)	Edifícios principalmente não residenciais (%)
Ajuda	2 854	70	6,3	93,4	0,6
Alcântara	1 659	73	16,2	83,1	0,7
Alvalade	2 518	52	20,4	77,8	1,8
Areiro	1 419	57	26,6	71,5	1,8
Arroios	3 255	73	30,9	65,9	3,2
Avenidas Novas	1 853	54	40,8	51,0	8,2
Beato	1 863	66	9,4	89,7	0,9
Belém	3 022	57	10,8	88,4	0,8
Benfica	2 820	45	19,2	80,1	0,7
Campo de Ourique	2 651	71	19,3	79,7	0,9
Campolide	2 472	61	9,9	89,1	1,0
Carnide	1 723	49	9,9	89,8	0,3
Estrela	2 879	77	17,5	80,7	1,7
Lumiar	1 850	30	26,5	72,8	0,6
Marvila	1 522	44	15,6	83,2	1,2
Misericórdia	2 233	94	33,6	63,1	3,3
Olivais	2 795	46	6,3	92,5	1,2
Parque das Nações	819	27	22,2	77,0	0,7
Penha de França	2 572	65	20,0	79,0	1,0
Santa Clara	1 718	38	13,9	85,7	0,3
Santa Maria Maior	2 386	86	28,8	63,0	8,2
Santo António	1 606	76	29,6	59,7	10,7
S. Domingos Benfica	1 732	46	30,8	68,0	1,3
São Vicente	2 475	79	12,6	86,1	1,3
Lisboa	52 696	62	19,3	78,6	2,1
AML	448 957	37	8,4	90,7	0,9

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População / Atlas Social de Lisboa

Quadro 5.2 Edifícios nas Avenidas Novas (zona restrita) (2011)

	Edifícios clássicos (n)	Edifícios principalmente residenciais (%)	Edifícios exclusivamente residenciais (%)	Edifícios principalmente não residenciais (%)
Zona restrita das Avenidas Novas	1 002	40,5	47,6	11,9

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População

Os censos de 2011 fornecem-nos, para a área restrita das Avenidas Novas o ano de construção dos edifícios presentes, num conjunto de intervalos temporais dados. Trata-se de uma informação que evidencia a presença continuada da renovação urbana, como se pode comprovar detalhadamente a partir da Figura 5.1, onde apresentamos, em paralelo, informação sobre a zona restrita e sobre a freguesia de Avenidas Novas. Em consequência direta da falta de um plano arquitetónico de base, há uma substituição continuada de muitos edifícios, não chegando a subsistir uma centena dos construídos nas primeiras duas décadas do século XX (94 na freguesia, dos quais

71 na zona restrita). A alternância dos usos é um fator desta renovação, mas não o único, dada a permanência da função residencial em proporção considerável. Mais do que o uso, depende-se que a rentabilização dos lotes em altura seja o principal motivo desta dinâmica. Fixados os limites dos quarteirões pelos arruamentos, aumentar as cérceas é a possibilidade a que os proprietários recorrem e a oportunidade que os poderes públicos facilitam.

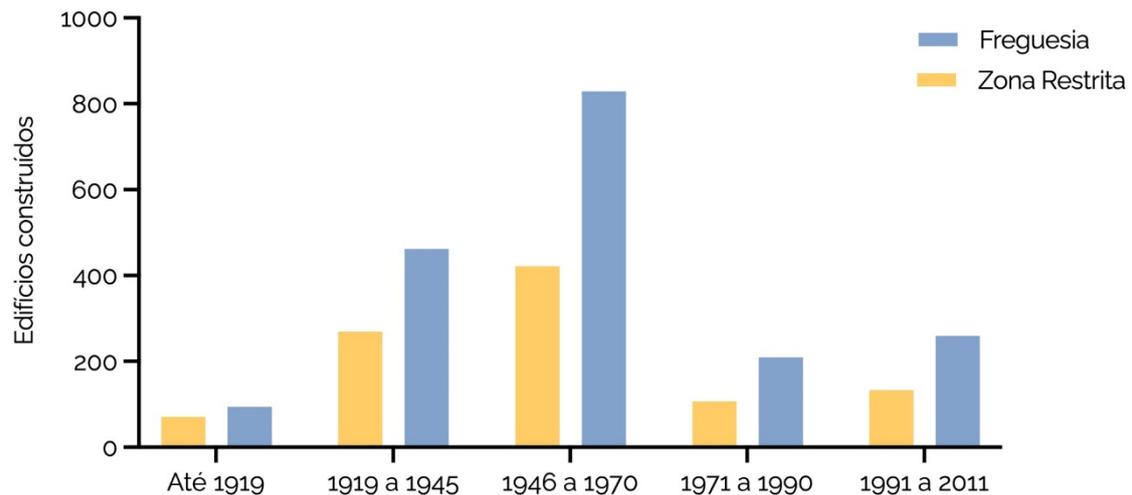


Figura 5.1 Ano de construção dos edifícios presentes (2011)
Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População

Quanto à constância desta dinâmica de renovação urbana, vale a pena considerar a taxa anual de construção de edifícios, distribuída em quatro períodos de duração aproximada, como fazemos na Figura 5.2, o que nos dá uma ideia das etapas de edificação. Aqui se evidencia, para além do impulso inicial, um período importante após a I Grande Guerra e o período mais ativo após a II Guerra Mundial, até à década de 1970. É a partir desse período que a construção na freguesia, correspondendo a áreas de preenchimento em todo o seu perímetro, é mais expressiva do que a construção na zona restrita, que sempre integra aquela. Porém, a renovação urbana mantém-se na área restrita, com dois períodos mais ativos de construção em 1996-2000 (39 edifícios) e 2006-2011 (53 edifícios).

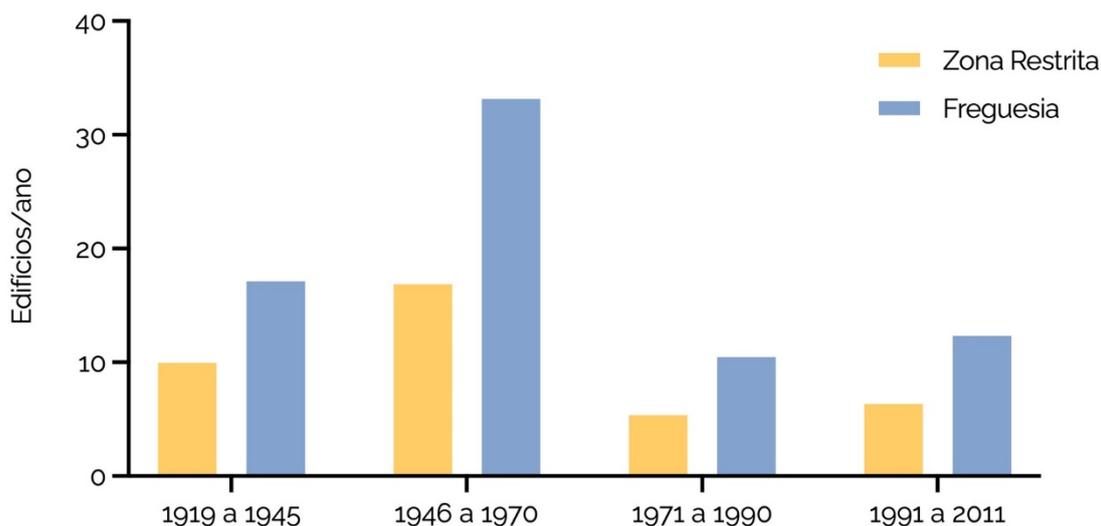


Figura 5.2 Número médio de edifícios construídos nos períodos indicados (2011)
 Fonte: Construção própria a partir de INE, XV Recenseamento Geral da População

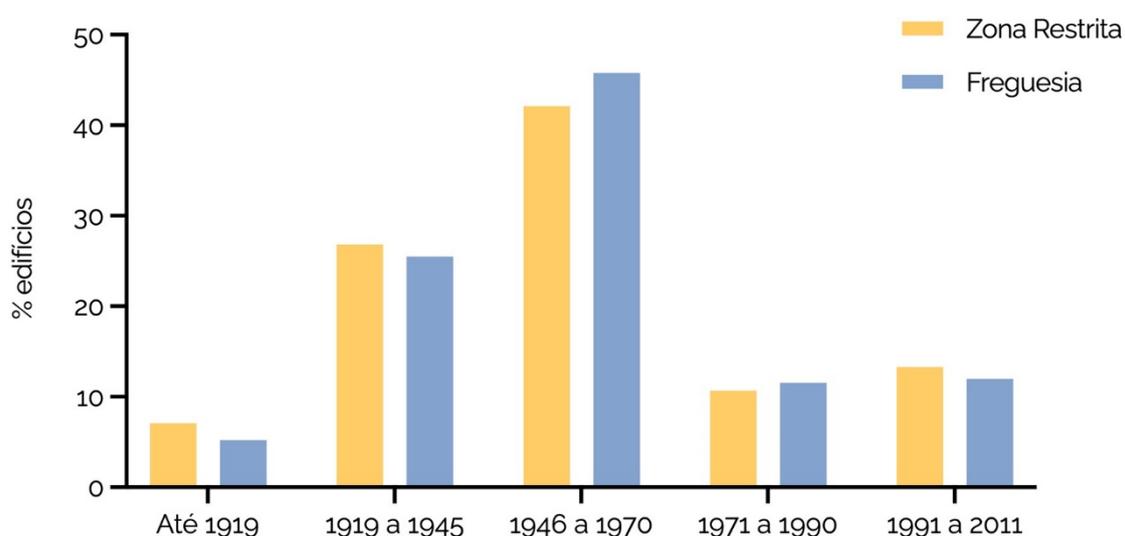


Figura 5.3 Proporção de edifícios presentes na zona e na freguesia de Avenidas Novas por períodos de construção (2011)
 Fonte: Construção própria a partir de INE, XV Recenseamento Geral da População

Comparada a proporção de edifícios construídos na zona e na freguesia das Avenidas Novas, nos períodos de construção referenciados, conforme Figura 5.3, não se verificam diferenças substanciais entre os dois perímetros. No caso da zona restrita, 7,1% dos edifícios são construídos até 1919, 26,8% entre 1919 e 1945, 42,1% entre 1946 e 1970, diminuindo para 10,7% entre 1971 e 1990 e, com uma inflexão positiva, 13,3% entre 1991 e 2011. A nível da freguesia a dinâmica é paralela, com poucas *nuances*: 5,2 % de edifícios construídos até 1919 (menos que na zona restrita), 25,5% entre 1919 e

1945, 45,8% entre 1946 e 1970 (aqui no maior distanciamento da zona restrita), diminuindo para 11,5% entre 1971 e 1990 e, também com uma inflexão, mas menos acentuada, 12% entre 1991 e 2011.

Os resultados preliminares dos censos de 2021 apontam para uma variação negativa do número de edifícios (-3,9%) que contraria a evolução positiva da população residente (7,5%) e dos agregados (5,5%). Apesar de os alojamentos também aumentarem (1,8%), o decréscimo do número de edifícios reforça a ideia da substituição de usos dos edifícios de escritórios, capaz de albergar mais população residente, mesmo quando o número geral de edifícios diminui.

5.2. As Avenidas Novas como zona residencial

Quanto à componente residencial, é sabido que o plano urbanístico de Ressano Garcia dá lugar a uma ocupação não muito intensa nos primeiros anos, mas que, depois, e em particular nas décadas de 1930 a 1950, faz da freguesia de São Sebastião da Pedreira uma das mais populosas nesse período, tendência que só virá a ser invertida com a chegada dos serviços. Ao falar da dilatação do centro funcional da Baixa para as zonas do Marquês de Pombal e do Saldanha, Gaspar avança com uma tipologia de moradores presentes por volta dos anos 1970 (1976: 131-132):

1. População antiga, ainda das primeiras gerações, constituída por uma pequena burguesia, no Bairro Camões⁴² e partes mais antigas como São Sebastião da Pedreira, bem como uma média e alta burguesia no Bairro Barata Salgueiro e Avenidas Novas;
2. População intermédia, instalada antes e depois da II Guerra Mundial, constituída por uma pequena e média burguesia, nas Avenidas Novas (reocupações dos anos 1930 e 1940 onde há já o fenómeno das “partes de casa”) e também uma média e alta burguesia de ambos os lados do Parque Eduardo VII e parte da Avenida António Augusto de Aguiar;
3. População mais recente, que ocupou a partir dos anos 1950 e 1960:
 - média e alta burguesia nos prédios novos do Marquês de Pombal e Avenidas Novas;
 - média e baixa burguesia nos novos prédios do Bairro Camões (com sublocações e apartamentos já mobilados);
 - grande número de isolados em quartos e partes de casa (revelando uma degradação habitacional com paralelo na Praça do Chile e no Bairro das Colónias);
 - isolados ou jovens casais de alguns recursos em pequenos apartamentos.

Esta descrição considera toda a área do plano de zonas original, desde os bairros que ladeiam o topo da Avenida da Liberdade, à envolvente do Parque Eduardo VII, e às Avenidas Novas, propriamente

⁴² Bairro Camões (Conde Redondo) e Bairro Barata Salgueiro foram as designações atribuídas no Plano da Avenida da Liberdade às áreas urbanizadas, à direita e à esquerda da avenida, conforme descrito no ponto 3.1, no sentido ascendente, mas não correspondem a qualquer identificação atual dessas zonas.

ditas, por referência certamente às zonas ante e pós Saldanha, que são mencionadas sem a designação de bairro. Mesmo estas correspondem a uma área muito vasta, a qual dificilmente pode ter uma vivência de bairro no seu todo, até pelas características da morfologia, com grandes avenidas, uma malha larga e zonas praticamente planas. Recorde-se a intencionalidade dos grandes *boulevards* parisienses com que Haussmann assegura um certo distanciamento social e veja-se, por contraste, as características de um quadro de interação típico de uma sociedade de bairro como Alfama, que é um quadro de natureza morfológica, relacional e simbólica bem diferente (A. F. da Costa, 1999). Ainda assim, a área não é um espaço raso, mas tem os seus cenários diferenciados de maior densidade relacional, como o comércio de rua, os mercados, ou as igrejas. De resto não há coletividades na zona das Avenidas Novas⁴³, nem se conhece qualquer envolvimento numa prática identitária urbana, mas também não há propriamente contextos de segregação social e espacial que a demarquem, para além da dicotomia Avenidas Novas/Rego, com as suas realidades de classe distintas (Baptista, 1987).

Quanto aos residentes atuais, e para além da informação constante no capítulo anterior, designadamente sobre composição etária, famílias, e nível de instrução, sabemos que nos censos de 2011 ocupam um conjunto de 14.532 de alojamentos a nível da freguesia de Avenidas Novas, dos quais 7.684 ficam situados na zona restrita. Como consta no Quadro 5.2, a maioria dos alojamentos é ocupada pelos proprietários (49%), tanto na freguesia como na zona restrita. A proporção de alojamentos arrendados também é igual nos dois perímetros (41%).

Quadro 5.2 Regime de ocupação predominante de alojamentos familiares clássicos (2011)

	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante (%)	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (%)	Outro regime de ocupação (%)
Zona restrita Avenidas Novas	48,6	41,0	10,4
Freguesia de Avenidas Novas	48,9	41,7	9,4
Concelho de Lisboa	52,1	40,2	7,7
AML	66,8	27,3	5,9

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População

Metade dos alojamentos na zona restrita das Avenidas Novas tem áreas compreendidas entre 100 e 200 m², seguindo-se os que têm entre 50 e 100 m², com 30%, conforme Quadro 5.3. Essa informação tem correspondência com o número de divisões por alojamento que atinge na freguesia o valor máximo nos alojamentos com cinco ou mais divisões, seguido do grupo de alojamentos que tem entre três e quatro divisões, conforme Quadro 5.4.

⁴³ Com exceção do Grupo Desportivo Operário, na Rua de Entrecampos, e do Grupo Excursionista Os Económicos, situado na Rua da Beneficência, já no Bairro Santos ao Rego.

Quadro 5.3 Residência habitual por áreas

	Até 50 m2 (n e %)	Entre 50 e 100 m2 (n e %)	Entre 100 e 200 m2 (n e %)	Com mais de 200 m2 (n e %)
Zona Restrita das Avenidas Novas	459 9,2%	1 391 27,9%	2 477 49,6%	665 13,3%

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População

Quadro 5.4 Alojamentos familiares clássicos nas freguesias de Lisboa, concelho e AML (2011)

	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 1 ou 2 divisões (n)	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 3 ou 4 divisões (n)	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 5 ou + divisões (n)
Ajuda	501	4 142	2 270
Alcântara	384	3 828	2 300
Alvalade	385	5 239	8 479
Areeiro	341	3 167	5 483
Arroios	735	5 769	7 811
Avenidas Novas	476	3 386	5 745
Beato	393	3 511	1 768
Belém	252	2 709	4 035
Benfica	585	8 873	7 119
Campo de Ourique	622	5 336	4 391
Campolide	709	3 390	2 482
Carnide	271	3 600	3 661
Estrela	621	3 835	4 279
Lumiar	352	7 859	10 241
Marvila	237	6 477	7 164
Misericórdia	503	3 064	2 700
Olivais	178	5 347	8 686
Parque das Nações	209	3 899	4 175
Penha de França	554	7 918	4 544
Santa Clara	311	4 907	3 362
Santa Maria Maior	904	3 001	1 988
Santo António	322	2 148	3 024
S. Domingos Benfica	507	6 680	7 646
São Vicente	557	4 427	2 466
Lisboa	10 909	112 512	115 819
AML	32 756	568 043	526 912

Fonte: INE, XV Recenseamento Geral da População / Atlas Social de Lisboa

O elevado número de divisões dos alojamentos traduz, em parte, a condição socioeconómica das famílias, considerando os valores de mercado imobiliário na zona, mas oculta situações como casas transmitidas por via familiar que podem atualmente ser ocupadas por famílias de menor estatuto económico, bem como situações de subaluguer que tanto revelam da condição socioeconómica dos sublocatários como dos próprios titulares do alojamento.

Entretanto, e de acordo com os consultores imobiliários entrevistados, o mercado imobiliário cresceu significativamente nos últimos anos e as Avenidas Novas obtiveram a quinta posição no

ranking das freguesias com o preço do metro quadrado mais elevado para habitação. Apontam-se valores na ordem dos 250.000 € para a tipologia T1, o que diz da capacidade económica de quem procura, sendo que, no caso das famílias, os valores de referência se situam nos 600.000 a 700.000€. A agregação das freguesias trouxe algumas consequências nesta matéria, pois os *rankings* dizem respeito aos valores médios por freguesia, e a simples adoção do nome Avenidas Novas valorizou, por exemplo, a zona do Bairro Santos ao Rego, agora incluída num perímetro administrativo onde se situam também os apartamentos mais caros algumas vezes transacionados a nível nacional, na zona do Alto do Parque.

Um fenómeno recente, que é confirmado por estes informantes privilegiados, diz respeito à conversão de edifícios de escritórios em habitação, boa parte dos quais património do Estado onde funcionavam serviços da administração pública. António Almeida Santos (E28) explica a vantagem destes investimentos: ao contrário dos edifícios de escritórios que, geralmente, só na fase de conclusão de obra permitem avançar para negociações com compradores ou arrendatários, na habitação os andares começam a ser vendidos desde a fase de projeto e licenciamento, conseguindo os promotores obter uma parte importante do valor das vendas no decurso das obras. Marco Viveiros (E34) aponta vários exemplos de nova habitação em prédios reconvertidos em praticamente todas as avenidas, incluindo o quarteirão do ex-Hospital Particular.

5.3. Mercado de trabalho e diferenciação territorial

Como nota Rodrigues, “a já antiga circunscrição municipal de Lisboa coincide largamente com o novo ‘Central Business District (CBD)’ de uma região muito mais ampla, que excede não só esses limites, como os próprios limites da área metropolitana em que administrativamente foi colocada, na sequência da sua suburbanização e crescimento urbano” (2008: 79). Nesse sentido, e apesar do surgimento de novas polaridades a nível regional, o concelho de Lisboa mantém uma concentração preponderante de funções centrais e dentro deste destacam-se zonas que funcionam como *clusters* da interação face-a-face, que a transferência de conhecimento especializado sempre exige no contexto das redes de serviços avançados (Rodrigues, 2008: 111), na linha de Sassen (2007) e Castells (2002b). É aí que situamos as Avenidas Novas.

Na sequência das imagens com que caracteriza a expansão urbana e a morfogénese metropolitana de Lisboa, referidas no capítulo anterior, Nunes ensaia também uma aproximação à divisão social do espaço metropolitano, selecionando indicadores para aferir o tipo e o grau de concentração de recursos materiais e organizacionais, agora em três etapas (2011: 97). Em 1960, a proporção dos ativos do continente, por profissões, a residir na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes, evidencia a centralidade em termos de funções de coordenação e de controlo e execução desse perímetro, onde

residem mais de 1/3 dos profissionais liberais e dos quadros dirigentes e mais de metade dos empregados de escritório do continente. Em 1981, a preponderância do setor terciário e a diversidade de funções técnicas intermédias, administrativas, de comércio e serviços pessoais reforça a tendência do período anterior, traduzindo a ascensão das classes médias urbanas, no contexto da “concentração de recursos e de formas organizacionais diferenciadas e orientadas para a direção e produção de serviços especializados” (2011: 99). Em 2001, a metrópole é o maior polo empresarial do país, concentrando 1/3 do total das empresas nacionais e com a população ativa mais qualificada, em relação ao continente, mas agora também mais equilibrada a nível regional.

Em termos territoriais, a centralidade registada em 1960 distribui-se da seguinte forma: 61% da população ativa da aglomeração de Lisboa reside no concelho de Lisboa, 26% noutros concelhos da margem norte e 13% em concelhos da margem sul, sendo que no concelho de Lisboa reside a maioria das categorias profissionais mais qualificadas, estando o concelho de Cascais e os centros urbanos de Algés e Queluz já posicionados para ser “destinos residenciais das classes médias urbanas em emergência” (Nunes, 2011: 104). Em 2001, a divisão social do espaço metropolitano evidencia duas tendências contrastantes: uma homogeneização regional das categorias profissionais menos qualificadas e uma concentração das categorias mais qualificadas no concelho de Lisboa. Se considerarmos o rácio entre o número de quadros e dirigentes e o número de empregados e operários, Oeiras aparece mesmo em primeiro lugar, Lisboa em segundo e Cascais em terceiro, acentuando a diferenciação da Grande Lisboa em relação à margem sul. A rápida suburbanização dos arrabaldes citadinos de Lisboa, verificada desde 1960, implicou então, e além da intensa fixação residencial à volta do concelho de Lisboa, também uma significativa “redefinição da pluralidade territorial suburbana”, no quadro de uma divisão do trabalho mais vincada e complexa (Nunes, 2011: 110).

Um relatório sobre a *Análise das Dinâmicas e Estrutura da Economia da Área Metropolitana de Lisboa* sintetiza desta forma a situação da AML em 2012: “Apresenta um peso nacional grande à escala europeia, com um núcleo central relativamente pequeno no contexto das relações europeias entre cidades capitais e respetivas envolventes metropolitanas. O nível de concentração de mais de 1/3 da riqueza gerada no país confirma a existência de um perfil de atividades mais qualificadas e geradoras de valor. O núcleo central de Lisboa apresenta uma vocação laboral dominante, sendo envolvido por uma coroa territorial que evidencia uma vocação residencial mais expressiva que noutras regiões metropolitanas europeias, e sustenta uma previsível intensificação futura da vocação laboral desta envolvente metropolitana” (AMTL, 2012: 18). No ranking das 19 áreas metropolitanas europeias, a AML era a 15ª região metropolitana no PIB per capita; estava entre as 6 áreas metropolitanas que mais riqueza gerava a nível nacional e que concentrava a maior bolsa de trabalho no seu perímetro; era a 10ª área metropolitana em termos da dimensão da sua bacia de postos de trabalho e do volume da

população residente em idade ativa; a 6ª área metropolitana, quanto ao peso que representa o seu emprego face ao universo de emprego do país.

O mesmo documento refere ainda que a AML concentra $\frac{1}{4}$ da população portuguesa (2,8 milhões) e das unidades empresariais (106.000) e 29% dos postos de trabalho (1,5 milhões), dimensão populacional, laboral e económica que atingiu alguma estabilidade nas últimas décadas. A evolução do PIB per capita na AML reflete a trajetória positiva da utilização dos recursos humanos, cuja taxa é notoriamente o fator distintivo da grande Lisboa, sendo que os postos de trabalho da região são preenchidos por ativos residentes dentro e fora da região e que há também residentes na região com atividade fora dela. Quanto ao poder de compra concelhio, os 18 municípios da AML estão entre os 90 concelhos do país com melhores posições, sendo o salário mediano nos concelhos da AML, na sua maioria superior ao salário mediano nacional, destacando-se Oeiras, Lisboa e Palmela, para os anos de 2004 e 2009 (2012: 13).

Quanto a Lisboa, aparece retratada como uma das mais pequenas cidades europeias, do ponto de vista da concentração relativa de postos de trabalho face à sua área metropolitana (46% do total de postos de trabalho da área metropolitana), porém é a cidade europeia que mais se destaca na perspetiva da vocação para o trabalho, atendendo à dimensão da sua bolsa de população residente em idade ativa, e ao rácio de postos de trabalho gerados por cada residente em idade ativa, já que o concelho de Lisboa apresenta um número de residentes quase idêntico ao número de postos de trabalho que gera (575.000, sensivelmente). Em 2009, ocupava a sétima posição do *ranking* de iniciativa empresarial de cidades capitais europeias.

Embora a distância relativamente aos censos de 2011 não torne adequada a referência aos dados sobre emprego e desemprego, que sofreram variações conjunturais significativas, ainda assim é de referir que a freguesia de Avenidas Novas, era, nesse ano, das que tinha uma taxa de desemprego mais baixa, destacando-se por ser a freguesia que, juntamente com a do Lumiar, tinha apenas 5% da população com 15 e mais anos desempregada. Quanto à zona restrita das Avenidas Novas, registava uma proporção de famílias clássicas sem desempregados de 92,6%. As famílias clássicas com um desempregado ficavam-se pelos 7% e as famílias clássicas com dois ou mais desempregados apresentavam um valor residual de 0,4%. Em linha com o grau de instrução da população residente, o grupo mais expressivo da população desempregada era a que tinha o ensino superior completo. À distância de uma década o que estes dados ainda nos revelam é um impacto menos forte da crise económica e social mundial de 2008 nesta freguesia, em comparação com os seus efeitos em freguesias com maior prevalência de grupos socioeconómicos mais baixos.

Desde os últimos censos para cá, o desemprego conheceu um decréscimo para níveis históricos, atingindo a taxa de desemprego a nível nacional os 6,5% em 2019, com a AML a concentrar 30% do

desemprego nacional, situação que entretanto se alterou com a crise pandémica que em 2020 fez alterar as tendências dos anos precedentes (Gabinete de Estratégia e Planeamento [GEP], 2021).

A AML, e o concelho de Lisboa em particular, representam uma forte concentração geográfica de oportunidades. Isso é expresso no desempenho económico elevado ao nível do valor de exportações, da atratividade turística, da captação de investimentos externos e do índice de abertura ao exterior, mas também na concentração de estabelecimentos escolares e universitários. É ainda de destacar o facto de a macrorregião de Lisboa constituir o potencial de internacionalização mais relevante do território nacional, vantagem competitiva que implica a extensão do território organizado pela cidade de Lisboa (FCG, 2015: 66).

Quanto às disparidades territoriais e regionais, retomamos o contributo de Carmo sobre o *efeito cidade* no contexto das desigualdades, onde propõe um exercício partindo da perspetiva do concelho de Lisboa como uma grande bacia de emprego (Carmo, 2014). Em comparação com os valores nacionais para o período 2003-2009, o ganho médio mensal era, em Lisboa, bastante superior ao do país, embora a taxa de crescimento do ganho médio mensal fosse, no país, quase o dobro da taxa de crescimento do ganho médio mensal em Lisboa, no mesmo período. Aplicando a mesma comparação aos trabalhadores com rendimentos mais elevados, designadamente à fração dos 1% e dos 5% mais ricos, as diferenças entre a capital e o país mantinham-se expressivas, particularmente na fração dos 1%, onde a diferença entre o ganho médio mensal dos trabalhadores que em Lisboa detêm os rendimentos mais elevados era de mais 4.000 € por mês relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores que em Portugal detêm os rendimentos mais elevados. Em contrapartida, também em Lisboa a desigualdade salarial era superior à do país, com o rácio S80/S20 a apurar 6,7 em Lisboa e 4,8 no país em 2009⁴⁴. Neste ponto, regista-se uma diferença de género, sendo os homens que trabalham em Lisboa o grupo com um ganho mensal superior mais destacado e as mulheres a nível nacional o grupo que apresenta maior desvantagem. Quanto ao nível de instrução, o ganho médio mais elevado é o do grupo dos trabalhadores com ensino superior que exerce atividade em Lisboa, sendo a menor diferença de ganhos entre Lisboa e o país no grupo dos trabalhadores com habilitações inferiores ao primeiro ciclo do ensino básico. Estas comparações demonstram o *efeito Lisboa* nas desigualdades salariais e a correlação entre as disparidades territoriais e diversas dimensões de desigualdade, designadamente ao nível do género e da escolaridade.

Carmo prossegue a análise dos quadros de pessoal 2003-2009⁴⁵, agora desagregados ao nível de freguesia, para ilustrar a diferenciação interna do concelho de Lisboa, fornecida pelos valores do ganho

⁴⁴ Este indicador de desigualdade na distribuição do rendimento é definido como rácio entre o rendimento dos 20% da população com rendimentos mais elevados e os 20% da população com rendimentos mais baixos.

⁴⁵ Informação disponibilizada periodicamente pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, abrangendo todas as entidades com trabalhadores por conta de

médio dos trabalhadores que exercem atividade laboral no concelho. Tendo em conta o elevado número de freguesias então existente (53) e a variedade de estabelecimentos sediados na cidade, definiu uma tipologia suportada na análise de *clusters*, tomando a freguesia como unidade de análise e como variáveis caracterizadoras o *ganho médio mensal*, a *atividade económica do estabelecimento* e a *dimensão do estabelecimento*, de onde resultaram quatro perfis económico-espaciais da cidade de Lisboa: 1) maior dimensão, predominância de atividades administrativas e financeiras, salários elevados; 2) dimensão média, predominância de atividades administrativas e financeiras, salários médios; 3) dimensão média, predominância de comércio e atividades administrativas, salários médios; 4) pequena dimensão, predominância de comércio e restauração, salários baixos (sic) (2014: 142).

O território que corresponde atualmente à freguesia de Avenidas Novas situa-se nesta tipologia ainda dividido em duas freguesias, com posicionamentos diferentes. A freguesia de S. Sebastião da Pedreira integrava o *cluster 1*, juntamente com outras da zona da Avenida da Liberdade, Marquês de Pombal, Rato, Amoreiras, S. Domingos de Benfica e Olivais. Por sua vez, a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima fazia parte do *cluster 2*, onde estavam freguesias das zonas de Alcântara, Campo de Ourique e Lapa, bem como das zonas de Arroios, Alvalade e Lumiar. A partir dos dados, o autor constata que apenas o *cluster 1* apresenta um ganho médio mensal superior à média do concelho, enquanto no *cluster 4* o ganho médio mensal é inferior ao verificado no *cluster 1* em 875 euros. Ao aplicar o rácio $S80/S20$, verifica que é também no *cluster 1* que o rácio é mais elevado: 7,3. Da mesma forma, o *cluster* onde este indicador é mais baixo é o 4, com um valor de 4,0, evidenciando ser esse não só o *cluster* onde o ganho médio mensal é mais baixo como também aquele onde existe menos desigualdade salarial entre trabalhadores. Daqui se infere o papel determinante do mercado de trabalho na distinção social e territorial, concluindo que o *efeito Lisboa* se traduz numa assimetria da capital em relação ao país, mas também numa acentuada diferenciação intraterritorial ao nível das freguesias, reforçando a pertinência analítica de articular desigualdades sociais e dinâmicas territoriais numa perspetiva multiescalar.

Esta leitura sai reforçada pela informação contida no *Relatório do Estado do Ordenamento do Território REOT 2015* (Câmara Municipal de Lisboa [CML], 2016), onde o posicionamento das freguesias, já na sua configuração atual, ilustra bem a grande diversidade intraconcelhia. No que respeita às atividades económicas, em 2013 as freguesias que concentravam o maior número de estabelecimentos eram as do eixo central da cidade, a saber: Santa Maria Maior, Santo António, Arroios, Avenidas Novas e Alvalade. Apesar de tudo, de 2010 para 2013 algumas dessas freguesias registaram uma diminuição do número de estabelecimentos, designadamente a de Avenidas Novas e

outrem excetuando a Administração Pública, entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes e trabalhadores domésticos.

de Arroios. Quanto à distribuição do emprego, destacavam-se nesse mesmo ano de 2013 duas freguesias com maior concentração de postos de trabalho (no intervalo entre 39.014 e 55.739): Avenidas Novas, e Olivais, esta devido à forte concentração de emprego relacionada com o Aeroporto de Lisboa. Também neste ponto houve uma variação negativa das Avenidas Novas entre 2010 e 2013, como aconteceu ainda em Santo António e Areeiro, enquanto o emprego aumentou em freguesias mais periféricas, como Carnide e Olivais. Mesmo assim, em 2013, 45% da distribuição do emprego na cidade de Lisboa estava nas freguesias centrais que incluem Avenidas Novas, Campolide, Santo António, Arroios, Areeiro e Alvalade. Relativamente às empresas não financeiras, que contavam 92.000 sedes na cidade de Lisboa em 2013, representando 8% das empresas não financeiras do país, confirma-se a sua tendência para um padrão locativo fixado nas freguesias do eixo central da cidade, incidindo particularmente nas Avenidas Novas e expandindo-se depois para a zona norte e oriental da cidade.

O relatório em referência tem ainda informação particularizada sobre o comércio na cidade de Lisboa, com base em levantamentos periódicos. No entanto, esse recenseamento só está disponível até ao ano de 2010. Nessa data, havia perto de 17.000 estabelecimentos comerciais no concelho, dos quais 50,3% ligados ao comércio não alimentar, 33,2% a restauração e bebidas, 11% a comércio alimentar e 5,5% a reparações. Quanto ao pessoal ao serviço nestes estabelecimentos, 42,2% estava na restauração e bebidas, 41,4% no comércio não alimentar, 11,9% no comércio alimentar e 4,4% nas reparações. Relativamente à densidade de estabelecimentos por setor de atividade, medida em número de estabelecimentos por km² num raio de 250m, verificava-se que: o setor de comércio a retalho apresentava maior densidade nas principais áreas residenciais, com destaque para o eixo Almirante Reis; o comércio a retalho não alimentar apresentava uma densidade mais contraída em torno dos principais eixos comerciais da cidade, evidenciando-se a Baixa Pombalina com o eixo Avenida Liberdade – Avenidas Novas e o eixo Avenida Almirante Reis; as reparações revelavam uma forte especialização de determinadas áreas de serviços, destacando-se o eixo Almirante Reis; o setor de restauração e bebidas mostrava uma densidade nuclear, com uma presença nas principais áreas comerciais da cidade e nos pequenos e médios núcleos comerciais dos bairros residenciais, sendo um setor com uma distribuição de continuidade, a partir da Baixa, pelos eixos Liberdade – Avenidas Novas, Avenida Almirante Reis e também num eixo ocidental; por fim, quanto à concentração de estabelecimentos por eixo de via, as maiores concentrações situavam-se nas zonas da Baixa, Alvalade, Avenida de Roma, Avenida Guerra Junqueiro e Avenidas Novas, e, noutra nível, em Campo de Ourique e Benfica, sendo os eixos comerciais principais na Avenida da Liberdade, Avenida Almirante Reis e Rua Morais Soares.

No caso concreto das Avenidas Novas verificava-se então: uma densidade baixa de estabelecimentos de comércio a retalho, com uma exceção pontual na Avenida Visconde de Valmor;

uma densidade elevada de estabelecimentos de comércio a retalho não alimentar, em particular na zona do Saldanha; quanto a estabelecimentos de reparações, uma forte concentração na zona das Picoas e uma cobertura mediana nas restantes avenidas; o setor de restauração e bebidas apresentava uma densidade elevada, em particular na zona de Picoas/Saldanha; quanto à distribuição dos estabelecimentos por via, destacavam-se alguns quarteirões junto ao Saldanha, na Rua Tomás Ribeiro, na Avenida António Augusto Aguiar, na Avenida Duque D'Ávila, na Avenida Miguel Bombarda, na Avenida dos Defensores de Chaves, na Avenida de Berna e no Bairro Azul.

Confirma-se assim que, além da vocação residencial que se manteve, as Avenidas Novas constituem uma área destacada no quadro das dinâmicas socioeconómicas e da divisão social do espaço da grande cidade-região de Lisboa. Nesse sentido, e porque os anos posteriores à informação referenciada foram anos de grande dinamismo económico, marcados por um reequilíbrio das finanças públicas, uma acentuada diminuição do desemprego, um incremento do turismo e da revitalização urbana, entre outros aspetos, considerámos oportuno empreender diretamente um levantamento de comércio e serviços das Avenidas Novas. Com esta frente da pesquisa de terreno, pretendemos obter um retrato atualizado da zona na sua vertente de interface dos diversos utilizadores em presença.

5.4. Um entreposto de comércio e serviços

Partindo dos recenseamentos comerciais disponibilizados pela CML até 2010⁴⁶, pretendemos obter informação atualizada sobre a atividade comercial, que aqui tem uma base bastante expressiva, e também sobre os serviços que mais diretamente com ela partilham a abordagem direta ao espaço público. Apesar da amplitude da tarefa, que incidiu sobre uma centena de quarteirões, o resultado que aqui se apresenta é mais ilustrativo do que exaustivo, na medida em que, observando, registando e relacionando a oferta de bens e serviços no terreno, procurámos sobretudo compreender como o ritmo da vida quotidiana desta parte da cidade se sustenta numa tão grande variedade de recursos.

Este levantamento, realizado de acordo com a metodologia descrita no capítulo 2, está datado a 31 de dezembro de 2019, e incidiu sobre os estabelecimentos localizados nos pisos térreos, não contemplando as atividades instaladas nos outros andares dos edifícios. Pressupõe-se, com isso, que abranja a maioria do comércio, mas deixe de parte muitos serviços, precisamente aqueles que não têm atividade de *front office* diretamente visível a partir do espaço público. Aliás, o desenvolvimento crescente de modalidades de aquisição e distribuição de bens e serviços através de plataformas *on*

⁴⁶ Na plataforma Lisboa Aberta (<http://lisboaaberta.cm-lisboa.pt/index.php/pt/dados/conjuntos-de-dados>, (último acesso em 30/4/2020), estão em acesso livre 14 recenseamentos comerciais de Lisboa, realizados a partir de 1991, com informação georreferenciada.

line, deverá tender para um distanciamento maior entre o espaço público (físico/material) e as áreas menos visíveis dos circuitos comerciais⁴⁷.

5.4.1. Delimitação de zonas

A questão do perímetro das Avenidas Novas atravessa esta pesquisa, e também aqui nos confrontámos com várias opções possíveis⁴⁸. O levantamento começou por focar-se na zona restrita das Avenidas Novas⁴⁹, mas depois, e para uma análise mais pormenorizada, dividiu-se esta área em duas zonas, que designámos por República e Picoas, tendo-se aqui tomado a Avenida Duque d'Ávila como a linha de separação. Apesar desses traços distintivos, em termos de forma urbana, ambas as zonas têm alguns elementos dissonantes do padrão, como é o caso da antiga Rua de S. Sebastião da Pedreira e de um conjunto de quarteirões⁵⁰ que vai da Praça de Espanha até ao Campo Pequeno, numa faixa balizada pela Avenida de Berna e pela linha de caminho-de-ferro da cintura.

Ao circunscrever os limites do levantamento, pareceu ainda adequado incluir também alguns quarteirões e frentes de rua que já não pertencem à freguesia de Avenidas Novas, mas onde o comércio e os serviços aí localizados estão num *continuum* de acessibilidade às Avenidas. Assim, a zona República remata com uma frente de rua que pertence já à freguesia do Areeiro e a zona Picoas prolonga-se por uma dezena de quarteirões da freguesia de Arroios. Em diante, sempre que referimos República ou Picoas incluímos as respetivas áreas contíguas. Por fim, também o Bairro Azul acabou por ser contemplado, como zona autónoma, atendendo à relativa continuidade da sua localização face às avenidas centrais⁵¹ e o acesso fácil a importantes canais de mobilidade, como sejam a Avenida António Augusto de Aguiar, a Rua Marquês de Fronteira e a interceção de duas linhas do metropolitano. Integrou-se nesta zona um pequeno conjunto de edifícios entre a Avenida António Augusto de Aguiar e a Rua Dr. Nicolau Bettencourt. A Figura 5.4 representa a totalidade da área que o levantamento considerou e os vários setores definidos.

A área total do levantamento soma 186,56 hectares, repartida da seguinte forma: República 116,96 ha, Picoas 58,17 ha e Bairro Azul 11,42 ha. Ao todo, foram identificados 1.878

⁴⁷ Veja-se a experiência com a pandemia COVID19, que implicou o encerramento da maioria do comércio durante alguns períodos e desencadeou o incremento das compras *on line*.

⁴⁸ Para os limites oficiais da freguesia, considere-se o mapa na Figura 4.1, capítulo 4.

⁴⁹ Conforme mapa na Figura 4.4, capítulo 4.

⁵⁰ Aqui se incluem os quarteirões do antigo Bairro de Londres, frente à Gulbenkian, o Hospital de Curry Cabral, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, um conjunto de prédios isolados da malha retangular, por detrás de onde foram as instalações da RTP.

⁵¹ Se essa continuidade parece ser quebrada pelo quarteirão da Fundação Calouste Gulbenkian, também se verifica que esse mesmo quarteirão é um polo aglutinador, não só pela oferta cultural que disponibiliza, mas também pelo jardim, que constitui um ponto de convergência da zona, funcionando praticamente como uma praça pública, com características muito distintas.

estabelecimentos, dos quais 973 estão situados na zona República, 793 na zona Picoas e 113 no Bairro Azul, o que nos dá uma primeira ideia da dimensão da oferta em número de espaços de comércio e serviços. Estes números incluem os estabelecimentos abertos à rua e as lojas integradas nos centros comerciais, que também foram contempladas, representando estas cerca de 13,3% do total da oferta, em número de estabelecimentos. A sua expressão é maior na zona Picoas do que na República.

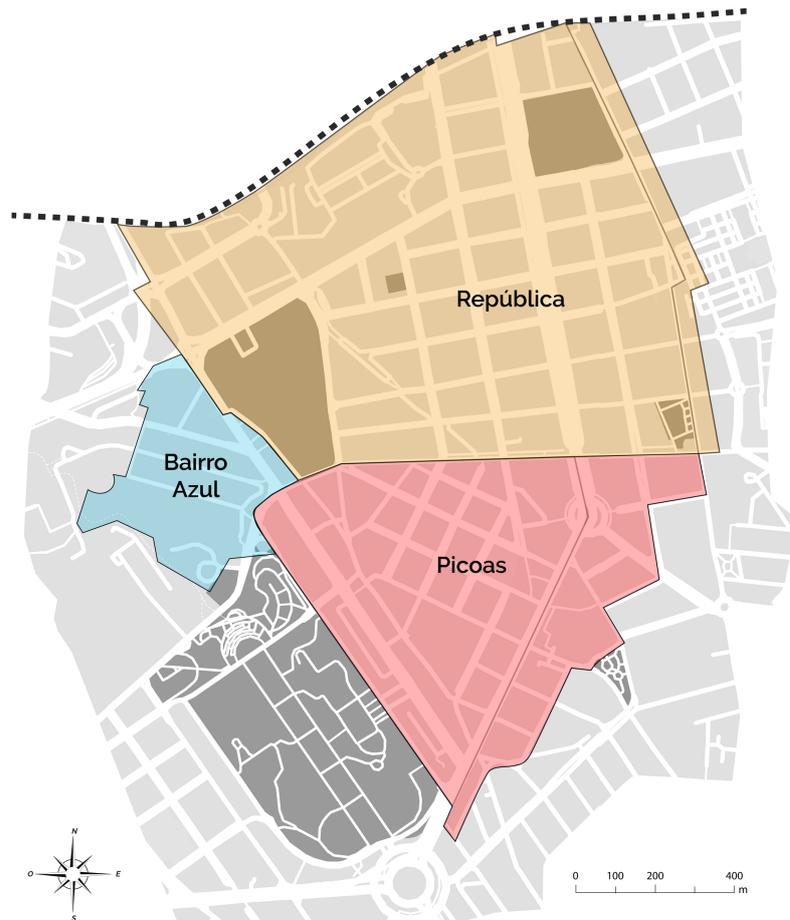


Figura 5.4 Zonas do levantamento de Comércio e Serviços

Em Picoas localizam-se os centros comerciais Picoas Plaza, com 14 estabelecimentos, o Saldanha Residence, com 41, e o Atrium Saldanha, com 72. Quando o levantamento foi efetuado, tinha encerrado para obras o Dolce Vita Monumental, que estava em funcionamento desde 1990. Próximo destes existiu também um dos centros comerciais mais antigos da cidade, o IMAVIZ, que foi inaugurado em 1975 e esteve em funcionamento até há poucos anos, embora nos últimos já sob o nome Underground. Na zona República há quatro centros comerciais: três de pequena dimensão e

antigos – o Apolo 70, pioneiro na cidade (Cachinho, 2000: 27), com 29 unidades, o Centro Comercial Arco Iris, com 10, e o Shopping Columbia, com 11 – e um maior e mais recente, o Campo Pequeno, com 72 estabelecimentos.

Já no limite da zona Picoas, próximo do Bairro Azul, localiza-se El Corte Inglés, que aqui classificamos como *grandes armazéns*, expressão portuguesa mais próxima de *department store*, pois que é disso que se trata e não de um centro comercial. Procurando uma correspondência entre o comércio de rua e os departamentos e lojas que esse equipamento integra, apurámos um equivalente a 103 unidades comerciais, representando cerca de 5,5% da oferta total da área do levantamento. Também a Fundação Calouste Gulbenkian e a Culturgest foram incluídas, sob a designação de centros culturais, uma vez que concentram ofertas culturais a par de espaços de comércio e serviços, como lojas, cafetarias e restaurantes.



Figura 5.5 Categorias de Comércio e Serviços mais representadas nas Avenidas

Partindo do largo espetro das atividades económicas, que vão desde agricultura e indústria, aqui presentes só ao nível dos escritórios, até às atividades artísticas, recreativas e desportivas,

concentramos a nossa atenção nas dez categorias mais representadas no terreno, que somam, neste perímetro, 1.612 estabelecimentos (cerca de 85% do total), georreferenciados no mapa abaixo. Em forma sintética, são essas categorias que apresentamos, agrupadas duas a duas, em cinco mapas, por ordem decrescente do número de estabelecimentos registados: a) Comércio, Setor Auto; b) Restaurantes, Hotéis; c) Serviços Pessoais, Saúde; d) Serviços de Apoio, Reparações; e) Finanças e Seguros, Imobiliárias.

Na Figura 5.5 estão georreferenciadas todas as lojas de comércio e serviços das dez categorias com maior implantação na área estudada, incluindo os centros comerciais, os centros culturais e El Corte Inglés, os quais, num só ponto, aglutinam diversas lojas ou departamentos. É notório o preenchimento de quase todos os quarteirões, com ofertas de todos os tipos, evidenciando-se como exceções, os espaços do Hospital Curry Cabral e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e da Casa da Moeda. A quantidade e a diversidade de comércio e serviços evidenciam-se desde logo como uma marca distintiva do território, numa distribuição harmoniosa e difusa ao nível dos quarteirões, conferindo um ritmo coerente à escala da proximidade, onde se encontra um pouco de tudo a menos de 500m a pé⁵².

A área de Arroios contígua à zona Picoas tem menos lojas, mas tem dois centros comerciais que, no seu conjunto e na sua grande proximidade, representam a maior oferta de estabelecimentos em centros comerciais (113 unidades). Por outro lado, a área do Areeiro contígua à zona República tem 57 lojas, e a sua concentração em linha compensa a menor oferta nos quarteirões em torno da Casa da Moeda.

A zona República é o que tem mais lojas, cerca de 51,8% da oferta total. Picoas tem 42,2% e o Bairro Azul 6,0%. Porém, as diferenças são mais acentuadas se distinguirmos o comércio de rua do dos centros comerciais. Assim, o comércio de rua na zona República representa 56,1%, a de Picoas 36,3% e a do Bairro Azul 7,6%. Já em relação aos centros comerciais é a zona Picoas que tem mais lojas, representando 53,4% da oferta enquanto que a zona República se fica pelos 46,6%.

Apesar de tudo, se atendermos à densidade da oferta das dez categorias com maior implantação (1.612 estabelecimentos), equacionada enquanto relação entre o número de estabelecimentos e a dimensão espacial de cada zona (nº estabelecimentos/ha), as proporções afastam-se significativamente: Picoas é claramente a zona com maior densidade (11,64), seguindo-se o Bairro Azul (8,58) e só por fim a zona República (7,16)⁵³. El Corte Inglés tem cerca de 5,4% da oferta total, mas a

⁵² A distância de 500m é a referência utilizada pela autarquia para distâncias pedonais quando projeta a intervenção no espaço público, como explicou em entrevista o Diretor do Departamento de Espaço Público, Arq. Pedro Dinis (E23).

⁵³ Não nos parece aqui adequado medir a densidade de comércio e serviços através da relação entre o número de estabelecimentos e a população residente, pois estamos perante uma situação na cidade em que a procura

polaridade que representa estará mais associada ao modelo de negócio do que propriamente à quantidade de departamentos. Os centros culturais apresentam um valor residual da oferta total, cerca de 0,3%.

5.4.2. Comércio, por grosso e a retalho, e Setor Auto

A categoria mais representada é o Comércio, propriamente dito, com um total de 519 estabelecimentos na área estudada. Aqui se incluiu o comércio por grosso e a retalho, exceto o que respeita à comercialização de automóveis, que observamos separadamente. A zona República apresenta 279 estabelecimentos, seguida de Picoas, que conta 211 estabelecimentos. O Bairro Azul apresenta apenas 29 unidades nesta categoria.



Figura 5.6 Comércio e Setor Auto

e a oferta muito têm a ver também com outros utilizadores da área, em particular trabalhadores e clientes precisamente do comércio e serviços.

Dentro da categoria Comércio, destacam-se, nos estabelecimentos de rua, as lojas de roupa e de acessórios de moda, seja no formato pronto-a-vestir seja no de *boutique*. Na zona República há 47 estabelecimentos deste tipo, em Picoas 23 e no Bairro Azul nove. Nos centros comerciais a oferta de lojas de roupa e de acessórios de moda totaliza 47 estabelecimentos, tantos como em toda a zona República. Uma oferta que tem afinidades com esta é a das lojas que comercializam sapatos e malas que, porém, são escassas nas Avenidas Novas, tendo-se identificado apenas seis na República, uma nas Picoas e uma no Bairro Azul. Os centros comerciais contam apenas quatro no seu conjunto.

As lojas de móveis, decorações, tapetes, equipamento para cozinha e eletrodomésticos têm bastante expressão. Há 32 na zona República, 12 em Picoas e três no Bairro Azul. Já no conjunto dos centros comerciais há apenas três.

Na área estudada há dez supermercados na zona República, cinco em Picoas e nenhum no Bairro Azul⁵⁴. Trata-se de uma oferta significativa que cobre bem a área estudada. Quanto a minimercados e mercearias são 10 na República, dois em Picoas e seis no Bairro Azul.

Dentro do comércio de rua, há ainda a destacar a existência de 18 estabelecimentos na área papelaria/tabacaria/jogos sociais, só na zona República. Em Picoas há apenas sete e no Bairro Azul dois. Os centros comerciais complementam esta oferta com seis estabelecimentos.

Quanto a farmácias, há, nas lojas de rua, dez na zona República, dez em Picoas e duas no Bairro Azul. Nos centros comerciais há mais três farmácias.

Na zona República há nove oculistas, em Picoas quatro e no Bairro Azul apenas um nas lojas de rua. Nos centros comerciais da República há mais três.

Em lojas de rua, há sete livrarias na zona República, três em Picoas e nenhuma no Bairro Azul. As ourivesarias / relojarias são nove na zona República, duas em Picoas e uma no Bairro Azul. As floristas são apenas quatro em toda a área, três na zona República e uma em Picoas. Esta oferta é complementada nos centros comerciais com quatro livrarias, três ourivesarias e uma florista.

Ainda no comércio especializado, os números dispersam-se depois numa grande variedade de lojas. Falamos da comercialização de artigos de charcutaria, café, chá, chocolate, vinhos, perfumes, cosméticos, equipamento de desporto, borrachas, plastificados, tintas, ferragens, janelas, produtos elétricos, consumíveis de informática, telemóveis, brinquedos, artigos para festas, cigarros eletrónicos, produtos para animais de estimação, instrumentos musicais, espingardas, artigos fotográficos, colchões, ajudas técnicas, material hospitalar e equipamento de mobilidade sustentável. Em lojas de rua há 43 estabelecimentos destes na zona República, 27 na zona Picoas e quatro no Bairro Azul. Nos centros comerciais há 30.

⁵⁴ Instalou-se um já em 2020.

Verifica-se, tanto nos dados gerais como nos específicos de cada categoria, que as Avenidas Novas não se especializaram propriamente num tipo de comércio, como a Avenida Almirante Reis se especializou no comércio de móveis e artigos para o lar (Cachinho, 1994: 138). Aqui, a oferta é ampla e variada.

Relativamente à categoria que designámos sinteticamente por Auto, nela incluímos a comercialização e reparação de automóveis e motos, por um lado, e, por outro lado também a categoria de transportes e armazenagem, que é distinta da primeira⁵⁵. Na segunda, incluem-se espaços de estacionamento público, operadores de transportes, logística e serviços postais. A vertente de comércio e reparação de veículos é bastante expressiva na área estudada, com 48 estabelecimentos na zona República, 17 em Picoas e quatro no Bairro Azul.

Quanto a espaços de estacionamento público nos edifícios, identificaram-se 15 garagens, a que haverá a somar a oferta de quatro centros comerciais, do El Corte Inglés e dos parques públicos (Berna e Valbom) mas fica a percepção de que existem mais espaços de estacionamento que não estão claramente identificados na via pública⁵⁶.

O setor de logística e transportes inclui seis estabelecimentos e os correios quatro postos.

5.4.3. Restaurantes e Hotéis

Outra categoria relevante é a dos Restaurantes, que no mapa seguinte (Figura 5.7) associamos à dos Hotéis. Em Restaurantes (e similares), contemplamos toda uma vasta gama que vai dos restaurantes tradicionais aos snack-bares, aos cafés, pastelarias, gelatarias etc. e esta junção explica-se, em boa parte, porque se observou que a maioria destes espaços serve refeições, sobretudo ao almoço, numa oferta bastante dirigida ao pessoal dos serviços. À mesa ou ao balcão, é possível almoçar num café ou numa pastelaria, e grande parte dos estabelecimentos fornece refeições para fora.

No que respeita à restauração, esta não é uma zona de restaurantes típicos, ou de restaurantes de autor. Não atrai muitos clientes à noite ou ao fim de semana, embora alguns moradores refiram que já vai havendo mais movimento. Mas a aposta é genericamente nos almoços para as pessoas que trabalham ou se deslocam à zona durante os dias de semana.

Na zona República há 241 restaurantes e similares, em Picoas 223 e no Bairro Azul 27. Mais de 1/5 desta oferta está situada em centros comerciais (73) e no El Corte Inglés (27).

Não se incluem aqui os espaços de restauração dos hotéis, exceto quando os restaurantes têm porta aberta à rua e publicidade destacada, nem as cafetarias e refeitórios que as instituições possam

⁵⁵ Cf. Classificação das Atividades Económicas CAE.

⁵⁶ Algumas garagens nos prédios exibem publicidade relativa a avenças mensais.

disponibilizar para o seu pessoal ou clientes, desde os escritórios, ao hospital, à faculdade. Por isso, é de supor que a oferta de restaurantes e similares seja consideravelmente maior do que a referenciada.

Tal como acontece com os edifícios, também os espaços de restauração são objeto de renovação e substituição com o tempo, como se pode verificar através dos recenseamentos comerciais da CML, atrás referidos. Por isso, o número de estabelecimentos antigos não é muito expressivo, havendo, ainda assim alguns espaços que se destacam pela sua história: a Pastelaria Versailles (d. 1922), os restaurantes O Polícia (d. 1900), Colina (mais de 40 anos de atividade), Oh! Lacerda (d. 1946), Laurentina (d.1976), e o Snack Bar Galeto (d. 1966). Mas as referências aos espaços desaparecidos no discurso dos moradores são muitas, como veremos adiante.



Figura 5.7 Restaurantes e Hotéis

Quanto aos hotéis, foram identificadas 43 unidades em toda a área, das quais 24 na zona Picoas, 18 na zona República e um no Bairro Azul. Picoas tem mais hotéis, mas também o maior número de hotéis de gama alta, concretamente três hotéis de cinco estrelas, 13 de quatro estrelas, sete de três estrelas e um de duas estrelas (média de 3,7 estrelas). Na zona República, há apenas um hotel de cinco estrelas, sete de quatro estrelas, seis de três estrelas, três de duas estrelas e um de uma estrela (média de 3,2 estrelas). A única unidade hoteleira do Bairro Azul é de 4 estrelas.

À semelhança do que acontece com a restauração, não foram considerados outros tipos de comércio e serviços que vários hotéis integram, como ginásios, piscinas, cabeleireiros e até lojas. Embora especialmente dirigidos aos hóspedes, estes recursos estão muitas vezes disponíveis ao exterior.

A georreferenciação das categorias com mais estabelecimentos não contempla outros tipos de alojamentos, como os hotéis apartamento, as pensões, as casas de hóspedes, e o alojamento local em geral, dada a grande dispersão da oferta. Na pesquisa de terreno identificaram-se 38 unidades dentro deste universo, reconhecíveis a partir do espaço público, sendo de destacar a reabilitação de prédios de escritórios e serviços públicos para a instalação de aparthotéis de luxo.

5.4.4. Serviços Pessoais e Saúde

A área dos serviços pessoais (Figura 5.8), diz respeito a atividades como lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles, cabeleireiros e institutos de beleza, atividades de bem-estar físico (saunas, massagens, solários), tatuagens e similares, entre outras. Trata-se de uma área com bastante expressão nas Avenidas Novas, com 87 estabelecimentos na zona República, 57 em Picoas e 20 no Bairro Azul. No seu conjunto, os centros comerciais detêm 21 do total dessa oferta.

Dentro desta categoria, destaca-se a existência de 130 cabeleireiros e institutos de beleza na área do levantamento⁵⁷. A maioria fica situada na zona República, com 70 estabelecimentos, seguindo-se Picoas com 44 e o Bairro Azul com 16, um número também elevado para a dimensão do bairro. Deste universo, apenas 14 unidades ficam situadas em centros comerciais.

Embora não georreferenciados, por atingirem valores totais abaixo dos dez mais representativos, é de registar a existência de 19 ginásios (*fitness*) na área estudada, sem contar com os existentes nos hotéis. Só na zona República ficam localizados 12. Habitualmente classificados juntamente com outras atividades desportivas, de diversão e recreativas, os ginásios têm tido uma presença e uma visibilidade crescentes, recorrendo alguns, como referido pelos moradores, ao próprio espaço público para a

⁵⁷ Por salões de cabeleireiro entende-se a atividade de barbearias e cabeleireiros (para homens e senhoras) e por instituto de beleza atividades ligadas à massagem facial, maquilhagem, manicura, pedicura, depilação e similares.

realização de alguns exercícios. Trata-se de uma oferta com horários e programas muito dirigidos à população que trabalha na zona, mas bastante frequentados também por moradores.

Quanto aos espaços dedicados à saúde⁵⁸, é um dado adquirido que o elevado número de estabelecimentos identificados nas lojas de rua (64), nos centros comerciais (cinco), e no El Corte Inglés (dois), ficará bastante aquém da oferta das Avenidas Novas, porque precisamente muitas clínicas, laboratórios e consultórios estão instalados noutros pisos dos edifícios que não os pisos térreos. Isso pode ver-se, por exemplo, nos diretórios dos prédios e numa consulta temática na Internet. Aqui ocupámo-nos dos espaços que estão à vista do transeunte e esta é seguramente uma das áreas em que este só vê uma pequena parte.



Figura 5.8 Serviços Pessoais e Saúde

⁵⁸ Estabelecimentos de saúde com internamento, atividade de prática médica (clínica geral e clínica médica especializada) em ambulatório, medicina dentária e odontologia, laboratórios de análises clínicas, ambulâncias, enfermagem e outras (fisioterapia, diética, ginástica médica, terapia etc.). não inclui farmácias, classificadas como comércio especializado.

Por outro lado, há que reconhecer uma diferença de escala quando se referencia um estabelecimento como o Hospital Curry Cabral, na zona República, ou mesmo os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) no Bairro Azul, da mesma forma que os consultórios e clínicas espalhados no território⁵⁹.

5.4.5. Serviços de Apoio e Reparações

A área dos serviços de apoio (Figura 5.9) abrange uma variedade de atividades como o aluguer, as agências de emprego, as agências de viagens, a segurança e os serviços administrativos e de apoio às empresas. Ao todo, a zona República tem 36 estabelecimentos desta categoria, Picoas 25 e o Bairro Azul quatro.



Figura 5.9 Serviços de Apoio e Reparações

⁵⁹ O conhecimento meramente exterior destes estabelecimentos não permite estabelecer correspondências, como as que foram feitas entre o comércio de rua e o dos centros comerciais.

As agências de viagens são os estabelecimentos mais numerosos dentro desta categoria, havendo, na totalidade, 20 na zona República, 11 em Picoas e duas no Bairro Azul. Seguem-se as empresas ligadas à seleção e ao recrutamento de recursos humanos, em número de 12, especialmente vocacionadas para o trabalho temporário. Esta é outra das áreas em que poderá haver mais unidades que não se identificam a partir do espaço público. Os serviços administrativos e de apoio às empresas totalizam 11 estabelecimentos, os de aluguer seis e os de segurança dois.

A oferta dos centros comerciais em matéria de serviços de apoio, já incluída nos números acima, fica-se por nove unidades, sendo de registar ainda três no El Corte Inglés. Na categoria Reparações incluímos a reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico (calçado, malas, roupa, mobiliário), que totalizam na área estudada 48 estabelecimentos, dos quais 23 em Picoas, 22 em República e três no Bairro Azul.

5.4.6. Finanças, Seguros e Imobiliárias

As atividades financeiras e de seguros constituem outra das categorias com mais estabelecimentos na área, as quais estão georreferenciadas na Figura 5.10 em conjunto com as imobiliárias. No universo de atividades financeiras e de seguros, só as agências bancárias são 54, metade das quais situadas na zona República e outra metade em Picoas. Em Picoas, os bancos estão mais concentrados nos grandes eixos Avenida António Augusto de Aguiar, Fontes Pereira de Melo e Saldanha, enquanto na zona República estão mais distribuídos pela malha ortogonal dos quarteirões. Os espaços ligados aos seguros estão quase todos na zona República (13).

Nos últimos anos, as imobiliárias têm vindo a ter uma expressão crescente nesta zona da cidade, num fenómeno inverso ao das lojas de compra e venda de ouro que, num período anterior, proliferaram, e, entretanto, foram desaparecendo. Há 35 agências imobiliárias na área estudada, situando-se a maioria (21) na zona República. Estão mais dispersas entre si do que os bancos, embora haja duas ou três situações de maior proximidade.

A grande atividade imobiliária, que começou por estar mais ligada à expansão de atividades terciárias, teve nos últimos anos uma forte aposta na renovação e reabilitação de edifícios para residência de estratos socioeconómicos elevados, em hotéis e em complexos de uso misto, combinando habitação e escritórios (Salgueiro, 2006: 24). A seguir à freguesia da Misericórdia e à Avenida da Liberdade, as Avenidas Novas constam na imprensa especializada como uma das zonas mais caras da cidade para a compra e o aluguer de espaços, atividade que extravasa o negócio das agências aí instaladas e é objeto de operações seletivas de compra e venda, por empresas de âmbito internacional.



Figura 5.10 Finanças, Seguros e Imobiliárias

A Figura 5.11 ilustra, em termos proporcionais, o comércio e serviços de porta aberta à rua, das dez categorias com mais estabelecimentos na área, que acabámos de ver. Não integra a quantidade de lojas dos centros comerciais, que foram georreferenciados apenas como um único estabelecimento, mesmo representando um *cluster* de estabelecimentos, nem, pela mesma razão, os centros culturais e os grandes armazéns El Corte Inglés.

Nesta visão geral, pode constatar-se que a zona República é a que tem mais oferta, seguida de Picoas, e que o Bairro Azul tem, comparativamente às outras duas, uma oferta mais pequena, mas ainda assim significativa à sua própria escala (embora a densidade não seja muito significativamente diferente nas três zonas, com um ligeiro destaque da zona Picoas).

Entre as duas zonas maiores, a distribuição das categorias é muito semelhante, com algumas especificidades. Na zona República, por exemplo, a proporção de serviços pessoais é maior do que em Picoas, mas em matéria de restaurantes a situação é inversa. Da mesma forma, a categoria Auto tem um pouco mais de expressão na zona República do que em Picoas, enquanto nos hotéis é ao contrário,

Picoas tem mais hotéis e, como vimos, de uma gama superior, aliás, numa linha de continuidade que vem da Avenida da Liberdade – Marquês de Pombal.



Figura 5.11 Categorias de Comércio e Serviços mais representadas nas Avenidas Novas

Quanto ao Bairro Azul apresenta uma situação peculiar: tem comércio e serviços variados como as duas zonas maiores, mas se considerarmos a proporção das dez categorias dentro da oferta do bairro com a proporção das mesmas na oferta das duas zonas grandes vemos que: os serviços pessoais têm uma expressão mais elevada do que na República ou em Picoas; o comércio tem menos expressão que na República mas mais do que em Picoas; a hotelaria é praticamente inexistente; não tem agências imobiliárias; quanto à saúde, tem uma oferta proporcional interna superior à das duas zonas maiores, reforçada pela densidade da oferta dos SAMS. Mas aquilo que é mais original na situação do Bairro Azul, comum também ao núcleo histórico de São Sebastião da Pedreira e correspondentes quarteirões da Avenida António Augusto de Aguiar, é mesmo a proximidade do El Corte Inglés, um polo aglutinador de comércio e serviços na cidade, com ofertas especializadas, o maior supermercado das Avenidas Novas, para além dos cinemas e das comodidades inerentes à sua logística.

É notória, em toda a área estudada, uma presença muito significativa de ofertas em áreas convergentes de consumo, num arco que vai das *boutiques* de roupa e acessórios, aos cabeleireiros e institutos de beleza, aos ginásios, aos centros de massagens, ao comércio associado a novas práticas de nutrição, às clínicas de emagrecimento e à saúde nas suas diversas especialidades. E este ‘arco do bem-estar’ serve os diversos públicos das avenidas (trabalhadores, moradores, estudantes, passantes...), e confere à zona um traço de modernidade e cosmopolitismo. Para além dos estabelecimentos mapeados das ilustrações anteriores, podemos referir sumariamente, outras categorias existentes no território, embora com menor expressão. Trata-se sobretudo de atividades económicas mais ligadas aos serviços do que ao comércio, sublinhando que nos estamos a referir apenas a espaços abertos à rua e não a serviços instalados em pisos não térreos.

- A Administração Pública continua a ter uma presença significativa nas Avenidas Novas, com 36 espaços identificados, dos quais 20 na zona República, 15 em Picoas e um no Bairro Azul.
- As organizações associativas registam 32 espaços e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, registam 17 pontos.
- As Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas têm também um peso relevante, com 47 unidades no total, 29 das quais na zona República e 18 em Picoas, e nenhuma no Bairro Azul. Aqui se incluem atividades ligadas ao teatro, à música, à dança e a outras atividades artísticas, bem como bibliotecas e arquivos, jogos e, por fim, atividades desportivas de diversão e recreativas. As atividades artísticas estão fundamentalmente concentradas nos centros culturais da Fundação Calouste Gulbenkian e da Culturgest, sendo também de referir o Campo Pequeno. Em matéria de bibliotecas, destaca-se a Biblioteca Municipal do Palácio Galveias e a Biblioteca de Arte da Gulbenkian.
- Os polos culturais são referidos pelos moradores, como veremos adiante, tanto como fator de vitalidade urbana em períodos pós-laborais como de congestionamento de trânsito e de escassez de estacionamento em dias de espetáculos, afetando particularmente a vida dos residentes.
- Em matéria de cinemas, que não são classificados no grupo anterior, mas no conjunto de atividades de informação e comunicação, a oferta das Avenidas Novas está hoje reduzida às várias salas do centro comercial do Campo Pequeno, do El Corte Inglés e ao único cinema de porta aberta à rua que resiste, o Nimas. A transformação neste campo foi imensa, porque constituiu no passado marca importante das Avenidas Novas uma grande oferta de salas de cinema, que teve a sua referência mais emblemática no Cineteatro Monumental (Acciaiuoli, 2013: 182), um estabelecimento inovador para a época em que surgiu. No decurso das últimas décadas fecharam os vários cine-estúdios que havia nas Avenidas, como o Estúdio 444, o Cinema Mundial, o Cinebolso, o Estúdio 222, e os próprios centros comerciais praticamente desistiram dessa oferta, fechando primeiro o

cinema do Drugstore Apolo 70, depois os do Saldanha Residence e por fim os do Dolce Vita Monumental.

- A área do Apoio Social tem uma presença muitíssimo reduzida quando comparada com a da Saúde, em número de estabelecimentos. Foram identificados apenas 21 pontos em espaços abertos à rua, dos quais 5 são creches, com ou sem jardim-de-infância (embora esta resposta específica já pertença à área da educação), três centros de dia, sendo um deles o único privado em toda a cidade, e seis estruturas residenciais, para além de outras respostas variadas como o atendimento social, os pontos ReFood, ou os serviços sociais de áreas específicas como as Forças Armadas. No que respeita a estruturas residenciais para pessoas idosas, sabe-se que são mais do que as registadas, pois nem sempre são facilmente observáveis do exterior e não se situam em pisos térreos. Foram identificadas duas residências privadas para pessoas idosas apresentando uma modalidade menos comum e potencialmente vocacionada para estratos sociais com rendimentos elevados.
- Na área da educação identificaram-se 22 estabelecimentos, dos quais 13 se situam na zona República, sete em Picoas e dois no Bairro Azul. Referimo-nos a jardins-de-infância, colégios e externatos com vários graus de ensino, a centros de formação profissional, centros de explicações, escolas de línguas, uma faculdade e um instituto superior. A maior parte situa-se na zona República. É de notar que no perímetro estudado não há estabelecimentos de ensino da rede pública. A Escola EB Mestre Arnaldo Louro de Almeida, que tem pré-escolar-escolar e 1º ciclo, é a única situada na freguesia de Avenidas Novas, mas no Bairro Santos ao Rego, já fora deste perímetro. A Escola EB S. Sebastião da Pedreira funciona atualmente na sede do Agrupamento Marquesa de Alorna, junto à Mesquita Central de Lisboa, em território da freguesia de Campolide. Muito próximo da área estudada fica também a Escola D. Filipa de Lencastre, com 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, freguesia do Areeiro, e a Escola Secundária de Camões, na Praça José Fontana, freguesia de Arroios.
- Por fim, os espaços dedicados à atividade dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais registam 9 unidades.

A informação reunida através deste levantamento dá conta da grande vitalidade das Avenidas. Como vimos anteriormente, este continua a ser um espaço residencial com expressão, mas, contrariamente ao que acontecia no passado, o conjunto das suas ruas constituem hoje um centro comercial com afinidades com o que outrora foi a Baixa Pombalina, para além de acolher mesmo vários estabelecimentos que funcionam como *clusters* de lojas, os centros comerciais propriamente ditos e os grandes armazéns El Corte Inglés.

Mas este incremento do comércio não se justifica, naturalmente, apenas para satisfação das necessidades da população residente, a qual, aliás, registou um significativo decréscimo, até há bem

poucos anos. Será então sobretudo a presença dos serviços, os quais aqui apenas em parte abordámos, que trazem trabalhadores e clientes à zona, e explicam a amplitude da oferta e as suas especificidades, de que é exemplo o setor da restauração, aqui direcionado sobretudo para os almoços. Esta oferta de comércio e serviços traduz a consolidação de um movimento de alastramento do centro funcional da cidade (Gaspar, 1976) e a associação desta zona, apesar de outras expansões mais recentes, à de centro empresarial e de negócios, numa linha de continuidade que vem da Baixa pelo eixo Avenida da Liberdade – Marquês – Avenidas. É a cidade das empresas, com os seus funcionários, administradores e também o pessoal da manutenção, das limpezas e da segurança (Salgueiro, 2006: 14).

Se à população residente juntarmos não apenas os trabalhadores e clientes do comércio e dos serviços, mas também a população estudante e os turistas, e todos aqueles que utilizam as Avenidas Novas apenas como espaço de passagem, então aproximamo-nos da imagem de um território caracterizado por uma intensa circulação e interação. Efetivamente, aquela que foi uma das funcionalidades iniciais da zona – ser um eixo de atravessamento e ligação entre o centro histórico e a periferia norte –, veio a ser reforçada também através dos fluxos que têm como destino e ponto de retorno as próprias Avenidas.

Mobilidades e espacialidades nas Avenidas Novas

As dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas da cidade-região de Lisboa encontram particular expressão ao nível da mobilidade espacial que caracteriza este território, matéria sobre a qual as Avenidas Novas ilustram, de maneira particularmente evidente, a realidade de um *espaço compósito*. Recorremos a este conceito para enfatizar a multidimensionalidade do espaço, cuja leitura não se obtém da mera justaposição de escalas (Carmo, 2009). De facto, as mobilidades que aí têm lugar remetem, simultaneamente, para deslocações características de uma área residencial, de um polo de comércio e serviços e de uma zona de passagem. Esta sobreposição de mobilidades e funcionalidades traduz o espaço social como um campo de forças e de “enrugamento” de escalas.

Na medida em que “não podemos entender as novas mobilidades sem compreender as velhas mobilidades” (Cresswell, 2009: 36), identificamos nesta área da cidade três etapas na produção das mobilidades, que metaforicamente designaremos por andamentos. O primeiro desses andamentos corresponde ao impulso inicial das novas acessibilidades e da rede de transportes que domina a primeira metade do século XX. O segundo representa a apropriação do espaço público pelo uso do automóvel, que se dá progressivamente até ao congestionamento da cidade na segunda metade desse século. Por fim, e já nos anos mais recentes, esboça-se um terceiro momento que corresponde às tentativas de reversão daquele bloqueio, incluindo a aposta em mobilidades sustentáveis e a reorganização do espaço público, com resultados ainda por avaliar globalmente. Não se trata então de descrever uma sequência de fases distintas, mas de identificar três tendências dominantes num horizonte temporal de cerca de 120 anos.

6.1. Primeiro andamento – Transporte público e pedonalidade

As Avenidas Novas decorrem da decisão histórica de abrir a Avenida da Liberdade a partir do Passeio Público, na segunda metade do séc. XIX, e de uma política de embelezamento da cidade que o Eng. Ressano Garcia, entretanto, transforma num programa funcional de expansão urbana. O traçado original, que se mantém praticamente inalterado até hoje, representa uma etapa decisiva da expansão da cidade, enquanto define vias estruturantes da urbanização e da formação metropolitana, e proporciona facilidades logísticas à dilatação de funções centrais da Baixa Pombalina para norte.

Materializadas nos finais de oitocentos e edificadas até à década de 1930, as Avenidas Novas são servidas por transportes públicos logo nos primeiros anos, ainda antes de uma efetiva ocupação residencial. A rede de transportes constitui, assim, uma das várias redes infraestruturais que marca o carácter inovador desta expansão urbana, como ilustra a fotografia da Avenida da República no início

do séc. XX (Figura 6.1), com um espaço público amplo e arborizado, ainda praticamente deserto, mas onde os elétricos já circulavam e imprimiam um ritmo. O contraste parece grande com o frenesi e a agitação da vida da metrópole que Simmel descreve nos seus textos, nesses mesmos primeiros anos de novecentos, e que em Lisboa seria mais provável encontrar na Baixa Pombalina. Em todo o caso, o transporte público está presente nas Avenidas Novas desde o início, como um elemento estruturante, a par da malha urbana.



Figura 6.1 Avenida da República (c.1900)

Fonte: Joshua Benoliel, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001293

Os elétricos da Carris chegam às Avenidas Novas, primeiro em resultado da eletrificação da rede de americanos que já ia da Baixa a S. Sebastião, via Intendente e Arco do Cego, e depois através da instalação de novas linhas, do Marquês de Pombal ao Dafundo, ao Saldanha, ao Campo Pequeno, a Benfica e ao Lumiar (França, 2009: 627). Para além do escasso transporte privado, e do andar a pé, que constitui desde sempre a modalidade dos pobres mas que nos finais do século XIX se generaliza como prática de sociabilidade burguesa (R. H. Silva, 2006: 127), são os elétricos que imprimem movimento às Avenidas Novas e encurtam as distâncias entre os locais de residência, de trabalho e de lazer.

A figura seguinte mostra a rede de elétricos em 1903 e 1990, assinalando a linha escura as vias em funcionamento nessas datas, e a linha cinza o traçado restante para a plenitude da rede, que é atingida em meados do séc. XX. Pode ver-se como os elétricos já atravessam as Avenidas Novas nos primeiros anos desse século e só vêm a perder a sua preponderância com a instalação do metropolitano e a tomada do espaço público pelo automóvel, acabando por desaparecer na ordem inversa com que

chegaram, primeiro do eixo Fontes Pereira de Melo – República, em 1960, e por fim da circunvalação Marquês de Fronteira – Duque de Ávila, em 1995 (Cruz-Filipe, 2016).

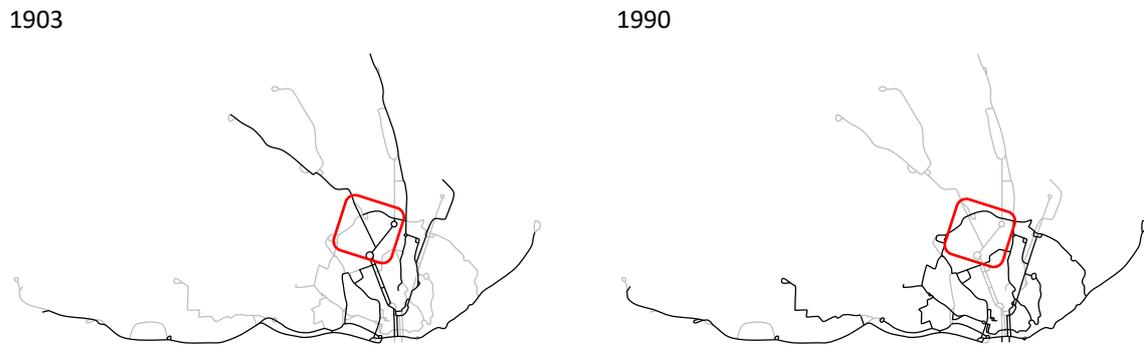


Figura 6.2 Rede de elétricos em 1903 e 1990

Fonte: Cruz-Filipe, L. (2016). *Do Dafundo ao Poço do Bispo: Uma História sobre Carris*.

Nos primeiros anos das Avenidas Novas, outro meio de transporte ilustra também um tempo marcado pela importância crescente do movimento e da velocidade. O comboio chega ao limite das Avenidas Novas pela linha da cintura, concluída em 1891, dois anos depois da inauguração do túnel ferroviário do Rossio até Campolide e da linha de caminho-de-ferro de Belém a Cascais. Mas esta linha, que chega a ter inclusivamente um ramal de mercadorias direto ao Mercado Geral de Gados, em Entrecampos, constitui uma grande barreira em plena Avenida da República, só sendo possível o seu atravessamento através de umas pequenas passagens na Avenida Cinco de Outubro e do lado do Campo Pequeno.

Apenas em 1950 será construído um viaduto sobre a Avenida República, que se pode ver na Figura 6.3, entretanto substituído em 1973 por outro de maior extensão. Sabe-se como os comboios desencadeiam nos concelhos limítrofes de Lisboa um efeito semelhante ao que os elétricos têm dentro da cidade, contribuindo para fixar muita da população que migra para a capital à procura de trabalho e melhores oportunidades de vida mas que apenas encontra solução habitacional na envolvente da cidade (Nunes, 2011). Só a partir dos anos 1980 se articulam várias linhas ferroviárias suburbanas e é construída uma estação sobre a Avenida da República, em 1993, que hoje serve as linhas de Sintra, Azambuja, Setúbal, bem como os comboios rápidos a nível nacional.



Figura 6.3 Viaduto ferroviário sobre a Avenida da República (1950)

Fonte: Fernando Martinez Pozal, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000100

Por sua vez, os autocarros da Carris chegam a meio da década de 1940, reforçando o serviço de elétricos e assegurando a ligação a locais que aqueles não atingiam. A primeira carreira entra em funcionamento no trajeto dos Restauradores ao Aeroporto, passando pelas Avenidas Novas. A princípio, as carreiras dispersam-se pelas diversas avenidas paralelas, mas acabam depois por se concentrar nos grandes eixos, resultando numa oferta ampla e diversificada de percursos. Cruz-Filipe fala desta “distinção entre dois tipos de carreiras na zona: as que circulavam ‘de passagem’ (que seguiam os eixos principais da Avenida da República e Avenida Duque d'Ávila, consoante a direção) e as que tinham função de servir a zona. Essas últimas circulavam muitas vezes por percursos paralelos (...). Nos anos setenta esta diversidade perdeu-se por haver cada vez mais dificuldades de circulação, o que levou à retirada de autocarros de eixos secundários com estacionamento caótico. (...) A uniformização dos percursos na zona da Estefânia e Saldanha deu-se mais tarde (1989), quando foram introduzidos sentidos únicos na zona”⁶⁰.

⁶⁰ Comunicação pessoal, detalhando as carreiras e sucessivas alterações, com base em ordens de serviço da CCFL (1944-1994), disponíveis no arquivo do Museu da Carris, Diário Popular, 1942-1980, consultado na Biblioteca Nacional, Guias Informativos do Serviço de Autocarros, diversos anos, disponíveis na Biblioteca Nacional (edição CCFL) e actas da Comissão Executiva de Transportes de Lisboa (1975-1993), disponíveis no arquivo do IMTT. Este registo foi acompanhado por uma planta da rede de autocarros, editada pela Carris em Novembro de 1964.

Quanto ao metropolitano, entra em funcionamento em finais de 1959, assegurando a ligação de Entrecampos e de Sete Rios aos Restauradores através de uma linha em Y, a confluir no Marquês de Pombal. O serviço começa por tornar dispensáveis os elétricos nos percursos coincidentes, designadamente na ligação à Baixa pelos eixos centrais que já estão muito saturados, mantendo-se os elétricos a funcionar durante alguns anos nos troços entre os terminais do metro e os bairros periféricos. Só mais recentemente as linhas do metropolitano chegam a concelhos limítrofes e se articulam numa rede propriamente dita, também com ligações ao transporte ferroviário e fluvial, proporcionando uma alternativa tardia ao uso do automóvel, que vai tomando terreno nos movimentos pendulares.

O transporte público está então presente desde o início até aos nossos dias, mas a sua preponderância na primeira metade do século vai diminuindo com a generalização do uso do automóvel, numa transição que corresponde a um enfraquecimento das políticas de mobilidade.

6.2. Segundo andamento – Motorização e congestionamento

O automóvel faz notar a sua presença nas Avenidas Novas a partir da década de 1930, poucos anos depois do alcatroamento das avenidas propriamente ditas. O recurso a esta modalidade de transporte aumenta gradualmente até atingir o congestionamento constante dos eixos principais e a sobreocupação do espaço público pelo estacionamento, a partir da década de 1970. A motorização da mobilidade é um fenómeno geral, mas as Avenidas Novas proporcionam tanto comércio e serviços como condições singulares de circulação e de acomodação dos carros, o que vem ainda a ser reforçado pelos poderes públicos, através da redução de passeios, secundarizando a pedonalidade. Salgueiro recorda que estas alterações são contemporâneas da instalação de um parque de estacionamento à superfície em plena Praça do Comércio (1989: 117), um lugar de referência da cidade, o que reflete não apenas o fenómeno da automobilização mas também o próprio processo de metropolização, que traz trabalhadores e frequentadores às zonas com funções centrais, em movimentos pendulares, primeiramente de transporte público e depois recorrendo cada vez mais ao transporte privado.

A terciarização é um dos fatores associados à degradação da qualidade urbana das Avenidas Novas, pois a substituição de edifícios de habitação para instalar escritórios deixa os residentes numa situação de maior isolamento, em especial no período noturno, e torna os dias de semana pautados pela grande circulação de pessoas e veículos, aumentando a poluição atmosférica e o ruído. O espaço público é adaptado em função da importância crescente do automóvel, de que é exemplo a tomada das praças e dos separadores centrais das avenidas pelo estacionamento, como ilustra a Figura 6.4.



Figura 6.4 A ocupação do espaço público pelo estacionamento automóvel (1970)

Fonte: Armando Maia Serôdio, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S07114

No início dos anos 1990, o trânsito é um dos fatores críticos identificados pelo Plano Estratégico de Lisboa, que apresenta a cidade como uma das mais congestionadas da Europa, onde entram aproximadamente 227.650 veículos nos dias de semana, por cinco principais corredores de acesso: Cascais (45.150), Sintra-Amadora (50.000), Loures (45.000), Oriente (37.350) e Margem Sul (50.000). Identificam-se então, à época, cerca de 2,8 milhões de deslocamentos diários, dos quais 67% em transportes públicos e 33% em transporte individual, mas, no interior da cidade, 52% das cerca de 1,3 milhões de deslocamentos diários já são feitos em transporte individual. As redes de transportes públicos são caracterizadas como insuficientes, desatualizadas e desarticuladas (CML, 1992: 34). Na mesma linha, o Plano Diretor Municipal de Lisboa aponta o “crescimento acentuado dos volumes de tráfego penetrante diariamente na cidade, com aumento significativo da quota do transporte individual na repartição modal”, e descreve o funcionamento da rede viária principal como instável e completamente caótico nas horas de ponta (CML, 1993: 160).

Entrevistada no âmbito desta pesquisa, Teresa Craveiro, participa nessa avaliação e nesse planeamento⁶¹, e lembra-se da defesa das Avenidas Novas, cuja degradação se acentuara enormemente por uma “terciarização selvagem”, provocada pela chegada do metro, nos anos 1960. De entre os vários serviços que aí se instalam, destaca os organismos da Administração Pública, que passam a ocupar prédios inteiros, convertendo as garagens em arquivos, e agravando a ocupação das

⁶¹ Para um enquadramento da experiência do Plano Estratégico de Lisboa, veja-se a publicação *Gestão Estratégica de Cidades e Territórios* (A. F. Ferreira, 2015)

avenidas pelos carros, onde se torna prática habitual estacionar em segunda fila. Refere que, na altura, faz o levantamento das lojas, dos armazéns e dos ministérios, e percebe que é preciso regredir a questão das garagens e exigir também que os novos prédios disponham de garagens. Craveiro considera que a resiliência da malha das Avenidas Novas lhe vem sobretudo da largura das ruas, remetendo para histórias contadas por moradores antigos, segundo os quais, no Verão, as crianças costumavam brincar nas placas centrais das Avenidas Novas, ao fim da tarde, o que desaparece completamente com a terciarização (E25).

Durante duas décadas, sensivelmente de 1990 a 2010, os executivos camarários tomam como prioridade para o descongestionamento a construção de vários túneis rodoviários, como o túnel da Avenida da República, os do Campo Grande, o da Avenida João XXI e o do Marquês de Pombal, bem como o incremento da oferta de novos parques de estacionamento próximos do Eixo Central. E se, num primeiro momento, estas medidas tornam o automóvel menos visível à superfície, elas adiam congestionamentos futuros, especialmente quando não acompanhadas por melhorias ao nível do transporte público, cuja gestão permanece na esfera de competência da Administração Central. Num dos vários estudos urbanos realizados pela autarquia na primeira década deste século, é bem patente como os desafios à mobilidade permanecem críticos e a pressão sobre as Avenidas Novas persiste. Decorrente dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal (setor Mobilidade e Transportes) e do Plano de Mobilidade de Lisboa, com suporte em inquéritos a residentes e não residentes, este estudo ilustra os níveis elevados de complexidade e reatividade que um sistema urbano de mobilidade sempre comporta, na medida em que, como se refere na apresentação, “as suas componentes são fortemente interdependentes, e qualquer modificação no desempenho de uma das componentes dá origem a modificações rápidas dos comportamentos dos agentes que antes a usavam, bem como dos que, usando anteriormente outra componente do sistema, veem nessa mudança uma oportunidade para obter um pouco mais de qualidade nas suas deslocações” (CML, 2005: 7).

Entretanto, os Censos de 2011 comprovam o uso do automóvel como a modalidade de transporte maioritária, usada por 54% da população da área metropolitana nas deslocações de casa para o trabalho ou estudo. Ao aumento de 11,6% no último intervalo intercensitário (de 2001 para 2011), corresponde uma diminuição no recurso aos transportes coletivos, especialmente aos autocarros, modalidade cuja proporção desce de 21,3% para 15,0%. Também o uso do comboio diminui e só o do metropolitano aumenta de 2,9% para 4,1%. O uso do automóvel nas deslocações pendulares aumenta em todos os concelhos da área metropolitana. Apesar de a importância relativa das deslocações para a capital diminuir ligeiramente nas últimas décadas, os fluxos pendulares continuam a ser maioritariamente com a capital, num quadro onde se verificam agora fortes interações entre outros concelhos, devido à melhoria das infraestruturas, à modificação dos padrões de mobilidade e à própria configuração dos territórios (FCG, 2015: 40).

Como nota Santos, subsiste uma justaposição entre dinâmicas sociais e espaciais, na medida em que “tendências de localização de determinados grupos profissionais ou socioeconómicos estão a par de dinâmicas espaciais de consolidação, densificação e centralidade urbanas diferenciadas” (2019: 63). Esta autora constata que, de 2001 para 2011, a mobilidade continua a aumentar e o território metropolitano se expande por via de mais entradas na AML, o que traduz um aumento da sua atratividade, mas a organização tradicional centro-periferia permanece, embora o centro englobe hoje Lisboa, Amadora, Oeiras e Odivelas.

6.3. Terceiro andamento – Reordenamento do espaço público

Todo este *crescendo* no sentido da motorização, a que a segunda metade do séc. XX nos conduz, parece ser confrontado com uma nova geração de políticas, focadas no reordenamento do espaço público e na disponibilização de modalidades alternativas de transporte, mais leves e sustentáveis. Nos últimos anos, a CML vem realizando intervenções no espaço público da cidade, como a redução das faixas de circulação automóvel e outras medidas de acalmia da velocidade do tráfego, a instalação de ciclovias, o alargamento e a alteração de pavimentos para peões, mudanças ao nível do estacionamento, das passeadeiras, da semaforização, da arborização e da iluminação pública.

Igualmente por iniciativa camarária, está em funcionamento um sistema de bicicletas partilhadas, tendo as Avenidas Novas constituído uma zona piloto, experiência semelhante à que Augé refere relativamente a Paris, situando a reutilização da bicicleta como uma oportunidade “em busca da cidade perdida”, associada à redescoberta da observação e da fruição da cidade (Augé, 2020: 50). Lisboa A dispõe hoje também de outros serviços de veículos partilhados, como motas, trotinetas e automóveis elétricos, e as Avenidas Novas integram esta dinâmica, sobretudo a partir das obras do Eixo Central, realizadas em 2016-17, proporcionando novas facilidades às mobilidades leves.

Segundo Pedro Dinis, diretor do Departamento de Espaço Público da CML, que entrevistámos na qualidade de informante privilegiado, há um ponto prévio nesta intervenção que é considerar esta zona, como outras da cidade, não só dos habitantes, neste caso dos residentes das Avenidas Novas, mas também de pessoas de várias proveniências. “Trata-se do CBD da cidade, e, por isso, (...) o ponto onde temos maior densidade de emprego, maior densidade de deslocações em termos de pessoas”. Refere a importância do polo que constitui o Instituto Superior Técnico, e a função de corredor que as Avenidas fazem na ligação à Cidade Universitária, usando um conjunto de equipamentos como hospitais, equipamentos culturais e comerciais que “de facto, tornam esta zona singular na cidade e naturalmente justificam o facto pelo qual o CBD migrou da Baixa para este planalto, (...) um planalto que, (...) neste momento, é o coração da cidade” (E23). Enquanto responsável pelo programa *Uma praça em cada bairro*, Dinis procurou também articular um conjunto de propostas aprovadas no âmbito dos orçamentos participativos do município, como, por exemplo, a construção de percursos

acessíveis entre o Saldanha e Entrecampos, implicando a reconstrução de todo o passeio pedonal onde se aproveita para difundir um novo conceito de pavimento acessível, e a criação de uma rede ciclável permitindo a ligação entre as universidades, e daí a ideia de uma grande ciclovia. Salienta, assim, a dimensão participativa do programa, fazendo também referência às sessões públicas de apresentação e discussão das propostas.

Dinis refere a discussão em torno da ideia de um novo túnel na zona do Saldanha e das Picoas, no sentido de continuar a migrar para o subsolo a função do eixo rodoviário central, solução defendida por diversas forças políticas e cívicas, que, entretanto, não se concretiza porque a estratégia de mobilidade passa a dar prioridade à circulação por vias circulares, em detrimento de eixos apontados ao centro histórico. Craveiro, por exemplo, defende a ideia do túnel, como meio de potenciar uma maior valorização da Praça Duque de Saldanha e aponta os riscos de uma cidade dual, pró/contra... bicicletas, automóveis, túneis, estacionamento, porque “há malhas que não têm estacionamento, há uma geração que não vai andar de bicicleta, portanto, há coisas que temos que desatar” (E25). Efetivamente, a questão dos túneis é crítica, como se percebe pela situação junto ao Campo Pequeno, onde, segundo Dinis, se equacionam ainda diversas propostas, como o fechamento total do túnel já existente na Avenida da República e o reordenamento do espaço à superfície, aguardando-se a evolução da operação urbanística de Entrecampos para diminuir barreiras que permaneceram aquando das obras do Eixo Central.

Para este responsável técnico da autarquia, a cidade “sempre foi e vai ser sempre um modelo em transformação e um modelo de aprendizagem para todos aqueles que trabalham na cidade”. Diz isto a propósito da participação pública no projeto e da necessidade de substituir infraestruturas na Avenida da República, ao nível do sistema de drenagem e dos cabos de comunicação, que suscitaram uma intervenção mais ampla, abrangendo medidas ambientais no plano da estrutura verde e alterações na mobilidade, com clara prioridade à valorização do espaço público, antes de qualquer opção estética. Destaca aspetos como as medidas de acalmia da velocidade nas laterais da Avenida da República e de redirecionamento de trânsito nas radiais do Saldanha, a implementação de um sistema único de informação sobre a oferta disponível nos vários parques de estacionamento, a introdução de sinalética para peões (contrariando a prática comum de dirigir essa informação apenas a automobilistas), e a articulação dos interfaces dos vários meios de transporte, cuja oferta, por referência ao CBD, é a mais “poderosa” da cidade (E23).

Também entrevistada nesta pesquisa, Francisca Ramalhosa, Diretora Municipal da Mobilidade, refere que a premissa das obras do Eixo Central foi precisamente “devolver espaço público aos cidadãos” e que a mobilidade, não sendo o objetivo principal, acabou por se tornar num fator estratégico: “Estava-se a desenhar a introdução dos corredores BUS, da ciclovia, dos passeios mais largos, e, portanto, uma distribuição diferente da rede viária” (E37). Na certeza de que o espaço não é

ilimitado e que “a introdução de uma ciclovía traz sempre uma grande discussão à praça pública, porque vai roubar espaço a alguém, seja ao estacionamento ou à circulação do carro, ou ao passeio” esclarece: “Na mobilidade temos hoje uma pirâmide de prioridades que é o peão, o transporte público, depois os modos alternativos e depois o carro. Quando temos o carro cá em baixo não queremos dizer que (...) não queremos carros em Lisboa, não é isso. A cidade não vive sem carros e o cidadão é um cliente da mobilidade com diferentes carteiras, com diferentes agendas” (E37).

As obras municipais suscitaram reações organizadas de residentes, como as encabeçadas pela Associação de Moradores das Avenidas Novas, constituída em 2011, por motivos que se relacionavam com alterações de trânsito que a CML pretendia levar a cabo na zona. É o que explica outro informante privilegiado, Toga Soares, que preside a essa associação, referindo que voltaram a ter um papel preponderante aquando das obras do Eixo Central, negociando com a CML modificações para minimizar os impactos ao nível do estacionamento, como a construção da ciclovía bidirecional apenas num dos lados da Avenida da República, contrariamente ao projeto original (E36). Por sua vez, Ramalhosa considera que essa ciclovía tem uma utilização muito superior às melhores expectativas, como comprovam as monitorizações diárias e reconhece também que tem falhas a corrigir. Por isso encara com naturalidade as críticas às novas soluções, como a ciclovía da Avenida dos Defensores de Chaves, intervenção posterior às obras do Eixo Central. Para esta responsável da autarquia, em matéria de medidas da mobilidade, há o tempo da intervenção e da reação e depois há o tempo do amadurecimento e das ações de melhoria (E37).

Segundo esta informante privilegiada, existem atualmente cinco principais corredores de acesso à cidade, que dão entrada a aproximadamente 370.000 veículos por dia: Cascais (80.000), Sintra-Amadora (67.000), Loures-Odivelas (15.000⁶²), Oriente (101.000) e Margem Sul (104.000⁶³). Para um enquadramento atual da mobilidade ao nível da região, remete-nos para o Inquérito à Mobilidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, realizado em 2017 (INE, 2018), onde se confirma ser o automóvel o meio de transporte usado em 58,9% das deslocações ao nível da AML, considerando todos os dias da semana, com uma taxa de ocupação média de 1,6 pessoas. As deslocações pedonais e de bicicleta assumem o segundo lugar, com 23,5% das deslocações (correspondendo 0,5% à bicicleta), e os transportes públicos ficam-se pelos 15,8% das deslocações. Em média, os residentes da AML percorrem 11 km por dia nesse território, despendendo cerca de 72,5 minutos. Considerando apenas as deslocações para trabalho, a distância média sobe para 14,8 km. Nos dias não úteis as deslocações diminuem e o motivo principal são as compras.

⁶² Neste corredor, correspondente ao IC22 e à A8, contabilizam-se apenas 15 mil veículos de um fluxo de 67 mil, pois, à chegada a Lisboa o restante entra por via Oriente (IC17).

⁶³ Deste valor, 73 mil corresponde à Ponte 25 de Abril e 31 mil à Ponte Vasco da Gama.

O relatório do referido inquérito contém informação detalhada sobre a repartição das deslocações ao longo do dia, as despesas com a mobilidade, discriminadas por tipologia de transporte, os motivos subjacentes à escolha das modalidades e perfis de utilizadores mais comuns, constituindo uma referência substantiva e atualizada nesta matéria. Contempla ainda um conjunto de retratos municipais de mobilidade, especificando para cada concelho integrante da AML a população móvel, por género e idade, a distribuição das deslocações por modalidade, os tempos e distâncias, a mobilidade intra e intermunicipal, bem como os três principais municípios de origem e os três principais municípios de destino nas deslocações intermunicipais. Ultrapassando uma limitação habitual nas estatísticas da mobilidade, o estudo não se fica pela população estudante e trabalhadora, mas fornece informação de maior abrangência, chegando a desenvolver o perfil de mobilidade mais comum entre pessoas dos 65 aos 84 anos – “mulher, reformada, com o 1º ciclo do ensino básico completo, anda a pé ou utiliza o automóvel como condutora”. Em contraste, coloca-se o perfil mais comum do utilizador do automóvel como condutor nas deslocações da AML – “homem, tem entre 25 e 44 anos, trabalha e concluiu o ensino superior”.

6.4. Seis temas na produção das mobilidades

Esta retrospectiva da mobilidade em três andamentos, conjugando escalas diferentes, conduz-nos a uma problematização breve sobre a mobilidade nas Avenidas Novas, com base na observação direta, para a qual tomamos como coordenadas seis temas sobre a produção das mobilidades, enunciados por Cresswell (2009), e que poderíamos resumir nestas seis interrogações: Porque é que uma pessoa ou coisa se movem? A que velocidade? A que ritmo? Tomando que caminho? Com que sensação? Quando e como termina?

Tim Cresswell defende uma análise da mobilidade, enquanto movimento socialmente produzido, a partir de três perspetivas relacionadas: a perspetiva sobre o movimento em si, enquanto facto bruto, a perspetiva das representações da mobilidade, na procura dos significados contidos nos discursos sobre a mesma, e, por fim, a perspetiva da mobilidade tal como ela é praticada, experienciada, corporizada (Cresswell, 2006: 3). É nesse sentido que preparamos, com este ponto, o questionamento dos atores sobre as suas práticas de mobilidade, procurando perceber através das suas narrativas, se, como e de que forma as experiências de mobilidade influenciam as suas representações sociais das Avenidas Novas.

6.4.1. O Ponto de Partida

Toda a mobilidade decorre de uma necessidade. A relação entre industrialização, urbanização e rede de transportes está amplamente estudada, constatando-se que, na maioria das grandes cidades

europeias, a instalação de redes de transportes públicos resulta de uma necessidade criada pelos processos de industrialização e urbanização. Em Lisboa, porém, verifica-se o contrário. A rede de transportes públicos antecede a expansão urbana e proporciona ela própria a instalação de indústrias (Vieira, 1982).

Como vimos, enquanto as Avenidas Novas ganham forma e os seus quarteirões vão sendo preenchidos, a rede de elétricos facilita já a expansão da cidade para norte, enquanto mantém a ligação ao centro histórico e funcional da cidade, onde se concentram ainda o comércio e os serviços. Só a partir dos anos 1950 esse centro funcional se dilata para Norte, com novas polaridades no Marquês de Pombal e nas Avenidas Novas (Gaspar, 1976). E as mobilidades ajustam-se às novas necessidades. Necessidades dos que aí moram, mas também dos que para aí se deslocam à procura de bens e serviços ou para trabalhar, e, enfim, de todos quantos passam a atravessar esta zona apenas como lugar de permeio nos seus movimentos quotidianos. Hoje, as necessidades são tão diversas como o trabalho, o estudo, o alojamento permanente e temporário, o turismo, o consumo, ou, simplesmente, a fruição da cidade, pondo diariamente em conjunto milhares de pessoas, que entram, saem, voltam a sair e a entrar, circulam, passam...

6.4.2. A velocidade

Este tema é um dos aspetos centrais da análise da condição de vida nas grandes metrópoles feita por Simmel, referindo-se especificamente ao aumento do tráfego na cidade (2001[1903]: 39). Nos seus primeiros anos, as Avenidas Novas têm ainda uma posição marginal em relação ao centro da cidade, como ilustram as fotos de época, onde, apesar dos elétricos, as ruas parecem desertas. Mas já em 1930, o documentário *Lisboa Crónica Anedótica*, de Leitão de Barros, retrata a mobilidade emergente. As legendas deste filme são premonitórias: numa sequência da Baixa às Avenidas Novas, pode ler-se “devagar que temos pressa” (à entrada para o elétrico), “à medida que vai desaparecendo o pitoresco da velha Lisboa, uma outra surge, moderna e cheia de movimento”, e, por fim, “Esperem aí um grande bocado!” (cena de um engarrafamento provocado por um polícia sinaleiro nas Avenidas Novas).

Quanto à velocidade, observa-se atualmente nas Avenidas Novas uma realidade paradoxal, comum, aliás, ao que acontece nas grandes vias de tráfego dominadas pelo automóvel: os eixos centrais das avenidas são aqueles onde o número de faixas e o traçado retilíneo permite velocidades rodoviárias mais elevadas, apesar da velocidade máxima estipulada, mas são também aqueles que mais depressa ficam obstruídos por longas filas de carros, nas horas de ponta em particular. Paralelamente, experimentam-se novas e velhas velocidades, proporcionadas por bicicletas mecânicas e elétricas, por trotinetas e engenhos similares e pela redescoberta da pedonalidade, como meio de chegar mais depressa a lugares não distantes, de fazer exercício físico ou, como diria Benjamim, praticar a *flânerie*.

6.4.3. O ritmo

Temos depois a repetição, a cadência. Segundo Lefebvre, que Cresswell cita, o ritmo é um elemento fundamental da produção da vida quotidiana, parte da ordem social e da sua contestação (Lefebvre, 2000 [1974]). As longas filas de trânsito na direção do Saldanha, do Marquês de Pombal e da Baixa, marcam o ritmo quotidiano das manhãs na Avenida da República, com o reverso na direção da 2ª circular, de Benfica e do Lumiar no período da tarde, embora de manhã também haja chegadas da Autoestrada de Cascais e da Ponte 25 de Abril, que atingem o eixo central pelo Túnel do Marquês, e o seu contrário ao fim da tarde. Na Avenida de Berna o trânsito é mais intenso de manhã na direção do Areeiro, distribuindo-se em parte, pelo caminho, nas avenidas Cinco de Outubro, República, Roma, e à tarde no sentido contrário, em direção a Alcântara, ao Monsanto e à Ponte. Há também movimentos pendulares em sentido contrário, embora com menor intensidade.

Se observarmos diariamente a ocupação do metropolitano, constatamos que esta segue uma cadência semelhante. De manhã, as carruagens circulam cheias em direção ao Saldanha, Marquês e São Sebastião, e depois ao final da tarde na direção Campo Grande–Odivelas, Sete Rios–Amadora e Chelas–Parque das Nações. Até o sistema de bicicletas partilháveis apresenta um ritmo idêntico, sendo frequente encontrar pouca oferta de bicicletas nos pontos de estacionamento do Campo Grande e consequente dificuldade de estacionamento no Saldanha e no Marquês no período da manhã. Verifica-se o contrário ao final da tarde, situação que se tende a diluir à medida que a rede aumenta e ramifica.

Apesar de algumas transformações mais recentes, que parecem contrapor um sentido contrário ao da terciarização nos usos do solo, continua a haver uma marcada dicotomia dia/noite, semana/fim de semana, que se atenua no período pós obras do Eixo Central, com novos lugares de estadia e consumo.

6.4.4. A direção

A mobilidade é orientada por condutas fornecidas no espaço, que distorcem o espaço-tempo da cidade. Nesse sentido, identificam-se nas Avenidas Novas várias situações de *efeito de túnel*. As Avenidas Novas assentam numa malha ortogonal ancorada no Eixo Central Avenida Liberdade – Avenida Fontes Pereira de Melo – Avenida da República. Esse constitui o *canal* por excelência de comunicação entre zonas mais centrais e zonas mais periféricas. Em matéria rodoviária há ainda a considerar o arco Avenida de Ceuta – Avenida Calouste Gulbenkian – A Avenida de Berna – Avenida João XXI, que constitui uma via circular de Lisboa, com orientação radial.

A imagem destas regularidades assenta na relação funcional (trabalho – estudo – serviços – residência) dentro da área metropolitana, identificável ao nível de concelhos e freguesias. Essa relação decorre do próprio processo de metropolização de Lisboa, sustentado em fortes movimentos de

população em mobilidade forçada (Baptista, Luís Vicente; Nunes, 2010: 65), de que os movimentos pendulares são ainda, parcialmente ressonância e consequência.



Figura 6.5 Principais canais de mobilidade pesada

As Avenidas Novas começam por se afirmar inicialmente como um símbolo da cidade higienista, ampla, arborizada, iluminada, onde a distância se vence sobretudo de elétrico, o qual tem os seus percursos balizados por uma rede infraestrutural própria. Hoje, são as linhas do metropolitano, a linha do comboio e até as faixas BUS, os meios que facilitam a velocidade de uns em detrimento da lentidão de outros, comprovando que a conectividade suplanta a contiguidade. Na Figura 6.5, assinalam-se os principais canais da mobilidade pesada (comboio e metro) e os eixos rodoviários centrais e radiais. No caso das mobilidades leves não estão assinaladas as ciclovias, dado o alargamento permanente da rede, e também porque estas utilizam igualmente vias partilhadas. Numa rede mais fina, tanto a pedonalidade, como as mobilidades leves e o próprio automóvel utilizam toda a restante hierarquia de vias como canais.

6.4.5. A experiência

O quinto tema traduz uma faceta fundamental da mobilidade, a sua experiência concreta. Aqui há a referir, para além da experiência daqueles que diariamente fazem as Avenidas Novas num automóvel, aguardando a fluidez possível entre semáforos e faixas de rodagem cheias, por vezes fazendo lembrar a imagem da cidade silenciada por vidros duplos (Pais, 2010), também a ideia de fluidez e de acessibilidade que constitui uma marca original das Avenidas, na perspetiva pedonal. Com efeito, esta é uma área que convida a andar a pé, pela planura e amplitude das ruas, apesar de o estacionamento de carros ter invadido espaços anteriormente reservados ao peão.

As intervenções recentes no espaço público vieram favorecer de novo as modalidades pedonal e ciclável. Pela hora do almoço são visíveis as caminhadas ou pequenos passeios dos trabalhadores dos serviços, e até alguns ginásios instalados na zona convidam os seus clientes a fazer *jogging* à volta dos quarteirões. Por seu turno, o metropolitano é também responsável por um outro tipo de passantes, os invisíveis, os que não saem nem entram nas estações das Avenidas Novas, mas prosseguem no subsolo para os seus destinos.

6.4.6. A fricção

Por fim, o tema do atrito que a mobilidade sempre encontra, não apenas inerente à distância, mas sobretudo à paragem, quando forçada. Aqui, o congestionamento do trânsito rodoviário decorre não apenas da quantidade de veículos a circular, mas também do estacionamento anárquico, em 2ª fila ou nos cruzamentos, dificultando a visibilidade e a circulação. Uma compra rápida, um café, o jornal, o tabaco, são motivos bastantes para obstruir a via pública. A insegurança rodoviária torna-se uma constante, agravada pelo desrespeito das regras de trânsito no que se refere a semáforos, mudanças de direção e inversão do sentido de marcha. Em suma, o espaço público como *bem comum* é indevidamente apropriado por uns em detrimento da circulação de outros.

Temos depois o atrito decorrente dos próprios canais de circulação, sobretudo os que permitem maior velocidade aos seus utilizadores, mas constituem barreiras nos locais onde estão instalados. O caso paradigmático na freguesia de Avenidas Novas é a zona de Santos ao Rego, situada num verdadeiro enclave formado pela linha da cintura, pela Avenida das Forças Armadas e pela Avenida dos Combatentes (Baptista, 1987). Apesar de muito central, este é um espaço de descontinuidade, menos valorizado, que já recebeu armazéns, pequenas indústrias, bairros de lata e tem hoje os únicos prédios de habitação social da freguesia de Avenidas Novas. A linha de caminho de ferro constitui nessa zona, quase uma fronteira.

Nas Avenidas Novas é bem patente que a rápida movimentação de uns contribui para a insegurança e o isolamento de outros. O isolamento dos mais velhos não decorre certamente só da desvinculação laboral e do enfraquecimento das redes sociais associados à idade avançada. Pode também estar relacionado com o grau de amigabilidade/ hostilidade do meio, leia-se com o ruído, com as condições dos passeios, com a existência ou não de bancos e de sanitários, com a perceção de (in)segurança na aproximação às passadeiras, como o provam os estudos sobre as *Cidades Amigas dos Idosos* (Kalache, 2009). De referir, a propósito do envelhecimento e das vulnerabilidades urbanas, um contributo que aborda o espaço como categoria do entendimento social e as formas como ele pode reforçar as situações de isolamento social na velhice. Ao apresentar os resultados de um projeto sobre o isolamento social na idade avançada, Teresa Amor constata a forte correlação entre configuração espacial e a forma como as pessoas (re)organizam as suas rotinas no decurso da vida: a cidade é vista como hostil e agressiva e a perceção que as pessoas têm da sua própria vulnerabilidade está fortemente enraizada nas perceções sociais e urbanas (Amor, 2011).

A sequência destes temas ilustra bem a densidade do espaço social, a abrangência da mobilidade espacial e a complexidade da interação entre ambos. Entende-se, num espaço como o das Avenidas Novas, que só analiticamente é possível considerar em separado o que se passa na freguesia, no concelho, na área metropolitana... Isto, porque, na realidade, todas estas escalas se sobrepõem e enformam o espaço vivido.

Depois do processo de metropolização de Lisboa e das dinâmicas subsequentes, a malha ortogonal das Avenidas Novas, que se mantém quase inalterada ao longo de 120 anos, mas sobre a qual crescem as cérceas e se intensifica o trânsito, é hoje um campo de tensão e de confronto entre diferentes utilizadores da cidade, com necessidades, expectativas e experiências próprias, patentes ao nível do espaço público e das mobilidades quotidianas. Para além dos dados estatísticos reportados neste capítulo, o tema da mobilidade espacial é objeto de tratamento empírico, do qual se dá conta particularmente no capítulo 8.

Representações espaciais das Avenidas Novas

Como vimos na abordagem das dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas, a grande cidade-região de Lisboa é hoje um território de múltiplas interdependências e intensos fluxos de mobilidade. Há muito que os limites da cidade deixaram de ser fronteiras, como foram no passado, onde se tributava a entrada ou a saída de mercadorias. Hoje, as coordenadas da gestão do território, a diversos níveis e áreas funcionais, constituem linhas invisíveis, diluídas na continuidade da rede viária e do tecido urbano. Daí que encaremos a população do concelho de Lisboa muito para além daqueles que nele residem, considerando também os que aí trabalham, estudam, consomem, negociam, disfrutam e circulam (Rodrigues, 2008: 77), independentemente de a sua residência permanente estar sediada noutra concelho, região ou país.

Assim, as representações da cidade ou de parte dela não se esgotam nas práticas sociais dos seus residentes permanentes, mas são produzidas e reproduzidas no contexto da interação dos múltiplos protagonistas que constituem a população da cidade, com os seus movimentos e ritmos diversos. Esta pesquisa, em concreto, centrou-se na abordagem aos cidadãos que efetivamente residem nas Avenidas Novas, pela sua posição mais estável relativamente aos outros utentes da zona, numa escolha que teve em conta não só o horizonte temporal definido para a investigação, mas também os condicionalismos verificados no decurso da mesma⁶⁴. Apesar disso, foi abordado, tanto com os residentes como com os informantes privilegiados, o tema da relação quotidiana entre os diversos utilizadores da zona.

O que apresentamos nestes capítulos finais são os resultados da componente intensiva do estudo, obtidos através de entrevistas semi-diretivas a um conjunto de vinte moradores, sobre temas relacionados com as Avenidas Novas, no contexto da transformação da cidade. Iniciando-se com uma caracterização sumária do grupo de entrevistados, este capítulo é dedicado às representações espaciais das Avenidas. No seguinte, desenvolvemos a análise das representações sociais, privilegiando dois eixos temáticos, e no capítulo final ilustramos os perfis de referência através de um conjunto de retratos sociológicos.

⁶⁴ A maioria das entrevistas aos residentes teve lugar em janeiro e fevereiro de 2020, quando se perspectivava realizar também entrevistas a um grupo de trabalhadores dos serviços. O eclodir de uma pandemia mundial, com fortes condicionantes nas atividades em copresença, fez optar pela videochamada para concluir o grupo de residentes e a modalidade foi ainda testada com trabalhadores dos serviços. No entanto, a generalização do teletrabalho a partir de meados de março, alterara as rotinas quotidianas, condicionando as narrativas dos trabalhadores, pelo que se abandonou essa frente de pesquisa e se reforçou a abordagem a informantes privilegiados.

7.1. Caracterização dos entrevistados

Antes de dar voz aos atores, começamos por uma breve caracterização da *amostra*, desde já relativizando o uso desta denominação para o universo de uma análise qualitativa, associada não a uma representatividade estatística mas a uma representatividade social (Guerra, 2014: 21), remetendo para o capítulo 2 os detalhes da sua constituição.

Chegados a este ponto da pesquisa, estava já bem claro que o estudo não se reportava à freguesia de Avenidas Novas, com o seu perímetro administrativo recentemente definido, mas a uma zona da cidade, de limites indefinidos, associada a essa designação. Por isso, as entrevistas circunscreveram-se a residentes da zona restrita das Avenidas Novas, conforme definida no capítulo 4, Figura 4.4.

A amostra foi constituída por vinte adultos a viver em situação socioeconómica independente, sendo 13 mulheres e sete homens, com idades compreendidas entre 33 e os 71 anos. O grupo etário dos 41 aos 64 anos é o mais representado, com 12 pessoas, seguido do grupo dos 65 e mais anos, com cinco pessoas, e do grupo até aos 40 anos, com apenas três.

Um traço marcante desta amostra é a elevada escolaridade dos entrevistados, onde apenas dois elementos têm o ensino básico completo e outros dois o ensino secundário completo. A maioria dos entrevistados concluiu o ensino superior, dez dos quais ao nível da licenciatura, cinco ao nível do mestrado e um do doutoramento. Esta contingência decorre, antes de mais, da realidade sociodemográfica da freguesia e da área particular em que incidiu a abordagem aos residentes, conjugada depois com a estratégia de amostragem utilizada, onde os indivíduos selecionados foram propondo novos participantes dentro da sua rede de relações.

As profissões, atuais ou últimas, são variadas, mas a maioria situa-se no grande grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (nas áreas de arquitetura, design, advocacia, engenharia, serviço social, jornalismo, história de arte, bibliotecas...), fora do qual ficam apenas dois dirigentes, dois trabalhadores dos serviços pessoais, um técnico de nível intermédio e um supervisor de pessoal administrativo⁶⁵.

A maioria das pessoas entrevistadas trabalha ou trabalhou por conta de outrem, na última vez que trabalhou (15). Dos restantes, dois trabalham por conta própria e três acumulam ambas as situações. Já quanto à condição perante o trabalho, $\frac{3}{4}$ encontra-se ativos, sendo o grupo minoritário constituído por quatro reformados e um desempregado. Uma parte significativa da amostra trabalha, ou teve o seu último trabalho na freguesia de Avenidas Novas, o que reforça o conhecimento e a vivência do território.

⁶⁵ Ao procurar diversificar a amostra no que respeita à escolaridade, deparámo-nos com a realidade das porteiras, ainda ativas em alguns edifícios, o que ofereceu algum contraste. Todavia, limitámos a experiência a duas situações porque o objeto do estudo não era, efetivamente, explorar dicotomias profissionais ou de classe.

Dos vinte entrevistados, 12 vieram morar para as Avenidas Novas nos últimos vinte anos, e, de entre estes, seis vivem na zona há menos de dez anos. Nos extremos, contam-se dois residentes na zona há apenas dois anos e três residentes que aí moram há sete décadas. Mesmo os mais recentes evocam memórias de passar e de frequentar as Avenidas Novas.

No quadro da trajetória espacial dos entrevistados, os motivos familiares foram os que mais pesaram na vinda para a zona, na permanência ou até, nalguns casos, no regresso ao fim de algum tempo. A proximidade de familiares bem como a oportunidade de herdar ou comprar casas de família, a preços mais baixos dos de mercado, foram fatores determinantes em situações como o casamento, o divórcio ou o aumento de elementos do agregado familiar.

Noutras situações, foi a procura de uma zona com boas acessibilidades e transportes, servida de comércio e serviços, que pesou na escolha das Avenidas Novas, que alguns já associavam a esses atributos, considerando a zona uma das mais centrais da cidade, mas ainda não tão proibitiva do ponto de vista do imobiliário nem tão atingida pelo turismo como o centro histórico, o Chiado, o Príncipe Real ou a Avenida da Liberdade, para usar referências dos próprios.

Relativamente à condição de ocupação dos alojamentos, 11 pessoas residem na qualidade de proprietárias e sete como arrendatárias. As situações restantes dizem respeito a duas porteiras, as quais usufruem de uma casa que constitui contrapartida inerente à função que desempenham.

Quadro 7.1 Caracterização dos entrevistados

Entrevista nº	Nome (fictício)	Idade	Escolaridade	Profissão	Situação na profissão	Condição perante o trabalho	Vive há quantos anos nas AN	Trabalha ou trabalhou nas AN	Condição de ocupação da casa
3	Manuela	54	Licenciatura	Bióloga	Conta de outrem	Ativo	17	Não	Casa arrendada
4	António	57	Freq. Licenciatura	Téc. Redes sistemas	Conta de outrem	Desempregado	20	Sim	Casa própria
5	Dulce	54	Licenciatura	Arquiteta	Conta própria	Ativo	53	Sim	Casa própria
6	Alfredo	58	Licenciatura	Engenheiro	Conta própria	Ativo	16	Não	Casa própria
7	Helena	54	Licenciatura	Psicóloga	C. própria e outrem	Ativo	23	Sim	Casa própria
8	Ângela	75	Licenciatura	Bibliotecária	Conta de outrem	Reformada	70	Sim	Casa própria
9	Amélia	63	Ensino Básico	Porteira	Conta de outrem	Ativo	14	Sim	Casa porteira
19	Nuno	49	Licenciatura	Jornalista	Conta de outrem	Ativo	19	Não	Casa arrendada
11	Sofia	61	Mestrado	Conservadora de museu	Conta de outrem	Ativo	2	Sim	Casa própria
12	João	34	Licenciatura	Advogado	Conta de outrem	Ativo	9	Sim	Casa arrendada
13	Alice	70	Licenciatura	Coord. de <i>Marketing</i>	Conta de outrem	Reformada	70	Não	Casa própria
14	Maria do Rosário	71	Licenciatura	Assistente Social	Conta de outrem	Reformada	71	Não	Casa arrendada
15	Paula	46	Doutoramento	Professora e Gestora	C. própria e outrem	Ativo	30	Não	Casa arrendada
16	Lucinda	72	Ensino Básico	Porteira	Conta de outrem	Ativo	35	Sim	Casa porteira
17	Jorge	48	Mestrado	Advogado	Conta de outrem	Ativo	2	Sim	Casa própria
27	Isabel	71	Ensino Secundário	Chefe de repartição	Conta de outrem	Reformada	44	Não	Casa própria
29	Catarina	43	Mestrado	Professora	Conta de outrem	Ativo	17	Não	Casa própria
31	Joaquim	41	Mestrado	Diretor de compras	Conta de outrem	Ativo	5	Sim	Casa arrendada
32	Marta	33	Mestrado	Assistente Social	Conta de outrem	Ativo	9	Não	Casa própria
33	Vítor	38	Licenciatura	<i>Designer</i>	C. própria e outrem	Ativo	5	Sim	Casa própria

7.2. As Avenidas Novas no mapa

O guião da entrevista contemplou os seguintes temas: a vinda para a zona (trajetória espacial); impressões gerais sobre a zona, o quarteirão e a casa; o estatuto social associado às representações sociais do espaço residencial; a ideia de bairro; a mobilidade espacial quotidiana; e a perceção da cidade em transformação. No decurso das entrevistas foi proposto a cada entrevistado delimitar num mapa o perímetro das Avenidas Novas, por forma a registar quais as componentes territoriais que integra e exclui nesse conceito. Fornecido um mapa turístico com indicação de arruamentos e espaços verdes, que abrangia a quase totalidade do concelho de Lisboa, sem identificação das freguesias, tratou-se de percorrer esta zona da cidade, na linha das pesquisas sobre a legibilidade urbana (Lynch, 1982), desta feita sem sair de casa.

Os vinte mapas obtidos com esta atividade⁶⁶ constituem, separadamente e sobrepostos, registos originais sobre as representações das Avenidas Novas, complementados pelas narrativas mais ou menos detalhadas que acompanharam a materialização destas imagens. Uma boa parte dos entrevistados começou por reagir a esta proposta com uma necessidade de clarificação. Tratava-se de delimitar no mapa a nova freguesia de Avenidas Novas ou a zona a que, no seu entendimento, essa designação corresponderia?

– Eu sei que uma coisa é a freguesia, outra coisa é a zona. (...) o que eu chamo mesmo Avenidas é este polígono, portanto, Avenida de Berna, Avenida António Augusto Aguiar, Avenida da República e Fontes Pereira de Melo. E29

O esclarecimento do ponto de partida justificava-se precisamente porque, conhecendo ou não os limites administrativos, os entrevistados assumiam *a priori* que haveria diferenças.

– Eu sei que a freguesia é muito maior, mas eu vejo as Avenidas Novas aqui ... portanto imagino que possa ser maior. E10

O “aqui” e o “agora” pressupõem também uma destrição temporal, entre o passado e o presente:

– Se me perguntar agora onde é que estão as Avenidas Novas modernas, obviamente que vêm até aqui ao Rego. Agora a antiga era basicamente aqui. E4

Existem então umas Avenidas Novas “antigas”, que não eram freguesia, e, portanto, não tinham perímetro administrativo definido, e, atualmente há umas Avenidas Novas “modernas”, correspondendo a uma área claramente maior, fixada por limites oficiais.

Há também quem ainda tenha referência às freguesias que existiam antes da fusão de 2012. Por vezes, as anteriores freguesias são também utilizadas para fazer comparações e distinções internas à nova freguesia, ou acentuar, como veremos, que uma zona como o Bairro Santos ao Rego só pertence

⁶⁶ Na verdade, de 20 entrevistas resultaram 21 mapas, porque uma das entrevistadas delimitou uma versão mais restrita e outra mais lata das Avenidas Novas.

às Avenidas Novas porque já estava incluída na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, mas representa uma realidade social que nada tem a ver com as Avenidas.

– Repare, no fundo, ... o que é que é as Avenidas Novas hoje? É S. Sebastião ou Nossa Senhora de Fátima? Que são diametralmente opostas. Porque, por exemplo, S. Sebastião da Pedreira, digamos, que é uma zona economicamente melhor, pelo menos é essa sensação que se tem [comparado com] Nossa Senhora de Fátima, se tivermos em conta a zona do Rego. Se formos até à Avenida de Berna tudo bem, não há distinção praticamente, enfim..., agora, se passar a Avenida de Berna para o outro lado, pronto, já é totalmente diferente. E4

De resto, os comentários mais ou menos extensos que cada um foi fazendo durante o exercício, ilustram, numa linguagem de limites e fronteiras, algum cuidado sobre a natural inexatidão do traço, assumido como uma ideia pessoal. Na ótica de cada um, as avenidas “começam” ou “nascem” numa zona, “prolongam-se” até a um dado cruzamento e “acabam” ou “morrem” noutra parte. Apesar de se tratar de uma zona relativamente plana, há referências às avenidas que sobem e que descem, pondo em contraste diferentes bitolas: a inclinação do terreno, a sequência numérica dos lotes, o sentido da expansão da cidade, e a aproximação ou o afastamento a pontos de referência como o Saldanha ou o Campo Pequeno.

Determinantes, porém, são as expressões de uma linguagem de inclusão/exclusão, de “apanhar” ou “deixar de fora”, relativa não só a avenidas e eixos, mas também a certos locais específicos, e sobretudo a segmentos espaciais, sejam eles bairros ou somente franjas. No ato de “circular” e “cingir” emergiram as primeiras memórias da permanência prolongada na zona, assim como as percepções do espaço decorrentes das práticas quotidianas, sobretudo, de andar a pé. Ao concluir o desenho, houve quem referisse:

– Isto é o Parque Eduardo VII? Então, com certeza. É a minha infância. Eu fiz-me de brincar lá. Até lhe diria que, numa segunda abordagem, eu ainda me cingiria mais. Ainda me cingia mais aqui. E14

– Isto no fundo não é nada, já estou a ver. É o meu circuito a pé. Não é? É um bocado por aí. Isso é giro. E32

7.3. Visão de conjunto

A Figura 7.1 ilustra a sobreposição de todas as áreas delimitadas por cada um dos entrevistados, em cor azul, e o contorno oficial da freguesia de Avenidas Novas, a vermelho. Devemos ter em conta que somamos aqui dois tipos distintos de informação: aquilo que uns julgam ser genericamente a área oficial da freguesia, e aquilo que outros consideram corresponder a uma identificação mais específica ao nome Avenidas Novas. Começamos por sublinhar que, muito provavelmente na tentativa de

A área mais densa no mapa é a área de consenso que liga a totalidade dos exercícios, na medida em que é a que não oferece dúvidas, no fim de contas, o que todos consideram ser Avenidas Novas. Trata-se de uma área referenciada aos quarteirões retangulares que preenchem o espaço entre a Avenida da República, a Praça Duque de Saldanha, a Gulbenkian e a Avenida de Berna.

Também se verifica que a envolvente poente do Saldanha faz a transição para a zona dos quarteirões quadrangulares das Picoas, onde esse consenso enfraquece, dando razão à tese de que o “pleno” das Avenidas Novas só atinge a sua máxima realização no planalto pós-Saldanha. Nesta parte, é particularmente interessante verificar que a maioria dos entrevistados incluiu toda a Praça Duque de Saldanha nas Avenidas Novas, quando, na realidade, só a metade poente pertence à freguesia assim denominada, e outra parte à freguesia de Arroios. No desenho que os entrevistados fizeram, este local surge como uma peça “inteira” das Avenidas Novas, o que confirma, antes de mais, a polaridade que constitui a praça do Saldanha, não só em termos da mobilidade espacial – a rotunda distribuidora do tráfego –, mas também ao nível da fruição do espaço público, do comércio e dos serviços, sendo palco de intensos fluxos pedonais, que foram já objeto de estudo (Frétigné, 2005).



Figura 7.2 Mapa com o perímetro menor (A) e maior (B) feito pelos entrevistados e locais aproximados de residência destes

Enquanto na Figura 7.1, correspondente ao somatório de todas as áreas delimitadas pelos entrevistados, temos uma zona densa à volta da qual a gradação se vai tornando esparsa, na Figura 7.2 procuramos polarizar a leitura unicamente em dois perímetros, um maior (B), que resulta da ligação dos limites mais amplos que foram desenhados pelos entrevistados, e um restrito (A), que corresponde à área incluída em todos os mapas. Estes dois traçados não correspondem, portanto, à delimitação feita por qualquer entrevistado em particular, mas às áreas máxima e mínima consideradas. Mantemos os limites oficiais da freguesia para facilitar a leitura.

O traçado maior (B) evidencia o que, nalgumas representações, traduz um prolongamento da área considerada como Avenidas Novas no sentido de Alvalade, confirmando uma associação comum das Avenidas Novas com essa zona. Mas é o traçado menor (A) que nos interessa particularmente. Em primeiro lugar porque ele mostra a importância, na perceção geral do espaço, do local em que cada entrevistado vive. Acrescentamos neste mapa a localização aproximada da residência dos entrevistados, mantendo a anonimização dos dados, e esta informação é o suficiente para constatar que mais de metade dos entrevistados tem, afinal, a sua morada fora deste traçado menor, o tal mínimo denominador comum.

Esta disparidade contrasta com o facto de, em cada mapa individual, todos se terem incluído no perímetro que desenharam. Ou seja, para os sujeitos, as Avenidas Novas podem ter contornos pouco consensuais, mas cada um tem a certeza de viver dentro e não fora desses contornos. A importância do local preciso em que cada um reside determina, então, literalmente, o ponto de vista a partir do qual observa o todo e as partes do território. Também influencia, como veremos adiante, a avaliação da existência de uma vida de bairro, que pode reconhecer presente num quarteirão e já ausente no quarteirão seguinte. Durante este exercício prático evidencia-se algum discurso dicotómico dos moradores desta zona ao compararem a zona onde moram com os três bairros atrás mencionados, sobretudo o Bairro Santos ao Rego.

7.4. O todo e as partes

As representações espaciais que sumarizamos nas ilustrações anteriores levam-nos a questionar se terão as Avenidas Novas um centro, e, em caso afirmativo, onde fica situado. Numa certa perspetiva, o exercício feito com os entrevistados aponta para que tenham pelo menos uma zona central, que é a área mais escura do mapa, em função da qual as outras são periféricas. Ou, num plano mais simbólico, que as Avenidas Novas têm, de facto, um centro longitudinal que é o próprio eixo formado pela Avenida da República e pela Avenida Fontes Pereira de Melo, eixo esse que inflete no Saldanha:

– Em geral, é assim, destacado é a avenida, que é um eixo central, mas tirando isso acho que há uma certa homogeneidade. Em geral, acho que sim. E15

Esta imagem do eixo como centro remonta aos tempos primordiais das Avenidas Novas, numa certa hierarquia do edificado e dos seus usos, que atribui à Avenida da República um certo estatuto de avenida-fachada, e um papel principal no plano da rede viária. Se não é o centro das Avenidas Novas, o Saldanha é, pelo menos, o ponto nodal desse eixo, que demarca a entrada no planalto – um elemento urbano, pois, que, só na invisibilidade de uma conceção administrativa se pode dividir em dois, mas que constitui uma peça única nas práticas da vida quotidiana.

Mas há quem considere não existir um centro, e prefira enfatizar a centralidade da área, em termos gerais. De certa forma, esta visão consubstancia a perspetiva das Avenidas Novas como uma zona de grande fluidez, onde a permanência se concilia com a passagem. Centralidade e acessibilidade confundem-se então, nesta ótica, como se confundem os próprios recursos da zona e a facilidade de transportes, nas explicações dos movimentos de sair, de chegar e circular.

– A centralidade. Sem dúvida. Ser o centro do mundo. O facto de ser possível fazer vida a pé, portanto, no raio de 5 minutos ou de 10 minutos há tudo, desde os melhores restaurantes, supermercados, farmácia, esplanadas, jardins, cinemas, museus, tudo. Há tudo, a pé. E29

– Essencialmente a centralidade. E, nesse sentido, a acessibilidade a tudo, quer em termos de deslocação quer em termos de serviços. Essencialmente isso. E15

Logo nas primeiras questões da entrevista, ao abordar os aspetos positivos e negativos das Avenidas Novas, para aferir a identificação dos sujeitos com a área, foi notória a forma como a generalidade dos entrevistados se referiu à abundância de oportunidades que a zona oferece. Nas suas expressões: a localização central, o facto de ter tudo perto, comércio e serviços, à distância de poucos metros, ao pé e a pé, em poucos minutos, e acessível também porque plana e bem servida de transportes.

– Eu gosto muito da parte do comércio, ou seja, da vida de rua. É bastante rica nesse aspeto e, pronto, a centralidade, ou seja, de conseguir fazer em poucos minutos, a pé ou de bicicleta, ou qualquer coisa, pronto chega-se praticamente a tudo o que se pretende, qualquer necessidade que haja. E depois muito bem servida de transportes, nomeadamente de metro, tem várias linhas e tal. E31

– É uma zona que tem tudo. Tem tudo em termos de serviços. É bem servido de farmácias... Tem escolas, tem faculdades... Depois tem imensos supermercados, imensas lojas. Antigamente havia muitas mercearias. Tinha tudo, tinha sapateiros, tinha costureiras, lavandarias, ... Temos facilidade imensa de acesso, tanto ao Hospital Curry Cabral, ...como a Santa Maria, e o meu filho, com onze anos, dizia assim: “ai que engraçado, nós aqui na nossa rua temos tudo, pode-nos acontecer o que quer que seja que temos tudo”. E13

Ora, esta centralidade, a que tantos se referem, condiz sobretudo com as características da área representada pela mancha densa do mapa. Não se aplicará, de igual forma, a zonas mais distantes, onde os recursos e as acessibilidades são diferentes, como os três conjuntos urbanos identificados na

sua designação como bairros (ver Figura 4.3 no capítulo 4) e, entretanto, outras zonas indefinidas. O Bairro Santos ao Rego é incluído no mapa por oito pessoas, embora a maioria omita a parcela separada pela Avenida dos Combatentes, que forma um triângulo com a Estrada das Laranjeiras e com a Avenida das Forças Armadas. Em todo o caso, o Bairro Santos é referido por todos os entrevistados, sem exceção, ao longo das entrevistas.

Noutro extremo, o Bairro Alto do Parque é o menos assinalado no exercício dos mapas, provavelmente pela grande descontinuidade na malha urbana, imposta pelo próprio Parque Eduardo VII, tanto em área como em inclinação do terreno. Só seis pessoas incluem o parque no desenho, e apenas três abrangem este bairro. Destes três bairros, o mais contemplado nas conceções gráficas é o Bairro Azul, que metade dos entrevistados integrou na sua representação das Avenidas Novas.

Quando questionados sobre a existência de várias zonas dentro do território das Avenidas Novas, evidencia-se, por um lado, o discurso dos que consideram apenas uma pequena área, homogénea, e, por outro lado, os que consideram uma área maior, heterogénea. Os primeiros circunscrevem-se ao perímetro restrito:

– Eu só estou a frequentar aqui esta zona mais próxima de mim, não tenho mesmo essa sensação de outras zonas, ..., não tenho que ir a essas ruas, não tenho normalmente necessidade de frequentar, sou muito fiel aqui a este espaço muito confortável. E27

– Considero uma zona muito homogénea, aliás das mais homogéneas de Lisboa. E17

Nesta perspetiva mais contida, os entrevistados admitem, quando muito, algumas dicotomias na área central, começando pela referência mais importante da Avenida da República, que tem um lado nascente com apenas duas filas de quarteirões e um lado poente mais desenvolvido:

– Eu costumo sempre dizer que acho esta zona, portanto, para cá da Avenida da República, melhor que a zona de lá. Acho melhor. Porque tem aqui a Gulbenkian, comércio local, tem o Corte Inglês, por exemplo, várias coisas, também tem cinema. Acho que este lado é mais bem servido sim. E12

Ao falar de um “lado de cá” e de um “lado de lá” da Avenida da República, o discurso, por vezes, extrema-se:

– Do outro lado da Avenida da República, eu nunca me lembro de ouvir chamar aquilo Avenidas Novas. Para mim as Avenidas Novas foi muito o eixo da Avenida da República, talvez ela de um lado e de outro, mas depois tudo o que se passava para trás, Casa da Moeda... Tudo aquilo, entre nós nunca se ouviu falar... E13

Por sua vez, também há quem recorra a uma dicotomia na área central, mas tomando como referência uma via perpendicular ao eixo central, a Avenida Duque d’Ávila:

– Poderia fazer uma ligeira, muito ligeira separação até à Avenida Duque d’Ávila. Se precisasse de fazer uma separação faria até aí, porque às vezes separo um pouco esta zona mais das Avenidas, mais familiar, da zona do Saldanha, mais escritórios, e, portanto, se fizesse uma separação fazia essa. E29

E há ainda quem combine as duas dicotomias anteriores, recorrendo ao eixo central e à Avenida Duque d'Ávila para estabelecer como que uma cruz a dividir quatro zonas e assim definir o "seu bairro" como uma parcela mais pequena:

– *Acho que há subgrupos. Eu, se me referir ao meu bairro, não estou a pensar na zona da Gulbenkian, por exemplo, que também são Avenidas Novas. Eu diria que o meu bairro é este aqui, entre o Campo Pequeno, a Duque d'Ávila, o Arco do Cego e a Avenida da República.* E6

Estas posições são as que têm em comum o foco no eixo central, e confinam-se à área de convergência atrás aludida. Todas as outras, que são a maioria, distinguem zonas e identificam os bairros, sendo o discurso comparativo mais comum o que se refere ao Bairro Santos ao Rego. Consideramos aqui a comparação espacial como parte da comparação social, no sentido em que os processos de procura de semelhanças e diferenças sustentam, subjetivamente, o modo do pensar coletivo (Vala & Castro, 2017: 576). Falar do espaço em que se vive, confrontando-o com o raio mais amplo das áreas circundantes e com alguns bairros em particular, é algo que esclarece também, em parte, o reconhecimento de pertença implícito aos processos identitários. Havendo um "nós" e uns "outros", esses outros são sobretudo os do lado de Santos ao Rego, já que, quanto ao Bairro Alto do Parque e ao Bairro Azul, se admitem não tanto diferenças sociais, mas mais diferenças espaciais, a distância e o desenho arquitetónico, respetivamente.

– *Tem vários bairros. Bairro do Alto do Parque, Bairro Azul, o Bairro Santos que é uma outra realidade, com várias realidades.* E8

Detenhamo-nos agora nas narrativas sobre estes bairros, começando pelo caso do Bairro Santos ao Rego, o mais referido por todos os entrevistados. Começamos por notar que há uma imagem genérica sobre tudo o que está a norte da linha do comboio que é a imagem de uma zona indefinida. Por vezes essa separação é antecipada para a Avenida de Berna, mas o mais comum é usar a linha ferroviária como referência. Na dificuldade de distinguir os diversos trechos urbanos, é comum recorrer ao Bairro Santos ao Rego para designar tudo o que está "para lá", mesmo reconhecendo outros elementos dissonantes dessa identidade. Esta imagem vaga e confusa inclui até uma imprecisão habitual em relação ao próprio nome do bairro:

– *A parte do Bairro do Rego, que eu nunca sei se é Bairro do Rego se é Bairro de Santos, entre a Avenida, há as duas não é, eu sempre ouvi ambas, e então eu uso ambas as expressões, mas entre a linha de comboio da Avenida de Berna, aquelas duas ruas que para mim já não são também e até depois da linha do comboio que é por o Bairro do Rego, onde existe o mercado, isso ainda faz parte, penso eu, das Avenidas, da freguesia não é? Isso para mim não faz parte das Avenidas. Toda essa zona de Santos ao Rego para mim não são, não é zona das Avenidas.* E29

Na verdade, se observarmos este lado norte da linha do comboio, constatamos que existem elementos mais ou menos isolados, como os diversos prédios da Avenida das Forças Armadas, ou os

que fazem esquina entre essa avenida e a Avenida dos Combatentes, a Embaixada do Brasil e a Embaixada dos Estados Unidos da América, por exemplo, que nada têm a ver com o Bairro Santos ao Rego, embora o envolvam. Por isso assinalámos na Figura 4.3 do capítulo 4 aquilo que nos parece, efetivamente, corresponder a esse bairro, uma malha de si também diversificada, que inclui pequenas moradias, prédios construídos na primeira metade do séc. XX e três conjuntos habitacionais em solos públicos, construídos no Plano Especial de Realojamento (PER) dos finais dos anos 1990.

O Bairro Santos ao Rego é reconhecido pelos entrevistados por esta combinação entre uma escala urbana mais modesta que a das Avenidas, uma maior vivência de bairro e um histórico de vulnerabilidade social associado, primeiro a uma vasta zona de barracas que houve junto à linha do comboio até à década de 1990, e depois aos realojamentos do PER.

– A zona do Rego, para mim é Rego. Isso para mim é um bairro à parte. Se calhar estou a dizer uma enorme estupidez, mas nunca me passaria pela cabeça pôr o Rego nas Avenidas Novas. Mas se calhar pertence. Para mim não é nada Avenidas Novas. Para mim é o Rego, é clarinho como água, é um enclavzinho, uma coisa pequenina ali a volta do IPO. E17

– O Rego é claramente outra zona. Muito diferente. A todos os níveis. A própria malha urbana, o tipo de construção, o tipo de edifícios, a dimensão dos edifícios, as características. Até porque o Rego já está na franja desta zona. E5

A legibilidade urbana é vista como intrincada, em comparação com a das Avenidas:

– Este Bairro, de Santos, até pelo desenho dos arruamentos é quase árabe. Irregular não é a quadricula, como... E11

Denota-se, porém, algum cuidado na linguagem, quando se aborda a ideia de uma vivência de bairro nessa zona pequena, à parte e de menor escala.

– Passo por lá e tenho pessoas que moram lá. Mas isso já é mais bairro. Isso aí já considero bairro. E9

– Ali a Rua da Beneficência, ... bom esse aí já é um bairro. Faz uma unidade a todos os níveis, eu acho quer sob o ponto de vista social, é outro género de pessoas talvez, é um nível, depois tem ali o mercado, tem aquela zona ali da tia Matilde, tudo aquilo. E13

Nas memórias dos que moram do lado sul da linha, há recordações da ida ao “lado de lá”, quando a linha do comboio não constituía uma barreira tão grande, pois atravessava-se a pé no Apeadeiro do Rego:

– Eu lembro-me, o meu pai é que eu gostava imenso de ir à tia Matilde, íamos a pé, atravessava-se a linha do comboio, mas era um género de pessoas mais ligadas, portanto à parte do comércio, tanto os que viviam como os que trabalhavam. Portanto era outro tipo de bairro, um bairro género com gente, enfim, não digo com necessidades, mas já um nível social já muito de gente trabalhadora. E13

Mas a pobreza tinha expressão direta num bairro de barracas, cuja memória está ainda viva nos moradores mais antigos das avenidas centrais:

– Eu vivi em Santos, numa transversal lá muito ao cimo, que ia até dar a uma escolinha que lá há... Aquilo havia imensa, era uma zona de barracas, (...) e como eu levava a minha filha mais velha para o infantário, que era cá em baixo mesmo ao pé da Feira Popular, (...) levava-a todos os dias a pé, e voltava, ia e vinha, atravessava aqueles montes vales e via, de facto, uma zona socialmente muito baixo, sim. E14

Há mesmo uma moradora que refere um período de grande dinamismo na Igreja de Fátima e o papel de um pároco que mantinha contacto direto e permanente com o bairro:

– A paróquia era um espaço muito vivido, muito ativo. Depois ele tinha uma preocupação social muito grande. Portanto, ainda no tempo dele se começaram a organizar campanhas e se tinha ali uma espécie de roupeiro social, portanto, onde as pessoas deixavam coisas e havia pessoas que organizavam as entregas que eram feitas para depois distribuir. ... Por exemplo ele fazia uma coisa que muito poucas pessoas sabiam que era, havia aqui um bairro de barracas muito grande, que era a Azinhaga da Torrinha, ali mesmo junto à linha... que era habitado por pessoas de etnia cigana, nessa altura, portanto ainda não tinha havido grande entrada de pessoas dos países africanos para cá, e que era um sítio, era um bairro onde a polícia muitas vezes não queria entrar. E o Padre Abranches ia lá todos os dias. Entre as nove e o meio dia se alguém o queria encontrar era lá que ele andava. E era bem recebido. E fez um trabalho, fazia um trabalho muito importante de tentativa de integração das pessoas. Foi de facto uma figura incontornável. Muito marcante. E3

A marca de um “bairro social”, seja numa visão das “classes trabalhadoras” seja através de referências concretas a grupos étnicos, acaba por estar sempre presente na visão que os moradores das avenidas centrais atualmente têm do Bairro Santos ao Rego.

– Sei que é um bairro onde, mais social, quando as pessoas pagam rendas, as rendas não são tão caras... Aí talvez haja outro tipo de vida social, mas também não lhe sei dizer, é só por aquilo que eu deduzo ou leio ou vi ocasionalmente, por que há uma praça, suponho que as pessoas do mercado vivam por ali, portanto, são pessoas trabalhadoras que criaram as suas raízes ali, estão perto de tudo e têm um belíssimo bairro, também bem servido de transportes e pertinho de todo o lado. E27

Sabemos que a operação de realojamento se realizou não sob a forma de construção massiva de grandes áreas, como noutras zonas da cidade, mas repartida em três zonas relativamente pequenas, integradas na malha pré-existente, uma junto à linha do comboio, outra junto ao mercado e uma terceira junto à Avenida das Forças Armadas. Mas o que poderia, à partida, ser uma condição de maior sucesso, não o terá sido, e a imagem da habitação social consegue ser tão ou mais negativa do que a do anterior bairro de barracas.

– O Bairro Santos tem alguns bocadinhos ainda antigos de vivendas, por acaso até tem algumas vivendas engraçadas, do tempo inicial, de quando aquilo foi construído, para os operários, e tem depois muito bairro social, tem três bairros sociais ali dentro, não é. E não foram só os que habitavam o bairro que moravam nas barracas. Vieram doutros sítios. E fez-se ali assim ...foi uma inclusão mal feita porque foram pô-las exatamente no sítio onde havia os prédios mais caros na altura, que era o Gemini, o Tridente, o Bruxelas. Claro que aquilo rebentou com aquilo tudo. Rebentou com o centro comercial, que era muito bom. Fechou completamente. E8

A “habitação social” é, pois, uma marca que opõe aos entrevistados, uns moradores diferentes, afastados, mas ainda assim fregueses da mesma freguesia. Localizada dentro do perímetro administrativo das Avenidas Novas, mas numa área demarcada pela linha do comboio, do lado onde até há poucos anos houve barracas e integrada num trecho urbano mais modesto, esta habitação social representa a periferia de uma zona central, como descreve uma das moradoras, familiarizada com a intervenção comunitária em bairros camarários, por força da sua atividade profissional:

– Vamos imaginar um turista “ai está nas Avenidas Novas”, estas ruas amplas, lindas, maravilhosas, estes prédios, provavelmente diz “eh pá, estamos num centro”. Era a mesma coisa que eu andasse numa daquelas avenidas próximas do Arco do Triunfo em Paris, vamos imaginar, não é, e vejo estas casas e imagino “eh pá, quem mora aqui, fogo, tipo está a morar numa zona central da cidade, de certeza que vive bem, é porreiro e não sei quê”. Depois se calhar a visão das Avenidas Novas fosse visitar o Bairro do Rego, e especificamente a zona de realojamento municipal, é pá, se calhar a ideia pode alterar-se completamente sobre o que é essa questão socioeconómica. Podia ser o mesmo turista a visitar e a dizer “olha que giro, pá, as casas não me parecem muito fixes, parecem estar degradadas, mas isto é no centro da cidade”. Se calhar vamos imaginar um francês, a minha referência seria bairros periféricos e não centrais, não é, tipo a ideia de banlieu e... E que é interessante por isto, que é, tem características de um bairro mais de periferia, não é, e até um bairro de habitação social etc. mas está no centro da cidade, tem um potencial brutal, brutal. E que, numa perspetiva de quem venha de fora, se calhar, pelo edificado, vê que há, que é de uma qualidade diferente, não é este edificado todo bonitinho e não sei quê, se calhar está deteriorado, vê pelo espaço público também uma quantidade de diferenças que são visíveis a olho vivo e que se calhar diz “ah isto é uma zona mais pobre” mas, ao mesmo tempo, nessa perspetiva é interessante ver, quem vem de outras referências as zonas mais pobres normalmente estão em zonas periféricas (...). É interessante que mesmo uma zona pobre nas Avenidas Novas está no centro, não é? E32

Esta leitura de uma ‘periferia central’, sustentada no contraste e na dicotomia ‘nós’/ ‘eles’, leia-se Avenidas / Rego, é utilizada para enfatizar a centralidade e o prestígio das Avenidas Novas, onde até a habitação social existente goza de um estatuto de exceção. Tendo em conta a importância da abordagem dialógica na análise das representações sociais (Marková, 2015), e o peso que a dicotomia

centro / periferia teve no tratamento das questões espaciais, esta leitura paradoxal avança para uma marca identitária forte, já ao nível da freguesia, equivalente a uma segregação integrada numa identidade. A polarização do Bairro Santos ao Rego só é atenuada pela tal imagem de imprecisão e indefinição, que vimos antes, a que se vão juntando elementos novos no quadro de perceção da cidade em transformação:

– *Ali também há a SIBS, e aquelas torres ali, há ali a Abreu Advogados, digamos que há ali umas empresas, também há ali um hotel grande ...* E4

– *O Bairro Santos atualmente vai tendo várias realidades. Até politicamente. É engraçado porque, há uns anos atrás, o Bairro Santos era um bairro só de gente de esquerda. ... Atualmente, ... lá está, com as tais casas mais recentes, que foram fazendo por ali, aqueles edifícios também inicialmente da EPUL, aquele da Alta de Entrecampos.* E8

Em todo o caso, a linha do comboio é efetivamente uma marca distintiva, um corte, que facilita as oposições e as dicotomias entre dois universos diferentes.

– *A linha do comboio, como toda a gente sabe, e muitas vezes também se queixam, é um fator de divisão muito grande e também pode pressupor uma fronteira de freguesias e isso condiciona muito na observação do que é os limites, sobre os limites da nossa freguesia.* E33

O único ponto em que a linha não constitui uma barreira é no viaduto ferroviário de Entrecampos, construído para facilitar o trânsito rodoviário da Avenida da República⁶⁷, o que acentua a imagem de eixo central da avenida e do seu estatuto mais destacado.

No caso do Bairro Alto do Parque, já não é uma linha do comboio, mas um grande parque urbano, com vinte e cinco hectares e acentuada inclinação do terreno, que afasta das avenidas centrais este conjunto de dez quarteirões edificados, a que só mais recentemente se passou a chamar bairro. Com um dos quarteirões preenchido por um estabelecimento de ensino desde 1933, e outro por um hotel de luxo aí instalado em 1959, este conjunto urbano foi intensamente ocupado por serviços na segunda metade do século XX. Escassamente referido nas entrevistas, apenas foi contemplado por três pessoas no mapa, ao delimitarem as Avenidas Novas.

– *Está completamente à parte.* E5

Quem aí trabalha, destaca a elevada valorização da zona na perspetiva imobiliária, colocando-a mais ao nível da Avenida da Liberdade do que das Avenidas Novas.

– *Essa zona, em matéria imobiliária, é muito mais cara do que esta...* E17

Uma das entrevistadas trabalhou também nesta zona do parque, antes de se reformar, e constata que houve recentemente uma grande transformação nos usos, durante muito tempo dominados pelos serviços:

⁶⁷ O viaduto também viabiliza o fluxo da Avenida Cinco de Outubro, paralela poente da Avenida da República.

– Acho que foi uma zona, talvez das várias zonas que há dentro das Avenidas, onde eu noto uma diferença muito grande... Eu trabalhei lá alguns anos, olhe no edifício para onde vai agora morar o Ronaldo... Passei vários anos a ver a vista. Havia muitos serviços, bastante comércio, que vivia essencialmente de quem trabalhava ali, e moradores mais antigos. Atualmente há moradores novos. Os serviços desapareceram todos. Porque havia Segurança Social, a Fidelidade, uma parte do Ministério da Cultura, a Agricultura... Sei lá, eram prédios inteiros de serviços. Os serviços saíram. Houve um que já foi reconvertido em hotel. Onde eu trabalhava é agora habitação de luxo, não há nada a menos de um milhão. Portanto há vários hotéis por ali. E, conforme desapareceram os serviços [vieram] hotéis, alojamento local e alguma habitação de luxo. E, entretanto, o comércio local tem vindo a fechar todo porque quem compra casas a um milhão não vai ao comércio local. E8

Quanto ao Bairro Azul, tem uma situação muito específica no contexto das Avenidas Novas. Não está afastado das avenidas centrais, e tem como único atrito, no plano da mobilidade espacial, o atravessamento da Avenida António Augusto de Aguiar. O próprio quarteirão da Gulbenkian, com o seu jardim aberto ao público, parece funcionar mais como um espaço de convergência do que como uma barreira. Na vertente residencial, o bairro tem vindo a ressentir-se da instalação, à sua volta, de um centro clínico, de um grande armazém comercial, de uma faculdade, de uma escola secundária e de uma mesquita, o que desencadeou um movimento associativo também empenhado no reconhecimento do conjunto arquitetónico, bastante mais consonante em si do que acontece com os edifícios das avenidas centrais. Talvez seja esta ambivalência entre “cerco” e “distinção” que lhe confira uma certa imagem de isolamento e faz com que seja visto como algo que é diferente das Avenidas:

– É uma ilha quase. E14

– O bairro azul não é Avenidas Novas. É Bairro Azul. E17

A distinção é marcadamente social, embora com referências ao edificado, conferindo genericamente a este bairro um estatuto superior ao da área de residência dos entrevistados:

– A vivência é completamente diferente. As casas são totalmente diferentes. A época é diferente. E29

– Acho o Bairro Azul ainda mais acima, ou seja, mais nobre, todo com aquela traça antiga, casas enormes, casas caríssimas, ali um pouco, o Bairro Azul é quase uma ilha que está ali. E31

Também há quem avive as suas memórias de infância para o espaço do Bairro Azul, quando este não estava ainda ‘cercado’ de serviços, mas de campo:

– Sabe que a minha 1ª escola era na Avenida Ressano Garcia. Chamava-se Les Petits Amis, uma escolinha que já não existe hoje (...). Aquilo era um andarzito, uma coisa pequenita (...). Então as nossas saídas para arejar, para irmos ao recreio, era “au jardim de l’embassade” – lá falava-se um bocadinho francês. Era por trás da embaixada de Espanha, íamos ver as vacas, os estábulos, as vacas a serem

mugidas. Era o campo, era a erva. Íamos talvez pelo sítio onde está hoje a Mesquita e depois andávamos para ali, a apanhar flores e a brincar. O bairro azul considero uma unidade diferente e não sei dizer porque é que se chama o Bairro Azul. E14

7.5. A importância de um nome

Fizemos um breve itinerário pelas representações espaciais dos entrevistados, a partir do exercício do mapa proposto na entrevista e das narrativas que o acompanharam. Falando-nos da zona em que residem, os nossos interlocutores referiram-se também às áreas envolventes, em perspectivas que vão desde um âmbito mais abrangente e diversificado, a um outro mais contido e uniforme.

Em qualquer dos cenários e gradações possíveis, o mote foi o nome Avenidas Novas, um nome que, apesar de já ser utilizado desde a década de 1930, nunca tinha sido oficialmente atribuído a uma parte da cidade, até à última reforma administrativa de Lisboa. Não será, pois, de estranhar que, ao ter sido escolhido este nome para a fusão de duas freguesias, o somatório das suas áreas não encontre uma correspondência direta naquilo que as pessoas consideram a identidade das Avenidas Novas.

Parece-nos também de relevar o contexto temporal em que a questão é abordada, uma vez que a pesquisa se situou num ponto em que a reforma administrativa já se tinha verificado, mas tendo decorrido menos de uma década sobre o processo. Ora, se o processo administrativo foi uma realidade efetivada e concluída, a apropriação, ao nível simbólico, de um nome, é outra bem distinta, que ainda estará em curso.

O próprio trajeto desta pesquisa se debateu com a ambiguidade dos limites das Avenidas Novas, na delimitação do objeto empírico. Partindo também desse nome, e de uma experiência profissional que implicou contactos com a nova junta de freguesia logo a partir de finais de 2013, ou seja, do início do seu funcionamento, acabámos por concluir que seria preciso deslaçar o perímetro administrativo da freguesia, colocar o foco no território correspondente à área do plano urbanístico inicialmente associado a esse nome e explorar as percepções dos que agora aí vivem. Foi isso que procurámos fazer, sem, contudo, ignorar que os limites administrativos estão lá, produzem efeitos, práticos e simbólicos, e vão sendo assimilados pelos atores.

Uma das residentes entrevistadas testemunhou a sua participação, a nível político-partidário, num dos grupos de trabalho constituídos para a designação da nova freguesia:

– Quando foi a junção das freguesias houve dois grupos, um grupo que defendia que a freguesia toda se devia chamar São Sebastião, e havia um grupo que achava que era Avenidas Novas. Eu defendi Avenidas Novas, ... no processo da reforma administrativa. Antes de saber exatamente o que eram freguesias, porque as pessoas não ligavam muito a isso antes do 25 de Abril, as pessoas referiam-se às Avenidas Novas, e as Avenidas Novas era esta zona central, ... Duque d'Ávila para baixo (no sentido do

Campo Pequeno) e apanhava Avenida de Roma, Alvalade. Apanhava aquele lado dali. Isso eram as Avenidas Novas iniciais. E8

Dando corpo à ideia de afinidade entre as Avenidas Novas e Alvalade, patente nalgumas representações espaciais, afirmou:

– Porque efetivamente, se nós formos a ver, características comuns, nós temos características com Alvalade... Quando há, por exemplo ... aquelas reuniões descentralizadas, agora foi connosco e com Arroios. Nós não temos nada, os assuntos, as coisas que se discute, nós não temos nada a ver com Arroios. É vizinha, efetivamente. São realidades diferentes. Campolide, a mesma coisa. Com quem nós temos efetivamente afinidade é com a parte de Alvalade. Porque aí, é o espírito de Avenidas e até propriamente em termos de população. Porque é o mesmo tipo de elites, as elites estavam muito nesta zona, Avenidas, estendendo-se à Avenida de Roma, àquela zona ali. E8

Numa perspectiva mais focada da malha urbana, outro morador resume:

– Para mim, as Avenidas Novas ... são uma geometria certinha, como a baixa é uma geometria certinha. Tem a Avenida da República no meio e depois tem duas grandes paralelas de cada lado, ... Depois acaba ali na Gulbenkian, e pelo meio tem uma data delas que são todas assim. E17

Mas há quem faça nota da diferença entre um perímetro administrativo definido e a vivência do espaço.

– É giro porque, basicamente, vai-me reforçar esta ideia de que o perímetro administrativo não tem a ver com o perímetro vivencial ao qual está ligado o nome Avenidas Novas. E32

De uma forma geral, os entrevistados consideraram que a escolha do nome Avenidas Novas foi uma escolha natural, porque já era um nome com que estavam familiarizados os que vivem na cidade e até os de fora.

– Acho que faz sentido. Porque de facto era o que chamava isto, eram as Avenidas Novas, acho que faz sentido. Sempre achei normal. E6

– Achei bem, não me choca minimamente. Não sendo de cá, não tinha essa dimensão de identidade de ‘ai, tiraram o meu nome... o sítio onde nasci deixou de existir’, sei lá. Eu acho, agora que estou a pensar, não sei, mas eu acho que já conhecia esta zona por Avenidas Novas. Na minha cabeça sim... Eu tinha ideia de não me ter chocado minimamente o nome, pelo facto de já ser uma coisa que me era uma referência. E32

– De facto, são Avenidas Novas. Enquadra-se. Mesmo antes de existir a designação da freguesia, as pessoas já se referiam àquela zona como Avenidas Novas. No fundo foi aproveitar algo que já existia. A designação para aquela zona já existia. E4

– Eu acho que era o nome de uma zona que já tinha esse reconhecimento... Eu acho que toda a gente que vive em Lisboa, ou fora de Lisboa, mas que pode andar por Lisboa, reconhece as Avenidas Novas. E12

Alguns, acentuando um certo pendor historicista, aceitaram bem a escolha, independentemente de se terem surpreendido ou não.

– *Lembro-me de ter estranhado um bocadinho, mas ao mesmo tempo é fácil aceitar visto tudo isto ser entendido e assumido como Avenidas Novas. Muita gente, até se dizia por graça, “isto já são as avenidas velhas”, comparativamente a outras.* E14

– *Pareceu-me muito bem, até historicamente porque sabe muito bem que isto corresponde à fase de crescimento da cidade, como para aqui também, o Passeio Público e tal. Corresponde a fases de crescimento da cidade, portanto, no fundo, a fase da passagem do século XIX para o século XX e, portanto, também eu acho que isso tudo misturado fez com que isto sempre se chamasse Avenidas Novas. ...Pareceu-me muito bem. É bonito o nome, Avenidas Novas, tem até uma certa conotação histórica.* E17

O agrado parece ser generalizado embora, recordando o exercício do mapa, alguns notem que uma coisa é gostar do nome, e outra, distinta, é entender que ele corresponde à área da freguesia.

– *Do nome até gosto bastante...identifica a zona, sendo que os limites são sempre difusos nas zonas de fronteira com as outras freguesias...* E3

– *O nome pareceu-me bem. Neste caso não houve assim uma grande alteração. Houve outras freguesias que sofreram, ou que aglomeraram, ou extinguíram outras, por exemplo Santa Maria Maior.* E5

– *Eu gosto do nome. (Acha que corresponde?) Por mim não, porque a minha referência é mais antiga. Portanto, eu continuo com a minha referência da zona, do que eu chamo zona das Avenidas, não da freguesia em si.* E29

Outro aspeto interessante associado à escolha do nome Avenidas Novas é a dessacralização inerente ao facto de este nome ter substituído dois nomes de cariz religioso. Ao trocar os nomes de São Sebastião e Nossa Senhora de Fátima por este, acentuou-se, de certa forma, uma ideia de modernidade e de neutralidade, que vários entrevistados apreciaram e fizeram questão de referir:

– *Avenidas Novas, eu gostei, é melhor do que Nossa Senhora de Fátima* (risos). E9

– *Não é São Sebastião nem Nossa Senhora de Fátima, pronto é as Avenidas Novas, é de facto o eixo da [Avenida] Cinco de Outubro para a esquerda e para a direita, já estava associado a um programa arquitetónico e urbanístico anterior. Não me choca. Até acho que dentro destas fusões de freguesias acho que é, acho eu, a mais simpática.* E11

– *Eu prefiro Avenidas Novas do que Nossa Senhora de Fátima, sinceramente* (risos). *Portanto, houve uns em que prevaleceu um dos nomes da freguesia, não é? Aqui não. É um nome informal. Porque acho que as pessoas facilmente identificam.* E7

Nesta perspetiva, é como se a dessacralização do nome restituísse uma maior fidelidade ao plano urbanístico inicial e à sua época contextual:

– Sei que foi controverso, que muita gente era apologista de manter Nossa Senhora de Fátima. Avaliando tudo, acho que faz muito mais sentido ser Avenidas Novas, foi buscar a origem do plano urbanístico que foi traçado para esta zona. Por isso acho que Avenidas Novas faz todo o sentido, não há qualquer tipo de conotação religiosa, e acaba por valorizar mais a zona, sem haver qualquer tipo de desprimor para a Nossa Senhora de Fátima ou a um conceito mais religioso se quiser. Acho que foi muito acertado, pensando na zona e no nome Avenidas Novas, conhecendo o início do traçado e do plano urbanístico que foi concebido para aqui, faz todo o sentido ser Avenidas Novas. Aliás, até é de estranhar como é que este nome não surgiu antes ... E33

Paralelamente à questão da escolha de nome religioso ou não, houve uma entrevistada que considerou esta opção algo pretenciosa, questionando se a intencionalidade não terá sido, afinal, no sentido de manter ou recuperar a imagem do estatuto elevado da zona.

– O nome é um bocadinho presunçoso, acho. Porque exatamente remete para uma determinada imagem que ainda está muito associada a essa zona, e tenho circunstâncias que me levam a dizer isto, diversas, e acho que foi um nome como outro qualquer, mas que sendo que a nossa cidade tem uma tradição, mesmo as designações das freguesias têm, tinham, uma determinada tradição que respeita a nomenclatura, santos por exemplo. Portanto, achei que, quer dizer, também não me aborrece, mas pronto. É como lhe digo, não acho nada de chocante, porque as pessoas todas conhecem esta zona pelo nome. Associo que há uma ideia de um determinado estatuto social, nomeadamente económico, não é, nesse sentido, e acho que essa designação vem vingar essa identidade, vamos dizer. Que, na verdade, é questionável. E15

E também a propósito da designação, ressurge a dicotomia Avenidas / Rego, o “lado de cá” / “lado de lá” da linha, para reforçar a positividade do nome escolhido, que acaba por valorizar uma zona com menos prestígio como o Bairro Santos ao Rego. A inclusão deste bairro no âmbito das Avenidas Novas é algo que se reflete, por exemplo, ao nível da oferta e da procura no mercado imobiliário, onde a zona do Rego passou a ser publicitada como Avenidas Novas:

– Acho bem, toda a gente sabe, ou seja, Avenidas Novas toda a gente localiza pelo menos a zona onde eu vivo. Acho que as Avenidas Novas depois têm um lado mais ali para o lado do Rego e tal. Acho que as pessoas dali ninguém associa. Muitas vezes, o pessoal quando anda à procura de casa e vê que é Avenidas Novas e depois vai ver a casa e vê que é ali naquela zona e já não gosta tanto. Não sei se legitimamente ou para tentar enganar, muitas vezes usam esse nome para aquele lado da linha do comboio. Avenidas Novas tem, não sei, acho que cria associações positivas, é assim um bocado parisiense e tal, Avenidas Novas ... e pronto, associo muito mais aquele lado que eu acho que é mais nobre deste bairro do que do outro. Acho que muita gente não liga muito, pensa que é outra zona ou outra freguesia. E31

Por fim uma nota para reforçar a dimensão temporal. Entre a reforma administrativa e a realização da pesquisa realizaram-se as obras do Eixo Central, uma iniciativa direcionada para o espaço público, e verificou-se também, como noutras áreas da cidade, uma forte dinâmica de reabilitação e renovação do edificado. Daí que a escolha deste nome, Avenidas Novas, acabe também por ficar associada a uma etapa de revitalização, como se subentende neste testemunho:

– Era uma coisa que já... quando se falava da zona, falava-se de Avenidas Novas. Se calhar não tanto para S. Sebastião, mas aqui nesta zona era as Avenidas Novas, uma coisa geométrica. De facto, houve uma grande dinamização, aqui nesta zona. Para melhor. Nesta zona, acho que houve uma dinamização no espaço público, a transformação da parte do urbanismo... E10

Ao longo deste capítulo vimos como a perceção espacial da identidade associada ao nome Avenidas Novas difere de pessoa para pessoa. Nela pesam sobretudo o local de residência e o posicionamento entre duas perspetivas opostas, uma mais conciliatória, que aceita essa designação para um novo perímetro administrativo, mais vasto do que a área geográfica habitualmente associada a essa designação, e outra mais restrita, que confina o nome aos quarteirões balizados pela Avenida da República, pelo Saldanha, pela Gulbenkian e pela Avenida de Berna.

Vimos também como, independentemente desse posicionamento, há uma tendência generalizada para um discurso dicotómico, no que respeita à comparação das avenidas centrais com os bairros da freguesia, muito em particular com o Bairro Santos ao Rego e, de uma forma geral, com tudo o que se situa a norte da linha do comboio.

Entendemos, por fim, relacionar o exercício do mapa que propusemos aos entrevistados, com a sua opinião face à escolha deste nome para a nova freguesia, aquando da última reforma administrativa da cidade. Na medida em que as representações espaciais condicionam e dão corpo às representações sociais sobre esta zona da cidade, consideramos, assim, ter enquadrado o discurso dos atores sobre as demais questões que lhes foram colocadas, e que analisaremos no próximo capítulo.

Representações sociais das Avenidas Novas

Ocupamo-nos neste capítulo das representações sociais sobre as Avenidas Novas, com base num conjunto variado de temas abordados nas entrevistas aos residentes, depois de termos analisado, no capítulo anterior, as representações espaciais associadas a essa identidade toponímica.

Como vimos, a pretexto da maior ou menor proximidade geográfica entre zonas e das características do próprio traçado urbano, as perceções espaciais dos entrevistados apontavam já claramente pistas para a sua imagem desta área da cidade, designadamente ao nível de questões como o estatuto social dos residentes e a existência ou não de vida de bairro nas Avenidas Novas. Numa lógica comparativa, puseram em confronto dissemelhanças entre pessoas e vivências, relevando uma ideia de alteridade que opõe as Avenidas aos bairros da freguesia, e em particular ao Bairro Santos ao Rego.

A partir deste ponto, torna-se pertinente destacar os aspetos diferenciadores do conjunto dos entrevistados, procurando aqueles que são determinantes na (re)produção das representações sociais.

8.1. Trajetórias espaciais e tempo de residência

Metade dos entrevistados tem entre 40 e 60 anos de idade. Antes desse intervalo, há apenas três pessoas na casa dos 30, e depois, com idades superiores, duas sexagenárias e cinco septuagenárias.

Tomamos como principal referência a viragem do século para distinguir os moradores mais recentes dos mais antigos. Treze residem há 20 anos ou menos, dos quais sete chegaram só na última década. Quanto aos sete moradores mais antigos (que vivem na zona há mais de 20 anos), quatro vivem há mais de 50 anos (Quadro 8.1).

Quadro 8.1 Distribuição dos entrevistados por tempo de residência (TR) nas Avenidas Novas

TR > 50 anos	4 pessoas
20 anos < TR ≤ 50 anos	3 pessoas
10 anos < TR ≤ 20 anos	6 pessoas
TR < 10 anos	7 pessoas

No que respeita aos motivos que influenciaram a vinda para a zona, observamos que a família, a zona e a casa constituem os três principais fatores, embora o seu peso na linha do tempo não seja igual. Para os moradores mais antigos, grupo onde se situam naturalmente as pessoas com mais idade,

a família constituiu o principal fator, porque nasceram quando os progenitores já moravam na zona ou porque foram morar junto de familiares que aí residiam.

A presença da família verifica-se tanto numa linha vertical, através de casas herdadas ou compradas em contexto familiar, como numa linha horizontal, na expressão de vários agregados com ligações familiares que residem em apartamentos próximos uns dos outros. Nestes casos, pais, avós, tios e primos integram redes de vizinhança e mantêm ao longo do tempo uma forte ligação à zona e ao comércio local.

– A minha filha já é a quarta geração que mora ali e quando eu estou a falar ali é no mesmo quarteirão. Eu vivo no mesmo quarteirão dos meus pais, da minha irmã, aquilo é tipo um clã, mesmo. ... Quando atravessamos a rua, na Visconde de Valmor, tenho duas tias, na Elias Garcia tenho quatro primos direitos. E5

As referências à transmissão de casas na linha familiar e à persistência de vários familiares a residir na zona, no quarteirão e até no mesmo prédio, foi feita tanto por entrevistados em relação à sua experiência direta como a propósito de senhorios que alugam um número reduzido de frações em prédios maioritariamente ocupados por familiares seus.

À medida que avançamos até ao tempo presente, nos últimos 20 anos, os fatores familiares vão perdendo expressão na vinda para a zona e é a preferência pela zona em si que vai ganhando relevo na escolha das Avenidas pelos moradores mais recentes. Num caso ou noutro, o trabalho também influencia, mas o que se destaca é o interesse pela zona, aliado às oportunidades de negócio dos apartamentos. Por sua vez, a casa, em concreto, domina os motivos dos que chegaram em último lugar.

– Quando comecei a ver casa, enquanto solteiro, tinha duas opções preferenciais: Avenidas Novas ou Alvalade. Sendo que, entre estas duas preferia Avenidas Novas... porque gosto muito da zona, sempre gostei... E depois a casa que vi na altura encheu-me as medidas. E, portanto, comecei a viver lá e vivendo nessa casa e nas Avenidas Novas percebi que, no que depender de mim, acho que vivo aqui o resto da vida. Quando mudei para esta, não vi casas a não ser nas Avenidas Novas... Mudei para cá em 2016 depois de casar. Na perspetiva de ter filhos, como agora tenho uma filha, a outra casa era muito pequena. E12

Um aspeto que ressalta das trajetórias espaciais dos entrevistados é que os residentes mais antigos nasceram todos em Lisboa enquanto que nos mais recentes já se verificam proveniências do norte e do centro do país, bem como, na última década, da AML. Em certos casos, a aproximação às Avenidas Novas fez-se por etapas, passando por outros concelhos vizinhos e por outras freguesias do concelho de Lisboa. Excetuando a situação das porteiras, este contraste entre as trajetórias espaciais de moradores antigos e recentes remete para uma *presença natural* por parte dos primeiros e para uma *implantação conquistada* por parte dos segundos. Esta ideia é veiculada por alguns entrevistados,

em particular pelos mais recentes, quando se referem ao estatuto social dos residentes, ao considerarem que os mais antigos têm uma posição eminentemente social e os segundos uma posição marcadamente económica.

– *Estou a pensar na parte financeira, de pessoas mais jovens, e estou a pensar na parte mais social, de pessoas mais velhas. As pessoas que têm mais idade e que vivem nas Avenidas ficaram com as casas numa altura em que não era preciso ter tanto dinheiro para viver aqui. Portanto, pessoas mais velhas podem estar aqui sem precisar dessa parte financeira. Basicamente é isto.* E29

– *Eu creio que isto há vinte ou 30 anos não era propriamente um sítio de gente afluente. Normalmente era classe média, presumo. ... Agora, claro, quem compra casas já é afluente. Classe média alta.* E6

– *Há um resto de pessoas de mais idade, classe média, baixa não diria, que, vê-se, ainda vivem nesses prédios mais degradados, que ainda não estão reabilitados e tal. Depois há muita malta nova, muitos estrangeiros..., vê-se que estão cá a estudar e devem viver em casas que partilham, em quartos, em suites, o que for. ... E, depois a maior parte das pessoas que hoje vive aqui, classe alta, é tudo caríssimo. Vê-se. Vê-se nos prédios, vê-se no aspeto das pessoas, vê-se nos automóveis e vê-se porque eu sei quanto é que custam as casas, não é, porque andei a vê-las. Sendo certo que uma grande fatia dos moradores de classe alta aqui são estrangeiros. Tenho essa certeza. Posso-lhe dar o exemplo deste prédio.* E17

Embora a maior parte dos entrevistados reconheça esta dicotomia relativa ao estatuto social, poucos foram os que se posicionaram na mesma. Questionados sobre como as Avenidas Novas serão vistas pelas pessoas de fora, reforçaram a ideia de que, atualmente, só pode mudar para as Avenidas quem tenha capacidade financeira. Uma certa tendência para justificar a vinda para a zona, em condições que já não seriam agora viáveis, domina as narrativas até daqueles que chegaram na última década. Seja na ótica dos de dentro seja na dos de fora, quase todos recorreram ao argumento da elevada avaliação imobiliária para destacar o prestígio da zona.

– *Comecei a ter a percepção “eu se calhar vivo num sítio especial”. Normalmente a história começava com “mas tu vens de bicicleta? Não é muito longe? Onde é que tu moras?”. “Moro ali no Campo Pequeno”. “Moras no Campo Pequeno?!”. Por exemplo, um chefe perguntar-nos, um diretor, “eu não moro no Campo Pequeno, tu moras no Campo Pequeno?”. E10*

8.2. Tempo e memória

Explorando mais em profundidade a dimensão temporal do modelo analítico proposto, centramo-nos agora nas memórias relacionadas com a zona, que os entrevistados foram convidados a partilhar.

Sobre este tema, é devida a referência ao já citado projeto do Instituto de História Contemporânea, intitulado precisamente Memória das Avenidas, no qual se desenvolveu uma experiência colaborativa com instituições locais e residentes, cujos testemunhos estão em livre acesso no repositório do programa Memória para Todos. Para além deste acervo, que consultámos para conhecer a história das Avenidas Novas contada por pessoas comuns, recorreremos na nossa pesquisa à recordação das vivências passadas pelos entrevistados nesta zona, orientando o foco para a perspectiva da transformação da cidade. Por isso, articulámos o tema das memórias com a opinião sobre a arquitetura e a visão geral do edificado, procurando captar a percepção das mudanças pelos sujeitos e a sua atitude face às mesmas, como o fizemos depois, na parte final das entrevistas, a propósito dos projetos e obras para a zona.

Importa referir que a memória dos entrevistados sobre acontecimentos ou lugares não se circunscreve ao período de residência na zona. Nalguns casos, ela emerge de tempos anteriores, em que visitavam as Avenidas por motivos de trabalho ou lazer, ou simplesmente atravessavam esta zona de transição entre o centro histórico e a cidade alargada. Então, embora se relevem aqui os anos de permanência na zona dos entrevistados, na qualidade de moradores, considera-se também importante a idade dos indivíduos como um fator que proporciona uma maior ou menor amplitude de memórias. No caso das recordações mais antigas, por vezes, há o reconhecimento de que as memórias do que se viveu se confundem com as memórias de ouvir contar.

As memórias ilustram experiências muito pessoais, e é possível identificar tendências na linha do tempo. Nesse sentido, verificamos que nos residentes mais antigos abundam as referências ao comércio tradicional e aos estabelecimentos desaparecidos, enquanto que as memórias dos últimos residentes a chegar são mais esparsas e difusas. Quando comparamos as memórias de uns e de outros, identificamos pelo menos três locais onde se sucederam estabelecimentos de grande atratividade para as Avenidas Novas e para a cidade. A substituição de equipamentos de natureza comercial, cultural e de entretenimento, mudou os cenários, mas reforçou o papel destes lugares enquanto espaços de referência. O primeiro e o mais destacado desses lugares é a Praça Duque de Saldanha, em particular o quarteirão do Monumental.

Ninguém se recorda já, sequer de ouvir falar, do Colégio Normal de Lisboa, que ocupou o gaveto onde em 1951 foi inaugurado o Monumental (Justo, 2014), mas este novo cineteatro, ilustrado na Figura 8.1, está ainda bem presente na memória dos residentes mais antigos, e as suas referências correspondem ao ambiente descrito em estudos sobre os cinemas na cidade (Acciaiuoli, 2013), retratando as práticas sociais associadas à frequência destes equipamentos culturais.

– Ir ao cinema, como provavelmente noutros sítios, era um acontecimento. A pessoa ia para o cinema como se fosse para a ópera de São Carlos ou coisa assim e os cinemas tinham um programa,

com um intervalo, com a ficha técnica. Absolutamente! Eu tenho aqui para lhe mostrar. Ir ao cinema implicava uma série de coisas, implicava uma preparação, quase de véspera. E14

– Lembro-me perfeitamente de ir com o meu avô e com os meus primos ao cinema. Era mais ao cinema, mas também ao teatro, quando ir ao cinema ainda tinha aquela vivência, de convívio, dos intervalos, de se ir com tempo, de se ir cear a seguir. E5

– Tinha uma sala de cinema belíssima, um teatro belíssimo. Aquilo era um centro cultural. O Monumental vivia muito do cinema, porque tinha um ecrã esplêndido. Lembro-me de ver o Doutor Jivago... Eu acho que nunca mais houve um écran que conseguisse mostrar aqueles filmes, porque era realmente enorme... E depois era toda aquela vivência muito do teatro, porque, repare, era o único teatro que havia aqui nas Avenidas Novas. Portanto toda a gente ia ao teatro. E depois o teatro era realmente Vasco Morgado, Laura Alves, com essas figuras todas. E foi sempre um polo de atração. Aquele teatro efetivamente era a tal vivência. Está a ver? A pessoa ir comer o seu bife a seguir. E13



Figura 8.1 Cineteatro Monumental (1965-7)

Fonte: Armando Maia Serôdio, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/006892

Já os moradores mais recentes, quando se referem ao Monumental, falam agora do centro comercial com a mesma designação, que foi construído a seguir naquele local e esteve ativo de 1993 a 2019.

– O Monumental terá sido o primeiro cinema em Lisboa que eu vi. Tenho muitas memórias do Monumental, sobretudo de ir ao cinema. Na faculdade por exemplo sempre que ia ao cinema, normalmente, era ao Monumental. Em Lisboa, porque eu vivia em Almada. E12

A substituição do primeiro Monumental pelo segundo constitui uma memória forte. Ainda hoje, os moradores mais antigos lastimam a polémica demolição do icónico cineteatro, que teve uma vida útil de apenas três décadas.

– O Monumental para mim foi assim tipo um desgosto. Porque o conceito acabou. Eles mantiveram a sala de cinema, mas não tinha nada a ver. E13

– Digo-lhe, foi uma pena. Eu gostava do Monumental. Fui várias vezes ao cinema, ao teatro nunca fui, mas gostava. E16

O público que o grande cineteatro servia era formado por residentes e trabalhadores locais, assim como por pessoas de outras zonas da cidade. Daí que também alguns moradores mais recentes, que conheciam o espaço de o frequentar, lamentem igualmente o seu desaparecimento.

– Tenho memória e foi um desgosto... Foi um dos desaparecimentos que eu tive um desgosto imenso. Imenso. Era, se calhar a nossa única sala de espetáculos em Lisboa que tinha um palco de teatro já de acordo com os padrões modernos, entre aspas, e que tinha dimensão, e com condições para uma série de coisas. E3

– O cinema onde eu passei a minha infância. Havia dois cinemas fundamentais. Era o Monumental e o Império. E nenhum deles já existe. Lembro-me da polémica. E11

Apesar de um certo declínio registado nos anos 70, devido ao aparecimento da televisão e à dificuldade crescente de encher as salas de cinema com grandes lotações (Frétigné, 2005), o fim do cineteatro assinala um ponto de viragem na organização do espaço e nas vivências. Ele representa, sobretudo para os moradores mais antigos, a irreversível perda de património e a grande dissonância arquitetónica que ficou patente nas Avenidas Novas, em especial na Praça Duque de Saldanha e na Avenida da República.

– O Saldanha eu acho que foi completamente assassinado (...). A Praça do Saldanha acho que está completamente descaracterizada. E8

– A Avenida da República é uma vergonha. Não há noção do espaço, quer dizer, aquilo é uma salganhada terrível. Está tudo um bocado abandonado. A política é deitar abaixo, ou deixar ruir os edifícios, para depois construir edifícios novos, com a cêrcea máxima permitida. Rentabilizar o espaço e o investimento. É uma pena. E5

Quanto aos últimos moradores a chegar às Avenidas Novas, têm já uma ideia vaga da polémica decisão de destruir o cineteatro e as suas memórias mais recentes reportam-se às várias salas de cinema do centro comercial, onde as idas ao cinema passaram a estar enquadradas em novas configurações de consumo.

– Eu lembro-me ainda do buraco do Monumental... Quando eu vim para Lisboa havia o buraco. Depois, enquanto eu andava na faculdade, foi construído o Monumental, que aliás, nos meus últimos anos de faculdade, era uma coisa “muito in”, como se dizia na altura, ir para aquele café. Aquilo tinha um café, ao lado dos cinemas. Na altura que eu tinha 20 e poucos anos, estava a acabar a faculdade, 93 / 94, não havia mais nada. E17

Os grandes cafés-restaurantes como o Monumental, instalado no próprio edifício do cineteatro, e o Monte Carlo, logo ali ao lado, na Avenida Fontes Pereira de Melo, que foram espaços de convívio muito associados à frequência do cinema e do teatro, deram lugar a um café-hamburgueria atrás da fachada principal do centro comercial, com vista sobre a praça, e a espaços de ‘comida rápida’ dentro e fora desse centro.

– [Memórias] tinha algumas, do tempo que eu estudei na Gomes Freire, na antiga faculdade de veterinária. Não são muito antigas, mas de há 20 anos. Íamos ali, nos intervalos, ver um cinema ao Monumental, comer lá uns hambúrgueres ou mesmo ao MacDonal'd's. E31

Entretanto, a inauguração de mais dois centros comerciais junto ao Monumental, em 1998, com variados espaços de restauração e um dos quais também com salas de cinema que estiveram em funcionamento até 2015, alargou a base deste novo quadro de consumo. Com características alteradas, o Saldanha manteve-se, no entanto, como um território onde confluem o movimento quotidiano diurno, dinamizado pela presença dos serviços, e as práticas culturais e de lazer que se estendem das tardes às noites e aos fins de semana.

No raio de ação do Saldanha e do cinema Monumental, seja no primeiro seja no segundo formato, apenas o Galeto perdura até ao presente. As referências a este snack-bar não foram muitas nas entrevistas, mas retratam bem a inovação do modelo para a época.

– O Galeto teve sempre uma coisa a favor: estava aberto e era um serviço rápido. O Galeto era um conceito completamente novo. Foi uma revolução na altura. Eu acho que eles conseguem manter. Realmente a pessoa entra naquela decoração com tantos anos, a pessoa chega lá é o mesmo conceito tal e qual. O Galeto é uma referência, um ponto de encontro dos jovens da minha idade, ... eu teria os meus 15, 16, 17, 18 anos. E13

– Ai o Galeto. (...) Era uma inovação. Até o próprio estilo, o tipo de refeições, ao balcão, o horário. Comigo tem uma ligação muito forte também. Eu passei lá muitas noites, até à uma, duas da manhã, com o meu namorado na altura, ali a conversar, a conversar, no ano em que abriu. Foi 66. E14

Fenómeno semelhante ao do Saldanha só tem paralelo na Gulbenkian, o segundo dos três espaços mais importantes que elencámos e que foi bastante referido nas entrevistas. De facto, o grande quarteirão onde está instalada a sede da Fundação Calouste Gulbenkian, inaugurada em 1969, constitui um polo aglutinador de vivências ao longo do tempo. Hoje é referido pela oferta cultural daquela instituição e pelo jardim, mas os mais antigos ainda se recordam da primeira Feira Popular de Lisboa, que esteve instalada no mesmo terreno, antes da vinda da fundação, como consta na Figura 8.2.

– Há uma coisa que eu me lembro sempre muito bem que é a Feira Popular onde é a Gulbenkian. Era muito bonita. E além disso era muito perto. Era só dar a volta ao quarteirão. Era bonito, realmente. E8

– Eu ainda sou do tempo que a Gulbenkian foi feira popular, aquela zona. Houve sempre aqui casais, eu acho que houve aqui uma convivência engraçada de bairro, e então, o meu pai tinha no prédio ao lado uns casais amigos, era muito comum, por exemplo, no verão, ao fim do dia, jantava-se cedo, e ia tudo a pé calmamente até a feira popular onde se tomava o café. Eu lembro-me de ser muito pequenina, e de ir com eles, porque tudo se fazia muito cedo não é, as pessoas não jantavam tão tarde como agora, portanto, lá íamos nós. Mais pequenina, eles se calhar iriam, mas eu ficava em casa, com uma empregada ou assim, isso não me lembro. E13



Figura 8.2 Feira Popular no antigo Parque de Santa Gertrudes (1956)
Fonte: Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/POR/059967

– *Eu fui muitas vezes àquela Feira Popular com o meu pai. Lembro-me dessa feira, adorava essa feira, era maravilhosa. Adorava. Vinha de propósito. Eu morava na Avenida de Roma e eu vinha de propósito para vir àquela feira com o meu pai. Eu adorava algodão doce. Era popular, muito menos popular do que se tornou popular, a outra, porque era mais pequena, mais bonita, não era tão suja. Sempre achei muito sujinha a feira lá de baixo. Esta aqui não tinha nada a ver.* E27

A construção do complexo da Gulbenkian foi acompanhada com interesse pelos moradores mais antigos, que se orgulham do valor acrescido que este trouxe às Avenidas, com o museu e as salas de exposições, os espetáculos nos auditórios, a biblioteca de arte e o jardim.

– *Acho que foi uma coisa que marcou bastante aqui a freguesia, foi a construção da Gulbenkian, e tudo o que envolve, de espetáculos, etc. acho que, realmente foi uma mais valia muito importante.* E8

– *Eu acho que é o privilégio destas avenidas aqui é ter a Gulbenkian a dois passos. Quer pela parte, enfim, urbanística de toda a parte paisagista do próprio jardim, que, realmente, a pessoa está ali no meio da cidade e esquece que está no meio da cidade. E depois toda a parte da oferta cultural que tem.* E13

No entanto, é notório que, enquanto os moradores mais antigos enfatizam sobretudo a oferta cultural, os mais recentes destacam o jardim e o seu potencial como espaço de encontro e de sociabilidade.

– *Valorizo muito o jardim da Gulbenkian. É um espaço de que gosto muito, que tem vindo a ter mais pessoas ao longo dos anos (...). Há vários acontecimentos, sociais ou familiares, que já ocorreram e vão ocorrendo na Gulbenkian, até porque uso muito esse espaço para reuniões e encontros. Portanto a parte tanto de jardim como alimentação, de espetáculos, de museus, tudo isso.* E29

– *Desde que vim para Lisboa, há 15 anos, a minha paragem de sempre era a Gulbenkian. Desde sempre, estive muito ali e usava muito aquele espaço (...). O que é que eu noto de ano para ano: tem havido uma vivência do espaço público maior. Eu ia para a Gulbenkian e não havia aquela coisa de viver o Jardim da Gulbenkian, tipo piquenique. Eu estive lá este fim de semana e (...) está mesmo uma vivência mesmo daquelas de toalha no chão, muitos jovens, uma grande heterogeneidade de faixas etárias, tanto se vê famílias como se vê a malta mais nova a curtir um bocado ou o que seja.* E32

Por último, o terceiro dos grandes espaços de referência elencados é o terreno para onde se mudou a Feira Popular, em 1961, sucedendo ao Mercado Geral de Gados, que aí esteve instalado desde 1888. Situado entre a Avenida da República e a Avenida Cinco de Outubro, este empreendimento recreativo constituiu um grande polo sazonal de atratividade, junto a Entrecampos, (Figura 8.3). Encerrou em 2003, envolto em polémicas, deixando um amplo espaço que se mantinha ainda vazio aquando das entrevistas.



Figura 8.3 Feira Popular de Entrecampos (1973)

Fonte: Artur Pastor, Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/ART/032298

A Feira Popular de Entrecampos foi também amplamente referida pelos antigos residentes, com posicionamentos contra e a favor.

– *Acho que nos tempos atuais era impossível manter-se lá, como algumas pessoas que nunca tiveram Feira Popular ali imaginam. (...) Não imaginam o que é que as pessoas sofriam, eu por acaso tinha amigos lá ao pé, com as sardinhas assadas todo o Verão, a não poderem abrir uma janela. As pessoas não imaginam o que era. Aquilo era um inferno! Sobretudo o cheiro. E já nem era tanto o ruído. O cheiro a frangos, misturado com farturas, com o cheiro das sardinhas... E8*

– *Realmente era um ponto engraçado, aí está uma coisa típica que foi uma pena, as pessoas iam todas à feira popular. Eu lembro-me que, durante anos, o meu filho faz anos em junho, o primeiro dia de férias tudo ia jantar à feira popular, durante o verão imensa gente, olhe aí está um ponto que fazia um bocadinho de bairro, porque imensa gente daqui ia a pé, sardinha assada, comer não sei o quê, os miúdos andavam no Carrossel. E13*

– *Acho foi uma pena terem tirado. Acho que era interessante. Mesmo eles faziam aquelas coisas do Século, as criancinhas, as colónias balneares, e estava situada num sítio onde toda a gente poderia ir ali. Grandes ou pequenos (...) Era uma atração engraçada. A cidade precisa disso também. E16*

Entre os moradores mais recentes não há referências à feira de Entrecampos, porque já chegaram depois do seu encerramento e/ou porque não tinham particulares memórias, à exceção de uma pessoa que se recorda vivamente das excursões à feira que eram organizadas na localidade do Ribatejo onde vivia. Regressaremos a este espaço de Entrecampos quando abordarmos os projetos e perspetivas futuras.

Depois destes três espaços marcados pela renovação urbana, há um edifício de referência que é a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, um símbolo da arquitetura e das artes decorativas. Tendo sido a única igreja a ser construída nas Avenidas Novas, inaugurada em 1938, foi aqui mencionada apenas pelos moradores mais antigos, tanto no que se refere à igreja como espaço cultural como no que respeita às atividades paroquiais.

– *Foi onde eu fui batizada. Tem para mim realmente uma marca forte. É realmente uma igreja icónica e é muito agradável, sabe o que é, eu acho que é isso que também faz aqui este troço da rua um bocadinho aldeia. É um bocadinho aldeia, é o sino da minha aldeia como dizia o Fernando Pessoa (...) que marca o tempo, sabe. (...) A Igreja de Fátima (sinos a tocar) hoje está com muito menos gente. A pessoa vai ali ao domingo e realmente tem pouca gente. Naquela altura toda a gente ia à missa, estava tudo em pé. A minha mãe dizia “vamos cedo para a missa senão vai-se ficar em pé”. Portanto tinha imensa vivência, porque, é bom dizer isso, na época dos meus pais havia realmente casais novos, com muitos filhos. E pronto, a igreja refletia isso. E13*

– *A referência do cónego Abranches. Foi pároco mais de 50 anos, marcou completamente gerações, e foi ele quem criou o centro paroquial, a catequese, os primeiros coros da igreja. O centro paroquial foi absolutamente inovador. Criou um espaço de enfermagem social, tinha imensas atividades, em termos de desenvolvimento cultural e de tempos livres das pessoas, aulas de música, aulas de ballet, modelagem. (...) Com o desaparecimento dele notou-se uma quebra grande na paróquia. Começa-se a assistir ao envelhecimento da própria paróquia, muitas colaboradoras começam a desaparecer e depois começa a não haver gente nova que mantenha. E3*

Nenhum dos entrevistados mais novos fez alusão a este espaço, de onde se infere que não o frequentem ou não tenham recordações significativas, mesmo quando moram nas imediações.

No que respeita a memórias, muito mais haveria a explorar. Porém, interessa-nos aqui perceber, a partir das narrativas dos sujeitos, em que medida as memórias dos moradores mais antigos e as dos mais recentes sustentam os seus diferentes *históricos* na e com a zona. Atendemos por isso ainda a dois tópicos, os mercados e os transportes.

Quanto aos mercados, o registo mais antigo reporta-se ao Mercado das Picoas, que ficava situado próximo do Saldanha, na Avenida Fontes Pereira de Melo. Uma das moradoras mais antigas recorda o ambiente peculiar desse espaço desaparecido.

– *Aquilo era uma coisa demais, de giro que era, parecia medieval. Medieval, com as barracas de madeira, os telhadinhos de madeira, contíguos uns aos outros, e os animais no meio do chão. Era muito giro. Isso depois deu lugar ao que existe lá hoje à frente. Eu ia, sim, já crescidinha. A minha mãe não ia tanto mas tinha quem mandasse ir. Eu depois, quando me casei, ainda vivi aqui um ano, e depois arranjei então a minha própria casa, já tinha a minha primeira filha, mas tinha o hábito muito de ir a este mercado. Ai, o mercado era giríssimo. E14*

O mercado foi substituído por um equipamento moderno, no mesmo quarteirão, o Mercado 31 de Janeiro, cuja frequência foi referida com entusiasmo equivalente por uma das residentes mais recentes. Mas em matéria de mercados há outra referência muito distinta, concretamente ao Mercado de Levante, que funcionou na Avenida Marquês de Tomar. Este mercado amovível, ativo nos anos oitenta, é referido por uma moradora que veio para as Avenidas Novas nessa década.

– *Quando eu vim para cá havia um mercado. Aqui assim naquela que faz travessia, a Marquês de Tomar. Havia um mercado. Era um mercado de peixe, de fruta, na rua, na rua, tinha bancas. Era tão engraçado. (...) O meu filho nasceu em 86 e ainda havia isto. Depois, lá está, quando começaram a fazer estas mudanças daqui da área é que esse mercado foi para o Rego. Mas já havia mercado no Rego. O Rego sempre teve mercado.* E16

Quanto às memórias dos transportes, elas vão até à recordação dos elétricos, que as moradoras mais antigas ainda utilizaram nesta zona da cidade.

– *Ah! Eu lembro-me dos elétricos na Avenida António Augusto de Aguiar. E também na da República, pois. Então não me lembro?* E14

– *Eu apanhava o elétrico aqui na Duque d’Ávila. Passava o elétrico. Quando eu ia estudar ia para aquele lado, porque ia estudar (...) ao pé da Academia de Ciências – Escola Politécnica. Ia estudar para aí.* E8

Como vimos anteriormente, ainda houve elétricos nas Avenidas até ao início dos anos noventa, na radial da Avenida Duque d’Ávila. Mas no eixo central da Avenida da República e na Avenida António Augusto de Aguiar, os elétricos deixaram de funcionar com a chegada do metropolitano.

– *Havia na Avenida da República um elétrico. Apanhava-se o elétrico para a Baixa, mas já não me lembro se ia todo até à Baixa, se depois tinha de se mudar para outro. E havia alguns autocarros que eu não sei também se iam até à baixa. Porque, depois, a grande inovação foi quando apareceu o metropolitano, porque a linha amarela ia direito à baixa.* E13

Talvez o relato mais singular relativo à mobilidade espacial seja uma recordação do estacionamento dos trabalhadores dos serviços nos anos 80. Ele retrata o que foi a tomada das Avenidas Novas pelo automóvel, levada ao extremo quando a zona mais experienciou os efeitos da terciarização.

– *A partir das seis da manhã, começavam os carros (...). Afinal só se queixam agora, sempre houve falta de estacionamentos. E então as pessoas o que é que faziam, vinham dormir para dentro dos carros. Quando, às sete e oito horas, ia ao pão, a minha rua já estava toda (...). Dormiam, ali dentro dos carros. Diz que chegavam às seis da manhã e depois eu ouvia os comentários. Exatamente, para terem o espaço para estacionarem. Isto aqui parecia uma garagem de carros. As pessoas olhavam: “estão todos a dormir”. Dormiam casais, à espera de que, realmente, chegasse a hora deles irem para o trabalho. Levantavam-se, tomavam o cafezinho, e iam-se embora.* E16

Este registo ilustra não apenas o pormenor das dificuldades de estacionamento, que parece ser tema recorrente há décadas, mas sobretudo a modalidade de transporte que então ganhava relevo nos movimentos pendulares, bem como os constrangimentos associados aos acessos à cidade (Cachado et al., 2017; Nunes, 2011), que justificavam a vinda muito antes da abertura dos serviços. As memórias sobre os carros nas Avenidas Novas estendem-se às gasolneiras e aos *stands*.

– Outra coisa que tem vindo a fechar muito ali é as gasolneiras por causa do perigo. Lá se manteve uma ali na Miguel Bombarda. Havia uma, por exemplo, na António Augusto de Aguiar, (...) mesmo ao fundo, no final, logo a seguir à Gulbenkian, (...). Havia ao pé do quartel-general, desapareceu. Desapareceu tudo. Por motivos de segurança. Há um stand que se mantém, desde os meus 16, 17 anos. Eu quanto tinha 15, 16 anos ia ali ver os carros de desporto, em 2ª mão, mas que são carros de alta cilindrada, que é a Auto Folque. Mantém-se desde essa altura. Portanto, eu tenho 57 anos, e eu lembro-me que com 15, 16 anos, eu vinha por exemplo ao cinema e ia ali à Filipe Folque, à Auto Folque ver os carros. Mais possantes, mais luxuosos, em 2ª mão. Lá está a tal coisa – o poder de compra. E4

As memórias dos automóveis estão em linha, de resto, com as memórias dos serviços, numa fase em que a zona atingiu um nível elevado de degradação, pautada pela terciarização, pela diminuição da população residente e seu envelhecimento, pela renovação pontual e difusa de edifícios, pela acomodação diurna de um número incomportável de carros em ruas que à noite ficavam desertas (Salgueiro, 1989):

– Houve uma altura em que isto estava extremamente envelhecido. (...) Era negativo, porque era só empresas. (...) Depois bancos, bancos, bancos, depois companhias de seguros, companhias de seguros, companhias de seguros e, portanto, houve aqui uma altura em que efetivamente, a parte residencial, era pouquíssima. E13

Entretanto, têm saído muitos serviços da zona, facto que é favoravelmente encarado pelos moradores que chegaram de há 20 anos para cá, no quadro de uma dinâmica de revitalização da zona. Em particular os moradores mais recentes referem a imagem envelhecida e degradada que tinham da zona não há muitos anos.

– As memórias que eu tenho são, de facto, de alguns anos atrás, nomeadamente quando eu vim para Lisboa, e nos anos subsequentes, 90 e início da década 1ª deste século, isto ser muito mais feio do que é hoje. E muito mais carregado. E17

Esta evolução de que os entrevistados dão nota, primeiro num sentido negativo associado aos efeitos da terciarização, depois num sentido positivo ligado à revitalização urbana mais recente, reflete também as suas leituras sobre o que tem acontecido ao conjunto edificado das Avenidas. Primeiro, para lamentar as moradias e edifícios destruídos, e uma certa renovação urbana disruptiva, depois, para enaltecer a reabilitação urbana que, nos últimos anos, tem seguido opções mais conciliadoras, designadamente mantendo as fachadas.

Os entrevistados mais antigos na zona referiram-se a alguns edifícios originais, sobrantes de uma renovação urbana pouco cuidada, destacando os classificados com o prémio Valmor.

– *Tem edifícios belíssimos. Portanto, aquelas moradias Art Deco, ainda tem lá alguns exemplares. Tem alguns edifícios de habitação coletiva do Norte Júnior, do Ventura Terra. Alguns abandonados. Alguns devolutos. Um ruiu. A empena ruiu há um mês, ali na Elias Garcia, que até foi notícia... A mim, o que me entristece ali nas Avenidas é eles terem bastante património arquitetónico, há muitos prémios Valmor etc., e edifícios que eu considero relevantes e que deviam ser mantidos. E não vejo investimento nenhum nesse sentido.* E5

– *Em relação ao conjunto, acho que têm sido feito aí algumas recuperações um bocadinho esquisitas. Esta nova moda de pegar nuns tubos de vidro e pim em cima dos prédios (...). Vivendas já há poucas. Os prédios, fez-se alguma recuperação razoável, em que se manteve os traços, essencialmente as fachadas, mas depois também há assim uma mistura.* E8

– *Têm sido feitos uns autênticos desastres. É que aqui, embora haja alguns edifícios que nos chocam um bocado, mas a coisa, pela altura também não se excedeu demasiado... a coisa passou melhor. Agora, houve umas aberrações totais. Totais... Na rua do Apolo 70, aquele edifício que faz esquina para a [Avenida] Cinco de Outubro, bom, aquilo era um edifício lindíssimo... descaracterizou-se por exemplo uma Avenida da República. Que ainda me lembro que era toda, género de moradias do Clube dos Empresários, prédios bonitos, quer dizer, eles podiam perfeitamente ter arranjado uma maneira melhor que aquela. Foi um desastre. Há ali edifícios, que, oiça lá, eu não consigo, o meu sentido estético continua, ao fim de tantos anos, eu não me consigo abstrair deles.* E13

Também os moradores mais recentes lamentam aquilo que consideram uma perda de património. As opiniões dividem-se em posturas mais ou menos tolerantes sobre o destino dado ao edificado primitivo.

– *Acho que tem um património extraordinário que, infelizmente, algumas vezes se tem assassinado, literalmente. Tínhamos aqui nesta freguesia moradias e prédios extraordinários, lindíssimos. Tem fachadas maravilhosas, alguns deles com prémios Valmor que se têm deixado ir ao abandono (...). Penso que é pena destruir pura e simplesmente edifícios de traça belíssima que havia aqui nas Avenidas Novas.* E3

– *É um bocado caótico, penso eu. Porque temos, por um lado, referências do Prémio Valmor, muito concentrados nesta zona, e depois o contrário, oposto ao Prémio Valmor. Uma arquitetura um bocado desclassificada. Também abunda por aqui. Eu acho que tem sido sempre a piorar.* E11

– *Muitos outros palacetes foram deitados abaixo, nomeadamente na Avenida da República, entre outros sítios. Na [Avenida] Cinco de Outubro ali ao pé da linha de caminho de ferro, tem ali um palacete grande, aquilo eram palacetes gémeos. (...) É uma pena porque eu procurei ver fotos antigas e procurar um bocadinho da memória do que era o início das Avenidas Novas e verifica-se que houve muitos*

atentados arquitetônicos. Com o início dos anos 80, com aquele boom da construção, era construir sem qualquer tipo de planejamento. Há grandes atentados. E33

Alguns dos moradores mais recentes procuram interpretar a diversidade arquitetônica como algo natural na transformação da cidade, preferindo conduzir a questão no sentido de uma reabilitação mais criteriosa que ultimamente tem marcado a valorização da zona. Esta postura parece, afinal, consentânea com a opção que, há poucos anos, fizeram pelas Avenidas Novas, implicando determinadas condições contratuais de arrendamento ou investimentos em casas que adquiriram.

– A Avenida não tem um padrão. Tem prédios novos, tem prédios velhos. Para quem gosta um bocadinho do caos isso não é desagradável. Tem prédios lindíssimos. A questão é da recuperação. E10

– Há umas coisas que causam ruptura (...). Não tentaram manter essa harmonia. Mas eu também não acho isso mal. Se o prédio não for horrível, não acho mal que haja algum contraste, como existe em grandes cidades por essa Europa fora. Mas eu acho que há uma certa coerência. Eu acho que tem havido uma preocupação em manter, em muitos casos de reabilitação e renovação, em manter as fachadas. Eu acho isso importantíssimo. E12

– Esta avenida é uma avenida privilegiada... Tem edifícios que eu considero absolutamente horríveis, mas mais nas perpendiculares, e depois acho que todos eles, os que estão a ser recuperados, estão a ser muito bem recuperados. Portanto, tenho uma boa opinião, em geral, e mesmo os edifícios que não são esteticamente, vamos dizer, muito interessantes, são casas, das que eu conheço, ótimas por dentro. E15

– Há aqui uma dimensão arquitetônica interessante... O que eu noto é nos últimos tempos muita reabilitação, muitos prédios que mantêm uma fachada (...). Honestamente, não acho que seja muito dissonante. Eu acho que as cidades são vivas. Ok, se calhar há um mamarracho como aquele onde é agora aquela sociedade de advogados, um edifício grande, dourado, que se calhar é um bocadinho mais, enfim, assustador, mas eu acho que, de uma maneira geral, não se têm feito grandes atentados urbanísticos. E32

Por fim, ainda no que respeita ao edificado, há a questão da fraca qualidade construtiva dos prédios mais antigos das Avenidas Novas, referido apenas por duas entrevistadas, com tempos de residência muito distintos. Sabe-se quanto este problema, real ou ficcionado, constituiu um dos maiores argumentos a favor da substituição de edifícios, numa zona sempre muito marcada pela renovação urbana.

– Sabe que eu sempre ouvi dizer, sem nenhuma confirmação científica, que a construção nas Avenidas Novas era muito má. E que os prédios iam abaixo com muita facilidade, e sempre ouvi dizer assim. (...) A gente sabe perfeitamente que foi uma época de construção, penso que não teria sido das melhores. Em termos de estrutura. E14

– *Eu lembro-me, na altura quando comprámos aqui a casa, de ler um livro que falava sobre as estruturas da arquitetura das casas das Avenidas Novas, e lembro-me ... da questão desta zona da cidade ter sido feita numa altura de expansão imobiliária e já numa fase em que havia quase um esquecimento do sismo, portanto, a certa altura é tipo “vamos enriquecer”, é a loucura, prédios com as fachadas todas diferentes, tudo à grande e construção assim meia às três pancadas, porque o que nós queríamos era ganhar dinheiro não é. E isso assusta-me um bocado. E32*

Percorrendo a linha do tempo, começámos por distinguir moradores mais antigos e mais recentes, usando a viragem do século como referência para essa distinção. A seguir, analisámos os fatores que influenciaram a vinda para zona, reconhecendo a importância dos motivos familiares nos mais antigos, que foi sendo substituída nos seguintes pelo interesse pela zona e, nos mais recentes, pela oportunidade concreta da casa que escolheram para viver. Esses fatores convergem, de certo modo, na perceção do estatuto social da zona, que tem um pendor genericamente classista nos moradores mais antigos e económico-financeiro nos recentes.

Depois, percorremos as memórias de uns e de outros na procura das ligações às Avenidas Novas, atendendo a tópicos como os lugares de maior atratividade e simbolismo, os transportes e o edificado. A idade e o tempo de permanência na zona determinam amplitudes diferentes de memória, mas não pretendemos aqui contabilizar recordações nem procurar outra representatividade que não seja a do significado que os atores atribuem às suas próprias memórias na ligação à zona. No caso dos moradores antigos, a memória de edifícios desaparecidos é mais incisiva, e não será apenas pelo facto de a sua idade lhes permitir recordar esses elementos, porque há moradores recentes, por exemplo, que recorrem a fotografias para comparar o presente com um passado que nunca viveram, alimentando alguma nostalgia. O que distingue os mais antigos é que esses, de facto, lamentam todo um contexto sócio-urbanístico que se se perdeu. No fundo, lastimam a transformação do *habitat* onde nasceram e cresceram. Também valorizam as reabilitações dos últimos anos, sobretudo as que mantêm as fachadas, mas a sua aceitação não se compara à dos moradores recentes, que escolheram e investiram na vinda para a zona há muito menos tempo. Estes segundos, reconhecem a grande diversidade do edificado, e procuram transmitir que a aceitam, como inevitável e normal.

8.3. Sociabilidades e identidade

Se no eixo temporal recorremos ao número de anos para distinguir antigos de novos moradores, e à própria idade biológica dos indivíduos, no campo das sociabilidades, que nos propomos explorar agora, lidamos com informação mais complexa e difícil de ordenar. A questão central tomada para este eixo foi a questão da existência ou não de vida de bairro nas Avenidas Novas. Numa zona relativamente

extensa, onde a função residencial coexiste com uma presença forte de comércio e dos serviços, ainda para mais atravessada por uma mobilidade espacial intensa, a pergunta impunha-se e colheu particular interesse por parte dos entrevistados.

Embora uma grande parte dos entrevistados se refira ao local de residência usando espontaneamente a expressão “bairro”, acaba por tomar uma postura mais criteriosa quando lhe é colocada a questão sobre a existência de vida de bairro nas Avenidas Novas e de um bairro assim denominado. Começando, em muitos casos, por se autointerrogar a propósito da própria definição do que é um bairro, os entrevistados recorreram a comparações com outras zonas da cidade, como Campo de Ourique, Benfica, Alfama ou São José, e, dentro da freguesia, com o Bairro Santos ao Rego.

– O que é um bairro? Eu intuitivamente... eu vou dar a resposta e depois vou fundamentar a resposta. E acho que não. E acho que não porque o meu conceito de bairro é uma coisa mais homogênea, do ponto de vista das vivências e do tecido social. Eu acho Campo de Ourique ainda um bairro, ainda. E17

Daqui emergiram basicamente duas ideias: o bairro como um espaço de relação, dominado pelo interconhecimento e pela entreatajuda entre vizinhos, e/ou o bairro como um espaço autossuficiente em matéria de comércio, sendo esse comércio o contexto mais propício ao estreitamento de laços. Ambas as ideias partem do pressuposto de que o bairro é um espaço não muito extenso e com uma delimitação relativamente consensual.

Em vinte moradores, apenas cinco reconhecem existir vida de bairro nas Avenidas Novas. Outros cinco admitem existir “alguma” vida de bairro, traduzindo dessa forma tanto a pouca quantidade como a qualidade diferenciada daquilo que entendem por vida de bairro. Para estas considerações, a dimensão espacial parece relevante, pois, como vimos no capítulo anterior, a zona restrita das Avenidas Novas é extensa. Mesmo tendo em conta uma área mais reduzida, como aquela representada em todos os mapas aquando do exercício referido nesse capítulo, a ideia de bairro é pensada aqui pelos sujeitos quase ao nível do quarteirão, por vezes até do próprio prédio, onde as relações de vizinhança podem compensar alguma impessoalidade característica da zona.

No entanto, o que pretendemos ordenar neste eixo não são as respostas sobre a existência ou não de vida de bairro, mas a própria disposição dos atores para viver essa vida de bairro. Para chegar a essa dimensão, foi preciso identificar os argumentos explícitos e implícitos. Nesse sentido, propomos uma tipologia que contempla quatro tipos de situações:

- as pessoas que denotam uma forte predisposição para a vida de bairro, independentemente de reconhecerem que há ou não vida de bairro, e manifestam motivação para o interconhecimento, particularmente em pequenos círculos;

- as pessoas que demonstram alguma apetência para a vida de bairro, embora dizendo que não fazem vida de bairro, e encaram o bairro sobretudo na dimensão espacial de uma zona com muito comércio onde tudo é acessível a pé;
- as pessoas que afirmam que não há vida de bairro, e parecem estar, pela positiva ou pela negativa, conformadas com esse dado adquirido;
- as pessoas que preferem que não haja vida de bairro ou que, reconhecendo que existe alguma vida de bairro, consideram que ela é mais do que suficiente para a sua forma de estar.

Vejam os então em que se traduzem estes quatro posicionamentos distintos, quando falamos da vida de bairro e dos lugares onde ela, existindo, é mais evidente. Para melhor compreender a atitude disposicional dos atores, consideramos aqui também as suas leituras sobre as Avenidas Novas no que respeita a tópicos tão diversos como as dicotomias dia/noite e semana/fim de semana, a relação entre moradores e trabalhadores e a existência de problemas sociais em comparação com outras zonas da cidade.

Independentemente das circunstâncias relacionadas com a sua chegada às Avenidas, há cinco entrevistadas que demonstram uma forte predisposição para a vida de bairro, não numa perspetiva bairrista como a que, em geral, se associa aos bairros populares, mas no sentido do interconhecimento, mais até que no sentido da entreaajuda. No caso de uma dessas pessoas, percebe-se que ter muita família a viver nas imediações e manter com o comércio local relações duradoras, são fatores que pesam na sua disposição para a vida de bairro, naquela zona em concreto.

– Gosto muito do espírito de bairro que eu identifico fortemente. (...) Conhecemo-nos todos. É impossível percorrer aqueles quarteirões sem nos cruzarmos... toda a gente nos conhece (...). Relativamente a este espírito de bairro, acho que há, ali um sentimento muito grande, identificamo-nos realmente com aquela zona. E5

A situação do enraizamento familiar, já atrás referida, é ilustrada pelos entrevistados também em relação à rede de vizinhança.

– No meu prédio tenho uma família muito grande, já com muitos netos, que eu conheci desde que foram nascendo, vejo sempre aquelas caras conhecidas ali, e se andarmos uns bons anos para trás, lembro-me de eu passar ali os fins da tarde também, eu com as outras crianças. E5

Uma das moradoras mais antigas, também constrói uma ideia de bairro a partir do legado familiar.

– Os meus pais sempre viveram na Avenida de Berna como eu digo e, no entanto, a minha mãe sempre simpatizou muito com a Avenida Barbosa du Bocage. Porque é interessante que a Avenida Barbosa du Bocage tem umas características diferentes da Avenida de Berna que foi sempre uma via de passagem. Portanto, quer dizer, não criou nunca uma vida de bairro e, ao fim desses anos todos, continua a não conseguir. Mas aqui, curiosamente, neste troço entre a [Avenida] Cinco de Outubro e a Marquês de Tomar, o que já não acontece naquele bocadinho entre a [Avenida] Cinco de Outubro e a

Avenida da República, o que se passou foi que houve muitas famílias que vieram para aqui da altura dos meus pais, casais novos, os filhos começaram-se a dar, nós brincávamos aqui com amigos nossos que viviam neste prédio, ali nos quintais, está a ver, e criou-se, mesmo a própria rua tem uma das características que se mantêm (...). Toda a gente se cumprimenta, cruzamos com vizinhos com quem não nos damos, mas é um bom dia boa tarde. E13

Neste caso, a ideia de bairro circunscreve-se apenas a um pequeno trecho de uma avenida, correspondente a um quarteirão. Não inclui sequer as traseiras do mesmo quarteirão, na movimentada Avenida de Berna.

– Houve sempre aqui um convívio engraçado, um tentar criar um convívio de bairro, talvez como houve em zonas da Avenida de Roma (...). Não digo que em todos os quarteirões daqui se sinta. Eu acho que não há muito o espírito de bairro, é um facto. Onde eu sinto, sou-lhe franca, das avenidas que conheço, um bocadinho de espírito de bairro é aqui, (neste quarteirão?) é, porque depois se for para o outro a seguir já não há. É estranho, não há. E13

Sobre os locais propícios a fomentar a vida de bairro, esta moradora refere a importância da igreja, mais no passado, como um local de ocupação de senhoras sem atividade profissional.

– Muitas senhoras, hoje em dia já não tanto, até porque as pessoas estão a trabalhar, mas sobretudo da época da minha mãe em que as senhoras realmente não trabalhavam, era sempre ali um ponto de, iam para a sua costura para depois fazer coisas para a venda de Natal e os paramentos, e criava-se um núcleo. E continuam um bocadinho. E13

Esta entrevistada refere que consegue identificar um pouco o sentido de bairro nos restaurantes da zona, encontrando frequentemente as mesmas pessoas à noite e aos fins de semana, numa dinâmica completamente distinta da dos dias de semana ao almoço. Em suma, trata-se de uma atitude favorável à vida de bairro, desperta para reconhecê-lo nos pequenos sinais que despontam para além do movimento que os serviços trazem quotidianamente à zona.

As outras três entrevistadas chegaram há muito menos tempo, mas estão igualmente motivadas a fomentar a vida de bairro, nas relações de vizinhança e no comércio. Uma delas vive há dez anos em plena Avenida da República, um cenário dominado pela presença dos escritórios e do trânsito intenso. Tal não a impede de afirmar:

– A zona é uma zona com que se cria laços, e, portanto, nesse sentido que estava a perguntar se é um bairro, eu identifico-me com este espaço, não muito alargado, e gosto que ele seja um espaço aberto. Eu não acho mal ter imensa gente todo o dia e a toda a hora... Eu sou conhecida na farmácia, sou conhecida nos cafés onde vou, sou conhecida no sapateiro. Cumprimento essas pessoas, portanto, tal e qual quando eu vivia noutra zona de Lisboa onde eu também achava que era um bairro, portanto eu tenho uma identificação. Claro que tenho de me referir essencialmente a serviços. E acho que há

(...). E mesmo a circunstância de cruzar todos os dias de manhã com a senhora que vem passear o cão. Nunca falei, mas há uma rotina e um reconhecimento. Eu acho que sim. Claramente, sim. E15

Na verdade, reconhece claramente que, mais do que a zona, é a sua postura individual que pesa nesta atitude.

– Também tem muito a ver com o meu feitio. Eu sempre falei com vizinhos. Muito limitadamente, porque não era o meu feitio, não tenho esse feitio. E aqui acontece o mesmo. Cumprimento as pessoas no prédio, obviamente, mas falar falo essencialmente agora com a vizinha do lado, porque partilhamos as traseiras, o acesso ao estendal. E, portanto, a circunstância leva a isso. E15

Outra destas cinco moradoras entende que as Avenidas Novas são, claramente, um bairro.

– Os requisitos é haver vida de bairro, é haver pessoas que fazem vida de bairro, que têm tudo e que fazem as suas vivências diárias no bairro e que se conhecem e que vivem o bairro. Eu diria que é geral, embora eu conheça mais até à parte da Duque d'Ávila, porque é onde circulo mais. Mas diria que é geral. E29

Aprecia tudo o que converge para o sossego, desde a tranquilidade dos jardins da Gulbenkian à 'janela horária' que lhe permite ir ao supermercado com menos frequência dos trabalhadores dos serviços. Por isso valoriza tanto a diferença que se sente à noite e aos fins de semana. Desagrada-lhe tudo o que tem a ver com trânsito, ruído e automóveis, embora seja esse o seu meio de transporte para o trabalho, localizado a uma pequena distância de casa.

– À noite é mais sossegado, porque não há os carros que há de dia e durante o dia há muitas pessoas que não vivem cá, percebe-se perfeitamente essa mistura. Ao fim de semana ficam as pessoas, essencialmente, que vivem cá e é bastante mais sereno, um ambiente mais familiar. As pessoas andam a passear, há muito menos confusão. Os carros desaparecem. E29

A moradora mais recente deste grupo tem como termo de comparação a zona de escritórios em que viveu, na Avenida José Malhoa, e os bairros como Campo de Ourique ou Benfica, situando as Avenidas Novas num meio termo desses parâmetros. Consegue identificar alguma vida de bairro, centrada na experiência do seu próprio prédio.

– Eu consigo ter um bocadinho mais do que o que tinha na Praça de Espanha, consigo ter aqui um círculo de pessoas com quem tenho essa confiança, porque há aqui uma ajuda, muito focada no prédio, honestamente. Não há muito a dimensão do bairro. Porquê? Porque é um espaço onde passam não sei quantas mil pessoas por dia, ou a trabalhar, ou a conhecer ou a girar. (...) Há esta mobilidade muito grande. Os serviços, mesmo de cafés, de restaurantes, já são muito pouco (...) coisas mais franchisadas (...). Sei lá, não sinto a dinâmica de bairro que existe por exemplo em Campo de Ourique, aquelas lojinhas todas muito pequeninas, lojinhas quase de autor, em que se conhece a pessoa, ou Benfica (...) isso não sinto. E32

Nestas observações, ensaia um conceito de bairro diferenciado, um bairro de passagem, aberto e de fronteiras fluidas, que não está preso a um perímetro ou a um atrativo turístico.

– Este é um bairro que acaba por ser um bairro de passagem, é estranho ver isso. Não é um bairro com uma coisa para ver, não é um bairro que está muito fechado sobre a sua área geográfica e que, portanto, se obriga a ter o seu ecossistema muito bem criado, e acho que isso tem implicações naquilo que é o sentido de identidade (...). Não me custa nada ir fazer alguma coisa que é importante para mim, e para a minha referência, fora do meu bairro, porque é muito leve, essa fronteira é muito fácil de transpor. E32

Também esta residente realça a diferença das noites e dos fins de semana, onde há mais estacionamento e mais calma. No entanto, nota que a zona está a mudar, ultimamente, com a instalação de novos restaurantes e uma vida noturna crescente, que até há pouco não se verificava, sobretudo no eixo da Avenida da República.

A sua leitura da existência de vida de bairro é relativizada pelo reconhecimento do cosmopolitismo da zona.

– Eu acho que consegue fazer um bom complemento entre alguma vivência de bairro e alguma vivência de cidade cosmopolita. Mas falta-me às vezes essa coisa mais de identidade de bairro que, ok, existe, eu sinto isso no meu prédio. Sinto que o bairro peca um bocadinho por isso. E32

Esta ideia da combinação de uma grande cidade cosmopolita com alguns traços moderados de vida de bairro é, aliás, o registo predominante dos entrevistados que se situam no extremo oposto da escala, aqueles que têm fraca predisposição para a vida de bairro e consideram suficientes esses traços moderados para compor a imagem. Alguma vida de bairro é-lhes preferível a viverem numa zona deserta e descaracterizada, desde que preservem a sua independência e privacidade.

Um desses moradores refere, a propósito do cosmopolitismo:

– Acho que aqui é um espaço urbano, homogéneo, do ponto de vista da traça e tal, mas não se pode dizer que tenha uma vida de bairro. Acho por exemplo que aqui ninguém se conhece. Acho que não. Ninguém se conhece... Eu gosto de cidades grandes (...), porque eu venho de uma cidade pequena. Não gosto dessa coisa de a gente sabe, conhece o filho da não sei quê (...). Quer dizer, há pessoas que param na rua para me falar, mas é o porteiro ali do coiso, que me conhece, que me vê aqui, mas não se vê uma grande interação entre as pessoas. E17

É interessante ver como os sujeitos procuram definições ajustadas. Neste caso as Avenidas Novas são encaradas como um “quase-bairro”, o que, atendendo à predisposição deste entrevistado, se revela um “bairro quanto baste”.

– E depois tem outra coisa que eu acho que dificulta ser uma vida de bairro, que é uma coisa que eu gosto aqui (...) [As Avenidas Novas] não são exatamente um bairro, mas são quase um bairro. É uma zona muito forte de serviços durante o dia. Eu acho que isso é uma coisa que corta a vida de bairro.

Porque a vida de bairro tem um dia e tem uma noite (...). Há uma certa indiferença que me agrada aqui numa zona como as Avenidas Novas. Não é uma zona completamente descaracterizada, mas não é, quer dizer, não tenho 30 pessoas que vivem na mesma rua e que se conhecem todas umas às outras.
E17

E daqui resulta que a relação entre moradores e trabalhadores seja praticamente inexistente, no contexto de uma zona que é uma importante bolsa de emprego à escala metropolitana.

– Eu acho que esta zona da cidade é mesmo muito cidade. Cidade nesse sentido, como se fosse uma Nova Iorque Pequenina. Quer dizer, há pessoas que trabalham aqui no Saldanha, que vivem na margem sul. Eu até sei que há. Há outras que vivem na linha. Há outras que vivem em Loures. Há outras que vivem até em cidades a 70 km, e está aqui tudo. E não há grande relação. E17

Situados neste segundo extremo da escala, outros entrevistados manifestam também a sua apetência para viver numa zona que lhes permite uma certa discricção, desde logo pela dimensão espacial.

– Eu acho que isto também é demasiado grande para haver vida de bairro. Mas eu vou tomar café normalmente ao mesmo sítio todos os dias ou dia sim dia não. A senhora conhece-me e sabe o meu nome. Conheço outros clientes e digo bom dia a outros clientes. Vou comprar o jornal ao fim de semana. Vou sempre à mesma senhora ou alterno em dois quiosques, e o senhor também me conhece. Mas vida de bairro, uma pessoa ir na rua e ser cumprimentado por dez pessoas diferentes, isso não existe. Mas eu vou-lhe dizer, eu também gosto que isso não exista (...). Nunca tive essa cultura de bairro (...). E eu gosto de poder andar meio desconhecido (...). Até lhe vou dizer, eu quando sou demasiado conhecido num sítio e chego e as pessoas já não perguntam (...), normalmente mudo de sítio. Mas há pessoas que gostam muito disso. E12

Para este morador, a relação entre residentes e trabalhadores praticamente não existe.

– Aqui em baixo, na entrada há uma seguradora. Eu vejo sempre as senhoras da seguradora. Mas nunca troquei com elas mais do que um “bom dia” e “boa tarde”. E12

Outro residente, também posicionado na situação de preferir que não haja vida de bairro, considera que a falta de interconhecimento resulta na falta de entreaajuda, e que isso é um preço a pagar por quem prefere viver num certo anonimato.

– O que noto como bairro, que seria mais aquela coisa de conhecer as pessoas, da interajuda, de uma vivência comum, aí, honestamente não tem. Ou seja, não conheço as pessoas do meu prédio, mas também acho que tem um pouco a ver com a minha maneira de estar, um bocado a minha discricção (...). Não existe assim essa noção do bairro, não é, essa coisa da entreaajuda, de precisar de alguma coisa e sei que tem o vizinho para contar com ele, e não sei quê, não existe. As pessoas são muito individualistas, no sentido da sua existência, trabalho, depois querem ficar na sua casa e tal. Não tenho nas minhas relações ninguém que viva ali. Acho que tem mais vantagens que desvantagens. É a

desvantagem de um dia precisar de alguma coisa e fico, não sei o que fazer, não tenho ninguém a quem recorrer, mas, por outro lado, cada um tem a sua vida, com liberdade, sem muito mexerico, e muita intromissão na vida uns dos outros. E31

Nem só os moradores recentes e mais novos se posicionam neste extremo da escala, mas também uma das residentes das Avenidas Novas há mais de 40 anos. Hesita sobre a existência ou não de vida de bairro, admitindo que talvez as Avenidas sejam um bairro, mas diferente. No entanto, o seu testemunho evidencia claramente o quanto valoriza o distanciamento social e o isolamento de que necessita, e que esta zona, em particular, lhe proporciona.

– Agrada-me também um certo distanciamento das pessoas. Para mim isto não é um bairro (...). Eu não sei se é um bairro, eu não consideraria um bairro porque também não há uma ligação entre as pessoas. O bairro também tem a ver com as pessoas estarem mais ligadas, mais próximas, realizarem coisas juntas, fazerem festas, sei lá, darem apoio social em grupos isolados. Eu não vejo isso, nem nunca me foi solicitada nenhuma intervenção nesse sentido. Talvez seja um bairro com características um bocadinho diferentes, bairro no sentido de ter cá tudo. De facto, aqui há tudo, há supermercados, há lojas, há tudo o que possamos necessitar para vivermos aqui sem termos de deslocar para zonas muito longínquas daqui. Não haverá talvez a vivência mais próxima. Há pessoas que gostam do seu isolamento. E27

Depois de confrontadas posições mais extremas, isto é, a dos residentes com maior e com menor apetência para a vida de bairro, vejamos agora as posições intermédias. Uma delas diz respeito a um grupo também de cinco moradores. Em geral, demonstram simpatia pela ideia da vida de bairro, mesmo quando não é muito intensa. Assim resume este morador.

– Gosto obviamente digamos do bairro. Não é que eu faça vida de bairro, mas tenho as coisas próximas. E6

Este entrevistado viveu anteriormente noutra zona, referência a que recorre para explicar, por oposição, alguma vida de bairro que ainda considera existir nas Avenidas Novas.

– Vida de bairro no sentido em que toda a gente se conhece não. Eu vivi (...) ao pé da Rua de S. José. Não tinha nada a ver. Eu entrava na rua e toda a gente sabia que eu estava em casa. Um dia apareceu uma jante do meu carro numa esquina lá em baixo e vieram-ma trazer a minha casa a tampa da jante. Isso aqui não existe. Desse ponto de vista, vida de bairro não é mesmo. Agora há aquela vida de uma pessoa desce, tem dois ou três cafés, onde conhece as pessoas, de vez em quando encontra uma ou outra. Conhece os vizinhos, conhece o senhor da loja chinesa e tal, e a mulher. Há, obviamente, alguma vida de bairro como em qualquer sítio, presumo eu. E6

Postura semelhante tem outra moradora, que afirma haver vida de bairro, pondo a tónica na relação e na proximidade dos serviços.

– *A vida de bairro continua muito a agradar. Ou seja, nós conseguimos fazer tudo praticamente walking distance. Eu ainda consigo falar de vida de bairro aqui. (...) O andar aqui à volta, na farmácia, passo, conheço a senhora e vem cá fora falar-me, o comércio local, há aqui, as pessoas conhecem-se, as pessoas falam-se, não é tudo indiferente.* E7

Reportando-se ao próprio prédio, onde vivem familiares, acentua a ideia do interconhecimento.

– *Quando casámos, nós estávamos num prédio com 16 andares... Zero. Não conhecia ninguém. Podia dizer “bom dia” no elevador, ninguém dizia nada, tudo macambúzio. [Aqui] conhecemo-nos todos. As minhas filhas e as minhas sobrinhas fizeram baby sitting à bebé do primeiro andar (...). Nós fomos da segunda revoada de famílias aqui do prédio, porque isto era de 60 e tal (...). Ainda temos uma senhora do terceiro andar, original, que se mantém ali firme e hirta (...). Depois como eu tive quatro filhos em cinco anos, estava sempre grávida, eles, a porteira dizia “ah! Isto agora é uma alegria”. Viemos renovar.* E7

Outro residente, que mora perto dos anteriores, considera não haver vida de bairro, mas reconhece o mesmo tipo de ligação ao comércio local. E denota, acima de tudo, a sua predisposição para criar laços, tanto no próprio prédio onde vive como com os comerciantes.

– *O facto de eu estabelecer relações menos impessoais, eu dizia, “eu vou ficar aqui” e comecei a tecer uma rede de relações. Não é uma coisa ao ponto de serem família, mas uma coisa da pessoa, serem amigos, com quem nós estamos, sabemos que vamos estar. Eu conheço as pessoas da farmácia, eu conheço as pessoas do café, só não conheço as pessoas do Minipreço porque os trabalhadores rodam.* E10

Referindo-se precisamente ao café mais próximo, deixa uma nota sobre um certo sentido de comunidade, que, no seu entender, parece ser mais evidente com o pessoal dos serviços do que propriamente com os moradores.

– *Curiosamente aqui este café, foi uma coisa que eu demorei algum tempo a processar, os clientes, que são pessoas provavelmente da outra margem, dos arredores, de Sintra, que vêm aqui, têm mais familiaridade com eles do que as pessoas aqui da rua. É quase a sede familiar deles, inauguram ali uma segunda casa, afiliam-se, e tornam-se mais cúmplices do que as próprias pessoas da rua. Noto isso porque há grandes grupos de trabalhadores, por exemplo, a Caixa Geral de Depósitos tem aqui, não sei se simultaneamente, 5.000 funcionários, qualquer coisa do género, não sei, mas mesmo que sejam 2.000 funcionários diariamente, eles vão ter de almoçar aqui na zona, e então, é isso.* E10

Quanto à relação entre moradores e trabalhadores, estes três entrevistados referem que ela não existe, ou, se existe, é pacífica.

– *Eu acho que é cada um na sua vida. Não se cruzam. São vidas que quase não se sobrepõem, não interagem.* E10

Estes três últimos entrevistados vivem muito próximos uns dos outros e verbalizam de forma diferente a resposta à questão sobre a existência ou não de vida de bairro. Porém, os seus argumentos acabam por confluir na existência de alguns laços e na forma positiva como os encaram. Mais duas entrevistadas reforçam o seu agrado com a zona onde residem, em boa parte assente no facto de “ainda” conseguirem identificar vida de bairro. A existência de todo um comércio próximo é relevante nessa apreciação.

– Agrada-me haver um grande comércio local. Eu gosto de fazer as compras em comércio local. Agrada-me ter esta questão da qualidade de vida. Do poder andar a pé. E11

– Gosto muito deste sítio. Gosto das pessoas. Acho que há toda uma estrutura comercial que também já tem algum peso nestas observações. E14

Apontando a distância como um constrangimento para a vida de bairro, uma delas afirma:

– Eu considero isto um bairro e isto talvez outro bairro, dividido aqui pela Avenida Duque d’Ávila (...). Para já, há aqui uma grande distância em termos de quilómetros, não é, elas estão muito afastadas estas zonas, desde este extremo a este extremo há uma grande distância... Eu passo aqui todos os dias, não é duas vezes, mas quatro vezes por dia, porque vou ao ginásio à Elias Garcia e muitas vezes vou ao ginásio à hora do almoço. E noto, tomo café aqui na esquina... vejo que as pessoas que moram nestes arruamentos, vão a esses cafés, frequentam esses cafés, conversam com os funcionários, há aqui uma relação entre moradores e comércio. Sinto que isto existe. E11

Por fim, a referência aos entrevistados que consideram que não há vida de bairro e demonstram conformismo com a não existência de vida de bairro. Um dos argumentos a que recorrem tem a ver com o comércio, desta vez para dizer que o comércio existente não é um comércio típico de bairro.

– O que apareceram foram lojas de moda, digamos assim. Ou lojas de roupas ou restaurantes, que agora são muito badalados, portanto são coisas para um tipo de público muito diferenciado, mas não são aquelas lojas, lá está, dos serviços de termos tudo ao pé de casa, não são o comércio local. E, portanto, torna aí uma frequência um bocadinho mais descaracterizada. E3

A nível do comércio, há quem destaque que a instalação de vários supermercados na zona contribui para o enfraquecimento de relações que existiam no comércio tradicional.

– O comércio tradicional foi desaparecendo. Foi sendo substituído por grandes superfícies, que agora estão todas também aqui na zona. E8

Para estas pessoas há um anonimato que caracteriza a zona e que começa por se verificar, desde logo, nos próprios prédios.

– Bem, agora volta a ser habitado, mas eu não tenho a vivência daquelas zonas como zona de bairro e de vivência com as características de bairro. Tem uns prédios fantásticos onde de facto vivem pessoas, mas de facto tem um carácter muito mais dormitório. E3

– *Mesmo as pessoas dentro de um prédio, onde eu vivo, são pessoas muito, digamos, sofisticadas, cada um na sua vida, muito reservados. As pessoas que lá vivem também são pessoas de fora. No meu prédio, vive lá um, já é a segunda pessoa empregada de uma embaixada, agora está um russo, esteve uma pessoa de uma embaixada sul americana. Outra casa (...) está já com aluguer, que é o alojamento local.* E4

Esta percepção pode ser expressa também por alguém que viva na zona há 70 anos, talvez agravada por mudanças de casa na mesma zona e por alguma rotatividade de moradores em cada prédio.

– *Enquanto na vida de bairro as pessoas se conhecem umas às outras, é isso que dá espírito de bairro, aqui na zona central das Avenidas, as pessoas praticamente não se conhecem. Eu não conheço os vizinhos que moram no prédio. Nem do lado esquerdo nem do lado direito.* E8

Ambas as porteiras entrevistadas se situam neste grupo mais resignado com a não existência de vida de bairro, que atribuem ao carácter eminentemente urbano da zona.

– *Não é um bairro, mas, pronto, é uma avenida. É uma coisa que tem, esta Avenida da República é à base de escritórios. Não. Isto não é um bairro. Eu não sei porquê. Bairro para mim é aquele lugar que cada um tem a sua casinha, está ali, “ó vizinha, está boa?” não sei quê. Aqui não, aqui é um lugar de passagem. Aqui, as pessoas entram, saem, passam. Pronto. É cidade. É o centro de cidade. Ninguém conhece ninguém, o vizinho não sabe quem é o vizinho. O bairro a gente sabe mais ou menos que aquela vizinha, não conheço, mas sei que mora ali, entra ali, e não a vejo. Aqui a gente pode não ver uma pessoa um monte de tempo, é cidade. Eu digo isso, isto é a cidade. Ninguém conhece ninguém.* E9

– *A ideia de bairro, eu penso, nós conhecemo-nos, mas não é aquele género bairrista. Não. E há pessoas em que nós não nos cumprimentamos. Há pessoas que, nós circulamos, por exemplo, moram aqui, artistas e mora aqui bastante gente, nem a saudação acho que damos. Não. Lá os mais conhecidos, isso sim... Não sei se nos outros prédios, mas segundo aquilo que eu oiço falar, as pessoas são todas assim. É, “boa tarde” e “bom dia”, se se encontram e há aqueles que passam assim à toupeira. Nem há a saudação. Pronto.* E16

Tomando o conjunto total dos entrevistados, não encontramos particulares diferenças no que respeita à opinião sobre a relação entre moradores e trabalhadores das Avenidas Novas. A maioria das pessoas considera que não há sequer relação, predominando a ideia de que cada um está na sua vida (sic). Quando muito, há quem refira que alguma relação terá sempre de haver, mais não seja que aquela inerente à interação no contexto do comércio e dos serviços. Mas o máximo que admitem é que algumas pessoas se cumprimentam, seja nas cafetarias, no quiosque dos jornais ou no próprio prédio em que residem. A existir, esta relação entre quem reside e quem vem trabalhar é, então, pacífica (sic), e o único ponto que pode suscitar tensão será a procura de estacionamento, nalguma coincidência de horários de uns e de outros.

Já no que respeita às diferenças entre o dia e a noite, no ritmo quotidiano, bem como à cadência semanal que contrapõe os dias de semana aos fins de semana, notamos alguns aspetos diferenciadores.

Em geral, todos partem do adquirido que opõe dias (de semana) muito agitados, com trânsito intenso, grande circulação de pessoas, ruído, confusão, restaurantes e cafés cheios à hora do almoço, por um lado, a noites calmas depois da debandada dos trabalhadores dos serviços, com pouco trânsito e a maior parte da restauração encerrada, por outro lado. Mas o que uns notam e outros não parecem identificar ou relevar é que estas dicotomias se estão a esbater, e as razões apontadas são diversas. Por ordem cronológica: a abertura do El Corte Inglés, a instalação progressiva de hotéis, as obras do Eixo Central e o estabelecimento de novos espaços de restauração. Estes dois últimos fatores parecem estar ligados, funcionando simultaneamente como causa e consequência um do outro.

Esta transformação torna a zona mais movimentada no período noturno. Já havia, é certo, a frequência aos espetáculos da Gulbenkian, do Campo Pequeno e da Culturgest, em dias específicos do calendário. Mas essa frequência traduz-se, sobretudo, em mais trânsito automóvel e em disputa do estacionamento com os residentes locais. A novidade é agora a oferta de restaurantes mais distintos daqueles que operam apenas de dia em função dos serviços, que são ainda a maioria, e o espaço público, entretanto adaptado para permitir o aumento de esplanadas e da área de circulação pedonal.

Quem nota mais esta transformação são os entrevistados com maior predisposição para a vida de bairro. Mesmo quando reagem com reservas às recentes obras do Eixo Central, reconhecem que elas contribuíram, de facto, para esta dinamização para além do horário dos serviços, prolongando a presença de alguns trabalhadores em cafés e esplanadas após o encerramento dos escritórios e trazendo novos utilizadores para jantar. Por oposição, verifica-se também que os entrevistados que têm menos predisposição para a vida de bairro, são precisamente os que continuam a acentuar o grande contraste, a diferença abissal (sic) entre o dia e a noite, não escamoteando que é essa dicotomia que viabiliza o distanciamento e a independência que tanto valorizam.

As referências à noite nas Avenidas Novas têm um ponto em comum: praticamente todos os entrevistados consideram a zona segura, mesmo os que frisam a desertificação noturna.

– *À noite muito mais calmo. Mas eu noto ultimamente muita gente à noite na rua, também, e especialmente aqui na Avenida da República, ou seja, não é uma coisa em que eu me sinta desconfortável a andar à noite, não sinto, de todo, qualquer tipo de insegurança.* E32

– *À noite isto é seguríssimo. Seguríssimo. Mas hoje em dia, Lisboa é uma cidade seguríssima.* E17

– *Diria zero insegura. Também não escondo que seja bom ter alguma tranquilidade que resulte do encerramento dos serviços.* E12

A percepção de que as Avenidas são uma zona segura, para além de uma alusão ou outra, circunstancial, ao encerramento de esquadras de polícia, domina as respostas à questão sobre a

existência de problemas sociais na zona. Com escassas referências a alguns sem abrigo que pernoitam nas imediações da Igreja de Fátima, e a problemas com menor visibilidade social como o isolamento ou a precaridade económica de algumas pessoas mais velhas, a maioria dos entrevistados considera que esta é uma zona com menos problemas sociais do que outras na cidade. Tal concorre para e reforça a imagem de um estatuto social elevado dominante nas Avenidas Novas.

– Não sei, mas eu sempre vi esta zona muito poupada a cenas tristes (...). Quando chego do trabalho, às vezes saio entre as 11 e a meia-noite, o que vejo é aquela malta toda das limpezas e os seguranças a saírem, às dezenas, da CGD, para apanharem os transportes. Ou seja, é uma zona onde as pessoas que seguramente têm problemas, não vivem aqui, digo eu. Vêm cá trabalhar, mas depois saem daqui (...). O que poderá haver é aquilo que o jornalismo chama a pobreza envergonhada, não é? Isso é o máximo que poderá haver aqui. Eu não me apercebo de pessoas a pedir na rua. E10

Também nesta matéria reincidentem as alusões ao Bairro Santos ao Rego, quando considerado o perímetro oficial da freguesia, pela conveniência de essa demarcação tornar mais inequívoco o estatuto social das avenidas centrais.

– O Bairro de Santos sim. Ainda no outro dia, tenho uma amiga que vive lá, e ainda fui lá jantar a semana passada e passei aquela ponte por cima do comboio. Tem ali aquela ponte, passei por ali à meia-noite e aquilo é (...) uma zona assim um bocadinho desconfortável de passar (...). Estamos nas Avenidas Novas, mas se alguém acordasse ali não achava que estava nas Avenidas Novas, achava que estava noutro sítio qualquer, e não. E31

– Há freguesias com graus de problemas sociais muito maiores. Mas agora, se pensarmos numa estrutura que eu conheço relativamente bem, que são as zonas BIP ZIP, os bairros de intervenção prioritária (...), uma das zonas mapeadas é precisamente essa zona do Rego, e, portanto, alguns dos bairros considerados prioritários da cidade toda estão aí, portanto, de facto, a nível de problemas sociais, o senso comum dir-nos-ia que não, e que é uma zona com menos problemas, mas, de facto, continua a ter essas franjas que estão presentes. E32

Relativamente aos fins de semana a ideia generalizada é que são muito tranquilos, comparativamente com a azáfama dos dias úteis. Ainda assim, os entrevistados notam diferenças entre o sábado e o domingo. O sábado faz um pouco a transição, pelo menos durante a manhã, notando-se bastante movimento de compras e afluência aos serviços pessoais. Aos domingos está tudo fechado e a coisa morre mesmo (sic).

Mas, à semelhança da dicotomia dia/noite, há quem note diferenças nos últimos anos, no sentido em que a zona é frequentada também agora por pessoas de fora para se recrear nas ciclovias, nos passeios, nas esplanadas, nas novas padarias e nos ginásios. Esta perspetiva encontra-se no grupo das pessoas com maior predisposição para a vida de bairro, traduzindo uma ameaça à vivência tranquila que costumavam ter aos fins de semana, filtrada da presença das pessoas dos serviços.

– Ao fim de semana eu acho que há muito pouco movimento. Enquanto, por exemplo, o jardim do meu quarteirão é utilizado pelos residentes, e não só, ao fim de semana os residentes não estão lá, só vejo pessoas que não conheço. Deveria ser ao contrário, mas por acaso neste caso não é. E5

– Eu passeava muito na avenida. Já não é uma zona tranquila de todo. Tem várias circunstâncias que levaram a isso. A representação que eu tenho é realmente um descanso, e a pessoa sentir, porque eu também durante a semana tenho uma vida igual à da avenida, ou seja, um frenesi, para cá e para lá, e ao fim de semana sabia-me muito bem, parecia que estava noutra sítio e esse sítio por acaso era a minha casa. Alterou porque este local foi revitalizado, não há dúvida. Tem aqui serviços que, muito objetivamente, não sei como conseguiram autorizações, licenças, e que utilizam este espaço como um prolongamento desses serviços e, portanto, esta zona está constantemente cheia de pessoas a passear, a fazerem desporto. Aqui mesmo neste quarteirão abaixo tem um ginásio e eles usam a rua. E o estacionamento é todo por conta do ginásio (...). Eu acho perturbador. Não tenho nada contra que o espaço seja revitalizado, mas perdeu a característica que tinha de ser um local tranquilo. Prazeroso na mesma, claro, um privilégio para quem vive aqui. Compreendo que não pudesse ser assim, mas neste aspecto, piorou. E15

8.4. Práticas de mobilidade

Na linha do eixo das sociabilidades da vida quotidiana, e reportando-nos ao tema da mobilidade espacial abordado no capítulo 6, procurámos conhecer as práticas de mobilidade dos entrevistados. Pedimos também que descrevessem como viam o panorama geral das deslocações na zona e a oferta de transportes e de que forma encaravam a aposta mais recente nas modalidades sustentáveis. Começámos por constatar que a imagem geral que as pessoas têm das deslocações na zona das Avenidas Novas assenta sobretudo em três elementos característicos: um intenso tráfego automóvel, uma grande oferta de transportes públicos e uma forte apetência da área para a mobilidade pedonal e para as modalidades leves de transporte.

No que respeita ao automóvel, há grande unanimidade em reconhecer que o trânsito é muito, com consequências ao nível da poluição (ruído e qualidade do ar). A gradação das opiniões distingue depois entre quem ache que é um autêntico caos, mau, muito difícil, até quem refira que, apesar de intenso, o trânsito flui e é organizado (sic), para usar as expressões dos próprios. Pelo meio, há quem se resigne a esta inevitabilidade por considerar a zona como de passagem, sobretudo as avenidas da República e Berna.

Um problema associado à deslocação automóvel é o do estacionamento, que afeta moradores e outros utilizadores, não só pela disponibilidade efetiva de lugares, mas pelos constrangimentos

inerentes à circulação. Tratando-se de uma zona com muito comércio e serviços há que contar também com as cargas e descargas, que concorrem para uma certa entropia.

– Tudo o que seja automóvel é péssimo, seja pelo volume de carros seja mesmo pela própria organização da coisa. Para voltar é preciso ir meter não sei aonde para dar a volta, vir pela outra rua, andar ali aos quadrados e tal, é muito mau, e, se alguém falha, depois é mais uns minutos. É chato, é um bocado agressivo, às vezes desesperante. Depois são mais não sei quantos semáforos para voltar e tal. E31

No que respeita aos transportes, também há quase uma unanimidade em reconhecer que a zona é muito bem servida, o que lhe confere centralidade, por ser fácil aceder a qualquer meio e tomar qualquer direção/destino. Algumas pessoas chegam a verbalizar que não deverá haver zona com uma oferta tão generosa de transportes públicos. Depois, a ênfase é posta numa ou noutra modalidade em função das preferências e dos hábitos de cada um.

– É uma zona super central, no sentido em que é muito bem servida de transportes. E3

– Não sei se haverá outra zona no país tão bem servida de transportes como aquela. Eu estou na encruzilhada de três linhas de metro. E4

O metropolitano é o mais referido, já que passam e se cruzam três linhas nas Avenidas Novas, oferecendo um leque variado de possibilidades. Os autocarros não são o meio de transporte que colhe mais simpatia, embora haja a perceção de que passam muitas carreiras na zona, em diversos eixos, divergindo depois as opiniões sobre os tempos de espera. No caso das pessoas mais velhas, nota-se uma maior preferência por este meio, com observações sobre a melhoria do serviço nos últimos tempos e uma maior acessibilidade aos autocarros em comparação com as escadarias do metro.

Quanto ao comboio, nem sempre ocorre aos entrevistados a existência de uma estação com grande oferta, junto ao Campo Pequeno. Porém, no decurso da conversa, alguns entrevistados acabam por reconhecer que o usam esporadicamente, e outros recordam que é bastante utilizado pelos trabalhadores da zona, incluindo as suas empregadas domésticas. A avaliar pela situação dos entrevistados e pelo que observam, o comboio é mais utilizado por quem vem trabalhar para as Avenidas Novas do que pelos seus residentes que se deslocam para trabalhar noutras zonas.

– O comboio há muita gente que usa (...). De manhã na [Avenida] Cinco de Outubro, sabe o que é, às vezes há dias que faz lembrar aquelas coisas tipo chineses, que vem aquela gente toda, é impressionante, o número das pessoas que vem no comboio, e há muitos serviços aqui, não imagina, é impressionante, é um espetáculo que vale a pena quase tirar uma fotografia, ver as manhãs aí por volta das oito, oito e picos, quer dizer, a massa de gente que sai daquele comboio, pessoas que têm os seus empregos aqui, porque há muita gente, há muito emprego aqui. E13

Relativamente à facilidade em andar a pé nas Avenidas Novas, incluindo o acesso aos diversos meios de transporte disponíveis, é uma vantagem apontada por grande parte dos entrevistados, que

expressa o seu gosto por essa modalidade. Nalgumas situações ela é complementada com a utilização de bicicletas e trotinetas, seja equipamento dos próprios ou dos sistemas partilhados disponíveis, sobretudo para atravessar as Avenidas Novas ou fazer ligações próximas em tempo mais breve do que seriam feitas a pé ou de carro. Em 20 entrevistados, sete utilizam bicicleta com regularidade, com idades compreendidas entre os 33 e os 58 anos.

– *A parte de circulação a pé, de bicicleta, das trotinetas e não sei quê, isso acho que é do melhor que há. Quem puder usar essa forma de se deslocar é fantástico.* E31

À exceção de três pessoas, todos os entrevistados têm carro, mas a frequência com que o usam é muito diversa. Há pelo menos quatro pessoas cujos carros estão a maior parte do tempo parados, só funcionando para sair da cidade de tempos a tempos. Nas deslocações para o trabalho, a maior parte usa carro, mesmo até os que trabalham na própria freguesia. As razões são diversas: trabalhar fora de Lisboa, transportar filhos para estabelecimentos de infância ou precisar do carro para deslocações de trabalho durante o dia.

Já quanto às compras, a maioria são feitas na zona, sobretudo nos vários supermercados existentes, quase sempre a pé. O carro só é utilizado para compras maiores, que apenas cinco pessoas fazem em hipermercados fora da freguesia, por vezes aproveitando os trajetos casa-trabalho.

Quanto a outro tipo de atividades (culturais, desportivas, familiares etc.) e aos meios de transporte utilizados, o leque é muito mais variado. Metade dos entrevistados refere que tem atividades na zona e que se desloca a pé até aos locais onde decorrem. Mas quando as atividades têm lugar fora da zona, e todos referiram alguma atividade fora, independentemente da regularidade com que ocorre, a maioria utiliza transportes como o metro, táxi ou Uber, que lhe permitem uma liberdade maior do que o carro. Ainda assim, o carro também é referido por metade dos entrevistados no acesso a estas atividades fora da zona⁶⁸.

As práticas de mobilidade levam-nos às obras do Eixo Central, a intervenção no espaço público realizada entre 2016 e 2017 no âmbito do programa *Uma Praça em Cada Bairro*. Procuramos aqui compreender, através da reação dos sujeitos a estas obras, as suas representações sobre a transformação da cidade. Se não se registou particular correlação entre as práticas de mobilidade e a ordenação dos entrevistados em função da sua apetência para a vida de bairro, no que respeita à avaliação que os sujeitos fazem desta intervenção identificam-se algumas tendências nos grupos predefinidos.

Poucas foram as pessoas que manifestaram uma posição totalmente favorável ou totalmente desfavorável. O balanço geral é bastante positivo, mas são sempre apontadas falhas, que,

⁶⁸ As respostas a esta questão não são mutuamente exclusivas, pois são referidos vários meios de transporte por cada entrevistado.

genericamente, contrapõem a estética à funcionalidade. E é precisamente ao nível da funcionalidade que as opiniões mais se dividem, notoriamente pela adesão diferenciada às novas modalidades leves de transporte e pela maior ou menor aceitação de medidas que visem reduzir o número de carros a circular na cidade.

No grupo dos entrevistados com maior predisposição para a vida de bairro valorizou-se sobretudo o aumento da dimensão dos passeios, mas foram apontadas falhas ao nível das ciclovias, da redução do estacionamento, e do objetivo de diminuir o trânsito e o ruído, que não terá sido alcançado. Uma residente, em particular, refere que o processo não foi participado e abriu demasiado a zona a não residentes.

– Acho que esta conceção não ouviu os moradores (...). Houve um exagero e uma abertura desta zona da cidade a não moradores, aí não acho nenhum problema, mas em detrimento de alguns direitos dos moradores, pronto. E15.

Já no grupo dos moradores com alguma apetência para a vida de bairro, mas que não se consideram muito ativos dessa vivência, o balanço é muito positivo. Valorizam a existência da ciclovia, que trouxe segurança aos utilizadores de bicicletas e concordam com o processo de contenção do automóvel. Valorizam também a solução encontrada para os passeios, que não foram apenas alargados, mas integraram faixas em cimento, mantendo o restante em calçada portuguesa.

– Eu só digo bem dessas obras (...). Reduziu o número de faixas para os carros o que, como digo, acho que é uma medida positiva. Criou a ciclovia, foi um benefício extraordinário. Eu já fazia bicicleta antes disso e era um drama sempre. Prefiro andar na ciclovia do que na estrada. É mais seguro. Depois, os passeios ficaram largos e ficaram confortáveis. Eu tenho esta relação de amor-ódio com a calçada portuguesa. É muito bonita, percebo que nalguns sítios históricos tem de ser, mas aquilo é para partir saltos e para a pessoa escorregar e para cair (...). A obra que fizeram ali pondo uma parte do passeio com as placas lisas acho que foi uma excelente ideia. As pessoas andam ali, não andam na calçada portuguesa. Portanto, acho a ideia excelente, acho inclusive que tem o mérito de ter deixado uma boa parte da calçada portuguesa, em recuperação etc., foi um compromisso simpático. Eu só digo bem. E6

No grupo dos que consideram que não há vida de bairro nas Avenidas, e mantêm em relação a isso uma atitude conformada, o balanço não é tão positivo. Na sua opinião, o alargamento dos passeios foi exagerado e a circulação automóvel saiu bastante dificultada, em particular nas faixas laterais, que ficaram muito estreitas. Quanto a este aspeto, referem não apenas as dificuldades em estacionar, mas a perceção de que as viaturas de socorro poderão ter dificuldade em cumprir cabalmente a sua função. Paradoxalmente, neste grupo de seis pessoas, há duas que não têm carro.

– Acho que vieram atrapalhar um bocadinho, sinceramente. Há coisas que ficaram muito bonitas, mas que (...). Não há depois visivelmente capacidade de manutenção. Houve um alargamento de passeios uma coisa descomunal (...), agora em todo o lado se fazem esplanadas, em todo o lado se

põem bancos, que muitas das vezes estão desertos. É preciso termos passeios largos para as pessoas andarem a pé, mas convenientemente mantidos. Tem de haver algum espaço de circulação automóvel, e eu acho que ainda é um assunto muito sensível. E3

– Eu como não tenho carro, eu para mim o meu balanço achei extraordinário, achei que ficou bonito. Gosto de andar na Avenida da República, porque sinto que, eu até já tenho dito assim “vês, nunca fui a Paris, mas...” (risos) Gosto. Gosto daqueles passeios, gosto de ver no verão aquelas esplanadas, aqueles bancos (...). Não faço uso, mas gosto de ver. Gosto de ver aquele vai e vem (...). Porque não andamos ali entalados, apertados uns aos outros. E acho aquela faixa também bonita. Agora, pronto, continuo a dizer, para o automobilista... E16

Por fim, no grupo dos que têm menor apetência pela vida de bairro não se verifica propriamente uma tendência. Há desde as opiniões favoráveis, que mencionam os passeios largos e confortáveis, e concluem que a zona ficou mais agradável, àqueles que afirmam que o trânsito piorou muitíssimo (sic) e que questionam a aposta nas bicicletas e nas ciclovias.

– Aqueles ajardinamentos? Acompanhei. O chamado make up. Acho que mal não ficou... Não sei se perturbou muito o trânsito, não tenho essa noção (...). Agora acho que é preciso ter, esta coisa das ciclovias (...), está muito bem, mas acho que é preciso ter algum cuidado com as ciclovias. Isto agora já é um pensamento macro: É preciso ver se Lisboa é ciclável. Eu não sei se Lisboa é ciclável... Porque nós importámos uma noção de cidade ciclável, que são cidades cuja topografia é igual às Avenidas Novas, mas é a cidade toda... Mas está bem, eu não tenho nada contra. E17

De uma forma geral, a opinião sobre a aposta nas mobilidades leves é bastante positiva no que respeita às bicicletas, considerada oportuna e com vantagens para o meio ambiente. Os entrevistados reconhecem que o sistema partilhado de iniciativa municipal colheu imenso interesse e é muito utilizado. O mesmo não acontece com as trotinetas, que suscitam preocupação, sendo consideradas perigosas para os utilizadores e para os peões.

Um ponto a desfavor de ambas as modalidades tem a ver com a falta de civismo, que é apontada como a razão para que haja equipamento espalhado pelos passeios e para que não sejam respeitadas as vias próprias da circulação. Ainda assim, notam-se melhorias, e apontam-se necessidades de mais regulamentação e fiscalização. A falta de civismo também está presente na utilização do automóvel, como alguém afirma, mas essa é ainda, culturalmente, mais tolerada.

No que respeita a vias, há quem refira que as novas ciclovias construídas trouxeram segurança aos utilizadores de bicicletas e que a da Avenida da República, em particular, é muito utilizada. O mesmo não se passará com a solução posteriormente implementada na Avenida dos Defensores de

Chaves, que foi bastante criticada⁶⁹. Alguns entrevistados referem que não há (ainda) propriamente uma rede de ciclovias, o que torna determinados trajetos incoerentes.

Apenas uma pessoa considerou que o investimento nas modalidades leves e nas ciclovias é excessivo, e preferia que ele fosse canalizado para os transportes coletivos. As comparações com cidades onde o uso da bicicleta é generalizado pelas características da orografia, como Amesterdão, suportam alguma reatividade contra as políticas municipais, mas também há quem refira exemplos como o de Los Angeles, para ilustrar que a retirada de carros das cidades é algo necessário, em processos que geram sempre controvérsia e uma apropriação demorada no tempo.

8.5. Tendências presentes e percepções sobre o futuro próximo

Para além da avaliação sobre as políticas municipais atrás aludidas, as obras no espaço público e o incremento das mobilidades suaves, procurámos ainda captar a percepção dos indivíduos sobre as transformações da zona e da cidade, operadas também através da iniciativa privada, seja na renovação e reabilitação do edificado seja a pretexto de alguns projetos e empreendimentos mais destacados. E assim, tentando saber se, na ótica dos residentes, as Avenidas Novas experimentam um processo de revitalização urbana, integrando iniciativas públicas e privadas, completamos o percurso temporal iniciado com as recordações de lugares e vivências passadas, agora com representações em prospetiva de um futuro próximo.

Todos os entrevistados, sem exceção, reconhecem que a zona se tem vindo a renovar nos últimos anos, para além das obras no espaço público já abordadas. Notam que o edificado continua a ter obras totais de substituição do antigo pelo novo, mas também, e cada vez mais, obras de reabilitação, preservando ao menos as fachadas, e, em certos casos, também algumas estruturas ou tipologias interiores, refeitas com meios modernos. Observam igualmente, a par das evidentes melhorias em toda a zona, que persistem prédios ao abandono e até em ruína, como acontece em todo um quarteirão da Avenida Elias Garcia, mencionado por várias pessoas.

A renovação e a reabilitação do edificado surgem associadas, em regra, a uma acentuada valorização imobiliária. Seja para compra ou para arrendamento, a percepção que os entrevistados têm é que a zona se tem vindo a tornar inacessível, e isso é expresso até pelos últimos residentes a chegar.

– Por um lado, temos um município que diz nós queremos fazer este conjunto de iniciativas de infraestrutura pública, porque também queremos oferecer a cidade ao lisboeta, ou seja, voltar a que a cidade seja um espaço vivido pelo lisboeta, mas depois, na prática, de facto, quem, está a conseguir, se calhar, viver, o tal lisboeta já é um lisboeta um bocadinho diferente daquele que nós retratávamos.

⁶⁹ Esta obra foi posterior às obras do Eixo Central, mas aquando da realização das entrevistas foi várias vezes referida como se tivesse sido feita nesse empreendimento.

Isso é engraçado, porque a narrativa é devolver Lisboa aos lisboetas, retirar esta dimensão de terciarização, portanto, trazer aqui um espaço residencial vivido, com espaço público, bonito, etc. Na prática, quem é que pode usufruir isso a longo, numa dimensão de residente? Nós, hoje nunca na vida conseguiríamos ter vindo para aqui viver. E32

Esta análise estabelece um paralelo entre as obras no espaço público, que, na opinião de alguns moradores, está agora a ser usufruído também por pessoas de fora, especialmente à noite e ao fim de semana, e a reabilitação urbana, a qual, até podendo ser reorientada para mais habitação, só é acessível a estratos socioeconómicos bastante elevados. Ou seja, não estaremos a assistir a uma reabilitação urbana propriamente dita, com e para os atores locais, mas antes a renovações e reabilitações mais na linha da nobilitação urbana e atração de outro tipo de residentes.

No grupo das pessoas com forte predisposição para a vida de bairro, no qual se insere a moradora atrás citada, estes constrangimentos continuam a ser atenuados com os negócios habitacionais entre familiares e amigos. Apesar do valor elevado das casas, algumas não chegam ao mercado na altura de mudar de ocupantes.

– Estas casas não chegam quase a vir para o mercado. Lá está, porque, como há este espírito de bairro, há sempre alguém nosso conhecido que quer (...). Algumas sim, mas, quer dizer, porque são do senhorio e só quer é fazer negócio. Portanto pedem balúrdios astronómicos. Uma coisa indiscreto. Mas muitas delas, ou ficam para a família, acabam por retornar à família – é muito engraçado porque há muitas situações dessas – ou até põem à venda e depois acabam por retirar, mas muitas vezes as casas não chegam a ser anunciadas. E5

Há vários residentes a reconhecer uma tendência contrária à da terciarização dos anos 1960-90, e apontam casos concretos da saída de serviços de edifícios que agora têm ou estão a ser preparados para receber funções ligadas ao alojamento, como por exemplo, o antigo Hospital Particular, variadíssimas repartições públicas, a sede da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), o Centro Comercial S. João de Deus, etc.

– Surpreendentemente, por exemplo o Hospital Particular dizem que é habitação, aquele tribunal Penal, dizem também que é habitação. É natural que regresse a habitação. E4

– Os (...) prédios de antigos serviços, estão a ser reconvertidos para habitação. Há vários casos desses aqui (...) dentro dos edifícios modernos. Agora até estão a destruir o que era o Instituto Francês (...). Agora a última moda aqui na zona é: passa-se para habitação (...). O Hospital Particular virou habitação. Está em reconstrução para habitação (...). Agora é ao contrário, passamos dos serviços para a habitação. Há uma tendência muito grande agora (...). Houve uma altura em que se perdeu muita coisa para o terciário, de repente, onde é que estão as pessoas? E agora as pessoas estão a voltar. E8

– Vê-se que está habitado estes dois prédios aqui. O outro ali, era do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Agora fazem estas coisas para hotéis, hosteis (...). Acho que as pessoas estão a reconstruir

para habitação (...). De semana não se vê ninguém porque as pessoas devem sair de manhã e vir à noite. Mas vê-se as empregadinhas a estender roupa. Ouve-se o movimento. O cheirinho da comida.
E9

A maior parte das pessoas que reconhece esta tendência está no grupo dos residentes que consideram não haver vida de bairro nas Avenidas Novas e estão conformados com isso. Aparentemente, parece um paradoxo, mas, o facto de reconhecerem que há agora mais habitação não significa que encarem os novos moradores, com mais poder de compra e muitos deles estrangeiros, como particulares protagonistas dessa vida de bairro, até porque não haverá propriamente pessoas a regressar à zona, mas um reinvestimento residencial feito por novos protagonistas.

– Porque são pessoas que saem de carro, entram de carro, não vivem a freguesia, não vivem nada do que há à volta, porque têm um estatuto financeiro muito elevado. E8

E há quem aponte também que a função de alojamento pode, nalgumas circunstâncias, não se destinar propriamente a habitação, mas a investimento.

– Também é assim, ali, a pessoa compra um imóvel como um investimento. Não é para habitar... O luxo ali é ter boa localização. E4

Vários residentes contrapõem à fase anterior da terciarização um reforço atual do alojamento, que, em muitos casos, se destina a alojamento temporário, nomeadamente a hotéis. São os moradores da zona das Picoas os que mais referem a abertura, relativamente recente, de muitos hotéis, talvez porque, de facto, seja aí que se localiza o maior número de hotéis das Avenidas Novas.

– Às vezes prédios a ser recuperados não é para continuarem a ser prédios para habitação, mas para serem hotéis ou outra coisa qualquer. E12

– Noto, perfeitamente. Para hotéis. Quase todos para hotéis. É uma coisa louca de hotéis aqui. Mais na zona das Picoas. E14

– Hotéis há imensos aqui e funcionam todos, estão todos cheios. E27

No contexto de todas as alterações ao edificado, prevalece a ideia de uma mistura de usos. No fundo, apesar de algum reequilíbrio proporcional entre alojamento permanente, hotéis e escritórios, mantém-se um misto funcional, como um traço identitário das Avenidas, que remonta, pelo menos aos anos 1960.

– Reabilitação sim, sem dúvida (...). De vez em quando aparecem edifícios novos, mas, de uma forma geral o que se vê é muita reabilitação. Hoje em dia já se nota quando um edifício não está reabilitado. Há muito prédio para habitação. Há muita mistura. Há muitos hotéis. E6

– Agora na avenida, vários hotéis apareceram. Portanto, isso foi uma tendência. Depois foram feitas obras para escritórios, claramente. Mas também há edifícios que foram só para habitação. Acho que há um bocadinho de tudo (...). Um padrão não, há de tudo. E15

– Acho que é um bocadinho misto, noto que é para escritórios, noto que é para apartamentos de luxo, noto que é para residências, hotéis. E33

Poucos se referem à necessidade de mais escritórios, especificamente nesta zona, e há quem note uma tendência para realocação destes noutras partes da cidade ou da área metropolitana.

– Os escritórios, ou se mantêm muito nas zonas premium, continua a ser o eixo Avenida da Liberdade, este eixo aqui à volta, ou estão-se a deslocar para o rio. Agora há uma moda de deslocar os escritórios ou para o rio, ou para fora da cidade. Em 2º lugar a própria noção de escritório está-se a transformar. Aquela coisa do escritório, é preciso muito espaço, cada um tem o seu gabinete, hoje em dia com o cowork, com o trabalho em casa, já não há tanta necessidade de escritório, e o espaço é muito mais fungível. E17

Esta noção de que os escritórios se estão a redimensionar, por exemplo com a existência de espaços âncora do tipo da Loja do Cidadão, onde se concentram postos de atendimento de várias empresas e serviços, veio a ser retomada nas entrevistas realizadas já em contexto de pandemia, onde a adoção do teletrabalho se tinha generalizado na área dos serviços.

Seja com mais habitação ou com mais hotéis, a transformação de escritórios em alojamento reduz o efeito de desertificação noturna associado aos serviços.

– Acho que há hotéis a mais. Mas há mais habitações. Há mais gente a viver, e gente jovem. Mais jovens. Comprar, agora cada vez eles estão mais caros, mas a verdade é que existe muito mais gente a morar, e é bom porque acaba por morar mais gente. Houve uma altura que realmente a gente saía a partir de uma determinada hora e as ruas estavam mais desertas. E16

Relativamente às idades dos novos moradores é que as perceções não são coincidentes, retomando-se aqui a ideia do estatuto social das Avenidas Novas. Enquanto, no passado, a zona estava associada a determinadas posições sociais (escolaridade elevada e percursos profissionais qualificados), atualmente os fatores que parecem ser determinantes são os económicos.

– Houve uma valorização muito grande da zona, porque de facto é uma zona boa e bonita, só que essa hipervalorização não permite que haja a entrada de pessoas mais jovens (...). Temos uma geração jovem com mais facilidade de acesso a determinados, por exemplo, graus de escolaridade, que há uns vinte ou trinta anos atrás isso era quase um passaporte para uma vida socioeconómica melhor, e hoje em dia nós temos uma geração de gente muito bem formada e que depois não tem acesso a trabalho e como não tem acesso a trabalho estável não tem acesso a aquisição de casa ou a arrendar uma casa. E neste momento aqui na zona das Avenidas Novas mesmo arrendar uma casa é a loucura. (...) Por exemplo, ali na zona da Marquês Sá da Bandeira, em frente à Gulbenkian, houve aí uma série de prédios que foram construídos, e que são prédios de habitação de um determinado estrato, que estão todos habitados. Mas também se nota que são, muitas das vezes pessoas já numa faixa etária semelhante à minha, já não são propriamente jovens não é, entre os 50 e os 60. E3

Por referência à transformação da cidade, terminamos este capítulo com as percepções dos residentes sobre o futuro próximo das Avenidas Novas, a partir da sua opinião sobre as grandes obras recentes ou em curso e os projetos de maior escala e mediatização. Sempre que possível, recorreremos à escala do eixo temporal, confrontando as posições dos moradores mais antigos com as dos mais recentes. Tentamos retomar aqui a visão dos lugares mais citados a propósito das memórias, pela sua polaridade continuada no tempo, apesar e através das renovações de edifícios e de usos aí verificadas. O primeiro desses lugares é a Praça Duque de Saldanha e o quarteirão do Monumental. Aqui encontramos duas ocorrências recentes: o fecho do centro comercial Monumental, para obras de remodelação de todo o edifício, e a construção, já concluída, da Torre das Picoas, um edifício de 17 andares no segundo quarteirão da Avenida Fontes Pereira de Melo.

Quanto ao Monumental, nada se assemelha, desta vez, ao que foi a demolição do anterior cineteatro nos anos 80. Em geral, os entrevistados não dispõem de muita informação ou têm informações contraditórias. Desde os que não viam necessidade de remodelação aos que sabiam do estado de degradação do edifício, praticamente ninguém manifesta posições contra ou a favor. No grupo dos moradores mais antigos a empatia com o edifício já existente era fraca, pelo que a sua remodelação não parece acrescentar interesse.

– São caixas de vidro. Daquilo que vou falando com algumas pessoas das várias áreas, este edificado em vidro não é para o nosso clima. Porque fica gelado no inverno, fica super quente no verão, derrete tudo à volta. E as pessoas depois andam de casacos em pleno verão, porque o ar condicionado é fortíssimo. Quando chega o inverno andam de mangas curtas. E8

As referências que nos parecem aqui mais relevantes são aquelas que dizem respeito ao cinema, dividindo-se as opiniões entre os que julgam que continuará a haver um cinema e os que pensam o contrário. Essa dúvida é mais evidente nos moradores antigos, e naqueles que expressam particular interesse por cinema, aludindo estes também ao cinema Nimas, uma sala vocacionada para cinema de autor que se mantém a funcionar muito próximo, na Avenida Cinco de Outubro.

– Eu acho que aquilo fica tudo à base de empresas. Há, realmente, um compromisso de manter um cinema. Acho que foi uma das coisas que estava, não sei se inicialmente, um compromisso mesmo contratual, de ter que haver sempre ali um cinema. Perdeu-se o teatro que foi uma pena. E13

– Fiquei espantada de fazerem aquilo tudo escritórios, não aproveitarem para manter um cinemazinho ou coisa assim do género, porque é muito bom. Agora só temos aqui o Nimas. Gosto do Nimas. Gosto dos filmes do Nimas. E27

– Eu fui lá ver o último filme que lá passou, fui à despedida, porque eu era fã. Não acredito que volte a abrir, acho que vai ser escritórios e pronto. E29

Quanto a novos usos, há várias referências a um hotel, mas as pessoas não parecem, de facto, ter muita informação nem um envolvimento de maior. Nos últimos anos, e já depois da realização das

obras do Eixo Central, as atenções desviaram-se para um ponto um pouco abaixo, a Torre das Picoas, cuja construção num tempo muito breve não passou despercebida e foi objeto de alguma polémica. Apenas uma das entrevistadas não tinha dado conta do novo edifício... Neste ponto nota-se uma opinião menos favorável nos moradores mais antigos e uma maior aceitação por parte dos mais recentes.

– Não é um edifício que me choque, mas também não é um edifício que me deslumbre. Ainda não percebi bem o que é que funciona lá dentro (...). Quer dizer, eu acho que aquela volumetria para ali é um bocado polémica, e falou-se muito disso. Tem precedentes, lá está, e depois há sempre forma de contornar as situações. E5

– A Torre das Picoas não é uma coisa de que eu goste muito. Mas, lá está, as pessoas olham mais para a Torre das Picoas do que para o Museu Anastácio Gonçalves, que é tão bonito. Parecia que ia desaparecer, esmagado por aquela imensidão, mas mantém a sua beleza. Mas sabe que também são os olhos das pessoas que observam. Há pessoas que não ligam nenhuma àquilo [ao museu]. Eu conheço aqui pessoas que vivem aqui perto e que nunca entraram ali. E14.

Dois fatores parecem atenuar a maior reatividade a uma construção com tantos andares, que não é comum em Lisboa, a preexistência de edifícios ainda mais altos no local e o arranjo paisagístico envolvendo a nova torre, a Maternidade Dr. Alfredo da Costa e a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, esta situada numa pequena moradia contígua ao novo empreendimento. Para os menos adeptos da torre, o novo logradouro resultou numa contrapartida positiva.

– Quer dizer o jardim, e tal, melhorou. Melhorou um bocadinho. Mas o edifício é horrível. E8

– Quando vi aquilo pensei, isto é realmente horrível, pôr este monstro mesmo agora aqui atrás. O balanço geral é assim, como estava um buraco também, um prédio degradadíssimo, que estava péssimo. Está bem, eu pensando à antiga, era muito melhor terem posto o edifício com outra característica, com um cachê diferente, mas uma vez que não fizeram, eu acho que aquilo tem uma coisa, não abafou a casa museu, porque eles, inteligentemente, até acho que valorizou... E aqui um plano de fundo talvez por aquele vidro e o tom que tem, olhe mudei a minha opinião. Acho que não choca tanto, está a ver, acho que não me choca tanto francamente. E depois teve aquela parte do jardim ali em frente que eu acho que é simpático, está ali a atrair pessoas a sentarem-se ali, na hora do almoço, vê-se gente. E13

A maioria dos entrevistados deu nota de que começou por não gostar e depois passou a gostar bastante, tanto do enquadramento como do prédio em si e do seu *design* invulgar. Esta posição foi predominantemente comum nos residentes recentes, que manifestaram uma opinião geral bem mais favorável.

– Essa é enorme, gigante, e, por acaso, está feita de uma forma que não é pesada. Para mim, curiosamente, que não gosto de edifícios muito altos, acho que os materiais usados e o ângulo que

fizeram na conjugação de materiais está muito giro e então não acho que fique muito pesado e acho que o facto de haver à volta aquela vivenda, aquela fundação, que é um espaço mais baixo, deixa respirar, não é, há aquela, há o jardim, há a maternidade não é. Tudo isso dá alguma respiração à zona, apesar do hotel depois ser igualmente alto, ao lado, mas acho que ficou visualmente interessante. E29

– Olhe fui lá tomar o pequeno-almoço. Tem lá um cafezinho simpático. É bastante bom. Tenho lá ido, para aí nos últimos três meses vou lá normalmente tomar o pequeno-almoço. Quando vi a torre a ser construída achei que era uma coisa absolutamente hedionda. Achei aquilo abominável. A cor feia, o prédio muito fechado, as janelas mal se veem. Achei uma coisa quase claustrofóbica mesmo para quem está de fora. Hoje em dia acho que está relativamente harmonioso. Claro que contrasta com o tal skyline da cidade. Mas acho que não fere a vista hoje em dia e acho que aquele jardim que fizeram ali frente à maternidade ficou (...) não é um edifício que me choca. Eu costumo dizer que é o único edifício aparentado de uma coisa nova iorquina em Lisboa, embora numa dimensão mais modesta. Mas hoje em dia não acho feio. Já fui lá dentro. Como sabe funciona lá um escritório de advogados e uma consultora. Está equipado com tudo e mais alguma coisa. E tem uma vista da cidade diferente de tudo o que nós estamos habituados não é. Que ele é mesmo no centro das Avenidas. E, portanto, pacifiquei-me com o edifício. Achava que era uma coisa horrível e, portanto, acho que alinhava com a opinião maioritária. Mas já revi em alta essa percepção. E12

O balanço claramente positivo, apesar da polémica, assenta nas qualidades do próprio edifício e no que a sua implantação articulada com o conjunto preexistente permitiu traduzir em mais valias ao nível do espaço público e também do pequeno museu mencionado.

– Já não havia prédios. Havia um pequenino, mas que também já estava devoluto, havia um estacionamento ad-hoc. Surgiu este projeto. Alguma coisa tinha de ser feita aqui. Este projeto foi muito polémico. (...) já tinha o Sheraton, o Imaviz e o próprio Saldanha Residence (...). Do ponto de vista da arquitetura, embora eu de início não tivesse gostado muito da questão dos acabamentos, achei muito datado, muito anos 70, fazia-me lembrar muito a arquitetura de Berlim dos anos 70, as superfícies espelhadas, mas escurecidas, amareladas, mas, hoje em dia eu até gosto do edifício (risos) (...). Eu acho que, do ponto de vista arquitetónico o edifício até tem qualidade, agora a praça, criou uma dinâmica do espaço muito mais atraente, do que tinha. Era um jardim, mas havia atravessamento da [Avenida] Cinco de Outubro. Isso tudo acabou (...). É um jardim e tornou-se um parque onde todos os dias de manhã vejo crianças, cães a brincar. Tomou uma vida que não tinha antes. E11

O segundo lugar de referência é o espaço da Gulbenkian, e a questão colocada teve a ver com o projeto recentemente anunciado que irá transformar uma parte do jardim, junto ao edifício da coleção moderna do museu, prevendo-se uma ligação pedonal, em viaduto, ao novo parque da Praça de

Espanha. Esta intervenção não tinha ainda sido iniciada aquando das entrevistas, ao contrário das obras na Praça de Espanha, que arrancaram em janeiro de 2020.

Apenas sete entrevistados demonstraram conhecer a iniciativa e o projeto propriamente dito, através de folhetos ou visita à exposição resultante do concurso internacional realizado em 2019. Os restantes desconheciam a existência do empreendimento ou tinham ouvido falar muito vagamente, sem saber detalhes. Não se verificou qualquer relação com a escala de antiguidade dos residentes que temos seguido.

– Do que vi, vi nos jornais, acho um projeto mais arrojado, acho um belíssimo projeto. A Gulbenkian já é um oásis na cidade, de todos os pontos de vista. Os jardins são lindíssimos, e o que vi da requalificação dos jardins ainda me parece um projeto mais bonito. E17.

A forma como os moradores valorizam este espaço é tal que são favoráveis a este tipo de projetos, desde que respeitem a natureza do local, com referências muito positivas ao projeto paisagístico desenvolvido até ao presente. A questão colocada permitiu, nalguns casos, reafirmar a grande atratividade deste local como um espaço de distensão numa zona tão movimentada da cidade, que as pessoas querem continuar a fruir.

– Gosto muito do sítio, gosto daquele jardim (...). Eu gosto de estar lá a ouvir aqueles pássaros. Eu passo horas a olhar para aqueles patinhos, ali a água (...). Porque aquilo era coisas que eu via na minha juventude que a gente via nas fazendas de café onde íamos passar férias, era mais um riacho aqui, mais uma água a correr ali a gente a banhar (...). E então vou lá muita vez porque faz-me lembrar o meu tempo de criança. E9.

– Todos os domingos eu vou para lá (...). Sempre fui com o meu filho para lá, sempre adorei aquele jardim. Hoje levo a minha neta, quando também a tenho. Mas ao domingo, que estou sozinha, eu também vou dar a minha volta à Gulbenkian. Mais que não seja fazer a minha caminhada. Sento-me um bocadinho lá. Quando, por exemplo, vem agora o verão, gosto de me sentar naquela parte onde há música cá fora ao ar livre, porque está mais pessoas, e eu sinto que não estou em vão, sozinha. Portanto, vou estando ali, levo uma coisa para ler ou fico ali assim. E16

Neste local, as atenções voltam-se sobretudo para a Praça de Espanha, um espaço já não pertencente às Avenidas Novas, mas tangível e com uma relação importante ao nível da mobilidade espacial, para o qual se anunciou a criação de um novo parque urbano, na continuidade dos jardins da Gulbenkian. Aquando da realização das entrevistas, as obras estavam no início e centravam-se ainda mais nas vias do que propriamente no parque. À semelhança do projeto anterior, poucos foram os entrevistados que tiveram acesso aos folhetos ou viram a exposição organizada, também na Fundação Gulbenkian. Mas praticamente todos tinham ouvido falar e quase todos tomaram posição. No mínimo, expressaram que a praça, tal como estava, era um local inóspito, marcado por um trânsito intenso e

extremamente difícil de usufruir a pé. Pelo que, mesmo quem não dispunha de muita informação, tinha pelo menos uma expectativa elevada quanto às melhorias a introduzir.

– Pior do que estava não fica. É uma coisa que eu não consigo perceber, como é que no meio de Lisboa, havia uma coisa tão feia e tão mal-amanhada como a Praça de Espanha. E17

– A situação prévia era péssima. De tráfico, era uma coisa anárquica, não se percebia muito bem, andava-se ali às voltas, não se percebia muito bem a lógica. E é um espaço inacessível. Portanto, qualquer coisa vai ficar melhor do que o que era. E31

Depois, as opiniões dividem-se em função das duas componentes do projeto. Relativamente à área verde, todos em geral são muito favoráveis e esperam que a obra traga efetivamente ganhos no plano ambiental. Já na vertente da mobilidade há mais reservas. Por um lado, porque a Praça de Espanha parece ter desempenhado, desde há décadas, um papel importante na distribuição do trânsito, incluindo o que vem de fora de Lisboa. Por outro lado, pela solução preconizada, cuja eficácia só poderia ser comprovada no final da intervenção.

– Eu não tenho perceção exata se em termos de trânsito vai ajudar ou não. Não me parece mal de princípio, não sei como é que funciona aquele grande jardim ali no meio. (...) o que eu percebi é que deixa de ser aquela rotunda, portanto, parece-me que pode resultar bem. A ideia do parque, para mim, é tranquila. E7

– Acho que em termos ambientais é capaz de ser fantástico. Em termos de trânsito eu acho que vai ser um horror. Não há cá voltinhas. Sobretudo aquela zona da Santos Dumont, Tenente Espanca, aquela gente vai passar a ter uma vida que é um inferninho. Porque não estão habituados. E8

A expectativa sobre o resultado pareceu ser o denominador comum, e há quem consiga perspetivar o efeito conjugado destas iniciativas contíguas.

– Eu estou desejosa de ver o que é que eles conseguem fazer ali. Pelo que eu percebi, para já, vão simplificar bastante a parte de circulação automóvel, aqueles atravessamentos, evitar contornar a praça. Vamos ter um grande parque urbano, uma zona de estadia, que eu acho que é fantástico, porque, no fundo temos aquela rotunda gigantesca que é inacessível, não serve para nada. Portanto eu acho que vão conseguir simplificar o trânsito, vão conseguir fixar as pessoas ali, e depois a ligação que também está prevista com um atravessamento pedonal à Gulbenkian, acho que vai ser fantástico e depois a Gulbenkian também a crescer para sul (...). Esta zona vai ganhar imenso com estes projetos. E5.

Efetivamente, para o responsável camarário pelo espaço público, que entrevistámos, estas obras devem ser vistas no conjunto, porque vão permitir uma circulação e uma vivência desta zona da cidade, num *continuum* de vários espaços. Referia-se à Praça de Espanha, ao Jardim da Gulbenkian e ao Largo de São Sebastião da Pedreira, para o qual está também prevista uma intervenção, apresentada em 2019, no âmbito do programa *Uma praça em cada bairro*. Mas, sobre esta em

concreto, a maior parte dos entrevistados não tinha conhecimento. Apenas seis entrevistados se lembravam de ter ouvido falar de um projeto para o Largo de São Sebastião, metade dos quais muito vagamente, não se lembrando bem em que consistiria e/ou em que fase estaria este projeto. Nas poucas afirmações recolhidas, destaca-se que este local histórico está tomado pelo estacionamento automóvel e que a circulação é bastante difícil, porque nele desembocam várias vias e acaba por funcionar como uma porta de saída desta zona das Avenidas Novas.

– O largo de São Sebastião da Pedreira não tenho ouvido falar nele. Houve uma apresentação pública, só que a ideia que eu tenho é que queriam tirar o estacionamento todo, ou quase. E iam sendo mortos. Por outro lado, com as restrições de trânsito que vão fazendo, obrigam o trânsito todo a passar para aqui. Eu, atualmente, para entrar em casa dou uma volta enorme (...). Queriam cortar quase o trânsito aqui no largo São Sebastião (...). Não estou a ver como. Julgo que deve estar a ser reequacionado. E8

Ao contrário do que se passa com o Largo de São Sebastião, todos os entrevistados ouviram falar dos projetos para o antigo terreno da Feira Popular em Entrecampos, o terceiro e último local de grande atratividade que fomos seguindo nas memórias e nos projetos para a cidade perspectivada. Todos ouviram algo, mas vários não dispõem de informação suficiente ou perderam-se na sucessão de acontecimentos ligados a este espaço. A primeira imagem é, de facto, a que resulta num arrastamento temporal que acaba por desinteressar as pessoas. Dos processos judiciais encadeados aos projetos arquitetónicos ainda não materializados, fica uma desconfiança generalizada sobre o tempo e o modo daquela que foi apresentada em 2018 como a maior operação urbanística depois da EXPO'98, a Operação Integrada de Entrecampos.

Para os moradores mais antigos, a rapidez com que a feira encerrou não foi compensada ainda com uma substituição à altura do espaço.

– Eu já ouvi várias coisas, já nem sei em que ponto é que estamos. Porque foi uma rapidez para tirar a feira popular (...). E depois ficou ali aquele buraco, disseram que iam fazer isto e iam fazer aquilo. Eu agora nem faço ideia o que é que eles estão a pensar. Ouvi qualquer coisa, que eles iam fazer recentemente qualquer coisa, fazer uns prédios, mas agora a última coisa não sei em que é que aquilo está. E13

– Uma pena foi ter tirado a Feira Popular (...). Não percebi ainda nada porque já ouvi várias coisas, ainda não percebi nada (...). Porque já há mais de dois anos ou três que eu oiço falar que ia haver uma construção de um bairro de (...). Não acredito, só vendo (...). Não está muito clara a informação. E16

E a desconfiança estende-se à componente social associada ao empreendimento, na divulgação feita, que compreende terrenos e prédios fora do antigo retângulo da Feira Popular.

– Vai ser ali construído seguramente uma zona residencial de altíssimo luxo, provavelmente um condomínio fechado, com tudo o que isso quer dizer. Portanto (...) vai ser uma cidadezinha dentro da

cidade, mas para um grupo. Vi aquelas questiúnculas que havia sobre as compras e as vendas dos terrenos e que estava já quase e depois não estava e depois não sei o quê e depois a certa altura, eu acho que a certa altura estas coisas vencem-nos pelo cansaço. E a gente deixa ir. E3

– Ouvi falar disso e o que me chamou à atenção foi o carácter, digamos que, entre aspas, social que ia envolver isso. E depois vim a perceber mais tarde, que o social é remetido para o Bairro de Santos. Quando eles falam da Feira Popular e falam em habitação (...), digamos a preços acessíveis, não é aquele núcleo ali. E4

Mesmo quando nos referimos aos prédios em obras na Avenida da República, no âmbito da mesma operação urbanística, os entrevistados manifestam desconhecimento ou alguma suspeição.

– Acho isso um sítio demasiado nobre para essa sociabilidade. Eu também já lá vi a faixa, sim, mas, enfim, tenho as minhas sérias dúvidas. E4

Uma ou outra pessoa expressa que gostaria de ver a zona transformada num jardim, e poucos estão a par dos detalhes sobre o empreendimento anunciado, enfatizando a amplitude do mesmo.

– Acompanho essas coisas todas. Esse parece-me um bom projeto, pensando nas estruturas, porque está previsto infantário, escola. Não só escritórios, não só habitação, mas também a parte das estruturas de apoio. E isso é importante, em qualquer sítio. Por outro lado, a parte da habitação acessível acho importantíssima. Não só pelo número de habitações que são, mas para ver se os outros começam a baixar (...). Gosto do projeto. Tem espaços verdes. E8

Mas a ideia predominante é a de que os interesses imobiliários serão os fatores determinantes no que venha a ser edificado. Neste ponto, os moradores mais recentes são os que se expressam com maior pragmatismo.

– O que eu acho é, assim numa fórmula rápida, os interesses económicos sobrepõem-se ali claramente aos interesses da cidade. Quer dizer, os impasses, aquelas trocas, as permutas (...). Aquilo é uma mina. Aquilo é um diamante gigante no meio da cidade. Portanto, vai ser muito difícil alguém conseguir ficar sozinho com o diamante. E10

– Tenho ouvido que afinal vai ser e depois já não vai ser e depois já volta a ser e depois não vai e volta a ser e a Fidelidade está a ver o que é que consegue. Enfim, aquilo é um terreno muito poderoso, portanto, o negócio fala mais alto. E29

Já fora destes três locais de grande atratividade, fazemos referência a um último projeto, por estar também relacionado com um reequilíbrio entre serviços e alojamento e pela sua relevância no contexto de uma revitalização urbana. Trata-se da reconversão das instalações do Ministério da Educação, um grande edifício na Avenida Cinco de Outubro, em residência de estudantes. Apesar de algumas pessoas desconhecerem a iniciativa, quase todas manifestaram a sua concordância, fazendo referências à especulação que envolve o negócio dos quartos arrendados a estudantes.

– Eu acho bem que se faça, porque acho que é uma coisa sobre a qual há muita necessidade. E isso eu acho que é uma das coisas que aqui nesta zona da cidade pode vir a moralizar os preços dos arrendamentos também. Porque a partir de certa altura houve aqui muita especulação que foi feita, de pessoas com casas grandes, que começaram a alugar quartos a estudantes e, portanto, por um quarto pedem facilmente entre 300, 400 euros e, portanto, quando proporcionalmente começam a fazer isso e a multiplicar pelo número de divisões que têm nas casas depois quando alugam as casas pedem o correspondente e é a loucura. E3

Os entrevistados oriundos de outros locais do país, que conhecem bem o esforço de famílias que enviam filhos para estudar na capital, ou tiveram mesmo essa experiência na primeira pessoa, foram sintomaticamente os que expressaram o maior agrado com o projeto.

– Eu acho que é fundamental construir residências universitárias, seja onde for. (...) Acho bem porque, isto tem a ver com as minhas próprias convicções: eu acho inacreditável que uma pessoa não possa seguir a universidade porque os pais não têm dinheiro para lhe pagar um quarto (...). Há perigos de não sei quê, de se portarem mal e mandarem uma canelada em alguém, e de se emborracharem e fazerem mais barulho (...), eh pá, está bem. Acho que as novas gerações têm de ser integradas, principalmente em sítios em que há uma população mais velha. Vários países têm as creches e os lares da 3ª idade em conjunto. E10

As maiores reservas foram expressas por entrevistados que se situam no grupo dos moradores mais antigos, e/ou no grupo das pessoas com maior predisposição para a vida de bairro. Receiam que o novo uso do edifício traga alguma confusão à zona ou preferiam vê-lo transformado em habitação de caráter permanente.

– Eu acho que é preciso residências de estudantes. Agora, vamos ver como. Porque as pessoas estão mais assustadas é que venham uns selvagenzinhos para aí e que isto ainda fique pior. Se calhar um bocadinho mais espalhados (...). E8

– Residências de estudantes aqui neste sítio mesmo, está a ver, acho que não faz muito sentido. Há falta de residências, não há dúvida nenhuma, (...) mas não sei se é o sítio. (...) Vai-se tornar ali uma grande República, e portanto vai atrair outro tipo de pessoas, da noite. Tenho um bocadinho de receio, confesso. E13

Pelo contrário, é entre os moradores que valorizam mais a independência e um espírito de bairro quanto baste que encontramos maior simpatia pela diversificação da zona.

– Acho muito bem. Acho que é uma necessidade e acho que vai introduzir aqui alguma diversidade nesta tendência de isto se tornar um bairro de ricos e de hotéis. E17

Neste capítulo, procurámos conhecer as representações sociais dos moradores das Avenidas Novas sobre a zona em que residem, identificando tendências e contrastes em função de duas perspectivas distintas, uma orientada para o passado e outra para o presente.

Num percurso desde as memórias até à vida quotidiana, chegámos às práticas e representações associadas à mobilidade espacial e às recentes obras do Eixo Central, que tiveram particular foco no usufruto do espaço público.

Por fim, questionámos os atores sobre os processos de transformação da cidade que afetam o edificado, a população residente e o reequilíbrio de funções e atividades em presença nas Avenidas Novas. Avançámos mesmo, numa linha prospetiva, até às leituras sobre os projetos e obras que poderão vir ser mais marcantes num futuro próximo. No entanto, entendemos não desenvolver um terceiro eixo analítico, precisamente ligado ao futuro, por considerar que qualquer escala referenciada a posições pró/contra, reativo/aderente, conservador/progressista, colidiria, nesta fase, com a diferente natureza e escala dos diversos empreendimentos. Um ponto parece evidente nesta matéria, a associação das Avenidas Novas a uma dinâmica de renovação e reconfiguração que atravessa toda a sua história. Seja através de projetos de maior escala, seja em obras disseminadas por todo o território, a mutação do edificado e as adaptações do espaço público são um dado adquirido para os moradores, que se habituaram a reagir, desconfiar, aceitar, e integrar...

Em todo o caso, uma pista de continuidade, para novas etapas investigativas, configura-se precisamente no acompanhamento do modo como os atores se vão apropriando dos novos elementos urbanos ou na revisitação das suas representações após a concretização dos projetos.

Seguidamente, terminamos a apresentação dos resultados das entrevistas com um breve capítulo de síntese, onde apresentamos uma proposta de modelo geral das representações sociais em torno de quatro perfis tipológicos e um conjunto de retratos que melhor ilustram esses perfis.

Memória e identidade: quatro perfis tipológicos

Desenvolvemos nos dois capítulos anteriores uma abordagem às representações sociais das Avenidas Novas, a partir dos contributos de um conjunto de 20 residentes entrevistados. Depois de explorar a dimensão espacial dessas representações, seguimos um itinerário temático desde as memórias dos tempos passados às obras presentes e projetos para um futuro próximo, num olhar atento às transformações do edificado, do espaço público, das atividades em presença e das práticas de mobilidade, itinerário esse acompanhado por duas questões de fundo relativas ao espaço residencial: a existência ou não de vida de bairro e o estatuto socioeconómico associado a esse espaço.

De entre os vários temas abordados, destacamos um eixo sobre tempo e memória e outro sobre sociabilidades e identidade. O modelo geral, que apresentamos de seguida, privilegia precisamente a articulação desses dois eixos temáticos no desenho de quatro perfis tipológicos, os quais fornecem elementos para a compreensão das representações sociais das Avenidas Novas, a partir do histórico relacional dos seus residentes com a zona e das diferentes disposições com que encaram a vida de bairro.

9.1. Modelo geral das representações sociais sobre as Avenidas Novas

Vimos na caracterização do grupo de entrevistados que o nível global da escolaridade é bastante elevado, predominando o ensino superior completo. A distribuição por grandes grupos profissionais não apresenta especiais contrastes, preponderando o grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas. A maioria dos entrevistados encontra-se economicamente ativa e a situação mais comum perante o trabalho é trabalhar por conta de outrem.

Se há, então, aspeto verdadeiramente diferenciador nesta amostra é o fator tempo. De facto, o tempo de vida dos entrevistados, e sobretudo o tempo ao qual residem nas Avenidas Novas, aliado à circunstância de, em muitas situações, terem também trabalhado algum tempo na zona, ou aí trabalharem ainda, atualmente, tudo isso define e distingue o histórico de cada um com esta área da cidade.

Aqui, abre-se um leque variado de situações – ter mais ou menos idade, ter-se mudado para as Avenidas Novas há mais ou menos tempo, ter saído e ter regressado, trabalhar na zona – situações essas que são diferenciadoras no que respeita às oportunidades de memória dos indivíduos. Estas questões enquadram-se no que designamos por eixo tempo e memória. Mas o tempo não define em exclusivo o envolvimento dos entrevistados com as Avenidas Novas. A maior idade proporciona, naturalmente, uma oportunidade de memória mais vasta, mas tal não significa que o interesse pela

zona de um residente mais novo, e/ou que tenha chegado há menos tempo, resulte numa ligação menos intensa.

Notamos que, embora vivendo em espaços muito próximos, diferentes sujeitos interpretam com grande disparidade a questão da existência ou não de vida de bairro na zona onde residem. Para além dos aspetos mais facilmente identificáveis em relação a esse tema, como sejam a forte presença dos serviços, que implica uma permanência diária na zona de muitos trabalhadores, ou o tipo de comércio e os lugares onde a interação é mais propícia, como os cafés e os restaurantes, facto é que os indivíduos revelam atitudes disposicionais distintas no que respeita às formas de estar e de viver o quotidiano.

A esmagadora maioria dos entrevistados fez questão de demonstrar o quanto aprecia a zona. Porém, enquanto uns lamentam um certo anonimato que a caracteriza, outros destacam o equilíbrio entre o cosmopolitismo e uma vida de bairro “quanto baste”, reconhecendo que um interconhecimento superficial, quase limitado à cordialidade, permite a cada um viver sem particulares intromissões.

Consideramos assim que, ao eixo do tempo diacrónico, onde se distribuem memórias de amplitudes diversas, é necessário contrapor o eixo da vida quotidiana, no qual se dispõem, sincronicamente, no presente, diferentes atitudes no que às sociabilidades e às vantagens do interconhecimento diz respeito. O modelo geral que apresentamos na Figura 9.1, cruza estes dois eixos, permitindo definir quatro tipos de posicionamentos distintos, i.e., quatro perfis temporais e relacionais determinantes, aos quais aqui referenciamos a variedade da informação obtida no conjunto de entrevistados.

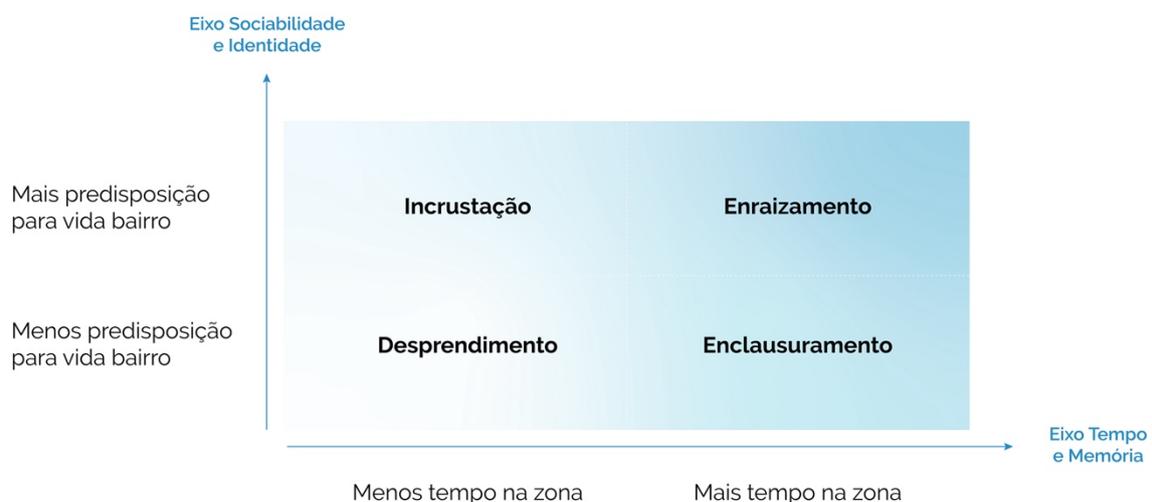


Figura 9.1 Quatro perfis tipológicos na produção das representações sociais das Avenidas Novas

Inspirados na análise de outras pesquisas intensivas (Carmo, 2007: 167; Carmo & D’Avelar, 2020: 57), seguimos assim uma abordagem ideal típica, não pretendendo retratar exhaustivamente todas as situações estudadas nem sugerir uma leitura unívoca de cada posição no cruzamento dos dois eixos, mas antes ilustrar a disposição dos atores, neste caso face ao seu histórico com a zona e às práticas de sociabilidade.

Apresentamos sumariamente as quatro categorias sistematizadas:

- O *enraizamento* traduz a situação das pessoas que vivem há muitos anos nas Avenidas Novas e que identificam alguma vida de bairro, apesar dos constrangimentos gerados pela terciarização. Recordam em detalhe a memória do comércio de outrora, e mantêm os seus pontos de referência atuais, como o café da rua, que frequentam diariamente e onde cumprimentam os clientes regulares.
- Já o *enclausuramento* representa a posição das pessoas que, apesar de residirem há várias décadas nas Avenidas Novas, cultivam um estilo de vida independente, gostando de fruir o espaço público, o comércio e a restauração, sem serem incomodadas por outras. Apreciam a cordialidade, no sentido em que gostam de cumprimentar e ser cumprimentadas diariamente no supermercado ou no café, mas receiam que alguém se abeire ou faça comentários impertinentes, refugiando-se bastante no espaço doméstico.
- Entre os moradores mais recentes, há os que poderíamos considerar num estado de *incrustação*. Chegaram há pouco tempo, mas já têm bem estabelecidos os seus locais de referência e as suas rotinas. Frequentam desde o ginásio mais moderno ao café de bairro que ainda sobrevive ao tempo, onde gostam de ir e de estar. Aproveitando ou não um conhecimento que já tinham da zona antes de nela residirem, destacam-se sobretudo pela sua apetência em se inserirem rapidamente.
- Por fim, há quem tenha chegado há pouco tempo e aprecie o distanciamento que a escala e as características da zona proporcionam. Numa atitude de *desprendimento*, valorizam o que a zona lhes oferece, mas também a possibilidade de circular livremente e fazer compras sem ser reconhecido a cada passo. Gostam de viver numa zona valorizada, de pendor cosmopolita, sem grandes envolvimento ou ligações.

Apesar de a amostra não se distribuir uniformemente pelos quatro perfis, consideramos que eles representam as posições dominantes no grupo de entrevistados no que às representações sociais das Avenidas Novas diz respeito, com base privilegiada nos dois eixos temáticos definidos. Nesse sentido,

seleccionámos os quatro entrevistados que melhor correspondem aos perfis traçados, cujas entrevistas se resumem, seguidamente, sob a forma de quatro retratos sociológicos.

9.2. Quatro retratos sociológicos

Apresentamos um exercício de ilustração breve, recorrendo a uma narrativa relativamente próxima dos discursos dos atores. A partir da informação recolhida nas entrevistas, seleccionámos os factos e as apreciações que demonstram serem estes quatro sujeitos os mais diretamente associados aos perfis de referência, considerando a conjugação do seu posicionamento temporal no território com a sua postura individual face à vida de bairro.

Estes retratos não seguem uma linha de *curso de vida* (Bertaux, 2020[1997]), embora contenham elementos das trajetórias espaciais e memórias das vivências na zona. Na verdade, os objetivos e os instrumentos foram orientados para as questões onde se poderia alicerçar a reprodução das representações sociais, designadamente a lembrança das vivências passadas e as práticas quotidianas do presente, e não para a reconstrução diacrónica dos trajetos de vida a partir da recolha de material biográfico.

Trata-se de *Retratos Sociológicos* na linha de uma sociologia à escala individual em torno dos *Patrimónios Individuais de Disposições* (Lahire, 2004, 2005), a qual tem influenciado ultimamente várias pesquisas. Num trabalho sobre representações sociais, essa inspiração refere-se à forma, mas ainda mais ao conteúdo, no sentido da afirmação que os estudos de casos comprovam o que o mundo social refletiu nas pessoas singulares e não o valor da sua singularidade pessoal de *per se*.

Numa elaboração concisa e sinóptica, completamos aqui um exercício de escala. Tendo partido do horizonte alargado dos contextos histórico-urbanísticos, terminamos na dimensão individual do social. A este nível, os atores expressam a realidade social através da complexidade das suas disposições, patente nas práticas e cenários onde atuam.

9.2.1. Enraizamento

– *Eu sou muito suspeita, toda a vida vivi aqui.*

Alice tem 70 anos. Trabalhou na área de Marketing e Comunicação, no setor privado. Atualmente está reformada. Sempre viveu nas proximidades da Igreja de Fátima.

A ligação à zona vem dos tempos universitários do pai, quando os avós aí arrendaram um apartamento, e viveram com ele durante os primeiros anos da sua formação. Ao regressar a Lisboa para o início do percurso profissional, o pai concretizou a ideia de se instalar nesta área, então em pleno crescimento.

No final dos anos 40 os pais foram estrear um andar na Avenida de Berna. Alice nasceu em 1950 na Maternidade Bensaúde, que ficava situada do outro lado dessa grande avenida onde residiu durante a infância e a juventude.

A zona era então habitada por casais novos e Alice lembra-se de brincar com outras crianças nos quintais dos prédios. Recorda-se também de acompanhar os pais e os vizinhos, que, nas noites de verão, tinham o hábito de ir tomar café à Feira Popular, no Parque de Santa Gertrudes, onde hoje está sediada a Fundação Gulbenkian.

Não se lembra da existência de escolas primárias. Crê que todas as crianças frequentavam colégios, as raparigas principalmente as Doroteias e os rapazes o São João de Brito. Depois, a maior parte das raparigas ia para o Liceu D. Filipa de Lencastre e os rapazes para o Liceu Passos Manuel.

Tem ainda muito vivas as memórias do comércio local, nos tempos de criança e rapariga. Refere que não era um comércio propriamente abundante e variado, o que implicava a necessidade frequente de ir à Baixa com a mãe. Lembra-se da velha leitaria e da mercearia da esquina, onde um rapaz ‘de mandados’ trazia depois a casa as compras pesadas. Recorda-se do Mimo das Avenidas, uma mercearia mais requintada, que tinha produtos de excelência e um atendimento muito cerimonioso.

A memória destes estabelecimentos inclui, naturalmente, referências aos lojistas, como o senhor idoso da pequena tabacaria que, além de jornais e tabaco, vendia um pouco de tudo, desde bonequinhos que chiavam a cromos. Ou o senhor da retrosaria centenária da Avenida da República, cuja calvície a remete para a memória das peripécias com as empregadas domésticas, que Alice acompanhava amiúde. Mas, para além de referir mais uma perfumaria e uma loja de tecidos a metro, insiste na ideia de que havia muito pouco comércio nas Avenidas Novas, e que, portanto, era preciso ir ao centro, ou seja, à Baixa.

Os sinos a tocar durante a entrevista trazem-lhe recordações da Igreja de Fátima, onde foi batizada. Quando era criança, a mãe costumava apressar a família para não ficarem de pé nas missas, porque estavam sempre cheias, refletindo a existência na zona de casais novos com muitos filhos. Considera que, atualmente, a igreja está com muito menos gente, apesar de um notório repovoamento e rejuvenescimento da zona nos últimos anos.

A igreja lembra-lhe também a atividade da mãe como voluntária. Num tempo em que as mulheres da sua condição social não costumavam trabalhar, a mãe e um grupo de amigas frequentavam muito a paróquia, ajudando nas costuras, nos paramentos e na preparação das vendas de Natal.

Depois de construída, a Gulbenkian passou a ser a sua segunda casa. Aí permaneceu horas, na biblioteca e no jardim. Quando se licenciou, escolheu propositadamente uma cadeira optativa de História da Arte, para ter o cartão que lhe assegurava o seu acesso permanente àquela biblioteca. A Gulbenkian continuou a ser, pela vida fora, o seu lugar de refúgio em momentos de maior preocupação pessoal e familiar. Considera um privilégio ter aquele jardim e aquela oferta cultural tão perto.

Tem ideia de frequentar, ainda com os pais, o cineteatro Monumental bem como as pastelarias Versailles, Colombo e São Marcos, e lembra-se do surgimento do *snack bar* Galetto, quando tinha 16 anos. Foi nessa altura que, no seu entender, começou o descalbro arquitetónico das Avenidas. Alice tem particular interesse por história e fala com à vontade do Engenheiro Ressano Garcia, do Arquiteto Norte Júnior, da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, do Hotel Avis e do edifício do Anjo, no Saldanha, onde morava a avó de uma amiga sua.

Guarda a imagem da Avenida da República toda em palacetes do género daquele onde funcionou o Clube dos Empresários. Cita exemplos concretos e refere que, de finais dos anos 1960 a finais dos anos 1980, foi o caos: deixaram cair prédios, não mantiveram ao menos as fachadas e construíram edifícios de que ainda hoje não se consegue abstrair.

Foi nesse período que se casou, optando por ficar a viver próximo dos pais, na casa onde ainda hoje reside. Ao contrário do que acontecera quando os seus pais se casaram, a zona estava a ficar envelhecida. Os escritórios instalavam-se em força, por todo o lado proliferavam bancos, companhias de seguros e organismos do Estado. O seu quarteirão manteve-se habitacional, mas Alice era a única pessoa no prédio a ter crianças. Quando a sua mãe ia com os netos até à Gulbenkian, não se viam outras crianças. Tem registos fotográficos que o comprovam.

No que respeita à vida de bairro, marca uma grande diferença entre a Avenida de Berna, onde moravam os pais, que foi sempre uma via de passagem, e a avenida para onde, entretanto, se mudou. Refere-se essencialmente ao troço onde vive, considerando que, no quarteirão seguinte não há continuidade, a mesma avenida já não lhe parece um bairro, porque houve prédios que se transformaram em empresas e não é a mesma coisa. Mas no seu “bocadinho” sim, todos se cumprimentam, parece a província, e os sinos da igreja, marcando o tempo, soam ao poema de Fernando Pessoa.

Embora reconhecendo que o espírito de bairro não é característico da zona, Alice contrapõe com os lugares onde sente que há alguma vida de bairro, a começar pelo pequeno café junto à sua casa. Afirmo que toda a gente ali vai, sentem-se bem, conversam uns com os outros, trocam ideias, num ambiente agradável. Não frequentam a casa uns dos outros, mas têm aquele ponto de referência.

Também não vão comer fora em conjunto, mas é comum encontrarem-se nos mesmos restaurantes, uns clássicos das Avenidas, sobretudo à noite e ao fim de semana. E nota que abriram recentemente muitos espaços novos de restauração, sobretudo padarias-pastelarias, que atraem muitos trabalhadores dos serviços e gente nova que veio habitar a zona nos últimos anos.

Aliás, refere que voltou a ver casais novos e crianças, traduzindo uma dinâmica nova na zona, facto que atribui a uma maior mobilidade no que respeita ao emprego e a uma relação menos duradora com as casas. Dá o exemplo de um supermercado, dos vários que se instalaram ultimamente, o qual surgiu com uma oferta orientada para pessoas mais velhas, e que acabou por redesenhar as vendas

tendo em conta os hábitos alimentares e as rotinas das gerações mais novas. Aqui conta também o pessoal dos serviços, que faz compras domésticas e refeições ligeiras para consumir no escritório.

Quanto ao estatuto social dos residentes, pensa que foi sempre, desde o tempo dos seus pais, de uma classe média alta. Sublinha a escolaridade elevada da população, referindo que no seu prédio até as pessoas de mais idade eram todas licenciadas. Faz apenas alguma distinção relativamente aos pisos térreos, que tinham rendas mais baixas e onde sempre viveram pessoas mais ligadas aos ofícios e aos serviços, às quais se vieram depois juntar novos residentes, quando a maior parte das casas de porteiras foi alienada.

Em conversas com o pai, a propósito de este se questionar como é que os casais jovens conseguiam atualmente vir morar nas Avenidas, recordava-lhe que o valor da renda era bastante elevado nos finais dos anos 1940, consumindo uma boa parte do seu vencimento como engenheiro. Pelo meio houve uma estagnação no arrendamento, mas a situação hoje pode ser comparável. Alice afirma que a zona está cheia de *millennials* a fervilhar. Falam uns com os outros, passam a palavra, gostam de se instalar e de viver aqui.

Em matéria de problemas sociais nota que tem visto jovens sem abrigo na Avenida Cinco de Outubro, situação que socialmente a incomoda bastante. Fala também de assaltos na zona, lamentando-se da falta de policiamento e do fecho progressivo de esquadras. Refere-se ao fenómeno da pobreza escondida, que afeta senhoras idosas que não trabalharam, e ao apoio promovido pela paróquia em vestuário e bens alimentares. Manifesta algum receio quanto à conversão do edifício do Ministério da Educação em residências de estudantes, porque se pode transformar numa grande república.

Sobre as obras recentes, começa por assinalar a “loucura” inicial das bicicletas e das trotinetas que aterrorizavam as pessoas idosas. Mas a situação melhorou e Alice diz que ‘dá a mão à palmatória’ sobretudo na melhoria dos passeios da Avenida da República, que eram só obstáculos quando ia passear os netos de carrinho de bebé. Agora, nota também que abriram novos restaurantes e esplanadas, que há mais movimento e animação ao fim da tarde e aos fins de semana.

Também se rendeu à Torre das Picoas, depois de construída, que melhorou a envolvente e, no seu ponto de vista, acabou por beneficiar a casa museu, aonde vai frequentemente. Agora que está reformada, Alice anda muito a pé com amigas que vivem perto e mantém uma atitude otimista quanto à transformação da cidade, pelo menos no perímetro que mais lhe interessa.

9.2.2. Enclausuramento

*– Eu sou um bocadinho bicho do mato e gosto muito de estar sozinha.
Por isso, gosto muito desta zona, porque me sinto como se estivesse em casa.*

Isabel tem 71 anos. Chefiou serviços administrativos na função pública e atualmente está reformada. Há 44 anos que vive próximo do Saldanha, sempre no mesmo apartamento. Antes disso vivia em

Alvalade, mas a casa atual, que era propriedade da família, vagou precisamente quando o seu filho nasceu e equacionavam as necessidades inerentes ao alargamento do agregado.

Refere que gosta muito de estar nesta zona, porque tem tudo a ver consigo. Conhece os vizinhos do prédio, onde também tem familiares, e nunca houve o mais pequeno atrito. Aliás, sempre se sentiu tratada com muita simpatia e até com alguma atenção.

Tem memórias das Avenidas Novas de tempos anteriores à mudança da sua residência para a zona, especialmente da antiga Feira Popular do Parque de Santa Gertrudes, atual Gulbenkian. Nessa altura morava na Avenida de Roma e o pai trazia-a, muitas vezes, de propósito à feira. Lembra-se também do cineteatro Monumental onde viu representar Vasco Santana e Laura Alves e frequentou festas de Carnaval e fim de ano, pois o pai gostava muito de dançar e Isabel acompanhava-o.

Ao contrário de outras pessoas, não tem propriamente ideia da demolição do Monumental, mas recorda-se de ter ficado deslumbrada com o novo edifício que ali construíram. Quando enviuvou, há cerca de 26 anos, passou a ter mais tempo disponível e criou uma nova rotina. Durante uma década, ao regressar do trabalho, ia para o centro comercial onde se ocupava horas a ler, no piso inferior. Frequentava sessões de cinema e consultava bastante a livraria do centro, sendo comum regressar a casa cheia de novas aquisições literárias.

Depois de fazer 40 anos de serviço, pediu a aposentação antecipada e transferiu para as Avenidas algumas rotinas que tinha na zona onde trabalhava, como idas ao cabeleireiro e certo tipo de compras. Fixou-se definitivamente na zona, que considera muito confortável, sobretudo por lhe permitir fazer a maior parte das coisas a pé, incluindo consultas médicas e idas ao ginásio. Também é a pé que vai à Gulbenkian, onde tenta ver todas as exposições de pintura e revisita a coleção permanente de tempos a tempos.

Foi já depois de aposentada que deu aulas de informática numa universidade da terceira idade que havia na zona, e tem dessa experiência uma recordação muito gratificante, pela relação com as pessoas. No papel de aluna, frequentou aulas de pintura noutro espaço onde também serviam refeições a reformados, e aí apercebeu-se das dificuldades económicas com que se debatem algumas pessoas idosas.

Isabel pinta. Tem mais de cem quadros seus em casa e, perante as limitações crescentes de espaço, está agora a explorar o desenho gráfico, tendo já alguns trabalhos em 3D. Esta sua vertente exige-lhe que crie algum isolamento. Em geral, é pela madrugada fora que dá largas à sua criatividade e depois dorme até tarde, trocando o almoço por uns sumos. Por vezes, as pessoas das empresas instaladas no prédio ficam-lhe com o correio que é entregue durante a manhã.

O isolamento de Isabel não é só um requisito para a sua produção artística, pois reconhece, abertamente, que lhe agrada um certo distanciamento das pessoas. Adora sentar-se num banco de jardim, em geral do lado da sombra, quando a maior parte das pessoas escolhe precisamente os

bancos que estão ao sol. Gosta de se sentar no café, mas receia que alguém se abeire da sua mesa para meter conversa. Considera-se simpática com as pessoas e gosta de ser bem atendida nos locais que frequenta, mas a intrusão é algo que a incomoda bastante.

Na sua ótica, não consideraria a zona onde vive um bairro, porque, de facto, não há grande ligação entre as pessoas e um bairro pressupõe proximidade, realização de coisas em conjunto, festas, apoio social a grupos isolados. No entanto, ultimamente tem notado uma tendência que lhe desagrada, a de pessoas de idade que se aproximam umas das outras para meter conversa. Juntam-se a tarde toda num café, gostam de observar os outros e de falar dos outros. Isto passa-se sobretudo nos dias de semana onde é possível notar grupos de dez senhoras numa mesa de café ou de esplanada.

Ri-se quando diz que detesta que lhe venham falar de pessoas que não sabe quem são nem lhe interessa saber. Considera os relacionamentos só com base na idade bastante redutores, dando o exemplo de interesses que outras pessoas da sua idade não têm. Também verifica que, tal como ela, há mais pessoas que gostam do isolamento, de estar sozinhas no café a ler, a fazer palavras cruzadas ou a fazer sudoku. Não gostam propriamente de estar a conversar tardes inteiras.

No que respeita ao estatuto social dos residentes da zona onde vive, afirma que há um pouco de tudo, mas pensa que se trata mais de classe média alta, porque o valor das rendas é muito elevado. Identifica contrastes, designadamente na antiga Rua de São Sebastião, que tem umas casas modestas, e no Bairro Santos ao Rego, onde supõe que as rendas sejam mais baratas, apesar de, tanto quanto sabe, ter casas muito boas. Refere-se ao mercado desse bairro que, pelo que leu ou observou esporadicamente, imagina ser frequentado por pessoas trabalhadoras que criaram ali as suas raízes.

Já lhe disseram que vive numa zona de ricos, porque as pessoas quando andam à procura de casa informam-se e apercebem-se dos preços para venda e arrendamento. Mas relativiza, dizendo que os outros não sabem se quem vive na zona ocupa casas das famílias ou casas próprias, se pagam renda ou não, enfim, não conhecem bem as reais condições. Deduzem que serão pelo menos mais ricos do que aqueles que procuram aí instalar-se sem sucesso.

Isabel identifica alguns problemas sociais nas Avenidas. Já colaborou com a ReFood e sabe que há pessoas com muitas dificuldades e com fome. Mas distingue essa realidade da situação de alguns vagabundos que perseguem os transeuntes a pedir, nem sempre da maneira mais amistosa. É outra das coisas que a incomoda, dentro do tal isolamento que valoriza. Em todo o caso, considera a zona muito segura e sente isso também em relação ao período noturno, embora já não saia tanto.

Em matéria de deslocações, Isabel percorre cerca de três quilómetros por dia, numa extensão que vai da Avenida Fontes Pereira de Melo até aos jardins do Campo Grande, como forma de se manter saudável. De resto, é a pé que faz as suas compras e, nessa perspetiva, até admite que viva num bairro, no sentido em que tem tudo à mão, supermercados e lojas variadas, comércio de produtos biológicos

e não biológicos. A oferta a nível de restauração também é variada, desde os estabelecimentos tradicionais aos de comida internacional. Fica tudo muito perto, e só a escolha é difícil.

Na sua opinião, o trânsito, em geral, e o estacionamento, em particular, constituem um problema grande. Mas a oferta de transportes compensa, porque é belíssima. Pela sua parte, o carro está sempre parado à porta, nunca o usa. Aliás, serve-lhe de depósito, onde vai colocando as compras que faz, seletivamente, em três supermercados, antes de regressar a casa. Para as deslocações maiores usa Uber, que considera muito conveniente e mais económico do que os táxis.

Quanto à bicicleta, já andou muito, em tempos idos, mas agora não tem coragem. Talvez faça a experiência de um pequeno trajeto de GIRA, com o filho, que é um utilizador regular. Concorde plenamente com a aposta nas bicicletas e nas ciclovias que tem observado na zona. Só não gosta das trotinetas, que considera perigosas, para os utilizadores e para as outras pessoas que circulam no espaço público, porque atingem uma velocidade enorme.

Das obras do Eixo Central destaca o arranjo dos passeios, que ficaram maiores, proporcionando às pessoas mais espaço para andar. Também estão mais cómodos, pois as novas faixas em cimento podem não ser tão bonitas como a calçada portuguesa, mas permitem andar de forma segura e confortável. Para além de práticos e funcionais, os passeios dispõem agora de bancos, onde as pessoas se sentam para estar e se sentam de passagem. Isabel fuma, e talvez por isso dê nota positiva também aos cinzeiros, que foram colocados em grande número.

Afirma que as esplanadas estão sempre cheias no outono e no inverno, quando não chove. No verão as pessoas vão mais para a praia. Ao fim de semana, sabe que vêm pessoas de outros bairros, até de Almada, para passar a tarde na zona. Comem um gelado, passeiam os miúdos. Durante a semana, os mais velhos recolhem-se cedo, porque dá-lhe a sensação de que viverão sozinhos, na sua maioria. Mas a gente nova sai muito, e frequenta vários estabelecimentos da zona que fecham às duas da manhã, como um café onde se vê futebol. O filho mora do outro lado da Avenida da República. Encontram-se a pé para jantar fora e é nessas ocasiões que observa estas dinâmicas.

Em geral, gosta dos edifícios e repara que tem havido grandes melhorias nos últimos tempos, com exceção de um troço da Avenida Elias Garcia que está a cair. Parece-lhe que há uma certa debandada dos escritórios e um reforço da habitação, por vezes em quarteirões inteiros como, por exemplo, aquele onde estava situado o Hospital Particular.

Não está muito atenta aos novos projetos e obras, à exceção do edifício do Monumental, onde gostaria que mantivessem um cinema. Sobre a residência de estudantes na ex-sede do Ministério da Educação, parece-lhe muito bem, por atrair mais jovens para a zona.

9.2.3. Incrustação

– *Acho que era fixe haver um sentido de bairro maior.*

Marta tem 33 anos. Trabalha na área do desenvolvimento comunitário, em bairros de habitação social. Vive perto da Avenida da República há oito anos, numa casa que comprou em 2011.

Nascida na Margem Sul, onde passou a sua infância e juventude, veio morar para Lisboa há 15 anos, quando entrou na faculdade. Começou por residir numa zona de escritórios, perto da Praça de Espanha e nessa altura passou a frequentar os jardins da Gulbenkian, relativamente próximos. Raramente ia até à zona onde agora mora, que se lembra de ser uma zona envelhecida e degradada. Antes da mudança, viveu algum tempo em Berlim, o que lhe abriu perspetivas sobre as dinâmicas urbanas e a vivência do espaço público.

O processo de compra da atual casa não foi simples. Era preciso fazer uma remodelação grande e o casal visitou o apartamento variadíssimas vezes. Refere que hoje isso não seria possível, porque o vendedor teria logo alternativas à mão. O prédio é da década de 1920 e alguém lhe disse que as casas antigas das Avenidas Novas não tinham uma construção muito sólida. Até leu um livro sobre o assunto, mas acabou por se aventurar. Tem vindo a ser recuperado à medida que chegam novos ocupantes.

O que a atraiu aqui foi o facto de ser uma zona plana, onde podia andar a pé e de bicicleta como noutros centros urbanos de cidades europeias que não têm sete colinas, bem como o facto de ter bastante comércio e serviços, e, portanto, alguma vivência de bairro, em comparação com o que a tinha na Praça de Espanha, que era nenhuma. Mas o fator decisivo da mudança foi sobretudo a boa oportunidade de negócio da casa que comprou, numa altura em que o que estava na moda era Campo de Ourique, com preços inoportáveis. Em suma, a paixão pela casa somou-se às potencialidades da zona.

Quando se mudaram não tinham filhos, mas um dos obstáculos com que se depararam a seguir foi o das fronteiras dos agrupamentos escolares, que inviabilizam a colocação na escola pública mais próxima. Contra a ideia das Avenidas como uma zona aberta, na direção do Areeiro, esta questão veio limitar as possibilidades. Marta considera que, talvez por ter estado muito tempo envelhecido, o bairro tem poucas infraestruturas necessárias para acolher as camadas mais jovens que estão a chegar e a constituir família.

De facto, notou uma grande transformação desde que compraram a casa. Marta refere que a zona mudou muito em pouco tempo. Quando comprou casa viu vários apartamentos completamente destruídos e a preços baixos. A maioria das pessoas eram velhas. Depois começaram as obras em força. Há nove anos eram o casal mais novo do prédio, hoje são quase os mais antigos. E, para corresponder a um prédio típico lisboeta do nosso tempo, o edifício até têm um “Airbnb”.

Na zona há espaços verdes e parques infantis, o que é positivo. Também há cafés e coisas novas, coisas que estão na moda, e que chamam pessoas de fora. Depois há uma presença forte de serviços,

que também é útil para quem reside, porque desde a repartição de finanças até uma Loja do Cidadão, fica tudo a *walking distance*. A restauração e alguns serviços pessoais estão mais virados para os não residentes, porque uma característica da zona é ter milhares de pessoas a trabalhar e a circular, o que não facilita a vida de bairro.

Ainda assim, Marta considera que as Avenidas fazem um bom complemento entre alguma vivência de bairro e alguma vivência de cidade cosmopolita, num equilíbrio difícil de manter. Por exemplo, ao nível do comércio, refere que se instalaram na zona supermercados de todas as marcas, o que é excelente. Mas sente a falta do comércio tradicional, lamentando-se de não haver um único talho nem uma peixaria. À exceção de duas ou três lojas históricas que sobrevivem na Avenida dos Defensores de Chaves, aponta essa lacuna como algo que não contribui para haver um sentido de bairro maior.

Nas poucas memórias que tem, do tempo breve de residência na zona, recorda um “café meio mercearia”, que servia minis e garrafinhas de vinho moscatel com bolos pouco apelativos, mas aonde ia às vezes ver futebol e cujos donos cantavam fados, de vez em quando, numa sala mais reservada nas traseiras. Sente falta destas coisas genuínas e deste tipo de animação. A tendência é o sapateiro transformar-se em casa de restauros e cada novo estabelecimento que abre ser um pouco mais do mesmo, mais *franchising*.

Embora não reconheça na zona tanta identidade de bairro como gostaria, Marta encontra essa identidade no seu próprio prédio. Aí, as pessoas conhecem-se, dão-se bem e têm uma preocupação comum que é preservar um edifício antigo, com muitas necessidades de manutenção. Nessa perspetiva, sente que são uma comunidade e que há entreajuda. Dá o exemplo do suporte à única vizinha de mais idade, uma pessoa que não tem família nem grandes referências na cidade, e que, sem ajuda, ficaria isolada num prédio com vários ocupantes estrangeiros. Marta também identifica o espírito de bairro naquele café que frequenta sempre. Ficam-lhe com as encomendas quando não está em casa, o que é ótimo.

Estas questões suscitam-lhe uma reflexão que gostaria de aprofundar e refere-o no final da entrevista, como quem deixa em aberto saber quem são as pessoas que estão aqui hoje, as pessoas que criam hoje a identidade das Avenidas Novas, seja ela mais espacial ou mais emocional. Sublinha que estas interrogações dependem da forma como vemos o que é a identidade de um bairro. Neste caso, pensa na movimentação da zona, no facto de não se tratar de um bairro com um monumento ou algo de especial para ver, mas ter fronteiras fluidas e onde não se sente o peso da distância. Pensando melhor, talvez o envelhecimento continue presente na zona apesar da chegada de jovens, e tudo isso conta na identidade.

Quando define o local onde vive, Marta refere que mora numa casa típica lisboeta do centro da cidade, numa zona muito central, às vezes “meio Chiki Miki”, isto é, moderna, um tanto *hipster*, e

também, confessando honestidade, um bocadinho elitista. Falando do estatuto social da população residente, não tem qualquer dúvida que é classe média alta, se não considerarmos o Bairro Santos ao Rego, que tem características socioeconómicas completamente diferentes. Acha que também os de fora vêm na zona da Avenida da República avenidas amplas e maravilhosas, tão centrais como as que irradiam do Arco do Triunfo em Paris. Mas, se forem visitar o Rego, a ideia muda por completo.

Comparando com outras zonas de Lisboa, considera que as Avenidas Novas não terão problemas sociais tão severos, embora se refira ao envelhecimento e ao isolamento dos idosos como uma realidade presente, mas talvez pouco aprofundada. Porém, retoma a dicotomia Avenidas/Rego para reconhecer que não é por acaso que aquele bairro, com zonas de realojamento, aparece frequentemente incluído nos programas destinados a bairros de intervenção prioritária. E classifica-o como uma periferia no centro da cidade.

Na zona onde vive, Marta não sente qualquer tipo de insegurança, até porque se nota cada vez mais movimento à noite, especialmente na Avenida da República. A diferença entre o dia e a noite está a esbater-se, a que não serão indiferentes as obras do Eixo Central. Ainda se lembra dos passeios antigos e de não haver estes restaurantes com esplanadas grandes, de ver a Duque d'Ávila mais vazia, mais desértica, só com algum comércio tradicional a morrer.

Considera que estas obras foram excecionais, não tem dúvidas nenhuma que agora está muito melhor. Ao nível da mobilidade, acha que o estacionamento é um problema clássico, mas não é daquelas pessoas que fala contra as ciclovias e que tem pena de demorar mais tempo a estacionar. Aliás, já usou bicicleta regularmente para o trabalho e agora só não o faz pela comodidade de transporte dos filhos. De resto faz compras e outras atividades na zona, sempre a pé.

Pensa que a maioria das pessoas que aqui trabalha vem de transportes, pois a zona está bem servida a esse nível. Alguns virão de carro e agora nota a presença de muitas motos. Assim, já aceita melhor que tenham tirado lugares de estacionamento automóvel para os converter em lugares para motos e bicicletas. Os carros continuam a ser muitos, mas, no seu entender, há um preço a pagar, e um preço que vale a pena pagar, por se morar num sítio tão central. Outras pessoas da mesma idade optaram por sair e morar fora da cidade, Costa da Caparica ou Odivelas, porque aí encontraram mais qualidade de vida.

Para Marta, tudo o que valorize a zona é sempre positivo, pensando numa cidade para o futuro e na rentabilização do investimento que fez na casa. Se permanecerem é bom, e se saírem é igualmente bom porque a casa tem agora mais valor, pois a envolvente está ao nível de grandes capitais europeias, daqueles espaços aonde vai como turista e pensa como seria agradável viver ali. A maior vivência do espaço público também a nota nos jardins da Gulbenkian, onde nunca viu tanta gente a conviver, numa diversidade de faixas etárias.

Quanto ao edificado acha a zona interessante. Nota muita reabilitação, mantendo fachadas e renovando estruturas, com aposta agora em tipologias T1 e T2 e não em casas grandes. Vê mais hotéis. Achou a Torre das Picoas assustadora, mas agora já não a choca tanto. Parece-lhe que o contraste com a casa museu resultou, embora esteja ao nível de um filme da Walt Disney. Também vê com bons olhos a nova residência de estudantes no antigo prédio do Ministério da Educação. Enfim, considera as cidades vivas e que esta dinâmica espelha a dimensão viva das cidades.

Marta põe grande expectativa no novo parque da Praça de Espanha e nos jardins Gulbenkian. Está feliz com os projetos, porque estes foram os seus espaços de referência quando chegou a Lisboa.

9.2.4. Desprendimento

*– Eu não gosto muito de bairros.
Por isso é que eu gosto tanto das Avenidas Novas.*

Jorge tem 48 anos. É advogado e mora nas Avenidas Novas apenas há dois anos. Natural do Ribatejo, veio para Lisboa em 1989 e morou em zonas como Areeiro, Alvalade e Benfica. Antes das Avenidas, residiu 15 anos no Príncipe Real, onde gostava muito de viver, mas com a expansão do turismo, o trânsito e o ruído tornaram-se incomportáveis.

Procurou uma zona com casas boas, relativamente cosmopolita, no sentido de ter pessoas diversificadas, bons acessos, boas infraestruturas, centros comerciais com cinemas, e as Avenidas surgiram como a primeira opção. Parece-lhe que, do ponto de vista urbanístico, foi uma das zonas centrais que nos últimos anos melhorou bastante, e, ainda que suficientemente central, está fora do eixo mais carregado com turismo, i.e., do Marquês de Pombal até ao rio, incluindo as extensões até ao Chiado e ao Príncipe Real.

Depois de mudar confirmou totalmente as suas expectativas, ao nível da centralidade da zona, da qualidade urbanística e da qualidade do espaço público. Diz que ainda está na fase do encantamento. Ao contrário do que aconteceu nos anos 1970 e 80, considera que se tem apostado muito na reabilitação e em construções novas bem integradas. Mas diz que é tudo caríssimo. Também lhe agrada que a zona seja hoje muito equilibrada entre a noite e o dia, no sentido em que tem um dia muito preenchido, cosmopolita, movimentado, e depois à noite é um sítio residencial, mas não é um sítio abandonado.

Também pensa que, depois de ver tudo, escolheu o melhor quarteirão das Avenidas Novas, que adora. Fica no meio de um triângulo formado pelo Saldanha, pelo El Corte Inglés e pela Gulbenkian. A avenida tem agora menos carros e é farta em árvores. Um privilégio. E quanto ao prédio, foi feito de novo, com placa e estrutura anti-sísmica, mas mantendo as fachadas e refazendo exatamente a tipologia interior que tinha há 100 anos. A única coisa que difere é o pé direito, que diminuiu para se instalar ar-condicionado.

As suas memórias das Avenidas Novas são anteriores à mudança para a zona e ressalva que, por vezes, temos tendência a confundir o que vimos com o que lemos. Tem então memórias de passagem, porque sempre usou o eixo Campo Grande – Avenida da República para entrar em Lisboa, e memórias de frequentar, sobretudo em trabalho. Não conhecia a dinâmica noturna da zona, mas pensa que se alterou bastante ultimamente. E as suas memórias diurnas, dos anos 1990 em diante, são de um local onde era tudo mais feio do que é hoje, muito carregado de trânsito, com menos passeios, menos árvores, menos espaços verdes, menos agradável.

Jorge lembra-se do cineteatro Monumental já demolido e de frequentar o café do novo Monumental, quando estava a acabar a faculdade. Ainda não havia os centros comerciais Atrium e Saldanha Residence, mas havia uns prédios grandes, antigos, muito degradados. Lembra-se da Avenida da República pejada de prédios horrorosos, em aço e vidro, e de mais umas coisas a cair, que agora estão todas reabilitadas.

Também se lembra de vir à Gulbenkian e ao centro comercial que, entretanto, abriu no Campo Pequeno. Antes, frequentou muito uma livraria técnica que havia no Centro Comercial Arco Íris, que era a melhor na sua área quando fez o mestrado e não havia as facilidades que há hoje com a Internet. Depois, as memórias dispersam-se pelos escritórios dos clientes que visitou em trabalho. A malha da João Crisóstomo, da Miguel Bombarda e afins, sempre lhe passou ao lado, o que já não acontece hoje.

Atualmente, Jorge considera a zona entre o Saldanha e o Campo Pequeno o “coração” das Avenidas, também delimitado pelo Instituto Superior Técnico e pela Gulbenkian. Observando os edifícios reabilitados ou construídos de raiz, mas bem harmonizados, apresenta uma hierarquia das diversas perpendiculares à Avenida da República. Nesta leitura pessoal, considera que há uma gradação do “chique” das Avenidas que vai aumentando, no sentido “para baixo” no sentido do Saldanha. Este “coração” das Avenidas é a “crème de la crème”.

“Para cima”, no sentido do Campo Pequeno, considera as Avenidas mais modestas. A Avenida Visconde de Valmor faz a “fronteira”. Nas suas muitas incursões a pé, repara que a Avenida Elias Garcia e a Avenida Barbosa do Bocage são mais calmas. Têm uns pequenos cafés e vêem-se mais pessoas de idade. Essa área está mais distante do Saldanha, um centro agregador de serviços e de pessoas, que, à hora do almoço, “explodem” para comer na zona, numa confusão total. O Campo Pequeno também tem esse papel, mas menos. No entanto, pensa que estas diferenças irão desaparecer, e tudo se tornará num bairro de ricos e de estrangeiros.

Em matéria de vida de bairro pensa que, apesar de o espaço urbano nesta zona ser homogéneo, do ponto de vista da malha, não se pode dizer que tenha uma vida de bairro. Acha, por exemplo, que ninguém se conhece. As pessoas andam de um lado para o outro. Ponto. E depois há que ter em conta que, mesmo numa perspetiva restrita, a zona tem uma dimensão grande para ser um bairro. Confessa

que isso lhe agrada, como lhe agrada a diferença entre o dia e a noite, porque a vida de bairro tem um dia e tem uma noite.

Durante o dia a zona é muito forte em serviços e transfigura-se, e isso é uma coisa que corta a vida de bairro. Jorge gosta de uma certa indiferença que lhe proporciona esse movimento diurno, como também gosta que a zona não seja completamente descaracterizada à noite. Por isso fala de um “quase bairro”, um “bairro quanto baste”. Vê muitas vezes as mesmas pessoas, mas não lhes diz nada, assim como elas também não lhe dizem nada. E vê muitas diferentes... Apesar da diferença abissal entre o dia e a noite, que lhe agrada imenso, considera a zona seguríssima, o que é muito positivo.

Jorge gosta de cidades grandes e acha Lisboa uma “aldeola”. Mas as Avenidas Novas fazem-lhe lembrar aquelas cidades europeias, bem arrumadas e bem arranjadas, que à noite são tranquilas e que, no outro dia, permitem que tanto se possa encontrar a vizinha do 3º esquerdo como 50 pessoas que nunca viu. É isso que gosta aqui. Porque veio de uma cidade pequena e não suporta a ideia de encontrar alguém que conhece um familiar de outro alguém e que o interpela para falar.

Quanto ao estatuto social dominante na zona considera que é de classe alta. As compras são o seu “observatório social”, e por isso distingue pelo menos três tipos de residentes, embora reconhecendo que todas as generalizações são redutoras. Primeiro, há uns restos de moradores originais, idosos, de classe média baixa. Diz que percebe claramente que são pessoas que estão sozinhas, ou casais muito velhos, que vivem nos prédios mais degradados. Não estarão numa margem de exclusão social, mas não viverão maravilhosamente. Depois, há muitos estudantes estrangeiros, que estão cá a estudar e partilham alojamento. Por fim, há os moradores mais recentes, que são de classe média alta, como percebe pelas casas e pelos carros, sendo também em boa parte estrangeiros.

Não tem dúvida que os de fora vêem as Avenidas Novas como uma zona de ricos e estrangeiros, a seguir ao Chiado, ao Príncipe Real, Santa Maria Maior e Santo António, que são zonas onde há milionários estrangeiros, e muito turismo. Jorge vê estas zonas em plenos processos de *gentrificação* e acredita que até a escolha recente do nome Avenidas Novas para a freguesia é indissociável de toda essa dinâmica.

Reconhece que, nos últimos anos, as Avenidas Novas tiveram uma mudança muito grande, ao ponto de se terem tornado, na altura de mudar de residência, a sua zona de eleição. Pensa que as obras do Eixo Central foram positivas, embora as apelide de *make up*. Considera que as políticas da cidade têm sido um pouco exageradas e precipitadas, no sentido das coisas modernas como as ciclovias, embora não seja contra as bicicletas, muito pelo contrário. Quanto a bicicletas e trotinetas só lamenta a falta de civismo. Mas as obras mostram boas soluções, nem sempre ponderadas na globalidade do movimento viário. E isso sentiu-se muito nesta zona: acabamentos com estética, mas pouco funcionais.

Apesar de trabalhar na freguesia, Jorge vai de carro para o escritório, porque precisa dele para se deslocar em trabalho no resto do dia. Não conhece os transportes da zona, exceto o metro, que é ótimo. Gosta muito de andar a pé, o que, nas Avenidas Novas, é convidativo, por serem planas e agora também por terem passeios mais largos. É a pé que faz compras e vai ao ginásio. Quando vai à Baixa, à ópera, por exemplo, vai de táxi ou de Uber.

Considera que o edificado está a ficar muito melhor. Cada coisa que desentapam está linda. Nota que até há edifícios feios dos anos 80 a sofrer um *restyling* e a reaparecer francamente mais bonitos. Até a Torre das Picoas, que conhece como o edifício *champagne*, por causa da cor, fica melhor ali do que ficaria na Avenida da República, porque é *skyline* tipo Dubai, Singapura ou Toronto e já lá estava o Imaviz. Apesar deste exemplo, considera que a reabilitação se destina agora essencialmente a dois fins, habitação de gama alta e hotéis *boutique*. Os escritórios mantêm-se na zona *premium* ou vão para junto do rio, além de que, com o *cowork* e o teletrabalho já não há tanta necessidade de escritórios, e o espaço é muito mais fungível.

Espera que a Operação Integrada de Entrecampos avance, e parece-lhe que a residência de estudantes no ex-edifício do Ministério da Educação pode introduzir alguma diversidade na tendência de a zona se tornar num bairro de ricos e de hotéis. Quanto a jardins, a Praça de Espanha só pode ficar melhor, porque era péssima, e a Gulbenkian já é um oásis na cidade, de todos os pontos de vista, pelo que o novo projeto para os jardins lhe parece arrojado, mas belíssimo.

A concluir, consideramos que cada retrato sai reforçado, na sua expressão ilustrativa, quando visto em conjunto com os demais. Na moldura de grupo, os traços individuais destacam-se com mais evidência.

Alice e Isabel têm praticamente a mesma idade e vivem há décadas nas Avenidas Novas, embora a primeira tenha mesmo nascido na zona e continuado a residir nela depois de casar, enquanto que Isabel se mudou para a zona aos 37 anos, quando teve o seu filho. Por isso, é natural que Alice tenha memórias locais nas várias fases do ciclo de vida, com referências aos pais, às empregadas domésticas e aos vizinhos. No entanto, as Avenidas Novas não eram desconhecidas de Isabel até se mudar, porque vinha em lazer e entretenimento a esta zona tão próxima de Alvalade, onde morava.

Apesar de algumas diferenças relativamente ao tempo de residência na zona, o que mais distingue estas duas pessoas é a sua disposição para a vida de bairro, percebida através da maior ou menor apetência para o convívio social. Ambas reconhecem que nas Avenidas não há grande vida de bairro. Porém, Alice está atenta aos mais pequenos sinais de vivência de bairro e motivada, senão para os promover, pelo menos para os preservar, mesmo quando sublinha que os vizinhos não frequentam a casa uns dos outros, e que, portanto, o interconhecimento se fica pela cordialidade, num nível relativamente superficial. Alice está verdadeiramente enraizada na zona, a sua posição é consolidada.

Noutro extremo, Isabel mantém uma boa relação com os vizinhos e com os empregados dos cafés locais e dos supermercados. Gosta de cultivar uma relação empática nestes locais, mas incomoda-se sempre que é abordada, em geral por pessoas da mesma idade, quando lhe adivinham, erradamente, o mesmo gosto pela conversa sobre outras pessoas que identifica nos grupos de senhoras de mais idade reunidos nos cafés e nas esplanadas. Por isso se fecha, numa espécie de enclausuramento que a defende das intrusões, encontrando também na sua atividade de pintura e no gosto pela leitura parte da justificação da sua necessidade de isolamento.

As representações sociais das Avenidas Novas de Alice são circunstanciadas, situadas no tempo e no espaço, sem descurar detalhes avaliativos, por exemplo, sobre o estatuto social dos residentes, em diferentes etapas da sua vida pessoal e da história local. As representações de Isabel são mais vagas, traduzindo uma posição de maior fechamento.

Por sua vez, Marta e Jorge residem nas Avenidas Novas há pouco tempo. Ela é mais nova e chegou à zona há oito anos, altura em que situa o princípio de uma dinâmica grande de reabilitação urbana. Fez uma avaliação cuidada antes de investir na recuperação do apartamento que comprou, num prédio da década de 1920. Jorge tem quase 50 anos e acabou de comprar um apartamento há dois anos, num edifício da mesma época mas que acabara de ser completamente reconstruído com todas as comodidades. No que respeita à dimensão temporal, a distância entre a chegada de um e de outro poderá apontar sobretudo para uma diferença socioeconómica.

Depois, ao discorrer sobre a vida quotidiana, os pormenores revelam o essencial de duas disposições completamente distintas. Embora percorram ambos a zona a pé, Marta procura nos estabelecimentos tradicionais aquela vivência que se está a perder com a padronização do comércio e dos serviços. Jorge refere-se sobretudo aos supermercados onde faz compras e observa os outros clientes. Ambos reconhecem que não há praticamente vivência de bairro, mas enquanto Marta lamenta esse facto, Jorge enaltece o distanciamento social que a vertente mais cosmopolita das Avenidas Novas lhe proporciona.

O prédio onde mora é, para Marta, o último reduto da vida de bairro e da sua incrustação na zona em que se fixou. Sente-se responsável pela senhora idosa que não tem família. Por sua vez, o desprendimento de Jorge manifesta-se no agrado por uma vida de bairro quanto baste, onde não seja identificado a cada passo e possa preservar a sua independência.

Apesar da grande diferença entre estes dois moradores mais recentes, no que diz respeito à disposição para a vida de bairro, apresentam ambos uma reflexividade elaborada sobre a zona que escolheram para viver e sobre as recomposições, não só populacionais, mas também identitárias, inerentes à transformação da cidade.

Evidentemente, nenhum dos atores fica preso aos perfis delineados. Nenhum dos vinte, nem mesmo qualquer um destes quatro que seleccionámos representa um papel em exclusivo, ou

corresponde totalmente à organização tipológica. Há que considerar a flexibilidade dos perfis, relevando a sua natureza analítica. Nesse sentido, cremos que estes quatro retratos ilustram claramente variações individuais, em matéria de tempo e de disposições, que contribuem para compreender as representações sociais das Avenidas Novas produzidas a partir de diferentes posicionamentos.

Conclusões

O percurso da investigação efetuado, com a respetiva análise de resultados obtidos e a reflexão continuada que estes suscitam, permite-nos agora elencar as conclusões sedimentadas bem como, em estilo de balanço, destacar os principais contributos da pesquisa e os aspetos suscetíveis de desenvolvimentos futuros.

O presente trabalho reporta-se a uma área territorial específica da cidade de Lisboa. Essa especificidade não decorre, no entanto, de uma delimitação administrativa, de uma unidade estatística, de um empreendimento habitacional ou de uma ideia de bairro, mas prende-se antes com uma designação toponímica – Avenidas Novas –, que se mantém informal praticamente durante um século, e é finalmente escolhida para designar uma nova freguesia, criada na última reforma administrativa do concelho de Lisboa, que teve lugar em 2012.

Um dos dilemas com que a pesquisa se debateu foi, por isso, o de circunscrever fisicamente o objeto de estudo ou, dito por outras palavras, o de encontrar um correspondente geográfico àquela designação toponímica, que não ficasse preso à recente delimitação administrativa, mas fosse coerente com a história da cidade e com o tecido urbano que atualmente se nos oferece observar. Decidimos então recuar no tempo até ao planeamento e à execução daquilo que comumente se generalizou chamar Avenidas Novas, o plano de zonas gizado por Ressano Garcia, cuja marca na cidade se situa, temporal e espacialmente, entre a Baixa Pombalina pós-terramoto e a urbanização de Alvalade.

Mas essa história tem uma pré-história e tem uma consequência. A pré-história diz respeito à decisão de abrir a Avenida da Liberdade a partir do espaço onde se situava o Passeio Público oitocentista, decisão que, desde o envolvimento direto de Ressano Garcia e da repartição camarária por ele dirigida, imprime à cidade de Lisboa um modo de urbanização completamente diferente. A consequência desse modo de urbanizar, que se afasta do rio e se orienta em direção aos povoamentos arrabaldinos e às zonas de abastecimento a norte da cidade, é o desencadear de uma expansão urbana que virá a transformar-se, progressivamente, numa formação metropolitana.

A retrospectiva temporal levou-nos a encarar as Avenidas Novas como uma zona que esteve na origem de um conjunto de processos de transformação territorial, a partir dos quais deixa de fazer sentido olhar para a cidade histórica sem considerar a sua relação dialética com a metrópole em formação. Na base dessa relação estão os intensos movimentos migratórios rumo à capital e a repercussão residencial de atratividade de Lisboa, com a sua inigualável bacia de emprego, pelas novas áreas emergentes, em torno dos eixos de mobilidade gerados pelas redes de transporte público. Considerar uma dimensão temporal nesta pesquisa, implicou, então, considerar também uma

espacialidade plural como objeto de estudo. E assim acrescentámos à ambiguidade geográfica do nome Avenidas Novas, a complexidade analítica de situar essa área na sua interação com a cidade de Lisboa, que se vem tornando, cada vez mais, uma cidade-região formada por vários concelhos.

A opção por assumir a necessidade de compatibilizar diferentes escalas temporais e espaciais, entendendo afinal como objeto de estudo não apenas as Avenidas Novas, mas a sua conjugação multi-escala com vários níveis envolventes, vem a ser justificada por processos de transformação que afetam particularmente as Avenidas Novas, designadamente a sua adaptação subsequente a funções centrais anteriormente localizadas na Baixa Pombalina. Tal fenómeno resulta numa intensa terciarização ao longo de décadas, com consequências a nível da sustentabilidade das funções residenciais, num quadro marcado pelo aumento do tráfego automóvel, da ocupação do espaço público por estacionamento intensivo, da poluição sonora e atmosférica, mas também da especulação imobiliária, da qual decorre o abandono de prédios até à derrocada, a demolição de edifícios antigos e a acentuada dissonância arquitetónica.

Tal estratégia analítica continua a ser justificada por fenómenos recentes, como são um reinvestimento residencial na zona, num processo relativamente inverso ao anterior, em que as substituições de edifícios para mudança de uso dão agora lugar a reconversões de escritórios em alojamento, para moradores de nível socioeconómico elevado, muitos deles estrangeiros, e para hotéis. Este fenómeno acontece em simultâneo com uma atenção renovada ao espaço público, cujo reordenamento, incluindo a aposta em mobilidades suaves, também se configura como um movimento contrário ao da crescente motorização anterior.

Assumido então o propósito de estudar as Avenidas Novas, atendendo à história da sua transformação e relacionando-a com dinâmicas territoriais e demográficas que envolvem a cidade como um todo, e também a região, propusemo-nos desenvolver uma pesquisa que se situasse na linha da sociologia urbana (Saunders, 1986; Savage & Warde, 2002). Face ao legado dessa subdisciplina, parece-nos que um dos principais contributos deste trabalho reside na escolha de uma área intermédia da cidade, isto é, uma área distinta do centro histórico e dos bairros tradicionais, cujas vivências e preservação suscitaram o interesse de várias pesquisas (A. F. da Costa, 1999; A. F. da Costa & Guerreiro, 1984; Menezes, 2004), e distinta também das zonas mais afastadas desse centro, especialmente daquelas onde grandes empreendimentos urbanísticos foram objeto de estudos sistemáticos (A. Castro et al., 1999; Costa Pinto, 2011; Gato, 2014; Goncalves & Costa Pinto, 2001; Nunes, 2007, 2010). Sublinhe-se ainda que, para além da sua posição histórico-urbanística, a um meio termo entre a cidade antiga e as áreas de expansão mais recente, as Avenidas Novas apresentam uma particular configuração mista de habitação e serviços, a que acresce a marca de uma intensa mobilidade espacial quotidiana, características próprias que concorrem para a originalidade deste objeto de estudo.

Como dissemos na introdução, identificámos um certo vazio no interesse sociológico relativamente a esta zona, muito provavelmente por não estar associada a problemáticas que são mais frequentemente objeto das investigações sobre territórios de maior vulnerabilidade social. De facto, não deixa de ser sintomático que as únicas pesquisas sociológicas na zona (Baptista, 1987; Nunes & Baptista, 2008) que hoje é a freguesia de Avenidas Novas, tenham incidido sobre o Bairro Santos ao Rego, as quais referem as Avenidas Novas, em contraponto àquele objeto de estudo, como uma zona habitada por moradores mais escolarizados e com ocupações profissionais mais qualificadas, em comparação com os habitantes do Rego.

É nessa linha que convocámos referenciais teóricos relacionados com as representações sociais, numa atitude interrogativa que decorre também da atividade profissional do investigador: afinal, quem vive nas Avenidas Novas e que imagem têm essas pessoas da zona onde vivem? Ao foco na cidade intermédia, assinalamos aqui outro contributo particular desta pesquisa, a convergência da sociologia urbana com a sociologia do conhecimento (Berger & Luckmann, 2010 [1966]) e com a sociologia da vida quotidiana (Certeau, 1990; Pais, 2002), enquanto estratégia interpretativa das recomposições físicas (e sociais) do território e das representações sociais do mesmo. À importância da interdisciplinaridade nos estudos urbanos (História, Demografia, Geografia) sublinha-se, assim, a pertinência da complementaridade intradisciplinar no campo da sociologia.

Os processos que marcam a transformação da cidade não são só processos centrífugos, como a expansão residencial estimulada pela abertura das Avenidas Novas, a metropolização que se lhe segue, ou a dilatação do centro de serviços da Baixa para norte. São também processos de reinvestimento na cidade interior, como os caracterizados pela nobilitação urbana, entendendo-se por cidade interior não só o centro histórico, mas as sucessivas coroas envolventes que correspondem ao preenchimento continuado da área do concelho de Lisboa. Nesse sentido, esta pesquisa oferece uma dupla perspetiva, no plano qualitativo, ao abordar e delinear perfis de residentes antigos e novos na zona, sendo uns protagonistas da permanência durante a terciarização e o êxodo urbano, e outros protagonistas de uma reinstalação recente e de novos estilos de vida. Confirmou-se junto de uns e de outros a manutenção de um elevado estatuto social associado à função residencial, apesar da forte terciarização ocorrida nas décadas de 1960-90.

A pesquisa desenvolveu-se num arco iniciado com a contextualização histórico-urbanística, de pendor diacrónico, prosseguiu depois com a análise das dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas, numa articulação de escalas espaciais e temporais, e terminou na abordagem às pessoas concretas e suas narrativas. Do ponto de vista metodológico esse percurso correspondeu também a um itinerário iniciado a partir de dados secundários e análises pré-existentes, prosseguindo com a interpretação de indicadores estatísticos específicos e terminando na recolha direta de informação original, numa estratégia baseada na mobilização de um corpo teórico inter e

intradisciplinar e numa combinação mista de métodos, na qual se destaca a componente da abordagem intensiva a um conjunto de moradores entrevistados.

Para além dos contributos já enunciados, sistematizamos seguidamente algumas conclusões mais especificamente relacionadas com cada capítulo, procurando responder às questões apresentadas no capítulo metodológico (ponto 2.1).

1. Como vimos no capítulo 3, as Avenidas Novas representam um ponto de viragem na expansão urbana de Lisboa. Deixando para trás a cidade histórica, a Repartição Técnica camarária dirigida por Ressano Garcia concebe uma área urbana completamente nova, tirando partido da orografia do terreno, em particular do planalto pós-Saldanha, onde se organiza uma área ampla e arejada, como ditam os cânones higienistas da época. Altera-se o tempo e o modo de urbanizar, não só nas coordenadas geográficas adotadas mas também na estratégia de expropriação e loteamento de terrenos. As políticas públicas estão aí bem presentes como no cuidado de infraestruturar a zona com as mais inovadoras comodidades urbanas à época, na qual se destaca a importância da criação da rede de elétricos. Mas as mesmas políticas serão mais passivas ao nível da ocupação dos lotes, desde logo porque não fazem aprovar um plano arquitetónico, e porque as áreas dos lotes são agregadas de acordo com a maior conveniência dos proprietários, o que resulta numa grande diversidade ao nível do edificado.

Ao contrário do que seria de supor, logo nas primeiras ocupações ladeiam já moradias com prédios de rendimento e com modelos híbridos, contrariando a ideia generalizada, que percorre inclusivamente o discurso de alguns entrevistados, de que a zona era inicialmente ocupada apenas por moradias e palacetes, dos quais restam atualmente alguns exemplares. Intencional ou não, a ausência de um plano arquitetónico torna evidente que a dissonância arquitetónica que caracteriza as Avenidas Novas não resulta apenas da terciarização dos anos 1960-90, responsável efetivamente pela substituição de muitos edifícios e pela subida das cérceas, mas a variedade ao nível dos estilos, das tipologias e da dimensão dos edifícios, está presente desde o princípio, e a renovação urbana, no sentido da substituição integral de edifícios, remonta pelo menos aos anos 1930. Estamos perante uma área da cidade onde é a iniciativa privada que imprime o ritmo da edificação.

2. Para a abordagem das dinâmicas sociodemográficas considerou-se a relação entre quatro escalas de análise: a Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Lisboa, a freguesia de Avenidas Novas e uma área restrita das Avenidas Novas correspondente à malha urbana do plano de zonas de Ressano Garcia, ligada ao Eixo Central da Avenida da República e da Avenida Fontes Pereira de Melo. Ao longo do século XX, evidencia-se a dominação demográfica de Lisboa em relação ao país, papel esse que começa, primeiramente, por ser da própria cidade capital em relação ao país e se transfere depois para a área metropolitana. Mas a expansão urbana de Lisboa desencadeada a partir do planeamento

das Avenidas Novas evidencia outra dominação demográfica, a da freguesia de São Sebastião da Pedreira, que corresponde então genericamente ao que é hoje a freguesia de Avenidas Novas, e que apresenta um crescimento muito elevado até aos anos 1950. A edificação das Avenidas Novas acaba por ser contemporânea da grande atratividade de Lisboa relativamente ao país, e de um efetivo crescimento urbano que ocorre nas Avenidas Novas durante a primeira metade do século XX.

Estava em formação a grande Lisboa e, melhor do que a comparação entre concelhos, é a análise da evolução populacional das freguesias que nos fornece uma leitura mais fina do ritmo de crescimento da região. Até 1980 a metrópole consolida-se e é nessa altura que a cidade de Lisboa atinge o valor máximo da sua população residente. A partir daí a cidade perde população, enquanto a AML ainda cresce, mas abrandando o ritmo. A perda de população residente na cidade capital e as políticas que se propõem reverter essa tendência, é algo que merece também o questionamento dos limites e das modalidades de gestão vigentes (Rodrigues, 2008). Em todo o caso, o concelho de Lisboa regista nos censos de 2011 alguma contenção de tal tendência de perda de população, e há freguesias, como a de Avenidas Novas, que voltam a apresentar um crescimento da população residente. Em 2021, Lisboa contém ainda mais o seu decréscimo populacional, enquanto que a freguesia de Avenidas Novas se destaca por ser a freguesia com maior crescimento em toda a cidade, traduzindo uma dinâmica de reforço habitacional.

A freguesia de Avenidas Novas tem uma densidade populacional superior à densidade populacional do concelho de Lisboa. Em termos da estrutura etária, apresenta-se bastante envelhecida, embora não esteja entre o grupo de freguesias com índice de envelhecimento mais elevado e tenha, em 2011, um ligeiro decréscimo nesse indicador. Verifica-se que um número considerável de residentes mudou de morada nos cinco anos anteriores, e também que a população residente de nacionalidade estrangeira tem uma expressão residual. O elemento distintivo na caracterização populacional da freguesia é o nível de instrução, um dos mais elevados da cidade, destacando-se por ser uma das freguesias da cidade com mais residentes com ensino superior completo, proporção reforçada quando consideramos apenas a zona restrita das Avenidas Novas.

O retrato populacional das Avenidas Novas relativo aos censos de 2011 era um retrato de certa forma expectante, pois o ligeiro incremento da população residente e do número de famílias, consonante com a proporção de pessoas que alterou a sua residência no período anterior a esses censos, poderia representar um movimento de regresso à cidade ou um fenómeno episódico, mas os resultados preliminares dos censos de 2021 confirmam a tendência de crescimento consolidado e a dinâmica de regresso à cidade.

3. Os dados relativos ao edificado confirmam o posicionamento das Avenidas Novas numa situação intermédia da cidade, com uma idade média dos edifícios clássicos inferior à registada nas freguesias do centro histórico, mas superior às freguesias mais periféricas relativamente a esse centro.

Confirmam também que a construção esteve sempre presente, isto é, que ao contrário de zonas onde se implementou um plano arquitetónico e a construção permanece genericamente datada a um determinado período, nas Avenidas Novas há sempre edifícios em construção, nalguns períodos com mais intensidade do que noutros. Porém se atendermos aos edifícios construídos até 1970 e aos edifícios construídos de então para cá, a ideia de uma substituição constante, responsável pelo predomínio de edifícios recentes na zona, deixa de fazer sentido. A construção mantém-se desde essa data, mas, em termos proporcionais, não representa sequer metade do edificado construído. Todavia, o que é surpreendente nos dados sobre o edificado é a proporção de edifícios afeta à função residencial, contrariando a imagem de que a componente habitacional teria sido confinada a valores residuais, depois de três décadas de intensa terciarização. Habitação e escritórios partilham, pois, quarteirões e por vezes edifícios, num equilíbrio de forças que vai variando com o tempo, tudo indicando haver presentemente uma reafetação de espaços para funções de alojamento, confirmada por um aumento populacional e por um decréscimo do número de edifícios.

A imagem do edificado, com a sua diversidade arquitetónica e mistura de funções, reforça a pertinência de uma questão que, à semelhança da questão da ambiguidade dos perímetros, atravessa também esta pesquisa: poderemos considerar as Avenidas Novas um bairro? Apesar da terciarização, da forte presença de comércio e serviços, e assim de muitos trabalhadores que todos os dias ocupam temporariamente a zona, encontramos nela vida de bairro? Se encontramos, onde é que ela acontece?

No programa *Uma praça em cada bairro*, que interveio nesta zona, o conceito de bairro remete para um consenso entre os residentes e não residentes de uma determinada unidade, no reconhecimento dessa unidade como bairro, independentemente das circunstâncias administrativas, enfatizando a importância das centralidades espaciais como pontos de referência, para uns e outros, dessa unidade. E é talvez nessa abertura, aos de dentro e aos de fora, que o mesmo programa inclui na caracterização do Eixo Central das Avenidas Novas tanto elementos relativos à população residente, como à presença dos serviços e à oferta comercial.

Numa tentativa de aproximação aos espaços comuns dos vários utilizadores das Avenidas Novas, e também àquilo que constitui a sua bacia de emprego, empreendemos no levantamento direto de comércio e serviços da zona. Esta iniciativa justificou-se também pela dificuldade de obter junto dos organismos oficiais dados atualizados sobre a atividade económica especificamente sediada na zona restrita. O volume e a diversidade da oferta apurada confirmam claramente que a presença dos serviços exige um conjunto de recursos de suporte, por exemplo ao nível da restauração, dos serviços pessoais, dos pequenos supermercados, dos ginásios, etc., ao mesmo tempo que indiciam também uma concentração de emprego qualificado na zona.

4. Outro indicador da intensa atividade socioeconómica que as Avenidas Novas acolhem, bem como das rotinas da sua população residente, é a produção das mobilidades espaciais, com os seus

ritmos, as suas cadências, os seus canais e barreiras. A zona foi desde sempre uma zona propícia à mobilidade pedonal, como à mobilidade de transporte público, e, posteriormente também ao automóvel, facilitado pela largueza das vias. Porém, apesar da oferta de vias e modalidades de transporte, chega sempre o atrito e a zona é também retratada por constantes engarrafamentos e pelos seus inconvenientes ambientais.

Neste ponto, as políticas públicas estão presentes desde as etapas iniciais, tanto ao nível da configuração do espaço urbano como através da criação de condições para o transporte público, mas já parecem mais passivas durante todo o período de apropriação automóvel, que é facilitada ao nível do encurtamento dos passeios para aumentar o espaço de circulação e de estacionamento. Só muito recentemente as políticas públicas dão um sinal contrário ao que deram nos anos 1960-90. Não apostam agora na construção de mais túneis e parques de estacionamento, mas numa reorganização do espaço, contemplando mais áreas pedonais, zonas de estadia e ensombramento, instalação de ciclovias. Referem os responsáveis autárquicos que a cidade, no seu todo, tem hoje mais alternativas ao nível da própria mobilidade rodoviária, privilegiando-se a circulação em radiais, em detrimento de eixos apontados ao centro histórico, o que pode configurar-se numa atenuante, deixando as Avenidas Novas de ser passagem obrigatória para muitos destinos. As características orográficas facilitam também a priorização desta zona para implementar soluções como os sistemas de mobilidade suave partilhados e utilizá-la como estímulo de novos estilos de mobilidade a disseminar pela cidade.

A oferta de transportes públicos é particularmente abundante nas Avenidas Novas. Referimo-nos ao metropolitano, à rede de autocarros, ao comboio suburbano, conectado também a linhas nacionais, a que se vêm juntar estas novas ofertas ao nível da mobilidade suave, encaradas igualmente como transporte público. A diversificação da oferta, mais do que a existência de novas soluções, parece orientada pelas tendências recentes no campo das mobilidades espaciais, caracterizadas pela proliferação de combinações múltiplas, individuais e coletivas, em conveniências menos padronizadas.

A mobilidade funciona aqui, ao mesmo tempo, como uma evidência da interação entre as várias escalas que tomámos em consideração e como um traço identitário das Avenidas Novas, onde se conjugam estilos de vida de antigos e novos moradores, e modalidades diversificadas de trabalho presencial. Como nos lembram alguns autores (Castells, 2002a; Sassen, 2007), a concentração do trabalho qualificado traz sempre consigo um conjunto de outros serviços de apoio, o que faz com que um olhar mais atento à produção das mobilidades numa zona como as Avenidas Novas não veja apenas o grande fluxo da chegada de trabalhadores de manhã e da sua partida ao fim da tarde, mas observe, por exemplo, o movimento das empresas de limpeza cujos trabalhos são concentrados de manhã cedo e ao fim da tarde. Também o movimento de entregas já não é apenas um movimento de abastecimento do comércio e restauração, fixado em determinados momentos do dia, mas é um movimento constante, que vai da entrega de refeições à reposição de consumíveis dos sistemas

informáticos, passando por inúmeros aspetos ligados à logística. A mobilidade reflete esta pluralidade de circunstâncias e movimentações.

5. Chegados ao discurso direto dos atores, e contando com a colaboração direta de 20 residentes, que, num registo pessoal e individualizado, nos forneceram a sua leitura sobre a zona e suas características, destacamos como ponto em comum o elevado grau de escolaridade dos mesmos, em sintonia com o retrato sociodemográfico traçado. Mas a diversidade verifica-se depois ao nível do tempo de residência na zona, dos fatores associados às trajetórias espaciais, das condições em que vieram para a zona, das suas práticas, representações e atitudes disposicionais (Lahire, 2005).

A ambiguidade dos limites das Avenidas Novas foi um dos temas explorados junto destes interlocutores, confirmando-se a ideia de que as Avenidas Novas não têm, para além do recente perímetro oficial da freguesia homónima, uma delimitação consensual. Aquando das entrevistas estava já definido o foco observacional privilegiado naquilo a que viemos a designar como zona restrita das Avenidas Novas, a área mais consonante com o legado do plano urbanístico de Ressano Garcia, ligada ao eixo Avenida da República – Praça Duque de Saldanha – Avenida Fontes Pereira Melo. Estes residentes têm, pois, como ponto de partida comum o facto de morarem dentro dessa zona restrita, mas nem isso faz com que tenham uma perspetiva clara da configuração espacial das Avenidas Novas. Cientes de que há uma diferença entre a zona e a freguesia, a maioria dos entrevistados opta por tentar definir aquilo que considera, efetivamente, serem as Avenidas Novas, uma área genericamente confinada a um perímetro formado pela Avenida da República, Avenida de Berna, Avenida António Augusto de Aguiar e Avenida Fontes Pereira de Melo. Alguns nem a zona de Picoas consideram, concentrando-se apenas num pequeno retângulo entre o Saldanha e o Campo Pequeno.

Mas o dado extraordinário é que esta zona reduzida, onde cada um se inclui, é ainda tão imprecisa que, no cômputo geral de um exercício espacial proposto, mais de metade dos entrevistados fica excluído dessa área. A simpatia pelo nome Avenidas Novas é grande, e a sua associação a uma centralidade que não tem propriamente um centro, mas que converge para o eixo Avenida da República – Praça Duque de Saldanha, é uma centralidade que demarca a alteridade, porque inclui um “nós” e exclui “outros”. Começa por excluir os outros que moram na mesma freguesia, mas em zonas distantes e distintas, como o Bairro Alto do Parque, o Bairro Azul e o Bairro Santos ao Rego, e verifica-se depois mesmo ao nível da zona restrita, onde o “aqui” apresenta vantagem sobre o “ali” e a inexistência de bairro menos sentida “neste quarteirão” do que noutros. Mais do que a área administrativa, os entrevistados valorizam a área vivencial correspondente ao palco da sua vida quotidiana, nas proximidades da casa onde vivem, demonstrando a diferença entre o que foi o recente processo de reorganização das freguesias e o que é a real apropriação das coordenadas desse processo, especialmente no que respeita ao reconhecimento de um nome associado a um perímetro.

6. No capítulo onde se desenvolve o corpo central da informação recolhida nas entrevistas damos particular atenção ao tempo e à memória, por um lado, bem como às sociabilidades e à identidade, por outro, dimensões que vêm a destacar-se como eixos principais do modelo síntese. Relativamente ao primeiro, as memórias evidenciam locais de particular atratividade, onde, apesar da substituição de equipamentos, convergem antigos e novos moradores. Nalguns casos, as memórias de passar e de frequentar compensam parcialmente a vinda mais recente para a zona. O mais destacado desses locais é a Praça Duque de Saldanha, onde a demolição do Cineteatro Monumental nos anos 1980 assinala simbolicamente, com nenhum outro acontecimento, a renovação urbana permanente da zona. Apesar do seu carácter pessoal e subjetivo, a reminiscência das memórias passadas acrescenta informação muito relevante ao conhecimento da transformação da zona, em aspetos tão diversos como a evolução do comércio, o papel da rede de transportes e a tomada do espaço público pelo automóvel.

O conceito de bairro volta a colocar-se no diálogo com os residentes e tanto a presença dos serviços como as características morfológicas da zona – uma zona ampla, plana, fluida, sem fronteiras –, tornam difícil o reconhecimento da existência de um bairro no sentido mais comum do termo, aquilo que associamos aos bairros tradicionais, e ao forte sentimento de pertença em torno das suas práticas e dos seus símbolos. O bairro seria sobretudo o espaço do interconhecimento e da entreatajuda, que dificilmente aqui se identifica de uma forma generalizada. Mas, há uma alternativa: considerar o bairro como o espaço de uma grande oferta de serviços e especialmente de comércio, uma oferta variada e de formatos diversos. Independentemente dessa avaliação, há um fator que se evidencia, a disposição dos atores para identificarem e fomentarem a vida de bairro, e é sobretudo nessa perspetiva que o eixo das sociabilidades é orientado para o seu cruzamento com o eixo da memória.

Uma zona central, com grande acessibilidade e bastante segura, são três atributos que atravessam as representações dos entrevistados nas suas narrativas. Já no que respeita ao edificado, prevalece a ideia de que as Avenidas Novas são uma zona onde edifícios premiados e moradias centenárias coexistem com construções menos cuidadas, havendo conjuntos particularmente desarmoniosos. A exploração do tema das práticas de mobilidade dos entrevistados constituiu um tópico conversacional importante para a aproximação ao domínio da vida quotidiana, bem como para conhecer o modo como se apropriaram das recentes intervenções no espaço público. Constatou-se que, para além das posições de pormenor relativamente ao incremento das modalidades suaves de transporte e à contenção do automóvel, a maioria dos entrevistados expressa que tais alterações contribuíram para a valorização da zona, designadamente ao nível da circulação pedonal e das esplanadas. Por fim, houve ainda oportunidade de conhecer as perspetivas dos entrevistados sobre o futuro próximo da zona, a pretexto de projetos conhecidos e de algumas intervenções em curso nas Avenidas Novas, especialmente de obras no espaço público e empreendimentos urbanísticos de maior escala.

7. Privilegiando a conjugação das memórias com a disposição para a vida de bairro dos entrevistados, apresentámos um modelo síntese do conteúdo das entrevistas sob a forma de quatro perfis, ilustrando-os, por fim, com igual número de retratos sociológicos. O maior ou menor tempo de residência na zona, juntamente com a maior ou menor predisposição para a vida de bairro, configuram, efetivamente, posições distintas no que às representações sociais das Avenidas Novas diz respeito, e esses retratos sintetizam expressivamente os perfis identificados.

Se, do ponto de vista metodológico, a tipologia definida corresponde a concluir uma abordagem intensiva-qualitativa com uma síntese comparativa-tipológica, no plano teórico ela corporiza, em parte, a confluência disciplinar de vários contributos internos e externos à sociologia, a que atrás aludimos. No quadro das velhas e novas questões urbanas, não há espaço para o determinismo da cidade sobre a sociedade, pois a relação entre ambas as dimensões é dialética e não subalternizada. Vários indivíduos podem residir numa zona próxima, independentemente das características dessa zona, podem ter em comum uma elevada escolaridade, trajetórias profissionais qualificadas, um conceito elevado do estatuto social associado à zona onde vivem, podem ter até um tempo de permanência e memórias comuns, mas a predisposição para a vida de bairro, a maior ou menor facilidade com que lidam com o interconhecimento vicinal, faz a diferença na produção das representações sociais. Isto não significa afirmar que há uma correspondência entre cada perfil e diferentes representações sociais das Avenidas Novas, porque as próprias representações sociais não foram aqui, pela sua natureza, tipificadas. Significa, tão só, reconhecer a influência das atitudes disposicionais sobre essas representações, influência que nos parece evidente.

Por fim, ao concluir este trabalho, identificamos algumas pistas para explorar e aprofundar no futuro.

As Avenidas Novas apresentam, como vimos, uma configuração mista de habitação, serviços e intensa mobilidade espacial, cuja leitura, na ótica dos atores (essencialmente na perspetiva dos residentes), promovemos neste trabalho. Circunstâncias várias limitaram a exploração das representações sociais das Avenidas Novas na perspetiva dos trabalhadores das empresas aí sediadas, desde o insucesso na obtenção de dados de caracterização das empresas junto dos organismos oficiais à crise pandémica que levou à generalização do teletrabalho e à alteração das rotinas desses protagonistas. Importaria, pois, retomar os esforços na obtenção de dados que permitam perceber de que falamos quando nos referimos às Avenidas Novas como um centro de negócios e quais as coordenadas que permitem considerar a zona como uma componente essencial do CBD de Lisboa – volume de empresas, de trabalhadores, e distribuição salarial, designadamente.

A partir dessa caracterização, poderia ser interessante realizar um conjunto de entrevistas aos trabalhadores da zona, para explorar temas semelhantes aos que foram abordados junto dos

residentes, e obter a visão do mesmo território a partir de uma ótica diferente. Em duas experiências realizadas, no âmbito das entrevistas aos informantes privilegiados, ficou bem patente que a perspetiva sobre o comércio, o espaço público, as rotinas quotidianas e a relação entre moradores e trabalhadores, para dar alguns exemplos, será substancialmente distinta. Dentro dos serviços haverá também diferenças entre profissionais altamente especializados, dirigentes de topo e profissionais mais indiferenciados, com recursos, hábitos e rotinas diversos.

Quanto aos informantes privilegiados, realizou-se um número considerável de entrevistas, não numa fase inicial enquanto estratégia de aproximação à zona, mas numa fase mais desenvolvida da pesquisa, como forma de confirmar dados já recolhidos e também de compensar a não realização de entrevistas aos trabalhadores dos serviços, devido à pandemia. A informação obtida junto deste grupo diversificado serviu-nos essencialmente de fundo para a compreensão do território, e foi citada esparsamente, mas contém elementos para potenciais desenvolvimentos, como a questão do papel do associativismo local na produção das identidades e das representações sociais especialmente ligadas às diferentes zonas que a nova freguesia integra. Aliás, um tema que nos parece pertinente acompanhar é o da apropriação da reforma administrativa, no sentido de uma maior ou menor integração das diversas zonas da freguesia sob a mesma designação toponímica, ao longo do tempo, matéria extensível a outras áreas da cidade.

Esse tópico relaciona-se com o efeito de obras recentes no espaço público, realizadas já após a reforma administrativa, e também com os possíveis impactos de alguns projetos ainda em curso ou anunciados para um futuro breve. Sabendo, até através do discurso direto dos entrevistados, que há tempos de reação e tempos de apropriação, poderia ser oportuno retomar o contacto futuramente, para investigar de que forma tais empreendimentos vão sendo apropriados e de que forma influenciam a produção das representações sociais sobre a zona. Referimo-nos ao novo parque urbano da Praça de Espanha, à ampliação do Jardim Gulbenkian e à possível remodelação do Largo de São Sebastião da Pedreira, como também à Operação Integrada de Entrecampos e a obras com ela relacionadas na Avenida da República, ou ainda à terceira versão do Monumental na Praça Duque de Saldanha.

Uma pista de continuidade, para novas etapas de investigação, configura-se assim no acompanhamento do modo como os atores se vão apropriando dos novos elementos urbanos ou na revisitação das suas representações após a concretização de determinados projetos. Não será de mais lembrar a importância da auscultação e da participação dos cidadãos no governo da cidade (Seixas, 2013). Nessa linha, um futuro roteiro de investigação poderia eventualmente integrar componentes de uma agenda de intervenção, num envolvimento com protagonistas locais sobre matérias tão diversas como acessibilidade e/a recursos, mas tal dependerá sempre das circunstâncias contextuais, das oportunidades institucionais e do sentido que esse compromisso possa fazer no plano pessoal.

Entretanto, as Avenidas Novas seguem o seu curso, comprovando que a cidade é um projeto sempre inacabado.

Fontes

Portais de acesso a dados na Internet:

Atlas Social de Lisboa

<https://www.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=e63936cfadce405b805d7beded9543f0>

(última consulta a 11/06/2021).

Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa

<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB> (última consulta a 08/09/2021).

Câmara Municipal de Lisboa – Lisboa aberta

<http://lisboaaberta.cm-lisboa.pt/index.php/pt> (última consulta a 30/04/2020).

Câmara Municipal de Lisboa – Geodados

<https://geodados-cml.hub.arcgis.com> (última consulta a 08/09/2021).

Instituto Nacional de Estatística – Plataforma de divulgação dos censos 2021

https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html (última consulta a 02/08/2021).

Instituto de História Contemporânea – Memória para Todos

<https://memoriaparatodos.pt/project-type/memoria-das-avenidas> (última consulta a 14/01/2021).

Câmara Municipal de Lisboa – Programa Uma Praça em cada Bairro

<https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro> (última consulta a 30-04-2019).

Legislação:

Lei nº 44/1991 de 2 de agosto

<https://data.dre.pt/eli/lei/44/1991/08/02/p/dre/pt/html>

Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro

<https://data.dre.pt/eli/lei/56/2012/11/08/p/dre/pt/html>

Referências bibliográficas

- Acciaiuoli, M. (2013). *Os Cinemas de Lisboa - Um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Alex, G. (2008). Social Representations, Alternative Representations and Semantic Barriers. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 375–391. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00376.x>
- Amor, T. (2011). Percorrendo a (c)idade com idosos: a construção urbana da vulnerabilidade. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 23, pp. 21–40.
- AMTL, A. M. de T. de L. (2012). *Análise das Dinâmicas e Estrutura da Economia da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa.
- Andrade, L. T. De, & Baptista, L. V. (2015). Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia*, 29, pp. 129–146. Obtido de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13341.pdf>.
- Augé, M. (2016). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Augé, M. (2020). *Elogio da Bicicleta*. Lisboa: Edições 70.
- Baptista, L. V. (1987). *Crescimento urbano e migrações internas: contrastes e alterações socioespaciais, e redes de interconhecimento – o Bairro do Rego (Lisboa, 1900-1985)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Baptista, L. V. (1994). Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 15, pp. 53–77.
- Baptista, L. V. (1996). *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação* [Tese de Doutoramento]. Lisboa, *Século Vinte*. Universidade Nova de Lisboa.
- Baptista, L. V. (2016). Para lá das evidências. Uma reflexão sociológica sobre como observar as realidades territoriais. Em F. L. Machado, A. N. Almeida, & A. F. da Costa (Org.), *Sociologia e Sociedade. Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida* (pp. 213–227). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Baptista, L. V., & Nunes, J. P. S. (2010). Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas. Em A. Dornelas, L. Oliveira, L. Veloso, & M. das D. Guerreiro (Org.), *Portugal Invisível* (pp. 53–74). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Baptista, L. V., & Silva Nunes, J. P. (2004). Contexto metropolitano e (re)classificação urbana: apontamentos sobre a cidade de Lisboa e um bairro residencial na sua periferia. *Ciudades*, 8(8), pp. 87–100.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreira, I. (2013). *A Cidade como Narrativa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Barros, M. A. (1957). O desenvolvimento de Lisboa de 1890 a 1940. *Revista Municipal*, 73, pp. 41–60.
- Benjamin, W. (2019). *As Passagens de Paris*. Porto: Assírio & Alvim.
- Berger, P., & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade. Um tratado da sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bertaux, D. (2020). *As Narrativas de Vida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Brighenti, A. M., Frois, C., Rocca, F. La, Silveira, F. L. da, Dickinson, J., Simões, J. A., ... Marques, S. C. S. (2011). *Uma Cidade de Imagens. Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano*. (R. Campos, A. M. Brigheti, & L. Spinelli, Org.). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, R. G. (1997). *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Cachado, R. Á., Do Carmo, R. M., Ferreira, D., & Santos, S. (2017). Usos e meios de transporte na Área Metropolitana de Lisboa: uma abordagem qualitativa da mobilidade. *Análise Social*, 52(223), pp. 392–415.
- Cachinho, H. (1994). O comércio a retalho na cidade de Lisboa. Reestruturação económica e dinâmicas territoriais. *Finisterra*, XXIX, 57, pp. 119–144.
- Cachinho, H. (2000). *Centros Comerciais em Portugal: conceito, tipologias e dinâmicas de evolução*. Lisboa. Obtido de <https://www.researchgate.net/publication/305044803>
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1992). *Plano Estratégico de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1993a). *Atlas de Lisboa. A Cidade no Espaço e no Tempo*. (M. Calado, Ed.). Lisboa: Contexto Editora.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1993b). *Plano Diretor Municipal – Relatório de enquadramento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (2004). *Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa. Uma perspetiva censitária (2001)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (2005). *Lisboa: o desafio da mobilidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (2015). *Uma Praça em Cada Bairro*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (2016). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território REOT 2015*. Lisboa.
- Carmo, R. M. do. (2006). *Contributos para Uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras: Celta Editora.
- Carmo, R. M. do. (2007). *De Aldeia a Subúrbio: Trinta anos de uma comunidade alentejana*. Lisboa:

Instituto de Ciências Sociais.

Carmo, R. M. do. (2009). Do espaço abstracto ao espaço compósito: refletindo sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades. Em R. M. do Carmo & J. A. Simões (Org.), *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajetos* (pp. 41–55). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Carmo, R. M. do. (2011). O mundo é «enrugado»: As cidades e as suas múltiplas metáforas. Em R. Campos, A. M. Brigheti, & L. Spinelli (Org.), *Uma cidade de Imagens: Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano* (pp. 41–49). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Carmo, R. M. do. (2014). *Sociologia dos Territórios. Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Carmo, R. M. do, & D’Avelar, M. M. (2020). *A Miséria do Tempo: Vidas suspensas pelo desemprego*. Lisboa: Tinta da China.

Carmo, R. M. do, & Santos, S. (2011). Mobilidade espacial e confiança. Em R. M. do Carmo (Org.), *Entre as Cidades e a Serra. Mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio* (pp. 45–69). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Carmo, R. M. do, Santos, S., & Ferreira, D. (2017). «Unequal mobilities» in Lisbon Metropolitan Área: daily travel choices and private car use. *Finisterra, LII*(106), pp. 29–48.

Castells, M. (1975). *La question urbaine*. Paris: Maspéro.

Castells, M. (1984). *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Editorial Presença.

Castells, M. (2002a). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2002b). Urban Sociology in the Twenty-First Century. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (5), pp. 9–19.

Castro, A., Casanova, J. L., Lucas, J., Wemans, L., Gato, M. A., Chaline, C., ... Sieber, R. T. (1999). *A cidade DA EXPO’98. Uma reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* (F. Ferreira, Vítor Matias; Indovina, Org.). Lisboa: Editorial Bizâncio.

Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37(164), 949–979.

Certeau, M. de. (1990). *L’invention du quotidien. I - Arts de faire*. Paris: Gallimard.

Clark, T. N. (2008). Nova escola de Chicago: convite para um debate. Em M. V. Cabral, F. C. Silva, & T. Saraiva (Org.), *Cidade & Cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspetiva comparada* (pp. 31–78). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Costa, A. F. da. (1999). *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora.

Costa, A. F. da. (2015). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Costa, A. F. da, & Guerreiro, M. das D. (1984). *O Trágico e o Contraste - Fado no bairro de Alfama*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Costa, J. P. (2010). *Bairro de Alvalade: um paradigma no Urbanismo Português*. Lisboa: Livros

Horizonte.

- Costa Pinto, T. (2011). Near and far: A case of social mix in Lisbon. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 23(23), 60–81. Obtido de <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dec2011.023.art04>
- Craveiro, T., Belo, F., & Cardoso, M. A. N. (2016). *II Diagnóstico Social de Lisboa (2015-2016) Sinopse*. Lisboa. Obtido de https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/DIAGNÓSTICO_SOCIAL_SINOPSE.pdf
- Cresswell, T. (2006). *On the Move: Mobility in the Modern Western World*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Cresswell, T. (2009). Seis temas na produção das mobilidades. Em R. M. do Carmo & J. A. Simões (Org.), *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajetos* (pp. 25–40). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Cresswell, T. (2015). *Place: an introduction*. Malden: Blackwell.
- Cruz-Filipe, L. (2016). *Do Dafundo ao Poço do Bispo: Uma História sobre Carris*. Lisboa: Autor.
- Dornelas, A., Oliveira, L., Veloso, L., & Guerreiro, M. das D. (Org.). (2010). *Portugal Invisível*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273.
- Durkheim, É. (1977 [1983]). *A Divisão do Trabalho Social II*. Lisboa: Editorial Presença.
- Durkheim, É. (1984 [1895]). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Durkheim, É. (2002 [1912]). *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totémico na Austrália*. Oeiras: Celta Editora.
- Engels, F. (1975 [1845]). *A situação da classe operária em Inglaterra*. Lisboa: Editorial Presença.
- FCG, F. C. G. (2015). *Uma Metrópole para o Atlântico*. (J. M. F. Ribeiro, F. Moura, & J. Chorincas, Org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Obtido de https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2015/11/IniciativaCidades_UmaMetropoleParaOAtlantico_VersaoFinal2016.pdf
- Fernandes, J. M. (1989). Alguns Apontamentos sobre Urbanismo Alfacinha. Em CML *Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)* (pp. 42–56).
- Fernandes, S. P. (2013). O Traçado. O sítio e a forma da cidade. *Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa.*, 1, pp. 37–57.
- Ferreira, A. F. (2015). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, A. F., Guerra, I. P., & Ferreira, V. M. (1988). A Ponte 25 de Abril: uma abordagem sobre o impacto sócio-urbanístico da sua construção. *Sociedade e Território*, 3 / Julho, pp. 75–81.
- Ferreira, A. F., Guerra, I. P., Matias, N., & Stussi, R. (1985). *Perfil Social e Estratégias do «Clandestino»*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.

- Ferreira, M. J. (1994). O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. *Análise Social*, XXIX(127), pp. 697–709.
- Ferreira, V. M. (1983). A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa: anos 1930-40. *Análise Social*, 77/78/79 (Cidade e Território), pp. 693–735.
- Ferreira, V. M. (1986). O processo de metropolização em Lisboa: estruturação territorial e ordenamento urbano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, pp. 23–54.
- Ferreira, V. M. (1987). *A Cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ferreira, V. M. (1992). Problematização e pedagogia do território. Quatro percursos para uma problematização do território. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (12), pp. 109–121. Obtido de <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/1067>
- Ferreira, V. M. (2004). *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- Fortuna, C. (Org.). (2001). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- Fortuna, C. (2020). *Cidades e Urbanidades*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Fortuna, C., Ferreira, C., & Abreu, P. (1999). Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 85–117.
- Fortuna, C., Gomes, C. S., Ferreira, C., Abreu, P., & Peixoto, P. (2012). *A Cidade e o Turismo. Dinâmicas e Desafios, do Turismo Urbano em Coimbra*. Coimbra: Almedina.
- Fortuna, C., & Peixoto, P. (2002). A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. Em C. Fortuna & A. S. Silva (Org.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal* (pp. 17–63). Porto: Edições Afrontamento.
- França, J.-A. (2000). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- França, J.-A. (2009). *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Frétigné, H. (2005). *Uma Praça Adiada. - Estudo de fluxos pedonais na Praça Duque de Saldanha (Lisboa)*. Lisboa.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento [GEP]. (2021). *Boletim Estatístico*. Lisboa.
- Gaspar, J. (1976). *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gato, M. A. (2014). *Viver no Parque das Nações: espaços, consumos e identidades*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Giddens, A. (1984). *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (1996). *Novas Regras do Método Sociológico. Uma crítica positiva às sociologias interpretativas*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, A. (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

- Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1993 [1956]). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Goffman, E. (1999 [1983]). A ordem da interação. Em *Os Momentos e os Seus Homens* (pp. 190–235). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Gomes, C. S. (2008). Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re)imaginada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (83), pp. 55–78. <https://doi.org/10.4000/rccs.448>
- Gomes, C. S. (2012). Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 23, pp. 37-49.
- Goncalves, A., & Costa Pinto, T. (2001). Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Actores, Imagens Públicas e Identidades. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, (3), pp. 111–131. <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dez2001.003.art08>
- Gonçalves, E., Tavares, M., Queirós, J., Fernandes, A. T., & Pereira, V. B. (2016). *A habitação social na transformação da cidade. Sobre a génese e os efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*. (V. B. Pereira, Org.). Porto: Edições Afrontamento.
- Guerra, I. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Hall, P. (2003). The end of the city? “The report of my death was an exaggeration” 1. *City*, 7(2), 141–152. Obtido de <https://doi.org/10.1080/1360481032000136769>
- Harvey, D. (1985). Monument and Myth: the building of the Basilica of the Sacred Heart. Em *Consciousness and the Urban Experience* (pp. 362–381). Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (2006). *Paris, capital of modernity*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Harvey, D. (2009). *Social Justice and the City*. Atenas: The University of Georgia Press.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1964). *X Recenseamento Geral da População (1960)*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2007). *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas ev. 3*. (I. N. de Estatística, Ed.). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2012). *Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos - Região de Lisboa*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2018). *Mobilidade e funcionalidade do território nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017*. Lisboa.
- Jensen, O. B., Kesselring, S., & Sheller, M. (Org.). (2019). *Mobilities and Complexities*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales : un domaine en expansion. Em D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 45–78). Paris: Presses Universitaires de France. Obtido de <https://doi.org/10.3917/puf.jodel.2003.01.0045>

- Justo, R. (2014). O Diacronismo do tecido. 100 anos do quarteirão do Monumental. *Cadernos de Morfologia Urbana - Estudos da cidade Portuguesa*, 2, pp. 50–69.
- Kalache, A. (2009). O Envelhecimento e a Cidade. Em *O Tempo da Vida. Fórum Gulbenkian de Saúde 2008/2009* (pp. 213–229). Cascais: Principia.
- Kaufmann, V., Bergman, M. M., & Joye, D. (2004). Motility: Mobility as capital. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(4), pp. 745–756. Obtido de <https://doi.org/10.1111/j.0309-1317.2004.00549.x>
- Lahire, B. (2004). *Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais*. São Paulo: Artmed Editora.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), pp. 11–42. Obtido de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n49/n49a02.pdf>
- Lamas, J. M. R. G. (2017). *Morfologia e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lefebvre, H. (sem data [1972]). *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa do Varzim: Editora Ulisseia.
- Lefebvre, H. (2000 [1974]). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (2012 [1968]). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Lefebvre, H. (2017 [1992]). *Rhythmanalysis. Space, Time and Everyday Life*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury.
- Lopes, J. T. (2002). *Novas Questões de Sociologia Urbana. Conteúdos e «orientações» pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, J. T. (2007). Andante, andante : tempo para andar e descobrir o espaço público. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17/18(1), pp. 69–80.
- Lynch, K. (1982 [1960]). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Machado, F. L. (2020). *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Mangorrinha, J. (1999). Cenários da Cidade Nova. Em *Do Saldanha ao Campo Grande: Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa* (pp. 67–151). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Marková, I. (2003). Social representations: old and new. Em *Dialogicality and Social Representations - The Dynamics of Mind* (pp. 118–146). Cambridge: Cambridge University Press.
- Marková, I. (2015). On Thematic Concepts and Methodological (Epistemological) Themata. *Papers On Social Representations*, 24(2), pp. 4.1-4.31.
- Marx, K., & Engels, F. (1980 [1933]). *A Ideologia Alemã I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Matos, J. M. de. (1999). *Lisboa no ano 2000 - Um olhar para o passado a olhar para o futuro*. Lisboa: Distri Cultural.
- Menezes, Ma. (2004). *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário. Significados Urbanos de Um Bairro de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

- Miguel, R., Cachado, R., & Ferreira, D. (2012). *Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e Socioeconómicas na Área Metropolitana*.
- Milanovic, B. (2012). *Ter ou não ter. Um breve história da desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Milanovic, B. (2017). *A Desigualdade no Mundo. Uma nova abordagem para a Era da Globalização*. Lisboa: Conjuntura Actual Editora.
- Morais, J. S., & Roseta, F. (2005). *Os planos da Avenida da Liberdade e o seu prolongamento*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations - Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press.
- Moura, D., Guerra, I., Seixas, J., & Freitas, M. J. (2006). A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 12/13, pp. 15–34.
- Nazareth, J. M. (1978). A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70. *Análise Social*, 56, pp. 729–800.
- Nazareth, J. M. (1988). *Unidade e diversidade na demografia portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nel-lo, O. (2018). *A cidade em Movimento. Crise Social e Resposta Cidadã*. Lisboa: Livraria Tigre de Papel.
- Nunes, J. P. S. (2007). *À escala humana: planeamento urbano e arquitetura de habitação em Olivais Sul (1959-1969)*. Lisboa: *Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nunes, J. P. S. (2010). Dos Subúrbios Citadinos aos Subúrbios Metropolitanos. Estrutura de povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa (1950-2001). *Cidades - Comunidades e Territórios*, Dez, nº 20, pp. 123–137.
- Nunes, J. P. S. (2011). *Florestas de cimento armado - Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Nunes, J. P. S. (2013). O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). *Análise Social*, 48(206), pp. 82–100.
- Nunes, J. P. S., & Baptista, L. V. (2008). A rua, lugar físico construído. Em G. I. Cordeiro & F. Vidal (Org.), *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade* (pp. 97-11). Lisboa, Livros Horizonte.
- Pais, J. M. (1996). Das regras do método, aos métodos desregrados. *Tempo Social*, 8(1), pp. 85–111. Obtido de <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86283>
- Pais, J. M. (2002). *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pais, J. M. (2010). *Lufa-Lufa Quotidiana. Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Park, R. E. (1987). *A Cidade: Sugestões para a investigação do Comportamento Humano no Meio*

- Urbano. Em O. G. Velho (Org.), *O Fenómeno Urbano* (pp. 26–67). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Peixoto, P. (2000). Gestão estratégica das imagens das cidades: análise das mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano. *Revista Crítica de Ciências sociais*, 56, pp. 99-122.
- Pereira, M. H. (2016). *A Primeira República: Na Fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, P., & Nofre, J. (2011). Rebuilding urban morphology: new centralities and urban inequalities in Southern European cities. *Sociologia on line. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 655–684.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2012). *Na modesta cidadezinha. Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010]*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinheiro, M. (2015). *Biografia de Lisboa* (4ªEd.). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Pinto, F., Fragoeiro, Â., Castaño, I., & Seixas, L. M. (2017). Memória das Avenidas. *Cidade Solidária*, 37, 76–83.
- Pinto, J. M., Queirós, J., Abramovici, S., Champagne, P., Freitas, A. S., Mendonça, A. C., ... Silva, J. P. (2010). *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007). Volume I Estratégia observacional e análise da economia, migrações e relação com a escola*. (J. M. Pinto, Org.). Porto: Edições Afrontamento.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2007). *Políticas urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rémy, J., & Voyé, L. (1994). *A Cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, M. de L. (1999). Abordagem de um percurso: do Espaço aos Documentos. Em *Do Saldanha ao Campo Grande: Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa* (pp. 12–66). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa [CML].
- Rodrigues, W. (2008). *Cidade em Transição: Nobilitação urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa* [Tese de Doutoramento]. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Rosa, M. J. V. (2000). Notas sobre a população - Lisboa: Área Metropolitana e cidade. *Análise Social*, 34(153), 1045–1055.
- Salgueiro, T. B. (1989). Transformação nas Avenidas Novas. *Sociedade e Território*, 10–11, 115–119.
- Salgueiro, T. B. (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Salgueiro, T. B. (2006). Oportunidades e transformação na cidade centro. *Finisterra, XLI*, 81, 9–32.
- Santos, A. F., & Cruz, M. F. R. (1990). Crescimento urbano e dinâmica populacional: Análise da cidade de Lisboa a partir dos últimos recenseamentos. Em *Colóquio Viver (n)a Cidade* (pp. 353–369). Lisboa: Grupo de Ecologia Social (LNEC) e Centro de Estudos Territoriais (ISCTE).

- Santos, S. (2008). Imagens da Cidade Planeada. A Diversidade cultural e o pensamento estratégico urbano de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 131–151.
- Santos, S. (2014a). *Desigualdades socioterritoriais e mobilidade geográfica: um retrato da Área Metropolitana de Lisboa*.
- Santos, S. (2014b). *Mobilidade geográfica e desigualdades sociais: lugares e caminhos de investigação sociológica sobre território*.
- Santos, S. (2019). *As Pessoas e os Seus Lugares. Mobilidades na Lisboa Metropolitana*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Sassen, S. (2005). The Global City: introducing a Concept. *Brown Journal of World Affairs*, XI(2), pp. 27–43.
- Sassen, S. (2007). Urban Sociology in the 21st Century. Em C. Bryant & D. Peck (Org.), *21st Century Sociology: A Reference Handbook* (pp. 1-476-1-486). London: Sage Publications. Obtido de <https://doi.org/10.4135/9781412939645.n48>
- Sassen, S. (2012). Cities in a World Economy. *Sociology for a new century series*, 269. Obtido de <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Saunders, P. (1986). *Social Theory and the Urban Question* (2.^a ed.). London: Unwin Hyman Lda.
- Savage, M., & Warde, A. (2002). *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Scaff, L. A. (2004). Georg Simmel. Em G. Ritzer (Org.), *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists* (pp. 238–266). Oxford: Blackwell.
- Seixas, J. (2013). *A Cidade na Encruzinhada. Repensar a Cidade e a sua Política*. Porto: Edições Afrontamento.
- Seixas, J. (2018). A reforma político-administrativa da cidade de Lisboa: razões, processo e perspectivas. *Revista das Freguesias*, 6, pp. 7–25.
- Seixas, J. (2021). *Lisboa em Metamorfose*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sen, A. (2012). *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sheller, M. (2018). *Mobility Justice - The Politics of Movement in an Age of Extremes*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Sheller, M., & Urry, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, 38, pp. 207–226.
- Silva, A. V. da. (1968). Os limites de Lisboa. Em *Dispersos - Vol. I* (2.^a ed., pp. 57–103). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, A. V. da. (1985). A população de Lisboa. Em *Dispersos - Vol. II* (2.^a Ed., pp. 13–83). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, R. H. (1985). *As Avenidas Novas de Lisboa: 1900-1930* [Dissertação de Mestrado]. Universidade

Nova de Lisboa.

- Silva, R. H. (1989). Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1847-1909). Em *CML Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)* (pp. 17–38). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, R. H. (1994a). O Passeio Público e a Avenida da Liberdade. Em *O Livro de Lisboa* (pp. 425–434). Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, R. H. (1994b). Os últimos anos da Monarquia. Desenvolvimento urbanístico - os novos bairros. Em *O Livro de Lisboa* (pp. 405–424). Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, R. H. (2006). Das Avenidas Novas à Avenida de Berna. *Revista do Instituto de História da Arte*, pp. 126–141.
- Simmel, G. (2001 [1903]). A metrópole e a vida do espírito. Em C. Fortuna (Org.), *Cidade, Cultura e Globalização* (2.ª ed., pp. 31–43). Oeiras: Celta Editora.
- Simmel, G. (2004ª [1908]). O Estrangeiro. Em *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos* (pp. 133–141). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Simmel, G. (2004b [1907]). *The Philosophy of Money*. (D. Frisby, Ed.) (3.ª ed.). London: Routledge.
- Simmel, G. (2019 [1911]). *Filosofia da Aventura e Outros Textos*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Soja, E. W. (2010). *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Tavares, J. (2014). Frederico Ressano Garcia (1847-1911). Em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (pp. 135–136). Assembleia da República.
- Tönnies, F. (1979). *Comunidad y Asociación. El comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona: Ediciones Península.
- Urry, J. (2000). *Sociology beyond Societies - Mobilities for the twenty-first century*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Vala, J., & Castro, P. (2017). Pensamento social e representações sociais. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Org.), *Psicologia Social* (pp. 569–602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, A. L. (1982). *Os transportes públicos em Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Weber, M. (1987 [1921]). Conceito e Categoria da Cidade. Em O. G. Velho (Org.), *O Fenómeno Urbano* (4.ª ed., pp. 68–89). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Weber, M. (1995 [1922]). Conceitos fundamentais de sociologia. Em M. B. da Cruz (Org.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos*. (pp. 583–602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anexos

ANEXO A GUIÃO DE ENTREVISTA A RESIDENTES

A VINDA PARA A ZONA

- Há quantos anos vive nas Avenidas Novas? Sempre na mesma casa?
- Onde vivia antes? (Lisboa (zona) / fora de Lisboa (zona))
- Como foi a escolha de vir viver para aqui? Quais foram os fatores que pesaram na decisão de vir residir aqui?
- No caso de ter nascido na zona, onde viviam os pais antes de se terem mudado para aqui? Quais foram os fatores que pesaram na decisão de vir residir aqui?

IMPRESSIONES GERAIS

- Pode delimitar as Avenidas Novas neste mapa da cidade?
- O que mais lhe agrada nesta área da cidade?
- O que menos lhe agrada nesta área da cidade?
- Quer especificar algum ponto positivo ou negativo relativamente só à casa e/ou ao quarteirão em que reside?
- Como define o local onde vive, quando fala com outras pessoas?

PERCEÇÃO DA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO I

- Qual a sua opinião sobre os edifícios desta zona, desde os mais antigos aos mais recentes (por exemplo quanto à arquitetura, ao tipo de construções)?
- Tem alguma memória desta zona que gostasse de partilhar?
 - um acontecimento marcante que tenha vivido nas Avenidas
 - recordações da vida social
 - um espaço que esteja diferente ou já nem exista
- Tem conhecimento que a freguesia de Avenidas Novas só foi criada há poucos anos, com a fusão das freguesias de N. Sra. de Fátima e S. Sebastião da Pedreira? O que achou desta fusão? E do nome que foi dado à nova freguesia?

ESTATUTO SOCIAL

- Considera que nas Avenidas Novas residem sobretudo pessoas de classes sociais altas, médias ou baixas? O que é que considera classe alta/média/baixa (a que respondeu).
- Que perceção é que tem do modo como as pessoas de fora veem as Avenidas Novas.
- Acha que esta zona tem mais ou menos problemas sociais quando comparada com outras zonas da cidade?
- Gostaria de falar de algum problema desta zona?

UM BAIRRO? UM ENTREPOSTO?

- Quando pensa nas Avenidas Novas pensa num todo semelhante ou considera que há diferentes bairros nesta área?

- Podemos dizer que há vida de bairro nesta zona mais central (Fontes Pereira de Melo – República e avenidas paralelas e perpendiculares)?
- Em caso afirmativo, onde é que tem lugar (comércio local, algumas ruas em particular, praças, jardins...)?
- Há diferenças grandes entre as Avenidas Novas durante o dia e à noite? E entre os dias de semana e os fins de semana?
- Como é a relação entre os que cá moram e os que todos os dias se deslocam para cá para trabalhar ou recorrer a serviços?

MOBILIDADE ESPACIAL QUOTIDIANA

- Como caracteriza as deslocações nesta zona da cidade?
- E os transportes públicos? Consegue enumerar os vários tipos de transportes que aqui existem?
- Trabalha (ou trabalhou pela última vez) em que zona? (Lisboa (zona) / fora de Lisboa (zona))
- Como se desloca (ou deslocava) diariamente de casa para o trabalho?
- Onde faz as suas compras habitualmente? Desloca-se através de algum meio de transporte?
- Para além dos tempos domésticos e de trabalho, tem outro tipo de atividades (sociais e culturais ...) Se sim, dentro ou fora das Avenidas Novas? Nessas situações desloca-se através de algum meio de transporte?

PERCEÇÃO DA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO II

- Qual a sua opinião sobre as recentes intervenções no espaço público – Av. da República, Saldanha e Picoas, em matéria de passeios, estacionamento, construção de ciclovias?
- O que acha do incremento das bicicletas? E das trotinetas?
- E quanto aos edifícios, considera que esta zona se está a renovar? Identifica alguma tendência ou algum fenómeno particular nesta zona?
- Tem conhecimento de alguns projetos (recentes/em curso) para esta zona?
 - Já ouviu falar e que ideia tem sobre:
 - A renovação da Praça de Espanha
 - A renovação do largo de S. Sebastião da Pedreira
 - A Operação Integrada de Entrecampos (terrenos da antiga Feira Popular)
 - Adaptação do prédio do Ministério da Educação na 5 de out a residência universitária
 - Monumental
 - Torre das Picoas
 - Jardins da Gulbenkian

ANEXO B

GUIÃO DE ENTREVISTA AO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPAÇO PÚBLICO DA CML

I – IMPRESSÕES GERAIS

Sobre as Avenidas Novas:

- Mora nas Avenidas Novas ou próximo?
- Como delimita o perímetro das Avenidas Novas ao falar com outra pessoa, i.e., quais é que entende serem os principais pontos de referência e as fronteiras desse território? (não referir previamente a existência recente da freguesia)
- O que mais lhe agrada nessa área da cidade?
- E o que enos lhe agrada?

II – AS INTERVENÇÃO NO EIXO CENTRAL

OS CONCEITOS

Do que li no caderno de apresentação do programa *Uma praça em cada bairro*, destacaria alguns conceitos:

- O espaço público, em geral, e a praça, em particular, enquanto lugar de referência da interação dos cidadãos;
- A mobilidade, numa perspetiva de acessibilidade universal ao espaço público.
- A própria ideia de bairro, tanto numa vertente espacial (uma unidade entre a rua e a freguesia) com numa vertente social (a comunidade).

Peço-lhe que confirme se estes são efetivamente os pilares do programa e comente sumariamente o que entende por cada um deles.

OS RESULTADOS

Façamos então agora um exercício: pensando nas Avenidas Novas em concreto, o que é que tínhamos antes e o que é que temos agora, após as obras do Eixo central em matéria desses tópicos:

- O espaço público, avenidas e praças?
- A mobilidade espacial?
- O bairro? Havia um bairro nas Avenidas centrais (tópico dos Bairros e das centrais) Agora há mais bairro?

OS PRESSUPOSTOS

As obras públicas suscitam sempre as reações mais diversas. Houve quem se referisse (entrevistas aos moradores) a estas como obras de cosmética, quem dissesse que a funcionalidade foi sacrificada à estética, mas também quem reconhecesse que hoje em dia há mais animação e que o espaço público está mais aprazível. Também é verdade que há sempre a ideia de novidade na publicitação das obras – ‘A **Nova** Praça do Saldanha’, ‘O **Novo** Eixo Central’, agora ‘A **Nova** Praça de Espanha’.

- Afinal, o que é que é novo? E o que é que permanece?
- Qual a intencionalidade subjacente à remodelação e à reorganização do espaço público?

O caderno refere o objetivo de voltar a ter um mix de residências, emprego e ‘comércio de rua’.

- No caso das Avenidas, considera que havia grandes desequilíbrios entre essas componentes?
- De que forma(s) concreta(s) é que a esta intervenção pode fazer com que volte a haver esse mix?
- Para além das obras públicas, parece-lhe que, depois da terciarização das décadas de 70, 80, 90, podemos estar a assistir a um processo inverso, a uma nova aposta em habitação? Se sim, para que segmentos populacionais?

O PROCESSO

- Como foi a participação das pessoas no processo? Foram ouvidas / envolvidas? De que forma? Em que etapas? Falamos de pessoas individuais e coletivas?
- Quanto tempo durou?
- Quanto custou? Como foi financiado?

III – A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Gostaria que pudesse comentar a relação das obras do Eixo Central com outras intervenções já concretizadas, em curso e em projeto:

- Torre das Picoas
- Monumental Versão III
- Largo de S. Sebastião da Pedreira
- Praça de Espanha
- Jardins Gulbenkian
- Operação Integrada de Entrecampos